



Coordenação

**Maria de Fátima Marinho  
Luís Carlos Amaral  
Pedro Vilas-Boas Tavares**

# **REVISITANDO HERCULANO**

NO BICENTENÁRIO DO  
SEU NASCIMENTO

## FICHA TÉCNICA

TÍTULO: Revisitando Herculano no bicentenário do seu nascimento

COORDENAÇÃO: Maria de Fátima Marinho, Luís Carlos Amaral e Pedro Vilas-Boas Tavares

EDIÇÃO: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

ANO DE EDIÇÃO: 2013

COLEÇÃO: FLUP e-DITA

EXECUÇÃO GRÁFICA: Gráfica Firmeza Lda. / Porto

TIRAGEM: 150 exemplares

DEPÓSITO LEGAL: 367248/13

ISBN: 978-989-8648-09-9

ISSN: 1646-1525

# Sumário

Palavras de Apresentação .....	5
Herculano: da arte narrativa do ficcionista Ofélia Paiva Monteiro .....	7
Herculano tradutor e intérprete do romantismo europeu Fernanda Gil Costa .....	19
Herculano, Poeta-Profeta Maria João Reynaud .....	25
Alexandre Herculano e a polémica de Ourique Anticlericalismo e iconoclastia Ana Isabel Buescu .....	37
Alexandre Herculano e o Antigo Regime: “pontes” de uma ruptura Pedro Vilas-Boas Tavares .....	59
Alexandre Herculano, poeta religioso José Adriano de Freitas Carvalho .....	85
Alexandre Herculano e o Clero ou o Clero de Alexandre Herculano. No 2º centenário do nascimento do escritor Manuel Clemente .....	107
Do liberalismo à república ou um tempo de oportunidades perdidas: para um perfil do “historiador português” de oitocentos Armando Luís de Carvalho Homem .....	115
Alexandre Herculano e a Real Biblioteca Pública do Porto: um caso exemplar Luís Cabral .....	125
Herculano v/s Barros Gomes João Francisco Marques .....	147
A falsa ingenuidade de Herculano Maria de Fátima Marinho .....	165

1810-1910

# HERCULANO



.. Typographia do "Porto Medico" ..  
Praça da Batalha, 12-A, P. PORTO

## Palavras de Apresentação

Cumprindo com o que decorre dos deveres de uma escola de humanidades, entendeu a Direção da Faculdade de Letras da Universidade do Porto que se impunha comemorar o segundo centenário do nascimento de Alexandre Herculano.

Reuniu-se para o efeito um conjunto de especialistas que abordaram dimensões muito diversificadas de uma personalidade cuja riqueza polifacetada é sobejamente reconhecida. Saíram desse Colóquio algo privilegiados os significados da obra do poeta e ficcionista, do historiador, do bibliotecário e arquivista, e do interventor na causa pública nas suas incidências políticas, sociais e religiosas.

Celebrar Herculano, revisitando o seu pensamento e a sua obra, afigurou-se-nos e afigura-se-nos como uma tarefa sedutora e um imperativo científico e de cidadania.

Modesta iniciativa, com pesar nos demos conta de que, afinal, ela não correspondeu à previsível multidão e dimensão de celebrações nacionais que a envergadura da personalidade evocada impunha. Com este facto recrudesciu a obrigação de não deixarmos limitadas às paredes do Anfiteatro Nobre da FLUP e às memórias dos participantes as vivas impressões desse dia de Colóquio.

De acordo com o programa estabelecido, aqui se apresentam os vários contributos que generosamente e em devido tempo os autores nos foram remetendo. O melhor e justo reconhecimento que lhes é devido poderá em parte ficar saldado pela publicação e divulgação dos seus textos.

Maria de Fátima Marinho  
Luís Carlos Amaral  
Pedro Vilas-Boas Tavares

## Herculano: da arte narrativa do ficcionista

Ao título abarcante da minha comunicação corresponde um propósito bem modesto: pôr em relevo no ficcionista Herculano apenas certos aspectos da sua arte narrativa que, sendo relativamente pouco focados, julgo relevantes na conformação global que ela apresenta e no rendimento emotivo que atinge.

Preliminarmente, creio útil recordar alguns pressupostos de teor romântico que, em textos de carácter ensaístico, o escritor colocou na base da criação artística e têm natural projecção em toda a sua produção literária.

Refiro em primeiro lugar o profundo idealismo de cariz religioso professado por Herculano, donde emana o alto conceito em que tem o “poeta”, identificado com o ser superior cuja “alma” recebeu uma herança divina - a capacidade de sentir e imaginar o belo que faz sonhar “um outro existir”, pairar “sobre as existências”. Estou a utilizar expressões retiradas do artigo que inseriu no *Panorama*, em 1837, sob o título de *Poesia* (Herculano reporta-se aos criadores de harmonias que geram “espanto e entusiasmo”, desde os cantos homéricos à *Bíblia* ou aos *Edas*), onde se lê que, por ela, o homem mostra “a sua origem celeste”, de um modo que não depende, quanto à sua “essência” mas tão-só na sua “forma acessória”, do “aumento da civilização”; a poesia, diz, “é o monumento da vida íntima”, “a voz consoladora da consciência, que nos fala de uma origem celeste e de um futuro de imortalidade”, acrescentando:

“A poesia é a aspiração dessa voz íntima - nada mais. Onde esta não aparecer não surgirá aquela. Não se creia poeta o que dispõe num livro alguns centenares de imagens triviais em versos melodiosos e com uma pura dicção [...]”.

“[...] inspirem sempre amor de virtude e de pátria os cantos de todos os bardos [...].

Considerada assim, a poesia é uma coisa útil. Companheira da moral, ela a faz penetrar no coração humano por meio do sentimento: e o sentimento para o homem vale mais que todos os raciocínios.” [...]

A tradição dos princípios morais que não flutuam, das ideias santas que devem estar gravadas no espírito de todos aqueles que têm pátria, família e deus, está confiada à alma dos poetas. São eles os depositários de uma herança de virtude: e desgraçado daquele que, falsando sua missão na Terra, conspurcou com o lodo das paixões ignóbeis o tesouro do género humano.”<sup>1</sup>

Tais palavras, que permitem alargar o âmbito semântico do termo “poetas” aos idealistas com capacidade para modelarem em linguagem, que pode não ser a do verso, a riqueza do seu mundo íntimo, estão longe de remeter para uma estreita concepção *moralista/utilitarista* da criação artística. Ao falar em 1835, no ensaio *Poesia - Imitação - Belo - Unidade* publicado no periódico portuense *Repositório Literário*<sup>2</sup>, da essência e finalidade do *belo*, vincando que ele, “objecto da poesia”, reside na “alma do homem” pois é sempre esta que “o sente e goza” (p. 30), escreve de modo esclarecedor que, gerando prazer, o belo não pode todavia ser confundido com o *agradável*, definido pelo gosto, nem, tendo por companheira a moral, ser identificado com o *bom*, aferido pela razão (p. 37), afirmando, após significativa referência a Kant:

“[...] o sentimento do belo é desinteressado, e não carece de ser acompanhado do de existência. Os jardins de Alcínoo, a ilha de Vénus, não seriam mais belos se os crêssemos existentes fora da *Odisseia* e dos *Lusiadas*. A imaginação é quem nos presta a ideia de que resulta o juízo acerca do belo: o bom nasce de uma ideia determinada pela razão: porque para julgar uma coisa boa e perfeita, é preciso saber para que serve, qual seu alvo, quais suas relações: um edifício irregular, mas cómodo e reparado, será bom, porque satisfaz o seu alvo objectivo: a Vénus de Médicis chama-se bela, porque satisfaz, por uma ideia da imaginação, o jogo das nossas faculdades quando a comparamos com o ideal do belo humano.” (p. 37)

O que o idealismo religioso subjacente a esta concepção do belo pressupõe é, pois, o carácter *intrínseco* da articulação entre *kalós* e *agathós*: como se viu no excerto há pouco lido, o escritor considera que o sentimento do belo, posto por Deus na “alma” do poeta, comporta uma “herança de virtude” que a enche de “ideias santas”, tendo o poeta por “missão” expandi-las na terra, tornando-se por isso mesmo um guia.

<sup>1</sup> “Poesia”, in *O Panorama*, I, nº 8, 24-VI-1837, pp. 59-60 (apud *Opúsculos*, vol. V, organização, Introdução e Notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Lisboa, Ed. Presença, 1986, pp. 136-137).

<sup>2</sup> Este artigo encontra-se inserido no mesmo volume V de *Opúsculos* (ed. cit., pp. 25-45).

Nessas “ideias santas”, está colocada, como também vimos, a de *pátria*: subsumindo a de *família*, ela remete para laços que significam pertença, amor, responsabilidade, factores axiais de identidade e coesão social. Ao nimbá-la assim de religiosidade, Herculano mostra-se bem um romântico, lido em Herder, nos Schlegel, ou em M.me de Staël, um romântico defensor em arte, como na atitude cidadã em geral, do *nacionalismo*, enquanto alimento da inspiração, e do *historicismo* que lhe está associado, enquanto estudo das raízes e devir da comunidade nativa. O “poeta” deve ser voz do *Volksgeist*; daí, por exemplo, que Herculano exalte a nossa literatura *autóctone* - a medieval, expressão ingénua dos modos de ser e dizer *nostros* - e denigre o polimento artificializante trazido, desde o Renascimento, pela imitação da Antiguidade<sup>3</sup>.

Quanto ficou dito converge na luz que Herculano atira para a *raiz subjectiva* das criações da arte, nascidas da “alma” dos criadores autênticos, sempre “poetas”. Nesse foro íntimo estão as “ideias” que imprimem a essas criações, como diz no citado ensaio de 1835 (p. 38), o “imprescritível cânone da unidade”, pela qual os objectos artísticos devêm *todos orgânicos*, de conteúdo e expressão *indissociáveis*, isentos das constricções da velha poética, vindas, estas, de fora, com as demarcações genológicas ou as regras de equilíbrio que impõem. Afirmando no mesmo texto que situa a unidade “mui longe donde os antigos a colocavam”, Herculano esclarece:

“É uma ideia geral e indeterminada que a torna necessária: a acção não é mais do que a série de variedades que devem, digamos assim, dar um som uníssono com a ideia geral e una. Será, pois, em nosso sistema o primeiro passo a dar no exame de qualquer poema o buscar qual foi essa ideia, esse “deus in nobis” que constrangeu o poeta a revelar-se ao mundo em cantos harmoniosos.” (p. 38)

Este nuclear critério romântico, aplica-o depois aos grandes poemas épicos europeus, entre os quais *Os Lusíadas*, cuja unidade proclama, radicando-a na “alma” de Camões, em viva resposta às críticas que o racionalismo neoclássico tinha movido à congruência da epopeia pela voz de um Verney, ou, meio século depois, de um J. Agostinho de Macedo. Escreve Herculano:

“*Os Lusíadas* são o poema onde mais aparece a necessidade de recorrer a uma ideia independente da acção para achar a imprescritível unidade, e o seu título nos revela logo a mente de Camões. Não foi, quanto a nós, o descobrimento da Índia que produziu este poema: foi sim a glória nacional. Esta ideia bela, pura, imensa, como a alma de Camões, gerou *Os Lusíadas*. A unidade, que procurada de outro modo não pode encontrar-se neste

---

<sup>3</sup> Veja-se o elucidativo “Elogio histórico de Sebastião José Botelho”, de 1841, incluído também no volume V de *Opúsculos*, ed. cit., pp. 103-118.



poema, se encontra logo encarando-o por esta maneira. Era o feito mais espantoso da história portuguesa que servia de frontispício à longa colecção de maravilhas que ela oferecia; foi por ali pois que rompeu a canção nacional que entoou Camões; mas todas as recordações de Portugal, mesmo as suas débeis esperanças, estão consignadas n'Os *Lusiadas*. Não é um facto que ele cantou; são mil factos, mas unidos todos por um ponto, a ideia do renome português.” (p. 42)

Evocados estes critérios muito gerais da concepção romântica da criação artística sustentada por Herculano, passo a deter-me na sua obra ficcional, saída de uma alma de “poeta”, tomado o termo na lata acepção que lhe dá: essa obra traduz, como toda a produção que nos deixou, um mundo interior possuído pelas “ideias santas” que o vimos atribuir aos poetas e pelo sentimento de missão ético-cívica que lhes associou.

Este imperativo moral avolumou-se nele pelo profundo desânimo de assistir à decadência da pátria, que já fora grande e nobre, sem poder alimentar qualquer esperança de regeneração no porvir. Daí ter buscado no passado um refúgio lustral: a evocação dos Portugueses antigos na sua ficção romanesca, toda criada nos desenganadores tempos cabralistas e quase sem excepção colocada na Idade-Média - época a que atribuía sentimentos vigorosos e um sadio crescer social -, torna-se um látigo volvido contra a definhada contemporaneidade, entregue ao relaxamento, à corrupção gananciosa, ao criticismo árido da “filosofia” que apaga “os santos afectos da alma” (como se lê no prólogo de *O Monge de Cister*); e pertence à “Introdução” de *O Bobo*, o desabafo seguinte:

“Pobres, fracos, humilhados, depois dos tão formosos dias de poderio e renome, que nos resta senão o passado? [...] Sejam as memórias da pátria, que tivemos, o anjo de Deus que nos revoque à energia social e aos santos afectos da nacionalidade. [...] No meio de uma nação decadente, mas rica de tradições, o mister de recordar o passado é uma espécie de magistratura moral, é uma espécie de sacerdócio. [...] Exercitem-no os que podem e sabem; porque não o fazer é um crime.

E a arte? Que a arte em todas as suas formas externas represente este nobre pensamento; que o drama, o poema, o romance sejam sempre um eco das eras poéticas da nossa terra.”

Ao conto *A Abóbada*, publicado no *Panorama* em 1839<sup>4</sup>, vou buscar o meu ponto de arranque, já que a sua *unidade* se desenvolve a partir de uma *ideia* (retomo os conceitos de Herculano já expendidos) que dá exemplificação excelente aos pressupostos românticos da criação artística que cultivou. Essa *ideia* geratriz documenta efectivamente, com intensidade patética, o que é *ser poeta* através da personagem de Afonso Domingues, o arquitecto

---

<sup>4</sup> Foi depois inserido no t. I de *Lendas e Narrativas* (a paginação que indico é a da ed. Bertrand, de 1970, com prefácio e revisão de Vitorino Nemésio).

que delineara e conduzira a construção do mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha, até D. João I o substituir, por estar cego e decrépito, pelo irlandês David Ouguet. O coração do velho artista fica destruído com esse afastamento, que o Rei julgara compensável por uma tença; e explica a Frei Lourenço, o prior do convento:

“[...] este mosteiro [...] era o *cântico da minha alma*: concebi-o eu; viveu comigo largos anos, em sonhos e em vigília: [...] os milhares de lavores que tracei em meu desenho eram milhares de versos; e porque ceguei arrancaram-me das mãos o livro, e nas páginas em branco mandaram escrever um estrangeiro! Loucos! Se os olhos corporais estavam mortos, não o estavam os do espírito. [...] Que direito tinha [o Mestre de Avis] para me espremer o coração debaixo dos seus sapatos de ferro? Dava-lho o ouro que tem despendido? O ouro!... Não! O Mestre de Avis sabe que o ouro é vil: só é nobre e puro o génio do homem. Enganaram-no [...]! Este edifício *era meu; porque o gerei; porque o alimentei com a substância da minha alma; porque necessitava de me converter todo nestas pedras* [...]. E roubaram-me *o filho da minha imaginação*, dando-me uma tença!...” (pp. 209-210)<sup>5</sup>

A sua amargura é tanto maior quanto um “estranho” recebera o encargo de continuar a sua obra. David Ouguet conhecia bem as regras da arquitectura; mas como poderia entender o que a sua imaginação de bom português concebera? Ressentido, Afonso Domingues explica ainda:

“Acerca de mestre Ouguet, não serei eu quem negue suas boas manhas e ciência de edificar: mas que ponha ele por obra suas traças, e deixem-me a mim dar vulto às minhas. E demais: para entender o pensamento do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, cumpre ser português; cumpre ter vivido com a revolução que pôs no trono o mestre de Avis; [...] ter vencido em Aljubarrota. Não é este edifício obra de reis, ainda que por um rei me fosse encomendado seu desenho e edificação, *mas nacional, mas popular, mas da gente portuguesa* [...]. Por engenho e mãos de portugueses devia ser concebido e executado, até seu final remate, o monumento da glória dos nossos.” (pp. 211-212)<sup>6</sup>

Esta tão intensa acentuação da substância *pessoal e nacional* que modela o objecto artístico tem o seu correlato diegético no evento nuclear donde sai o título do conto: faltando para rematar a construção do mosteiro fechar a singular abóbada da Casa do Capítulo, cuja traça inicial, delineada por Afonso Domingues, David Ouguet desrespeitara por achar que ela “contrastava as regras da arte”, tornando-se de construção “impossível” (p. 220), acontece que a abóbada, terminada, pois, pelo irlandês, cai estrondosamente no dia de Reis em que D. João I vem à Batalha para assistir a um auto - espectáculo nacional e popular - e inaugurar a nova sala. Da tremenda derrocada resulta voltar o Rei a colocar Afonso Domingues à frente da construção: e quatro

<sup>5</sup> Os itálicos são da minha responsabilidade.

<sup>6</sup> Os itálicos são da minha responsabilidade.

meses depois, como o velho arquitecto prometera, a abóbada é fechada com êxito segundo a traça *sua*, perante D. João I, que volta ao mosteiro; mas no termo dos três dias de jejum absoluto que o ancião jurara passar, sozinho, debaixo da abóbada, numa demonstração sacrificial da sua segurança, a exaustão mata-o.

À volta desta *ideia* geradora da *unidade* do conto - a da subjectividade e nacionalidade da inspiração artística -, outras, complementares, se entrelaçam: saliento o menosprezo do saber teórico, quando não vivificado pelo poder imaginativo radicado no sentimento, e a ridicularização do pragmatismo mesquinho, ditos através do delineio da personagem de David Ouguet, impante de orgulho tonto na sua ciência sem alma. O Narrador – um narrador de marca herculaniana, sempre cúmplice do saldo pedagógico a obter (tantas vezes puxado até à actualidade do autor com um humor que pode ser acre) –, apresenta o irlandês em traços caricaturais:

“[...]homem mediano em quase tudo; em idade, em estatura, em capacidade e em gordura, salvo na barriga [...]. De resto, David Ouguet era bom homem: não fazia aos seus semelhantes senão o mal absolutamente indispensável ao próprio interesse; nunca matara ninguém, e pagava com pontualidade exemplar ao alfaiate e ao merceeiro. Prudente, positivo, e prático do mundo, não o havia mais: seria capaz de se empoleirar sobre o cadáver de seu pai para tocar a meta de qualquer designio ambicioso. Com três lições de frases ocas, dava pano para se engharem dele dois grandes homens de estado.” (pp. 218-219)

Afonso Domingues recebe ao invés um aspecto “venerável”, de comprida barba branca e feições que revelam “um ânimo rico de alto imaginar”: faces “fundas”, “maçãs do rosto elevadas”, “fronte espaçosa e curva”, “perfil [...] quase perpendicular”, “testa enrugada” (p. 204). O *contraste de caracteres*, apoiado pelo de *traços físicos indiciais*, anima, pois, o conto, avivando o seu rendimento semântico, como constantemente acontece na obra ficcional de Herculano: lembro, entre exemplos que se multiplicam, a oposição violenta, quer moral quer física, que, n’*O Monge de Cister*, se estabelece entre a nobreza de Vasco, mesmo quando possuído pelo espírito de vingança, e a devassidão de Fernando Afonso, ou entre D. João de Ornelas, o diabólico abade de Alcobça, e o humilde Frei Lourenço, encarnação da caridade, tolerância e perdão evangélicos.

O *retrato* - da fisionomia ao vestuário -, na voz do narrador, torna-se assim, a par das explicações que dá sobre disposições temperamentais e motivações morais, um potente factor de caracterização das personagens e dos conflitos que as movem; mas o romancista junta a esses processos um outro menos convencional que nos documenta, com grande rendimento para a “visualidade” do texto, quão excelente observador é do comportamento humano: refiro-me ao apontamento de rictos, posturas, gestos. No início

d'A *Abóbada*, por exemplo, vemos o cego Afonso Domingues cismando, sentado numa pedra cinzelada, a correr com a mão os seus labores, “ora carregando o sobrolho, ora deslizando as rugas da fronte”, a repreender ou a aprovar “com eloquência muda os primores ou as imperfeições do artífice” (p. 205); e David Ouguet, quando acusa a D. João I o orgulho de “imaginador engenhoso” do seu velho colega, afirmando ser de “menos engenho e mais estudo” que se haveria mister, toma esta postura sobranceira:

“Dizendo isto, o arquitecto metera ambas as mãos no cinto, estendera a perna direita excessivamente e, com a fronte erecta, volvera os olhos solene e lentamente para os circunstantes.” (p. 220)<sup>7</sup>

Cenas há nos romances de Herculano cheias de tensão, que a sugerem em grande parte pelo jogo de atitudes, gestos, olhares. Lembro, n' *O Monge de Cister*, o retorno de Frei Lourenço e Frei Vasco ao Restelo, depois de aquele ter sabido, perturbado, que a mulher quase moribunda que tinha ido confessar, a pedido do truão mouro Alle, que a recolhera, é Beatriz, a irmã do seu jovem pupilo, seduzida e abandonada por um nobre devasso, que Vasco, sem o conhecer, já sente o incontrolável desejo de aniquilar:

“Conhecia-se pelo andar do bom monge, ora demasiado lento, ora excessivamente apressado, que a sua alma ia embrenhada em graves cuidados. [...]

Quem tivesse reparado em Fr. Vasco perceberia facilmente que na sua alma se passava também alguma coisa extraordinária. [...] Ou fosse que o aspecto carregado do mestre de teologia e o lançar-lhe a espaços os olhos de relance, como quem buscava descortinar-lhe alguma coisa no fundo da alma através dos seus gestos e meneios, ou fosse que o estado daquela nova penitente de Fr. Lourenço tivesse despertado na memória do mancebo passadas amarguras, o certo é que ambos os dous monges, tão amigos, tão prontos em comunicar um ao outro seus menores e mais íntimos pensamentos, caminhavam juntos mas em silêncio, como dous cúmplices de um crime afastando-se do lugar onde o perpetraram [...].

O mouro partira, e Fr. Lourenço, com os cotovelos fincados nos joelhos e a cabeça entre as mãos, havia tornado a embrenhar-se nas suas reflexões. Fr. Vasco, em pé diante dele, torcia e destorcia um vime que arrancara no valado fronteiro. Este torcer e destorcer significava que o seu espírito estava mui longe dali.”<sup>8</sup>

Outra cena cheia de tensão, construída de modo quase cinematográfico, é a que, muito longa, decorre, no mesmo romance, na tavalogem do besteiro

---

<sup>7</sup> Ao narrador de *O Monge de Cister* pertencem estas observações, sobrevividas a propósito de Fernando Afonso, reveladoras da atenção prestada aos gestos, por serem indícios da natureza íntima de cada um: “Ao homem habituado a ler no gesto dos indivíduos a sua história moral e íntima não seria difícil descortinar-lhe no aspecto uma índole má ou perversa” (*O Monge de Cister ou a época de D. João I*, 23ª ed., Lisboa, Bertrand, s.d., I, p. 171).

<sup>8</sup> *O Monge de Cister ou a época de D. João I*, ed. cit., I, pp. 104-106.

Lourenço Brás, onde se congregam múltiplas personagens - grandes da corte de D. João I - com o feio objectivo político de conhecerem as reivindicações que os populares iriam apresentar nas cortes que se preparam; ali as vem delatar um magistrado municipal traidor, o provinciano Mem Bugalho, ambicioso, simplório, grotesco, comprado arditosamente através da lisonja do seu saber jurídico e da promessa de altas funções. Naquele espaço soturno, predomina inicialmente o mistério, traduzido em vultos embuçados, olhares inquietos e suspeitosos, silêncios e insinuações, até que, sob a animação causada pelo vinho e pelo jogo, as palavras irrompem, abundantes e esclarecedoras, desde as que mostram a cólera fidalga contra o poder popular crescente, às que dizem as queixas dos humildes contra a exploração aristocrata, às que escarnecem de Mem Bugalho e às que dão vazão enfim à cólera do procurador municipal, tornado eloquente e corajoso quando se apercebe da mistificação humilhante de que fora alvo. Atente-se na chegada do magistrado popular ao recinto, introduzido por Lourenço Brás, criada com pormenores que se diria colhidos por uma câmara num “grande plano” expressionista:

“Pouco havia que cessara o bulício na vasta quadra da tavalagem, quando os que ficavam defronte da porta interior viram sair dentre os umbrais um punho de mão calosa, que sustinha candeia afumada e de luz frouxa, depois dela um braço estendido e uma cabeça de perfil, e depois o corpo achavascado do besteiro, que, caminhando lentamente, olhava para trás de si. Após ele, não tardou a surdir do corredor escuro um vulto que, atentas as suas formas extravagantes, reteremos um instante no limiar para que se possa reparar nele. *Prima facie*, dir-se-ia que era um cepo de açogue, equilibrado por mecanismo oculto sobre duas achas de pinho, e servindo de pedestal a uma abóbora moganga para cima da qual se houvesse atirado ao desdém a cabeleira ruça e cerdosa de um desembargador da antiga Mesa da Consciência [...]. Esta cousa com pretensões de figura humana vinha ensacada em um gibão de engres preto e numas calças de arrás da mesma cor [...]. (I, pp. 184-185).

Antes de vermos actuar Mem Bugalho, tomamos assim contacto com o seu vulto, ainda inominado, num rendoso recurso à *focalização exterior*, processo que o narrador herculaniano constantemente utiliza para criar curiosidade, surpresa, mistério: quando, n’*O Bobo*, assistimos, por exemplo, ao sarau que decorre nos paços de Guimarães (cap. III), são-nos mostrados grupos de personagens cujas silhuetas e atitudes longa e impressivamente vemos antes de nos ser dito quem sejam; ou recorde que, n’*O Monge de Cister*, por ocasião da festa mourisca da maia, o povo infere das alterações que observa no comportamento do truão Alle ter acontecido algo de importante na sua vida, cuja explicação lhe escapa (I, pp. 87-89), mantendo o narrador a incógnita durante largo tempo.

Outras formas bem modernas de recurso à *restrição da informação* surgem na narrativa herculaniana, sempre colocadas ao serviço do rendimento

emotivo da construção diegética. Uma das mais notáveis ocorre n' *O Bobo* (cap. XIV), quando Egas, devorado de dor, está encerrado na masmorra do castelo de Guimarães, sonhando, quase em delírio, com Dulce, cujas bodas com Garcia Bermudes, impostas por Fernando Peres, se celebram nessa mesma noite – o que ele ignora. Toda a narração está sujeita à perspectiva muito limitada do herói que, no exíguo cárcere, cercado de escuridão, apenas vê lampear algumas luzes reflectidas no pavimento húmido, ou ouve ruídos que não sabe interpretar: primeiro vagos sons harmoniosos (os que provinham da festa de casamento), depois “brados agudos mas longínquos”, que se vão aproximando até formarem “um ruído medonho, mas, para o cavaleiro que maquinalmente se pusera a escutá-los, ininteligível” (pp. 262-263); depois uma “estrepida de cavalos, um tinir de espadas roçando por armaduras, a princípio de poucos, depois de mais, depois de muitos”; por uma fresta entrevê “como sombras além do fosso um fio de cavaleiros, que despegando ao que parecia da ponte levadiça, se dirigiam ao burgo” (p. 264). Seria o Infante a aproximar-se? – pergunta-se Egas, repassado de emoção<sup>9</sup>. Cabe a Dulce, cujo vulto surge inesperadamente de uma porta sumida que se abre num “canto obscuro do cárcere”, esclarecer-lhe as circunstâncias, numa entrevista lancinante em que lhe propõe que fuja; mas fuga, só a aceitaria Egas se os dois a empreendessem em conjunto - e a reunião de ambos tivesse tornado impossível com o casamento da jovem, mesmo se imposto (pp. 267-273)... Será D. Bibas, o truão, a libertar o herói na cena bizarra que se segue, onde o bobo se faz passar pelo sacerdote que vinha confessá-lo antes da execução capital que o esperava: cenas inesperadas, de uma intensa “estranheza” emotiva que atinge o leitor.

A utilização do termo *cena*, corrente na linguagem dramática, tem larga razão de ser em relação à obra ficcional de Herculano, já que ela, criada nos primórdios da nossa produção romanesca oitocentista, parece bastante moldada sobre a estruturação oferecida pelo teatro, muito frequentado então, na representação do suceder. Seja nas narrativas breves, seja nos romances, o texto avança efectivamente, em grande parte, através de quadros, nem sempre articulados por relações de causalidade ou de sucessão temporal; são frequentes os que se justapõem por simultaneidade, apresentando-nos eventos paralelos cuja incidência no desenvolvimento da acção nos é revelada apenas quando o desenrolar romanesco o pede: entre tantos exemplos possíveis, lembro que, n' *O Monge de Cister*, enquanto Fr. Lourenço e Fr.

---

<sup>9</sup> Toda esta cena, que se prolonga por várias páginas, pode ser colocada em paralelo, pela narração conduzida pelo que a personagem ouve e vê, sem saber reconstruir o que está a passar-se, com o famoso episódio de *La Chartreuse de Parme* em que Stendhal coloca o seu herói adolescente, Fabrice del Dongo, no meio da batalha de Waterloo, dando-nos a medida da sua juventude pela incapacidade que ele mostra de entender o que acontece à sua volta.

Vasco vão ao Restelo, conduzidos por Alle, para que o virtuoso monge confesse a jovem que o truão recolhera moribunda, decorre ali a festa da maia, largamente evocada (cap. IV), e, em Lisboa, chega ao colégio de S. Paulo D. João d'Ornelas com o seu préstito, a fim de tomar parte nas cortes que iam celebrar-se (cap. VII); n' *O Bobo*, o castigo que o conde de Trava inflige a Dom Bibas, o truão, pela insolência dos seus ditos (cap. VI, pp. 106-109<sup>10</sup>), no decorrer do sarau nos paços de Guimarães, gera neste uma revolta e um desejo de vingança que actuam decisivamente, no fim do romance, já que é o mísero humilhado quem possibilita a Afonso Henriques a entrada triunfante no burgo, reduto do poder da rainha-mãe e do seu amante galego (depois de já ter viabilizado a fuga de Egas da prisão onde Fernando Peres o enclausurara).

Com o modelo teatral se prenderá também a larga utilização do *diálogo* na obra ficcional de Herculano, em registos que vão do eloquente assaz enfático<sup>11</sup> ao patético<sup>12</sup>, ao alucinado<sup>13</sup>, ou ao saborosamente popular. *Pelas* réplicas que as personagens trocam entre si, aprendemos muito sobre os sentimentos que as movem; e se o narrador, como já anotei, explicita com frequência o mundo interior ou circunstancial das suas criaturas romanescas, cabe muitas vezes a estas revelarem-se longamente na relação com um interlocutor, que pode ser o seu próprio íntimo. Daí o lugar que tomam o *monólogo* ou o *relato confessional* nas ficções herculanianas, como se o romance, no relevo dá ao indivíduo, quisesse valorizar a sua voz. Já vimos que Afonso Domingues confessa ao prior da Batalha as suas mágoas de artista; no *Eurico*, às elegias confessionais do presbítero (caps. IV, V, VI) segue-se o relato epistolar a Teodomiro das suas desilusões afectivas e da sua revolta com as traições à pátria que presenciara (caps. VII, VIII); neste romance, ouvimos – e ouve Eurico –, no reduto de Pelágio, o discurso interior de Hermengarda, revelador da sua paixão pelo gardingo, inviabilizada pelo pai (cap. XVIII); n' *O Bobo*, ocorre outro bom exemplo de transposição do discurso interior quando Egas, enclausurado na masmorra do castelo de Guimarães, pensa na morte que o espera, dilacerado pela infelicidade da pátria e pela inviabilidade do seu amor (pp. 258-260). N' *O*

<sup>10</sup> A paginação indicada de *O Bobo* é a da 1ª ed. em volume do romance, Lisboa, 1878.

<sup>11</sup> Seja exemplo a exortação ao perdão que Frei Lourenço dirige a Frei Vasco - meio único para que ele encontre a paz interior - em *O Monge de Cister*, ed. cit., I, p. 107.

<sup>12</sup> Diálogo convulsionado pela emotividade ocorre, por exemplo, n' *O Monge de Cister*, entre D. João d'Ornelas e Fr. Vasco, quando o abade de Alcobaça leva o jovem frade a unir-se-lhe na vingança a tirarem de Fernando Afonso, que ambos odeiam (ed. cit., I, pp.138-145).

<sup>13</sup> Lembro, n' *O Monge de Cister*, o discurso de Brites, a ama de Vasco, enlouquecida pelas desgraças acontencidas da família a que é tão dedicada (I, pp. 22-24).

<sup>14</sup> A Tia Domingas e Rui Casco, n' *O Monge de Cister*, ou a tia Jerónima, n' *O Pároco de Aldeia*, exemplificam bem a notável capacidade herculaniana para recriação da linguagem coloquial popular.

*Monge de Cister*, esta utilização da voz das personagens atinge proporções excepcionais no volume I do romance, em grande parte preenchido por relatos: os de Fr. Vasco a Fr. Lourenço, seu mestre (quer o que tem lugar, no presente da acção, quando ambos vão visitar ao Restelo a desconhecida moribunda que deseja confessar-se, quer o que, integrado neste em analepse, refere as confissões do recém-monge de Alcobaça ao velho amigo, quando vem estudar para Lisboa), relatos que nos dão a conhecer as dores por que Vasco passara, os remorsos que o atormentam pelo assassinio do rico Lopo Mendes que lhe roubara a noiva, a procura sem êxito do sedutor da irmã, Beatriz, que desonorara a casa familiar e motivara a morte do seu pai, enfim, a infrutífera busca de paz na vida conventual; não tarda depois o relato de Beatriz a Fr. Vasco sobre o grande amor que a vencera e a cruel desilusão sobrevinda, que quase a arrastara ao suicídio: durante largo espaço textual, não progride, pois, a acção *presente* do romance, que, aliás, em todo ele cresce e se desenlaça rapidamente, apesar da multiplicação dos incidentes. Esta concentração do tempo diegético, a desdobrar-se, porém, em muitas cenas que ilustram a mobilidade do suceder – torna-se, creio, um dos factores do rendimento emotivo da ficção de Herculano, ainda que origine dificuldades na arrumação da matéria narrativa, que o narrador explicita frequentemente ao leitor, constantemente interpelado, em comentários metatextuais por vezes jocosos<sup>15</sup>.

O factor maior desse efeito emotivo está, porém, na desmesura dada às personagens capitais e a quanto as envolve - conflitos, situações, espaços (lembremos, no *Eurico*, as escarpadas solidões do Calpe, em sintonia tão sugestiva com as dilacerações íntimas do herói, e a inesquecível cena da travessia do Sália, ou, n.º *O Monge de Cister*, I, pp. 273-277, o nocturno mar tempestuoso que chama para as suas águas revoltas a alucinada Beatriz). Não é à história, como se tem acentuado, que Herculano vai buscar estes protagonistas arrebatados pelo tumulto avassalador das paixões, que tanto pode levar ao heroísmo e ao céu, como aos vórtices do inferno moral ou do aniquilamento da razão: esses vultos – chamem-se Eurico, Vasco, Egas, Hermengarda, Beatriz –, libertos dos travões da verosimilhança, saem do potente “imaginar” do seu criador, povoado de visões de grandeza e de assombrações e angústias. Respondendo, em 1871, a um inquérito de proveniência francesa sobre quais os seus “heróis favoritos”, afirmava Herculano que, na vida real, não apreciava figuras singulares; mas que, nos

---

<sup>15</sup> N.º *O Monge de Cister* (I, p. 263), lemos por exemplo: “Aproveitámos o silêncio de Beatriz para insinuarmos o leitor da situação de algumas das personagens que têm intervindo nos sucessos que nos propuemos narrar, personagens que, tempos há, perdemos de vista. Agora pedimos-lhe cortesmente que volte de novo a atenção para o que se passava na rua de D. Mafalda ao começarmos o presente capítulo.”



romances, elas lhe agradavam “quando os seus caracteres tinham algo de terrível e de profundo”, acrescentando: “São pesadelos escritos em vez de sonhados. O pesadelo dá, por vezes, aquilo a que chamo o prazer do horror, e que me atrai”<sup>16</sup>.

Mas o Abade de Alcobaça ou o chanceler João das Regras, personagens construídas sobre referentes históricos, não acabam sendo, elas também, recriações potentes? O que globalmente julgo incontestável é que os romances, mesmo quando subtextualmente informados por documentação séria, como acontece no romance *histórico* de Herculano, são em primeiro lugar *ficção*, edifícios gerados nas volutas íntimas de um autor, onde inextricavelmente se embrecham, articulando-se engenhosa e programadamente em *forma*, crenças, valores, convicções ideológicas, encantamentos, medos, estesias. Discutindo o belo e a verosimilhança poética num dos artigos que citei no início desta comunicação, Herculano escreve estas palavras lúcidas, mofando do racionalismo de Batteux<sup>17</sup> quando, parafraseando Horácio, recusou serem belas as imagens “qui n’ont point de modèle dans la nature”:

“E assim, o que for vão, o que não tiver tipo na natureza nunca será belo. Pobre Homero! Os teus ciclopes, o teu Polifemo, os monstros de Charibdis, enfim teus lindos sonhos devemos arrancar uma gargalhada. Tu mesmo, crapulário Horácio, quererás com o teu Pégaso fazer-nos estourar de riso? Com efeito, onde existem as ficções dos antigos monstros da mitologia? Quem viu um homem ou um cavalo alado como o Amor e o Pégaso? Nem se diga que a crença popular lhes tinha dado a existência: isto são palavras que soam mas sem sentido. - *Cremos que existir na inteligência não é existir no mundo real.* [...] Vemos, portanto, que para a teoria do verosímil pouco se aproveita a poética do ilustre adulator de Mecenas e de Octaviano.”<sup>18</sup>

<sup>16</sup> Apud José Augusto França, “Herculano ou a consciência no exílio”, in *O Romantismo em Portugal*, vol. II, Horizonte, Lisboa, s. d., pp. 288-9.

<sup>17</sup> Charles Batteux (1713-1780) traduziu em 1750 a *Arte Poética* de Horácio. A sua obra mais divulgada foi *Les Beaux-Arts réduits à un même principe*, de 1746.

<sup>18</sup> “Poesia – Imitação – Belo – Unidade”, in *Opúsculos*, vol. V (ed. cit., pp. 34-35; os itálicos são da minha responsabilidade).

## Herculano tradutor e intérprete do romantismo europeu

Este contributo pretende evidenciar o lado menos visível, embora conhecido, do escritor Alexandre Herculano que, talvez em virtude de uma formação intelectual pouco comum, já que não teve oportunidade de fazer estudos universitários, e de circunstâncias políticas especiais que o levaram ao exílio, acabou por conhecer várias línguas europeias e visitar países que nas primeiras décadas de Oitocentos não estavam ainda nas rotas mais percorridas por intelectuais e curiosos. Lembra-se a opinião de Jorge de Sena, em “Sobre o Perspectivismo Histórico-Literário” (e noutros ensaios), em que se afirma sobre Herculano que foi, a par de Garrett, uma das figuras esmagadoras do romantismo português, da envergadura das figuras mais consagradas da literatura europeia do seu tempo. Pode parecer que o reconhecimento de tal saliência seja incompatível com uma abordagem que pretende sublinhar a atenção do autor português às letras estrangeiras. Um autor romântico é por princípio um defensor da originalidade, que se tornou programática na fórmula corrente na Alemanha já no último quartel do século XVIII, a *Originalgenie*, antes ainda de Herculano ter nascido. A verdade é que original e réplica, sabemos hoje em pleno período pós-moderno, são conceitos simétricos e também sobrepostos, abordagens dialogantes e abertas de fenómenos complexos e intimamente contraditórios.

Evidenciar as relações de Herculano com as culturas europeias, sobretudo com a alemã, a que mais admirou, é assim mais uma forma se sublinhar a sua intensa singularidade, num século em que o contacto cultural com o estrangeiro raramente ultrapassou Paris e quase sempre, como a veia satírica de Eça não se cansa de lembrar, de forma servil e acrítica.

Todos os biógrafos de Herculano, porém, e sobretudo a obra monográfica de Vitorino Nemésio insistem na sua ligação às letras alemãs, sendo justamente conhecido o capítulo “O Magistério de Alcipe e a Iniciação Germanística” a que o último investigador dá grande realce na formação do jovem Herculano. Contudo, o germanismo de Herculano tem permanecido uma fórmula frequentemente repetida, mas com pouco conteúdo, sobre o qual abundam declarações sumárias e não fundamentadas em factos.

Antes de Herculano só a Marquesa de Alorna terá dado verdadeiro eco aos tons sombrios do romantismo que despontava na Alemanha e em Inglaterra, entretanto afrancesado por Madame de Staël que, no seu *De L'Allemagne*, o difundiu entre os seus compatriotas depois de ter convivido com Goethe e sobretudo com os irmãos Schlegel em Weimar e Jena. Por isso, aquando da publicação póstuma das obras de Alcipe, Herculano chama-lhe a “Staël Portuguesa”<sup>1</sup> no seu elogio publicado no *Panorama*, revelando pela primeira vez o magistério que lhe devia e o convívio que com ela mantivera enquanto jovem autor.

Ainda assim, atendendo à data tardia da publicação da obra da Marquesa na década de 40, em 1844, já em pleno período romântico, teremos de considerar Herculano e Garrett, muito mais jovens, os verdadeiros divulgadores e cultores do romantismo além-Pirenéus e os primeiros autores românticos portugueses, constituindo o chamado pré-romantismo português uma invenção retrospectiva da história literária do século XX, útil sem dúvida, para consolidar sintomas de antecipação de tendências irreversíveis e de fenómenos de “simultaneidade do não-simultâneo”, como lhes chamou Werner Krauss, que frequentemente caracterizam as épocas cismáticas e de transição<sup>2</sup>. Passando directamente ao assunto em questão, teremos de recorrer ao estudo, já mencionado e ainda hoje marcante e incontornável, de Vitorino Nemésio sobre o jovem Alexandre Herculano. As fontes para a compreensão do seu percurso literário, do seu gosto e opções encontram-se aí, embora continuem a faltar elementos que nos permitam conhecer com exactidão até que ponto aprofundou algumas das suas tendências e opções. É possível até certo ponto situar o momento mais intenso de estudo da língua alemã e de interesse pela tradução de algumas obras, pelos meados da década de 30, embora os dados rigorosos escasseiem, mas parece pertinente aceitar que o autor estudou o alemão ainda muito jovem, porém sem ter adquirido grande proficiência na escrita, ao contrário da leitura. D. Carolina Michaëlis

---

<sup>1</sup> “Como Madame de Staël, ela fazia voltar a atenção da mocidade para a arte da Alemanha...”, A. H., OP IX, p 278.

<sup>2</sup> Costa, Fernanda Gil. “Ocaso de Alcipe na Construção do Pré-Romantismo Português”. *Poiética do Mundo*. Lisboa: Colibri, 2001. 609-619.

classificou como “magníficas adaptações” as traduções de Herculano de “O Caçador Feroz” e “Leonor”, de Bürger (na sua auto-apreciação o autor foi, contudo, bem mais modesto). Seja como for, o peso da tradução na sua obra publicada e conhecida é ínfimo, embora alguns exemplos sejam testemunhos fundamentais sobre a sua forma de utilização das fontes. Algumas das traduções concluídas foram publicadas em jornais da época, especialmente no *Repositório Literário* e n’ *O Panorama*, constituindo exemplos do maior interesse para avaliar a originalidade de Herculano enquanto intérprete e leitor e a sua preparação como escritor, o diálogo criativo e insubmisso que manteve com as fontes sempre que as usava para a sua própria produção, mantendo uma autonomia quase total mesmo no caso de traduções directas, a que talvez por isso preferiu chamar “versões”.

Tomando em primeiro lugar os textos programáticos literários de Herculano, muito escassos, publicados ocasionalmente na imprensa, podem citar-se “Poesia: Imitação-Belo-Unidade”, que Vitorino Nemésio considera “o seu manifesto romântico” (publicado no nº 3 do *Repositório Literário*, 1834), e ainda “Qual é o estado da nossa literatura? Qual é o trilho que ela hoje tem a seguir?” (*Repositório Literário*, nº 1 e 2, 1834) e “Poesia” (publicado em *O Panorama*, vol. 1, nº 8, 1837) que Carlos Reis e Maria da Natividade Pires incluíram na *História Crítica da Literatura Portuguesa*.

A lição de Herculano é muito próxima da alemã professada pelos Irmãos Schlegel, doseada com sensatez de partes de nacionalismo, europeísmo e respeito pela antiguidade clássica, como pode ler-se no seguinte excerto tirado do *Repositório Literário* de 1834: “Diremos somente que somos românticos, querendo que os portugueses voltem a uma literatura sua, sem contudo deixar de admirar os monumentos da grega e da romana; que amem a pátria mesmo em poesia”. E orientando-se por uma nova bússola que em termos schlegelianos poderíamos chamar um “discurso sobre a mitologia”, Herculano defende que se substituam os deuses e heróis gregos e romanos pela “nossa mitologia nacional na poesia narrativa; e pela religião, pela filosofia e pela moral, na lírica”. Falta apenas uma exortação à nova ciência para que o quadro de valores românticos da Escola de Jena, publicados na revista *Athenaeum* nos dois últimos anos do século XVIII, aqui se reveja por completo.

As versões, como o autor significativamente lhes chama, não traduções, foram incluídas no volume da primeira edição de *Poesias*, em 1850 (com diferenças face à lição publicada no *Repositório*)<sup>3</sup>. Sendo em pequeno número, destacam-se as traduções de Bürger já aludidas, e sobretudo

---

<sup>3</sup> Cf. variantes do poema no volume XXI do *Dicionário* de Inocêncio, 357 e 442.

“Leonor” (*Lenore*), a balada fantástica e de inspiração funérea que viria a conhecer imitações e réplicas de todo o tipo nas gerações românticas seguintes.

Sobre o poema e o seu autor alemão escreveu o poeta uma longa introdução no *Repositório Literário*, em 1834, na qual destaca especialmente a popularidade do texto em terras alemãs, dado o seu contributo para a recuperação das tradições nacionais. Quanto à tradução lamenta com modéstia (exagerada) “o nosso apoucado conhecimento daquela riquíssima língua; bem longe estamos portanto de julgar que demos em linguagem as graças e a rapidez descritiva do original”.

Herculano ensaia de facto uma forma de tradução que surpreende pela sintonia com o melhor e mais moderno que se pensava lá fora, precisamente na Alemanha, onde a tradução a partir de 1750 é intensa e acompanhada pela reflexão e dedicação dos escritores mais importantes (a título de exemplo podemos citar Goethe, Schiller e os Irmãos Schlegel) e pela modernidade e antecipação de opções que correspondem a uma cuidada maturação do trabalho tradutológico. A actividade de tradução é na Alemanha do século XVIII construtiva e indispensável, como normalmente acontece em sistemas literários secundários, já que a importação de originais através da tradução se torna indispensável à revitalização das letras nacionais. Veja-se o exemplo das traduções de Shakespeare que, para além do efeito directo no movimento de ascensão dos Teatros Nacionais, contribuiu para a canonização do autor inglês dentro e fora de Inglaterra.

Sem o saber, porque não teve oportunidade de os ler, contemporâneos de Herculano como os Irmãos Schlegel, Schleiermacher e Goethe, todos eles autores de textos teóricos sobre tradução e as suas metodologias, criadores de alternativas que se impuseram rapidamente aos modelos franceses de adaptação, abafamento e apropriação de todo o elemento estranho/ estrangeiro ao bom gosto francês, então ainda dominante, Herculano utilizou os preceitos mais inovadores das novas tendências nas traduções que elaborou cuidadosamente, com intensa e silenciosa maturação, optando por manter, com grande sentido de oportunidade, o elemento de estranheza da cultura estrangeira.

Vejamos um exemplo. No original de “Lenore” encontramos trinta e duas estrofes de oito versos (156 versos em oitavas), uma estrutura baladesca que inclui diálogo e rápida progressão narrativa transposta em abundância de pausas e interjeições, rima emparelhada e cruzada e recurso frequente a onomatopeias. Na tradução portuguesa temos uma opção por quadras em redondilha maior (161 versos), a adaptação criteriosa dos diálogos e da estrutura narrativa da balada e uma cuidada replicação das onomatopeias e sequências de aliteração. O resultado é inegavelmente surpreendente, já que o poema português se toma facilmente por um original sem que haja

naturalização, isto é, mantendo bem presente a estranheza do original. A influência que exerceu nas jovens gerações é a prova insofismável da sua capacidade de inovar e seduzir.

Se atendermos aos antecedentes, as traduções de Gessner que Hernâni Cidade destacou como batedores do percurso romântico, de facto não o foram, não só porque traduzidas de outras em francês, como também porque mantiveram entre nós todos os estandartes essenciais do gosto neoclássico, incluindo a substituição da prosa poética por decassílabo<sup>4</sup>.

Herculano acompanha o pensamento mais inovador dos seus contemporâneos europeus que importam novos e fecundos modelos para revigorar as letras das línguas nacionais espartilhadas pelas poéticas de inspiração greco-latina e antecipa, de facto, opções tão modernas nos estudos de tradução como os da Escola de Telavive e outras do século XX tardio, que vieram reconhecer a necessidade de importação de modelos de sistemas literários dominantes, por parte de sistemas secundários, como era o português, para introduzir a novidade e a progressão dentro do sistema literário praticamente esgotado pelo arcadismo e seus epígonos, incapaz de se impor a um público aburguesado e ansioso por novos cânones de leitura.

O método de tradução de Herculano, mitigando com sensatez processos de apropriação e estranhamento nos textos traduzidos é sem dúvida bem sucedido na empresa de introduzir na literatura portuguesa um novo ambiente poético que os poetas ultra-românticos explorarão (melhor ou pior) até à exaustão.

Como vimos, Herculano reconhece em Bürger a inovação de trazer para o alemão literário o hábito e o ritmo próprios das tradições populares da sua língua e compreendendo isso mesmo no idioma estrangeiro, tenta transpô-lo para a língua portuguesa usando a redondilha maior e a quadra, falhando por vezes a rima, mas aligeirando o ritmo com interjeições e pausas, e replicando habilmente, como se disse, a linguagem de tonalidades onomatopaicas e as aliteraões de cariz popular. A fidelidade ao original é sem dúvida uma preocupação, mas a intencionalidade que reconhece no texto do autor alemão, no sentido de recuperar estruturas e formas literárias e prosódicas da tradição popular, torna-se determinante e leva Herculano a replicar o movimento, buscando a tradição mais popular da poesia portuguesa, a quadra em redondilha maior. Quando se lê o lamento de Leonor:

“Morreu-me , oh mãe, a esperança.  
Perdido... tudo é perdido.  
Morrer, também, só me resta.  
Nunca eu houvera nascido!”

---

<sup>4</sup> Cf. Costa, Fernanda Gil. “Salomão Gessner: Um Episódio Português”. *Dedalus* 1995; 185-203.

é a lírica popular portuguesa que entra no ouvido; tal como a narração da cavalgada do noivo morto que à sepultura conduz a noiva inconsolável.

“Ei-los vão! Soa a corrida.  
Ei-los vão! À fula-fula!  
Ginete e guerreiro arquejam:  
A faisca, a pedra pula.”

E os elementos funéreos, que tanta intensidade emprestarão ao ultrarromantismo que rapidamente esgotará a novidade, estão presentes no melhor gosto do registo de Oitocentos, como podemos ouvir numa das quadras finais:

“Dos covais surgem fantasmas:  
Feio urrar os ares corta;  
Bate incerto o coração  
Da donzela semimorta.”<sup>5</sup>

À luz da teoria do polissistema literário teorizada por Gideon Toury e por Even-Zohar da Escola de Tradução de Telavive<sup>6</sup>, que desenvolve e amadurece os estudos de Mukarovskij nos anos 20 sobre o dinamismo interno do sistema literário, entre centro e periferia, bem como a sua interacção permanente com outros sistemas, Alexandre Herculano é como intérprete e tradutor do romantismo europeu, especialmente do romantismo alemão, um factor de multiplicação e dinamização de inovações que mantém vivo e activo o sistema literário português depois da guerra civil e do exaurido neoclassicismo. Embora membro um pouco insólito da Tebaida de Assentis, Herculano aproveita os seus conhecimentos de línguas vivas (e talvez a escola um pouco marginal mas aberta às novidades dos Oratorianos de São Filipe Néri) para escancarar, como hoje diríamos, em plena crise, a janela de oportunidade que o conhecimento do “outro”, do estrangeiro, lhe pode trazer. Não pode hoje haver dúvidas sobre o seu contributo para o rasgar de horizontes das letras nacionais e para a fundação de um movimento romântico intrinsecamente português (o seu papel como historiador é igualmente incontornável neste contexto) que não foi cego ao romantismo europeu.

---

<sup>5</sup> “O Mutter, Mutter! Hin ist hin!// Verloren ist verloren./Der Tod, der Tod ist mein Gewinn! O waer ich nicht geboren!”

Und weiter, weiter, hopp, hopp, hopp!/Ging's fort in sausendem Galopp./Dass Ross und Reiter schnoben/ Und Kies und Funken stoben.

Geheul! Geheul aus hoher Luft./Gewinsel kam aus tiefer Gruft./Lenorens Herz mit Beben/ Rang zwischen Tod und Leben.

<sup>6</sup> Toury, Gideon. “The nature and role of norms in translation”. *The Translation Studies Reader*, ed. Lawrence Venuti. London/New York: Routledge. 2000. 198-212; e Even-Zohar, Itaman. “The position of translated literature within the literary polysystem”. *Idem*. 192-197.

## Herculano, Poeta-Profeta

*Terra cara da Pátria, eu te hei saudado /  
Dentre as dores do exílio. Pelas ondas /  
Do irrequieto mar mandei-te o choro /  
Da saudade longínqua.*

**Alexandre Herculano**, *Tristezas do Desterro*

*Há glórias mais brilhantes e ruidosas: nenhuma pode haver mais pura.*

**Antero de Quental**

Parece estar hoje definitivamente ultrapassada a indecisão crítica que pairou, durante largos anos, entre as datas que poderiam assinalar, com maior rigor, o início do Romantismo português. A fixação de parâmetros mais universais, dentro de uma perspectiva comparatista, defendida por estudiosos como Jorge de Sena ou Álvaro Manuel Machado, teve a vantagem de – como escreve este último –, «oferecer ao leitor português do terceiro milénio as possibilidades de confronto da sua cultura com as várias orientações estrangeiras que a enriqueceram»<sup>1</sup>. A questão da sua periodização foi, aliás, extensamente tratada por Jorge de Sena num ensaio do início da década de setenta, intitulado «Para uma Definição Periodológica do Romantismo Português», o qual resultou da comunicação por ele apresentada ao primeiro colóquio organizado pelo Centro de Estudos do Século XIX do Grémio Literário (1970), e cujas Actas se publicaram em 1974, sob o título «Estética

---

<sup>1</sup> Cf. Álvaro Manuel Machado, Daniel-Henri Pageux, *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*, 2.ª edição, revista e aumentada, «Introdução», Lisboa, Editorial Presença, 2001, p. 9.



do Romantismo em Portugal»<sup>2</sup>. Aí escreve Sena que «o Romantismo em Portugal é algo que começa em 1825 ou em 1836», remetendo para uma nota de rodapé a justificação da disjuntiva: «António José Saraiva e Óscar Lopes, na sua História da Literatura Portuguesa (5.<sup>a</sup> edição) chamam judiciosamente a atenção para como seria preferível 1836 (a publicação de *A Voz do Profeta* de Herculano, logo seguida da fundação da revista *Panorama*, no ano seguinte), o que todavia minimiza a importância da acção de Garrett, continuada com *D. Branca e Adozinda*»<sup>3</sup>. A data de 1825, sustentada por Fidelino de Figueiredo, ganhou contudo uma rápida aceitação: o facto de ela anteceder o *Prefácio de Cromwell*, escrito por Victor Hugo em Outubro de 1827 e considerado o mais importante manifesto romântico em França, veio desagrar a discrepância cronológica do nosso Romantismo. Permitiu, além disso, consagrar Garrett como o introdutor de uma nova sensibilidade estética, patente no poema narrativo *Camões*<sup>4</sup>, extensamente marcado pelos temas do exílio e da saudade da pátria. Na «Carta a Duarte Lessa» (prefácio a *Adozinda*, 1828), Garrett atribui, sem qualquer reserva, ao nosso épico uma sensibilidade romântica, que anteciparia uma poética baseada no poder da imaginação: «Camões [...] em alguns episódios dos [...] *Lusíadas* foi todo romântico, e felicíssimamente o foi...». Ciente de que esta opção põe a tónica num Romantismo «estrangeirado», mas exacerbadamente nacionalista, Sena retira dela os dividendos que lhe permitem concluir, através de uma argumentação hábil, que «o Romantismo foi um movimento geral que diversamente se manifestou e interpenetrou, e que, como sempre sucedeu com todos os grandes movimentos gerais da cultura, acabou realizando aqui o que não realizara acolá, ou mesmo criou numa forma de arte o que noutra forma de arte não conseguira criar»<sup>5</sup>.

Também o Romantismo francês foi afectado por uma sucessão de acontecimentos políticos, ora revolucionários, ora contra-revolucionários, que levaram ao exílio algumas das suas figuras cimeiras, situação que Chateaubriand resume nestes termos algo provocatórios: «Le changement de littérature dont le dix-neuvième siècle se vante lui est arrivé de l'émigration et de l'exil»<sup>6</sup>. Se não houve entre nós polémicas que se prolongassem é porque, como faz notar Sena, a história literária portuguesa propende

<sup>2</sup> Cf. Jorge de Sena, «Para uma Definição Periodológica do Romantismo Português», in *Estética do Romantismo em Portugal*, Lisboa, 1974. Vd. Obras de Jorge de Sena, *Estudos de Literatura Portuguesa – I*, Lisboa, Edições 70, 1982, pp. 95-111.

<sup>3</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 69; ed. cit., p. 104.

<sup>4</sup> António José Saraiva, Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*: «tema que nessa época inspira também um quadro de Sequeira e uma composição musical de Domingos Bontempo», 5.<sup>a</sup> ed., Porto, Porto Editora, 1967, p. 659.

<sup>5</sup> Cf. Jorge de Sena, *ob. cit.*, p. 73; ed. cit., p. 100.

<sup>6</sup> Jacques Bony, *Lire le Romantisme*, Paris, Dunod, 1992, p.33.

a concentrar-se excessivamente nas grandes figuras. O entendimento sintético do Romantismo literário em Portugal, a partir do par Garrett-Herculano, parece-lhe difícil, «a menos que se aceite, para lá das diferenças caracteriológicas inerentes e personalidades fortemente diferenciadas, que um período se revela [...] em tendências peculiarmente contraditórias»<sup>7</sup>. Efectivamente, no que toca às duas figuras tutelares da primeira geração romântica portuguesa, as diferenças de personalidade são mais decisivas que os onze anos que a diferença de idades perfaz. Tendo ambos conhecido a experiência radical do exílio e a glória de terem integrado o exército libertador dos Bravos do Mindelo, Herculano distingue-se, desde a juventude, pelo sentido de gravidade que confere a todos os seus actos e se traduz numa inabalável exigência ética que o levará a retirar-se da vida política. Quanto a Garrett, o brilho da sua inteligência, a sua vasta cultura e o requinte da sua sensibilidade estética convocam-no para a cena social e política, onde exhibe o seu virtuosismo polémico. Representando as duas faces opostas e complementares do Romantismo português, ambos foram homens do seu tempo, empenhados na tarefa de refundar a identidade da Pátria no âmbito do processo de modernização das estruturas sócio-culturais promovido pelo liberalismo. Ambos o fizeram pela via preconizada por Alexandre Herculano, mas que se revela afinal comum, ou seja: «buscando na história do passado doutrina para o presente». Ambos lutaram por construir um país à altura e à medida do espaço europeu, embora Herculano depressa se tenha apercebido das «contradições estruturais da sociedade portuguesa»<sup>8</sup>, que travariam inexoravelmente o seu progresso; e das feridas insanáveis do sistema parlamentar liberal. Desiludido com a classe política e suspeitando de que «este país encerra um povo exausto de seiva moral»<sup>9</sup>, retira-se para Vale de Lobos, onde reencontra a paz que lhe permite prosseguir a sua obra gigantesca.

O tema maior do exílio, abordado por Maria de Lourdes Belchior num ensaio exemplar<sup>10</sup>, inscreve Herculano na nobre linhagem dos poetas desterrados – Camões, D. Francisco Manuel de Melo, Filinto Elísio, Garrett, entre outros – a qual se prolongará, extra e intramuros, até aos nossos dias.

---

<sup>7</sup> Cf. Jorge de Sena, ob. cit., p. 70; ed. cit, p. 97.

<sup>8</sup> Vd. *Alexandre Herculano, Um Homem e Uma Ideologia na Construção de Portugal – Antologia*. Organização, Prefácio e Notas de Cândido Beirante e Jorge Custódio, Lisboa, Livraria Bertrand, 1979, pp. 14-15. Esta Antologia foi organizada «por sugestão da Comissão Coordenadora das Comemorações do Centenário da Morte de Alexandre Herculano», criada por David Mourão-Ferreira que era então Secretário de Estado da Cultura. Vd. p. 9.

<sup>9</sup> Carta a Oliveira Martins [1870, Dez. 10], in *As Mãos da Escrita*, 25.º Aniversário do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, BNP, Lisboa – 2007, pp. 383-384.

<sup>10</sup> Maria de Lourdes Belchior, «Herculano “Trovador do Exílio”», publicado em *Graal*, n.º 1, Lisboa, Abril-Maio de 1956. Cf. *Os Homens e os Livros II* (Séculos XIX e XX), Lisboa, Editorial Verbo, pp. 199-215.

A matriz do seu canto é o Salmo *Super Flumina Babylonis*, tão diversamente glosado, mas expressando a dor comum da expatriação. Na visão certa de M. L. Belchior, a poesia de Herculano é a de «um grande romântico» que, em nome da liberdade e da justiça, padeceu sem deflexões as agruras do exílio: «dois elementos nela se enlaçam e fundem [...]: religiosidade com raízes poéticas e dialéctica austera mas panfletária, de carácter político»<sup>11</sup>. Num texto mais recente, José Augusto Seabra propõe uma leitura simbólica da cicatriz que vemos no rosto de Herculano, dando-lhe «o nome do exílio»: afinal, um duplo exílio, que a converte no estigma intemporal da liberdade, ao sinalizar o «futuro estoicismo da sua morte política»<sup>12</sup>. Neste sentido, *A Harpa do Crente* surge como o arquivo lírico do «primeiro exílio» político do Poeta, em que o seu destino se confunde com o da saudosa Pátria, «um e outro envoltos na mesma mortalha»<sup>13</sup>:

Oh, talvez, como o vate, ainda algum dia / Terei de erguer à Pátria hino de Morte, / Sobre seus mudos restos vagueando! / Sobre seus restos? Nunca! Eterno, escuta / Minhas preces e lágrimas: se em breve, / Qual jaz Sião, jazer deve Ulisseia; / Se o anjo do extermínio há-de riscá-la / Do meio das nações, que dentre os vivos / Risque também meu nome, e não me deixe / Na terra vaguear, órfão de Pátria. («A Semana Santa», XXV)<sup>14</sup>

A intertextualidade bíblica, patente não apenas n' «A Semana Santa», mas em poemas como «Deus»; «A Vitória e a Piedade», «A Cruz Mutilada», confere a esta poesia um acento religioso que acabou por polarizar a atenção crítica, em detrimento de traços poéticos formalmente inovadores. Segundo Hernâni Cidade, «a linguagem bíblica, por sua própria efusão sentimental e fundas ressonâncias religiosas, como nenhuma outra se lhe adequa»<sup>15</sup>. A Bíblia é, aliás, uma das principais fontes de inspiração literária para os escritores oitocentistas (de Hugo a Michelet; de Chateaubriand a Rimbaud), sem que se possa esquecer Walt Whitman. Não se afastando muito desta perspectiva, Machado Pires prefere colocar a poesia herculaniana sob a égide do sagrado, empreendendo a análise estatística do vocabulário de *A Harpa do Crente* com o objectivo de realçar a íntima aliança «do sentimento da existência de Deus» com a justiça e a liberdade. Na visão de Herculano, como sublinha o ensaísta, a religião é uma necessidade simultaneamente individual

<sup>11</sup> *Dicionário de Literatura*, Dir. de Jacinto do Prado Coelho, 3.ª ed., 1.º Volume, Figueirinhas / Porto, 1976, p. 385.

<sup>12</sup> «Alexandre Herculano ou a Cicatriz do Exílio», in *Herculano e a sua Obra*, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, 1978, pp. 25-42.

<sup>13</sup> José Augusto Seabra, ob. cit., p. 26.

<sup>14</sup> Alexandre Herculano, *Obras Completas, Poesias*, Tomo I, Prefácio e Revisão de Vitorino Nemésio, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977, pp. 32-33.

<sup>15</sup> Hernâni Cidade, *Século XIX – A Revolução Cultural e Alguns dos seus Mestres*, Lisboa, Ática, 1961, p. 68.

e colectiva: «Sem religião não há civilização, não há bons costumes, e, por consequência, não é possível sequer um ideal de liberdade»<sup>16</sup>. Mas, por outro lado, ela é «conforto e abrigo da alma (na injustiça, que ele condena, ou no exílio, que ele bem experimentou)»<sup>17</sup>.

Vitorino Nemésio, perfilhando o ponto de vista de Fidelino de Figueiredo, considera que, dentre os poetas franceses, foi Lamartine quem mais «contribuiu para confirmar Herculano no caminho livremente escolhido de poeta cristão»<sup>18</sup>. A sua admiração pelo autor das *Méditations* (1820) fica expressa no elogio que lhe faz num passo de *Poesia (Imitação – Belo – Unidade)*, ensaio publicado em 1835 no «Repositório Literário»: «Lamartine! Com uma poesia celeste tu fazes adorar a religião que saudaste em teus hinos solitários»<sup>19</sup>. O lamartinismo de A. Herculano manifesta-se igualmente na nota que acompanha o *Hino a Deus*, publicado no «Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras», n.º 4 (Julho de 1836):

*«Sei que poesias das quais a religião é o alvo não serão aceitas a este século de transição e cepticismo, mas opiniões e gosto por esta senda me levaram. Segui-as por isso, e porque me persuado de que a mais nobre missão do poeta, na época presente, é ser útil ao Cristianismo e à Liberdade: nem outra coisa poderia despertar em mim algum raio de engenho, se Deus me concedeu dom de poder revelar uma porção dessa harmonia, que Ele derramou abundantemente no universo, e de que o poeta é intérprete para com o resto dos homens.»*<sup>20</sup>

Dessa harmonia universal se faz eco o poema *Arrábida* (1830), portentoso hino de fé e confiança metafísica que é também uma homenagem a Frei Agostinho da Cruz, não obstante o tom cáustico dos versos da estrofe final, que prenunciam *A Voz do Profeta*, a obra que escolhemos para evocar, nalgumas breves linhas, Herculano e para onde convergem imagens e temas da sua poesia anterior:

Texto de cariz panfletário e apocalíptico, *A Voz do Profeta* publicou-se em «duas séries», sob anonimato. A primeira, de 35 páginas, veio a lume nos finais de Novembro de 1836. Ou seja: há 174 anos<sup>21</sup>. Em 1837, apareceu a segunda série, de 36 páginas, impressa na Tipografia Patriótica de C. J. da Silva e C.<sup>a</sup>, em Lisboa. A decisão de redigir o opúsculo foi tomada

<sup>16</sup> António Machado Pires, «A Expressão do Sagrado n'A *Harpa do Crente* de Herculano», in *Estética do Romantismo em Portugal*, ed. cit., p. 128.

<sup>17</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 135.

<sup>18</sup> Vitorino Nemésio, *Obras Completas*, Vol. XXIV, *Relações Francesas do Romantismo Português e Outros Estudos*, Lisboa, IN-CM, 2008, p. 87.

<sup>19</sup> Alexandre Herculano, *Opúsculos*, Tomo IX, *Literatura (Tomo I)*, 3.<sup>a</sup> edição, Livraria Bertrand [s/d], p. 34.

<sup>20</sup> *Apud* Vitorino Nemésio, *ob. cit.* p. 90.

<sup>21</sup> Esta primeira série, de 35 páginas, foi reeditada no Porto, pela Imprensa de Álvares Ribeiro, em 1837. Ou seja: no mesmo ano da publicação da segunda série, de 36 páginas e impressa na Tipografia Patriótica de C. J. da Silva e C.<sup>a</sup>, em Lisboa.

por Herculano depois da exoneração, a seu pedido, do cargo de segundo-bibliotecário da Biblioteca Pública do Porto, em consequência de se ter recusado a trair o juramento de fidelidade à Carta Constitucional, outorgada por D. Pedro IV à nação portuguesa em 1826, logo depois da morte de D. João VI. O liberalismo moderado que era o seu, mais consentâneo com os fundamentos da Carta, não podia aceitar o ímpeto revolucionário do setembrismo, quanto mais não fosse «pelo temor de que a revolução caísse na rua».

Na «Introdução» que redigiu em 1867, com vista a uma reedição do opúsculo, Herculano faz uma espécie de balanço autocrítico, procurando justificar com argumentos plausíveis o excesso de paixão que transborda dos textos das duas séries: o «amor exagerado aos bons princípios» e «uma cólera que em muitas coisas ofuscava a razão», imputável à fogosidade dos seus 26 anos. Mas a razão de fundo permanece inalterável: «a lealdade ao juramento» – uma vez que esta «constituía a essência do cartismo». A nobreza do seu carácter, que tão vivamente impressionou a Geração de 70, fica patente no passo que a seguir se transcreve, timbrado por uma ética política inabalável:

«Hoje a exageração sincera do insulto, a invectiva hiperbólica, inspirada, não pelo cálculo, mas pelas irritações da consciência, mal se compreende. [...] Mas a quebra de promessas solenes e espontâneas, seja qual for a sua fórmula, será sempre uma vilania enquanto tiverem culto a honra e a lealdade. [...] Têm passado trinta anos depois daquela época; as paixões tempestuosas de então fizeram silêncio, e o cartismo e o setembrismo são dois cadáveres sepultados no cemitério da história. O autor da *Voz do Profeta* contempla tão placidamente o seu opúsculo como se mão estranha o houvera escrito. A experiência e os desenganos fazem-no sorrir daquelas cóleras, daquelas hipérboles dos vinte e seis anos.»<sup>22</sup>

Ao fazer a reavaliação desse momento conturbado, em que se efectiva a cisão do Partido Liberal, Herculano não deixa de lembrar que «a liberdade da palavra falada e escrita tinha-se conquistado não só contra os defensores da censura e do absolutismo, mas também para eles»<sup>23</sup>. Fica também esclarecida a razão da sua adesão à solução de compromisso que a constituição de 1838 representou: «era um campo neutro onde todos se podiam encontrar pacificamente e procurar, sem sair da legalidade, o domínio das respectivas opiniões»<sup>24</sup>.

Se a violência do confronto ideológico entre cartistas e setembristas é a razão imediata da redacção d' *A Voz do Profeta*, não podemos ignorar que

<sup>22</sup> Alexandre Herculano, *Opúsculos*, Volume I, Organização, Introdução e Notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Lisboa, Editorial Presença, 1982, pp. 33, 37 e 40.

<sup>23</sup> *Id. Ibid.*, p. 35.

<sup>24</sup> *Id. Ibid.*, p. 42.

este é um dos textos mais perturbantes do nosso Romantismo, tanto pela sua força injuntiva como pelo estilo grandiloquente e visionário, sintonizado com «um cristianismo épico e profético à Lamennais ou Klopstock» (Álvaro Manuel Machado)<sup>25</sup>. Antecipando *Fonction du Poète* (1839), de Victor Hugo (Peuples ! écoutez le poète ! / Ecoutez le rêveur sacré ! / Dans votre nuit, sans lui complète, / Lui seul a le front éclairé.); penetrando com desenvoltura nos caminhos ainda pouco explorados do poema em prosa, Herculano colhe nos Livros dos Profetas o vocabulário, o tom lírico-profético, o vigor das imagens e o ritmo versicular, tendo embora por modelo próximo *Paroles d'un croyant* de Lamennais (1834). As epígrafes que abrem as duas séries do opúsculo são, respectivamente, versículos de Isaías e de Ezequiel, com a função de introduzir o leitor no quadro visionário em que irão decorrer as profecias que anunciam a destruição da Pátria.

*A Voz do Profeta* é um verdadeiro Manifesto romântico, uma declaração de princípios em que a profissão de fé no cristianismo não pode ser separada do ideal liberal, reafirmado na sua pureza genuína e inculcando a ideia de que a religião cristã é a que melhor se coaduna com as noções de liberdade, justiça e fraternidade. Entre os traços românticos mais evidentes, começo por destacar o modo egocêntrico da enunciação: o sujeito textual apresentase como um profeta – não apenas por lhe serem revelados acontecimentos futuros, ou factos ocultos, mas por ser «aquele que fala em nome de Outro, sobretudo de Outro que é Deus, a Transcendência absoluta, de Outro que é Senhor do tempo, da história, dos autênticos valores reais e humanos»<sup>26</sup>. Estas palavras de Manuel Antunes, extraídas de um texto sobre Karl Barth, fornecem-nos uma chave de leitura do «profetismo» de Alexandre Herculano. É neste último sentido que o *poeta* devém *profeta* – no preciso momento em que assume uma responsabilidade ética em nome do Outro. Ou, por outras palavras, quando o “eu” solitário devém um “eu” solidário.

E porque, «no ardor do combate, a ideia justa obscurece-se, condena-se, envolta na proscricção das doutrinas absurdas e das aplicações temerárias»<sup>27</sup>, o poeta-soldado recolhe-se ao anonimato para apelar à defesa «dos valores reais e humanos» do liberalismo. Fã-lo menos por razões políticas do que em nome do amor pátrio, ou melhor: de um genuíno orgulho patriótico, que exacerba o receio do desaparecimento de uma nação fragilizada pela guerra civil, a que se vem agora sobrepor a cisão ideológica entre os que tinham lutado, lado a lado, contra a opressão do absolutismo. Mas fã-lo, sobretudo, em nome dos que deram a vida pelos ideais em que acreditavam.

---

<sup>25</sup> *Poesia Romântica Portuguesa*, Antologia organizada e prefaciada por Álvaro Manuel Machado, Lisboa, INCM, 1982.

<sup>26</sup> Manuel Antunes, *Grandes Contemporâneos*, Lisboa, Editorial Verbo, 1973, p. 130-1.

<sup>27</sup> Alexandre Herculano, ob. cit. [1979], p. 346.

A dimensão intersubjectiva do texto é activada pelo *ethos* religioso, de modo a potencializar a eficácia do apelo dirigido à consciência dos que rejeitam a violência instalada e propugnam pela «moralização» política da sociedade.

Fazendo do texto tribuna – ou púlpito – o sujeito poético cede o seu lugar ao profeta, na «cena da enunciação» (Dominique Maingueneau), munido da omnisciência que lhe permite aproximar factos temporalmente distanciados e lançar recriminações aos responsáveis pelos acontecimentos que ensombraram a Revolução de Setembro, como o assassinato do Ministro do Reino, Agostinho José Freire, por altura da Belenzada.

*A Voz do Profeta* é o primeiro texto de vocação panfletária da Literatura Portuguesa. Contudo, não se trata de um mero libelo político, mas de um texto que desafia as leis do género e revela uma imaginação poderosa, capaz de mobilizar todos os recursos da expressão lírica. A abundância de imagens que possuem grande eficácia alegórica, em passos como aqueles que decalam as visões apocalípticas de Ezequiel, designadamente a do «vale com ossos ressequidos», serve o propósito de acordar as consciências de uma letargia que poderá ser fatal.

«Os soldados da liberdade morreram nos combates da pátria e misturaram o seu sangue com o sangue dos satélites da tirania: os seus ossos alvejam nas serras e nos vales, como alvejam as ossadas dos servos com quem combateram.

[...]

Se os homens do desterro e das tempestades pudessem levantar-se da sua jazida, a terra de antigas glórias ainda seria salva: mas eles dormem o perpétuo sono do repouso.

[...]

Felizes os que então se despediram do sol e misturaram com a terra o pó que lhes emprestara a terra.

Os dias dos que restamos não eram ainda contados; porque nossos erros pediam a punição do opróbrio.

O Senhor nosso Deus é justo; curvemos a cabeça diante da sua Providência.» [Primeira Série, IV]<sup>28</sup>

Acusado de radicalismo e intolerância, talvez com base nas invectivas dirigidas ao «povo», ou à «plebe», pelo sujeito de enunciação de *A Voz do Profeta*, Herculano explicará, mais tarde e noutra contexto, o sentido da luta ético-política de toda uma vida: «O nosso intuito é ver se contribuimos para o verdadeiro progresso da terra em que nascemos». A cena narrativa que o texto constrói é percebida pelo leitor em planos sucessivos, homocêntricos, que se vão desdobrando, versículo a versículo, como ondas de choque ritmadas pela mão de Deus, convertida no pensamento do Poeta-Profeta:

<sup>28</sup> Alexandre Herculano, *Opúsculos, A Voz do Profeta*, ed. cit. [1982], pp. 44-45.

«Deus converteu a sua voz no meu pensamento e colocou nos meus lábios o grito da sua cólera.

O seu verbo desfará a minha alma, como o ar aquecido dilatando-se dentro do vaso o desfaz em fragmentos.

O espanto cerca-me no meio das trevas, e o futuro está parado dentro de mim como um pesadelo eterno.

Em um momento reúne o Senhor na minha alma as dores com que por largos dias gerará esta desventurada pátria.

E, em sonhos, oro ao Deus de nossos pais; mas na sua ira o Altíssimo repele as minhas preces; e acordo debilhado em lágrimas.

Este acordar arremessa-me à vida actual, a esta atmosfera de depravação, ao meio do desonesto tumultuar de um povo corrompido.

E a oração, que em sonhos ousara levantar a Deus, cai gelada na terra ao som das pragas e blasfêmias da turba desenfreada.» [XII]<sup>29</sup>

É, pois, «pelos horas caladas da noite» que o Profeta tem as suas visões – quando as imagens surdem incontrolavelmente do inconsciente e o conduzem a um estado de exasperada clarividência. A presença do elemento onírico é um dos traços românticos que impede que as profecias sejam associadas a um sentido univocamente religioso. Por outro lado, o discurso não rejeita a alusão a acontecimentos históricos precisos: não apenas aqueles que evocam a edificação providencial desta pequena Nação que se tornou capital de um imenso império, mas também aqueles que ameaçam a sua sobrevivência, num presente em tudo adverso. A profecia política explora o contraste entre a degradação do presente e a grandeza do passado; e, denunciando factos recentes cuja violência não poderá ser caucionada pela história, transmuda-se numa visão tingida de tragédia:

«E esse homem assassinado e arrastado, e coberto da escuma fétida da gentalha, fora um dos que salvaram o povo do cutelo dos tiranos.

Plebe: cometeste um assassinio, e serás julgada. A ferro morrerá o que ferir com ferro: disse-o o Profeta do Gólgota.» [VII]<sup>30</sup>

Na primeira série sobreleva a ideia de que o cristianismo está ligado à defesa da liberdade, ao progresso moral e à dignificação dos humildes. Retenho, desta primeira parte, as visões que se relacionam com a epígrafe de Isaías : «Os homens não-de maltratar-se uns aos outros, cada um contra o seu próximo; o jovem insultará o idoso; e o plebeu o nobre».

O Anjo das Predições vai revelando ao Poeta-Profeta as visões do futuro que se projectam na cena do texto. Este é o lugar de um perpétuo e alucinante cruzamento de discursos: do mais desassombadamente acusatório ao mais

---

<sup>29</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 49-50.

<sup>30</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 46.



intensamente lírico, ligado à vivência do desterro. Um infindável cortejo de imagens cemiteriais inscreve no texto uma clave ultra-romântica, embora, aqui e ali, não deixe de aflorar a memória do barroco seiscentista e da prosa de Vieira. Um imaginário espectral marca as analepses referentes à guerra civil e aos mortos que nela pereceram, argumento de que Herculano lança mão no duro combate em que se empenha. Tal combate não é apenas ideológico, mas patriótico, dado que a situação criada é uma porta aberta para um regresso à antiga ordem absolutista; e um sinal evidente de fraqueza, que pode fazer perigar a independência nacional.

A propósito de um outro texto de Herculano (*Monumentos Pátrios*), David Mourão-Ferreira demonstra como o seu “profetismo” constitui uma brilhante estratégia discursiva: «todo o profetismo pressupõe uma espécie de perspectiva à *rebours*, implicando a colocação não só do alvo mas também do ponto de vista num futuro imaginário – para onde e de onde se fala, em nome de que se fala». A originalidade de Herculano consiste na adopção consciente de uma perspectiva «escatológica»: «é “do lado do futuro” que ele se dirige aos seus contemporâneos»<sup>31</sup>.

A já clássica aproximação d’ *A Voz do Profeta* às *Paroles d’un croyant* de Lamennais (1834), que Alexandre Herculano bem conhecia, quanto mais não fosse pela tradução portuguesa de António Feliciano de Castilho, publicada em 1836 e prefaciada pelo próprio, tem inteiro fundamento, nos aspectos que a seguir se enumeram: a radicação do texto na actualidade e a estratégia de persuasão desenvolvida por um sujeito omnipresente e visionário; o decalque dos Livros Proféticos e a utilização do versículo bíblico; o recurso à alegoria e ao tom característico da oratória sacra. Se Lamennais é o criador do poema em prosa bíblico (não obstante o lugar particular que deve ser concedido à *Vision d’Hébal* de Balanche, publicada três anos antes (1831) e composta em versículos, Herculano tem a virtude de, por via do impulso que recebeu desta obra que lhe serviu de modelo, fazer d’ *A Voz do Profeta* um Manifesto romântico. É-o, na verdade, por todas as inovações que se escondem atrás do que se convencionou que fosse uma manifestação do seu conservadorismo ideológico, da sua austeridade moral, da inflexibilidade do seu carácter. O mais surpreendente é que todas as leituras conhecidas do texto são insuficientes para justificar esta espécie de indecisão que ele ainda hoje suscita. Trata-se de uma longa «meditação sobre ruínas»<sup>32</sup> – no sentido plenamente romântico do termo – a ruína dos valores cristãos que eram o fundamento da Nação, a ruína dos ideais liberais da primeira hora, a

<sup>31</sup> David Mourão-Ferreira, «Alexandre Herculano e o património cultural», in *Tópicos Recuperados – Sobre a crítica e outros ensaios*, Lisboa, Caminho, 1992, p. 111.

<sup>32</sup> Cf. Nuno Júdice, *Meditação Sobre Ruínas*, Lisboa, Quetzal, 1994. Grande Prémio de Poesia da APE e finalista do Prémio Europeu de Literatura Aristeion.

ruína da justiça, a ruína da autoridade, do civismo e da moral; e a provável ruína de um país em convulsão, que caminha para o caos. E, também, como contraponto positivo, a ruína dos géneros literários, perfeitamente sintonizada com o novo género romântico, anunciado por F. Schlegel no fragmento 116 de *Athenaeum*: «O género poético [Dichtart] romântico está ainda em devir; e é da sua própria essência apenas poder eternamente devir e nunca realizar-se»<sup>33</sup>. Género que reuniria todas as modalidades de discurso, anunciando uma teoria da «poesia universal progressiva».

A eloquência apaixonada, a anatematização do povo anaforicamente apostrofado, as visões macabras, as paisagens tumultuárias, tudo isso remete para a matriz sagrada do discurso e visa a sua inscrição ritual. Mas não podemos ignorar a presença de uma reverberação épica que se torna mais forte no elogio da cidade de Lisboa, com que abre a segunda série. A descrição da metrópole de um império a desmoronar-se leva à evocação das cidades antigas, malditas e benditas – Babilónia, Jerusalém – e do saudoso Sião, símbolo eterno da condição de desterrado. No texto de 1837, o eixo da meditação desloca-se do Velho para o Novo Testamento, e a figura do Cristo mártir, já anteriormente evocada (designadamente no poema «A Semana Santa», 1829), ganha uma maior centralidade. E ganha também vulto – insista-se – o espectro da decadência de uma cidade sem fé nem lei.

Quase no termo do ano do bicentenário do nascimento de Alexandre Herculano, fica claro que se perdeu a oportunidade de fazer a grande comemoração nacional que, por indeclinável direito, ele merecia. Fica contudo exarada uma breve referência ao primeiro Centenário do seu nascimento, da mão de Raul Brandão, retirada de um texto evocativo que consta do 1.º Volume de *Memórias* (1919):

«Centenário de Herculano. Missa nos Jerónimos [...]. Herculano descende de pedreiros e toda a sua obra é a de um homem que mói e lavra com solenidade a pedra, a dum desses extraordinários montantes que metem o ferro até à raiz da fraga, racham o penedo, afeiçoam a laje, e acabam, enfim, por construir a catedral. Herculano edificou em granito – e no granito abriu pacientes e admiráveis labores...»<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> *Apud* Ph. Lacoue-Labarthe/J.-L. Nancy, *L'Absolu littéraire, Théorie de la littérature du romantisme allemand*, «*Fragments de Athenaeum*», Paris, Editions du Seuil, 1978, p. 112.

<sup>34</sup> Raul Brandão, *Memórias* (Tomo I), **Obras Completas**, Vol. I, Edição de José Carlos Seabra Pereira, Obras Clássicas da Literatura Portuguesa, Séc. XX, Lisboa, Relógio d'Água, 1998, p. 204.



# Alexandre Herculano e a polémica de Ourique

## Anticlericalismo e iconoclastia

### Alexandre Herculano, hoje

Falar de Alexandre Herculano (1810-1877) no ano em que se comemora o 2º centenário do seu nascimento é também trazer para primeiro plano categorias e mecanismos como os da memória e do esquecimento. Referência maior da historiografia portuguesa ainda em vida, cidadão profundamente empenhado na vida pública e amante da liberdade, homem de letras, romancista, poeta e referência moral para várias gerações de portugueses pelo seu modo de ser e de estar, objecto de importantes trabalhos que nos deram a conhecer aspectos da sua vida, percursos e obra<sup>1</sup>, a figura de

---

Edições citadas dos *Opúsculos*: I, 5ª ed., s/d; II, 1ª ed., 1873; III, 3ª ed., s/d.

<sup>1</sup> Sem pretensão de exaustividade, aqui se apontam algumas dessas obras de referência (apenas livros): Vitorino Nemésio, *A Mocidade de Herculano*, 2 vols, Lisboa, Bertrand, 1978 (referimos esta obra ímpar sobre Herculano em primeiro lugar porque originalmente correspondeu à dissertação de doutoramento de Nemésio, apresentada em 1934); António Borges Coelho, *Alexandre Herculano*, Lisboa, Editorial Presença, 1965; Joaquim Barradas de Carvalho, *As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano*, 2ª ed., corrigida e aumentada, Lisboa, Seara Nova, 1971; António José Saraiva, *Herculano e o Liberalismo em Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Bertrand, 1977; Joaquim Veríssimo Serrão, *Herculano e a Consciência do Liberalismo em Portugal*, Lisboa, Bertrand, 1977; João Medina, *Herculano e a Geração de 70*, Lisboa, Ed. Terra Livre, 1977; Cândido Beirante, *Herculano em Vale de Lobos*, Santarém, Ed. da Junta Distrital, 1977; Jorge Borges de Macedo, *Alexandre Herculano. Polémica e mensagem*, Lisboa Bertrand, 1980; referência ainda para os importantes “Prefácio” de José Mattoso à edição da *História de Portugal desde o começo da Monarquia até ao fim do reinado de Afonso III*, t. I, Lisboa, Bertrand, 1980, pp. VII-LII, e “Introdução” de Jorge Borges de Macedo à *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, t. I, Lisboa, Bertrand, 1975, pp. XI-CXXXIV, Harry Bernstein, *Alexandre Herculano (1810-1877). Portugal's Prime Historian and Historical Novelist*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1983, e ainda os ciclos de conferências *Alexandre Herculano à luz do nosso tempo. Ciclo de Conferências*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1977, e *Alexandre Herculano. Ciclo de Conferências comemorativas do I Centenário da sua morte 1877-1977*, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1979.

Herculano foi, imperceptivelmente, ficando envolta numa certa e inegável obscuridade.

Evocar, a este propósito, a dimensão das comemorações ocorridas precisamente há cem anos, com os cortejos de rua reunindo milhares de pessoas e o forte significado simbólico das cerimónias de homenagem no Terreiro do Paço, perante o Parlamento, bem como a romagem ao seu túmulo no Mosteiro dos Jerónimos é, pelo contraste com as acções públicas de 2010, deveras significante e merecedor de uma reflexão. Também por isso, a iniciativa de revisitar a figura e a obra de Alexandre Herculano pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto se reveste, a meu ver, de um importante significado.

### A polémica em Herculano

Partiremos de uma reflexão breve sobre a polémica em Herculano uma vez que, por um lado, é esse o suporte e o “meio” em que se desenvolve o confronto ideológico que nos ocupará e, por outro, é consabido o “lugar” que a polémica, enquanto modelo de inserção na vida pública no século XIX, teve na estruturação do perfil e da acção de Herculano.

Na verdade, a polémica – e em muitas se envolveu - é para Alexandre Herculano o espaço em que se evidencia de forma mais clara o sentido cívico que preside à sua actuação e vivência de cidadão empenhado. Várias vezes se tem dito e escrito que, de certo modo, Herculano se perdeu nessas “guerrilhas”, como ele próprio lhes chamou, desviando-se de outros trabalhos mais importantes. Mas elas podem ser vistas, sob outra perspectiva, não como factor de dispersão, mas como momentos indissociáveis da sua imagem e do modo de encarar a sociedade, o facto público e a própria concepção de cidadania<sup>2</sup>. Borges de Macedo sublinha essa dimensão do seu perfil, ao enfatizar que “*para Herculano, a vida é uma luta onde o homem se esforça por se exprimir e sobreviver, não de um modo arbitrário mas guiado por regras morais que escolhe e, com toda a liberdade, segue*”. Não é pois de estranhar que a sua vida seja uma tensão constante, e que “*tenha formulado a maior parte das suas ideias em polémicas*”. Acrescenta Borges de Macedo que Herculano se define muito *em função do outro*, “*em contraste, em choque, em divergência*”, tornando-se as causas ou motivações externas essenciais à fundamentação do seu “eu” e das suas posições. É, em suma, na

---

<sup>2</sup> Sobre Herculano polemista, v. Óscar Lopes “Reflexões sobre Herculano como polemista”, in *Alexandre Herculano. Ciclo de conferências comemorativas do 1 Centenário da sua morte. 1877-1977*, Porto, 1979, pp.45-68; Jorge Borges de Macedo, *Alexandre Herculano. Polémica e mensagem*, Lisboa, Bertrand, 1980.

sua “*dimensão de polemista que aparece, com mais riqueza e autenticidade, a plenitude da sua complexa personalidade*”<sup>3</sup>.

Numa mesma ordem de ideias, Oliveira Martins sustenta que é como polemista que o estilo da escrita de Herculano mais se distingue, pela simultânea concisão, clareza e tensão da sua linguagem:

*“Duas palavras agora acerca do escritor. Obras de três naturezas diversas nos revelam pelo estilo três fisionomias distintas. A primeira, oficial e grave, são os seus trabalhos históricos. A segunda são os seus romances e escritos humorísticos. Na terceira, finalmente, em nossa opinião a mais bela: nos escritos de polemista, a frase rotunda é quente, a agressão é viva, as palavras têm calor, e a dureza do génio lusitano acha nos sentimentos expressos em orações duras, uma convicção, uma independência que a enobrecem. Ouve-se a voz do estóico, e há uma harmonia perfeita entre o pensamento profundo, grave e forte e o estilo redondo, sóbrio e nobre”*.<sup>4</sup>

Em carta ao Duque de Palmela, em Dezembro de 1868, já no seu retiro de Vale de Lobos, Herculano definia de modo singular essa capacidade de intervenção, devida não a uma acribia cultivada, mas a uma necessidade constitutiva e vital de intervir na sociedade: “*Quanto ao país, e às minhas profecias, acredite que o contrário do ditado ninguém é profeta na sua terra é que é verdade. Na nossa terra, onde temos obrigação de conhecer os homens e as coisas, é que possuímos elementos para prever o futuro*”.<sup>5</sup>

É através da polémica - e em várias e de vários tipos se viu envolvido ao longo da sua vida - que Herculano mais claramente mostrou a sua atenção ao tempo e a importância que para ele revestia a “circunstância” das grandes questões suas contemporâneas. É esse o sentido da “Advertencia Previa” ao primeiro volume dos *Opúsculos*, publicado em 1873, em que o historiador demonstra a consciência do “império da circunstância” em parte significativa da sua obra, assumindo-a como vivência inevitável:

*“Os escriptos aqui reunidos, os quaes, na sua maior parte, foram inspirados por impressões momentaneas, perderam o interesse que lhes provinha das circunstancias que os provocaram; mas, ainda assim, podem ficar como marcos milliaros que ajudem a assignalar as luctas e o progresso das idéas em Portugal no decurso de mais de trinta annos. [...] A demasiada vivacidade, a talvez exagerada energia com que frequentemente ahi são expostas e defendidas taes e taes idéas e combatidas outras, revelam a indole impetuosa mas sincera de quem escreveu essas paginas”*.<sup>6</sup>

<sup>3</sup> Jorge Borges de Macedo, *op.cit.*, pp.29, 30 e 33.

<sup>4</sup> Joaquim Pedro de Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, Liv. 6, cap. I, 3, Lisboa, Guimarães Edit., p. 254.

<sup>5</sup> Alexandre Herculano, carta datada de 24 de Dezembro de 1868, ao Duque de Palmela, in *Cartas de Vale de Lobos ao 3º Duque de Palmela e a José Cândido dos Santos*, prefácio e notas de Vitorino Nemésio, vol. I, Lisboa, Bertrand, 1980, p. 18. Sublinhado do autor.

<sup>6</sup> Idem, “Advertencia Previa”, in *Opúsculos*, I, pp.XIII-XIV.

Uma vez que “o homem imprime necessariamente em todos os actos da vida as condições do seu ser”<sup>7</sup>, porque a crença é factor estruturante do homem como indivíduo e cidadão, existe em Herculano uma particular veemência e uma entrega total na defesa dos seus pontos de vista, uma capacidade de proximidade das questões, o que lhe permite exercer a crítica, mas uma simultânea distanciação no julgamento. Se no início da sua primeira carta a Maggesi Tavares, um dos seus antagonistas na polémica de Ourique, afirmava não ser “dos menos sujeitos a ceder às vezes aos impulsos da vivacidade”<sup>8</sup>, é porque justamente ele tinha uma noção quase sagrada da intervenção pública como materialização do dever cívico, em que o exercício da liberdade se entrelaça com a exteriorização de uma atitude moral. O seu conceito de cidadania é totalizante porque tende para a exclusividade. Como escreveu em 1858, “Só ha uma cousa nas obras humanas que tenha em si mesmo a sua causa final; é a arte. Tudo o mais tem por objecto a sociedade ou o individuo”<sup>9</sup>.

### Alexandre Herculano em 1846: textos e contextos

Em 1846, data que assinala o início da publicação de uma incompleta *História de Portugal*, a que se seguiriam novos volumes em 1847, 1850 e 1853, Herculano, aos 36 anos de idade, era, em termos públicos, uma figura já conhecida e prestigiada, sob o ponto de vista literário e de homem público. A publicação da *História de Portugal* e outras iniciativas importantes e pioneiras no campo da historiografia dar-lhe-iam também, de forma definitiva, o estatuto de criador da historiografia científica em Portugal, mas também de polemista. Evoquemos, de forma breve e avulsa, alguns dos momentos da sua intervenção como homem de letras, intelectual e cidadão empenhado que lhe deram a visibilidade de que gozava já quando publicou o 1º volume da *História de Portugal*: a publicação, em 1837, do poema *A Voz do Profeta*, uma das suas várias tomadas de posição contra o radicalismo da esquerda liberal, após a Revolução de Setembro; a sua participação na revista semanal, de orientação enciclopédica e generosos objectivos, em que coexistia a publicação de romances históricos com a divulgação de técnicas agrícolas e outros conhecimentos úteis, *O Panorama*, que surge também em 1837, da qual Herculano se tornou redactor principal; a publicação, entre 1838 e 1844, de obras como a *A Harpa do Crente* (1838), as *Cartas sobre a História de Portugal* (1842), que davam já bem conta dos caminhos da sua investigação histórica, a primeira versão do romance histórico *O Bobo*,

<sup>7</sup> Idem, “Introdução” a *A Voz do Profeta*, in *Opúsculos*, I, p.15.

<sup>8</sup> Idem, *Solemnia Verba*, I, p.3.

<sup>9</sup> Idem, “Manifesto da Associação Popular Promotora da Educação do Sexo Feminino ao Partido Liberal Português”, in *Opúsculos*, II, p.332.

bem como os *Apontamentos para a História dos Bens da Coroa e Forais* (1843), *O Pároco de Aldeia e Eurico, o Presbítero* (1844), em que Herculano faz a experiência de um género então – como agora – em voga: o romance histórico, em que pontificavam Walter Scott e Victor Hugo, de que foi o introdutor em Portugal.

Sob o ponto de vista político, num país fracturado entre obediências antagónicas representadas por D. Pedro IV e D. Miguel, que havia de redundar em funesta e sangrenta guerra civil, Herculano, muito jovem ainda, em 1831, alistou-se nas tropas liberais e participou no cerco do Porto, com Almeida Garrett, Joaquim António de Aguiar e outras figuras gradas do liberalismo. A essa resistência da cidade do Porto e das tropas de D. Pedro se deveu, em grande medida, o triunfo do ideário liberal em Portugal. Mas foi também nesta altura que Herculano fez outra experiência fundamental, sob o ponto de vista pessoal e político, mas também intelectual, comum a tantos outros que comungavam o ideário liberal - a experiência do exílio, em Inglaterra e França (Plymouth, Jersey, depois França). Experiência que lhe permitiu contactar de perto com a tão diversa realidade política inglesa, mas também os grandes nomes da historiografia e do romantismo francês, como Thierry ou Vitor Hugo. Como observa Luís Reis Torgal, o exílio não foi uma realidade exclusivamente nacional, por um lado, nem em Portugal aconteceu apenas no século XIX; “*mas é no século XIX que a experiência do desterro ganha novos contornos em Portugal, com o combate revolucionário e ideológico entre o absolutismo e o liberalismo e, depois, com a defesa das convicções políticas liberais*”. Os exilados foram alguns milhares<sup>10</sup>, mas as experiências mais conhecidas e melhor estudadas são as literárias, sobretudo os exílios de Garrett e Herculano, “*porque despertaram em Portugal a inovação cultural romântica*”<sup>11</sup>.

Em 1833, a apetência pelas letras e os livros, e o rigor de que já então dava provas, levaram-no a ser convidado para as funções de coadjutor do Director da Biblioteca Pública do Porto. Também aqui a dimensão cívica do seu modo de estar se tornou patente, pois Herculano havia de pedir a exoneração em 1836, ao ser-lhe exigido, para continuar no cargo, jurar a Constituição de 1822, quando ele era fiel à Carta Constitucional, mais conservadora, de 1826, outorgada por D. Pedro IV e não redigida e votada em cortes. Em 1837, contudo, assumiu a redacção do *Diário do Governo* e, em 1839 foi nomeado, por iniciativa de D. Fernando II, Director da Real Biblioteca da Ajuda e das Necessidades, cargo que conservou quase até ao fim da vida. Em 1844,

<sup>10</sup> V., por exemplo, o quadro relativo aos exilados da Corunha e Ferrol para Plymouth, em 1828, publicado por Luz Soriano e reproduzido na *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. V, *O Liberalismo (1807-1890)*, coord. Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 80.

<sup>11</sup> Luís Reis Torgal, *História de Portugal*, vol. V, cit., p. 78.



pouco antes de publicar o 1º volume da *História de Portugal*, Herculano tornava-se sócio correspondente da Academia Real das Ciências, uma das mais prestigiadas instituições de cultura do país<sup>12</sup>. E em Março de 1846, com Almeida Garrett e largas dezenas de outras destacadas figuras das letras e da vida portuguesa, fundava o Grémio Literário, em Lisboa, do qual foi sócio nº1<sup>13</sup>. Nesse mesmo ano, por impulso da acção cultural reformadora de Garrett e o apoio de D. Fernando II, era inaugurado, no Rossio, o Teatro Nacional de D. Maria II.

Portanto, ao publicar, nesse ano culturalmente marcante de 1846, o primeiro volume da *História de Portugal*, Alexandre Herculano era, indubitavelmente, uma figura pública. Perante a sua própria obra, que agora era lançada, Herculano mostrava-se consciente das implicações e dos problemas que esse ambicioso e inovador projecto poderia suscitar. A breve “Advertencia” de que fazia anteceder a obra era muito clara a tal respeito: “Não ignoro o risco da situação em que me coloquei” Herculano abdicava expressamente da sua apresentação<sup>14</sup> e de um mais ou menos desenvolvido resumo de intenções, para se situar num plano de enunciação de princípios, em que expunha o que entendia ser o exercício da história, manifesto ou “profissão de fé” do que procurou ensaiar na sua obra, cujas virtudes e defeitos a posteridade se encarregaria de apontar.

E contudo, a possível expectativa de Herculano perante um debate científico em torno de uma obra que se apresentava como um dado novo no âmbito da historiografia nacional gorar-se-ia de forma evidente. Com efeito, a questão que iria polarizar atenções e dar forma a uma polémica em que - embora de forma relutante - Herculano veio a empenhar-se, foi, precisamente, a questão de Ourique. Herculano remetera para a discrição de uma breve nota a apreciação da lenda. Recordemos a célebre e lacónica nota 16 da *História de Portugal*:

*“Discutir todas as fábulas que se prendem à jornada de Ourique fora processo infinito. A da aparição de Cristo ao príncipe antes da batalha estriba-se em um documento tão mal forjado que o menos instruído aluno de diplomática o rejeitará como falso ao primeiro aspecto”*.<sup>15</sup>

<sup>12</sup> Em 1852 tornou-se seu sócio efectivo, e em 1855 vice-presidente da Academia.

<sup>13</sup> Por carta régia de 18 de Abril de 1846, a rainha D. Maria II aprovava os Estatutos do Grémio Literário, da autoria de Rodrigo da Fonseca Magalhães. Sobre o Grémio Literário, v. o estudo de José-Augusto França, *O Grémio Literário e a sua História*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

<sup>14</sup> “Advertência”, *História de Portugal desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*, Tomo I, prefácio e notas críticas de José Mattoso, Lisboa, Bertrand, 1980, p.19.

<sup>15</sup> Alexandre Herculano, *História de Portugal*, t. I, ed. citada, p.658.

Ao proceder desta forma, Herculano encerrava a questão à luz da história, mas desencadeava um debate que, embora viesse a ter outros enfoques e motivos, apresentava como emblema o milagre e a tradição fundadora. Tanto no conjunto dos textos que constituem a sua intervenção na polémica, em 1850 e 1851, como mais tarde, em 1876, nas palavras com que faz anteceder a sua publicação nos *Opúsculos*, o historiador deixava transparecer o desencanto pela dimensão atingida por uma questão menor, que impedira e se sobrepusera a um possível debate sobre os problemas efectivamente importantes que a sua obra levantara.

### **Herculano face à polémica de Ourique. Intervenção e leitura**

Não pretendemos descrever aqui os passos principais desta controvérsia, cujo estudo detalhado efectuámos em trabalho já publicado<sup>16</sup>. Interessamos, sim, compreender a atitude e posicionamento de Herculano perante a questão pública que se levantou, mas também procurar vê-la de um ponto de vista que não é só o do grande historiador, mas o dos seus adversários, que foi tradicionalmente deixado na sombra; ou seja, procuraremos sublinhar a insólita recorrência de uma representação colectiva das origens que, por motivos de vária ordem, alcançava ainda uma particular ressonância no século XIX. Na realidade, o que emerge como significativo, em termos de uma apreciação global, é a existência, em pleno século XIX, de duas “verdades” possíveis face ao aparelho lendário de Ourique, ou seja, a *possibilidade conceptual* de uma efectiva polémica sobre a historicidade e a validade da tradição da aparição de Cristo a Afonso Henriques nos alvares da nacionalidade. Se a polémica cedo revestiu contornos marcadamente ideológicos, o seu ponto de partida incontestável - e que até ao fim não deixou de integrá-la - foi a questão da tradição fundadora e, por parte dos seus defensores, a necessidade de a conservar, mesmo independentemente da historicidade do facto - em virtude do que consideravam ser a sua utilidade social - contra a crítica “dissolvente” de Herculano.

É evidente que, no conjunto dos textos dos opositores de Herculano nesta controvérsia, que podemos balizar entre os anos de 1846 e 1857, existem interferências de problemas concorrentes, em que avulta o violento antagonismo entre o historiador e parte do clero. A sua intervenção na polémica atingiria um empenhamento pessoal indiscutível, mas decorrente de parâmetros que, na sua origem, pouco tinham a ver com o problema primitivo do milagre. Na realidade, ela polarizou-se essencialmente naquilo que o historiador considerava ser a denúncia do avanço reaccionário em

---

<sup>16</sup> Ana Isabel Buescu, *O milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano. Uma polémica oitocentista*, Lisboa, INIC, 1987.

Portugal que utilizava como “bandeira”, circunstancialmente, a questão do milagre de Ourique. Este diagnóstico, de que nunca abdicou, foi a razão que o levou a intervir e constituiu o fio condutor da sua intervenção pública. A questão de Ourique será pois, para Herculano, acima de tudo a questão do clero. A denúncia, por vezes violenta e incisiva - dimensão tornada emblemática pelo seu primeiro opúsculo publicado em 1850, o famoso *Eu e o Clero* - de uma situação que, ultrapassando a esfera da história, se inscrevia no movimento de recuperação reaccionária que nos anos cinquenta pontificava na Europa situa-se, em Herculano, ao nível da obrigação moral e cívica, como de resto sucede na generalidade dos seus escritos polémicos e de circunstância.

Observarmos a cronologia da intervenção de Herculano, com um silêncio que se prolonga de 1846, data da publicação da obra e do aparecimento do primeiro opúsculo, o de Magessi Tavares, até à sua primeira e desafiante intervenção – *Eu e o Clero*, publicado em 1850, é perceber que Herculano, inegavelmente, quis “deixar cair” a questão. E isto por dois principais motivos: a irrelevância que, do seu ponto de vista, o assunto revestia, mas também o respeito pela liberdade de imprensa, como chegou a escrever. Mas com a publicação de *Eu e o Clero*, a questão passou a escândalo público e cristalizaria aquela que seria a leitura e a interpretação que Herculano fez da polémica: se à luz da história o milagre não tinha sustentação, as razões para o ataque de que fora alvo eram outras.

Esta forma, a questão de Ourique será para Herculano, acima de tudo a questão do clero - leitura que se tornou dominante, em particular com a historiografia republicana, que acabou por recolher a carga e a vibração anticlerical e anti-jesuítica da intervenção de Herculano – de um Herculano, não esqueçamos, educado pelos oratorianos do Pe. António Pereira de Figueiredo, inimigos e concorrentes dos Jesuítas desde Pombal. Joel Serrão defende, aliás nesta linha, a longínqua mas directa filiação do anticlericalismo da 1ª República em Alexandre Herculano. Esta imagem viu-se ainda reforçada ainda com a publicação, entre 1854 e 1859, dos três volumes da *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal* obra que, segundo as próprias palavras de Herculano, tinha uma clara intenção política – e até panfletária - como assumia, em 1863, no “Prefácio” da terceira edição da *História de Portugal*.

E no entanto – algo que tem sido, por vezes, “rasurado” porque parece chocar com a imagem do Herculano ferozmente anti-clerical, mas não anti-religioso, realidades bem diferentes e por vezes erroneamente assimiladas<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Ana Isabel Buescu, “Crença, religião e história: reflexões sobre o anti-clericalismo de Alexandre Herculano”, *Revista de História Económica e Social*, nº15, 1985, pp.71-81.

-,no âmago do seu pensamento esteve sempre a aliança entre a *religião e a liberdade*, sonho tão caro a Herculano e a certo pensamento romântico e liberal, patente em tantas intervenções e tantos dos seus escritos, como as *Cenas de um ano da minha vida*, *Os Egressos*, *As Freiras do Lorvão*, *A Voz do Profeta*, *O Clero Português*, onde escrevia “*ai dos que abominam a Cruz, porque a cruz é eterna!*”, opúsculo que ele próprio acabaria por retirar de circulação<sup>18</sup>. Neste último escrito, Herculano resumia a sua avaliação relativamente ao clero, ao defender que “*era necessária uma reforma e não uma aniquilação*”<sup>19</sup>. Aliás, esta íntima relação expressa-se quer na crítica ao catolicismo tridentino, cujo carácter absolutista Herculano verberava, quer à vertente anti-religiosa do liberalismo, em particular o Setembrismo, que ignorava esse laço para ele indissolúvel.

A intervenção de Herculano nesta polémica é composta por um conjunto de cinco textos publicados sob a forma de opúsculos, entre Junho de 1850 e Março de 1851, precisamente no período em que o debate atingiu maior intensidade. São eles:

- 1 - *Eu e o Clero. Carta ao Emmo. Cardeal-Patriarcha*, de 30 de Junho de 1850;
- 2 - *Considerações pacíficas sobre o opusculo ‘Eu e o Clero’*. Carta ao redactor do periódico ‘*A Nação*’, de 25 de Julho;
- 3 - *Cartas ao muito reverendo em Christo Padre Francisco Recreio. Socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Bibliothecario da mesma Academia, Auctor do Elogio Necrologico, da Justa desaffronta em defesa, e de varias obras ineditas. Por um moribundo*, de 8 de Outubro;
- 4 - *Solemnia Verba. Cartas ao Senhor A .L. Maggesi Tavares sobre a questão actual entre a verdade e uma parte do clero*, de 20 de Outubro e de 6 de Novembro;
- 5 - *A Batalha de Ourique e a Sciencia Arabico-Academica. Carta ao redactor da Semana*, de 5 de Março de 1851.

Como facto público que foi, a polémica encontrou também larga projecção na imprensa da época, particularmente no ano de 1850, em que Herculano iniciou a sua intervenção. Desde o jornal legitimista *A Nação*, a *A Revolução de Setembro*, ou a *O Patriota*, muitos foram os periódicos que nas suas colunas se fizeram eco da questão. Verificou-se mesmo o caso da publicação de textos da polémica em alguns periódicos antes da sua saída em folheto, como as *Cartas* de Luís Augusto Rebello da Silva, publicadas n’*A Revolução de Setembro*, ou do texto de Herculano *A Batalha de Ourique e a Sciencia Arabico-Academica*, publicada no jornal *A Semana*.

A sua atitude perante a contestação que ia evoluindo nos terrenos da imprensa tem de ser historicamente contextualizada num horizonte

<sup>18</sup> Daí o opúsculo ter-se tonado raríssimo. V. Ana Isabel Buescu, *op.cit.*, p. 103 e nota 19.

<sup>19</sup> Alexandre Herculano, *O Clero Portuguez*, Lisboa, Typographia do Constitucional, 1841, p. 11.

largo, sob pena de não se entender cabalmente a mudança de atitude de Herculano. E o contexto próximo foi, sem dúvida, o da Revolução de 1848, as consequências e as inflexões políticas e ideológicas que se lhe seguiram, quer na Europa quer em Portugal. Para Herculano, nos anos cinquenta do século de Oitocentos, passado que fora o ímpeto revolucionário de 1848, o grande desafio que a sociedade liberal enfrentava era a reacção religiosa que, sob diversas formas e expressões, crescia então na Europa, ameaçando a religião e a liberdade. Em Portugal, Costa Cabral regressava ao poder, exercendo, embora atenuadamente, um poder repressivo, de que a “Lei das Rolhas”, limitando a liberdade de expressão, foi expressão emblemática, e contra a qual Herculano interveio prontamente. Em 1851 iniciava-se o movimento da Regeneração, liderado por Saldanha movimento que, como nota António José Saraiva, nascia já sob o signo da contra-revolução, após o “terror vermelho” que 1848 representara na Europa<sup>20</sup>. Este gerara uma reacção generalizada com repercussões também em Portugal, de que Herculano dava conta no *Manifesto da Associação Popular Promotora da Educação do Sexo Feminino ao Partido Liberal Português*, a propósito da introdução em Portugal das irmãs de caridade francesas<sup>21</sup>.

É neste contexto que temos de compreender Herculano e a sua actuação perante a polémica que se levantara em 1846, perante a qual, então, ele permanecera em silêncio. Mas não agora, quando se iniciava a década de cinquenta, no momento em que se encontrava já profundamente envolvido num outro projecto – a *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Do seu ponto de vista cabia-lhe, como historiador, a missão de trazer à luz “os documentos incontestáveis de crimes que pareciam escondidos para sempre debaixo das lousas”<sup>22</sup>, explicando, à luz do exemplo do passado, os perigos do presente com o intuito de prevenir o futuro: assim nascia a sua história sobre o estabelecimento da Inquisição em Portugal, monumento histórico, documental e panfletário que trazia para primeiro plano, a uma luz nunca vista, os meandros que levaram à instalação em Portugal do tribunal da fé em 1536. Esta, pensamos, a causa imediata e o contexto que “obrigaram” Herculano, embora de forma relutante, a entrar numa polémica cujo enfoque central era a historicidade do milagre de Ourique.

<sup>20</sup> António José Saraiva, *Herculano e o Liberalismo em Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Bertrand, 1977, p. 23. Sobre esta época, v. os estudos fundamentais de Maria de Fátima Bonifácio, *A Segunda Ascensão e Queda de Costa Cabral (1847-1851)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002 e *Uma História de Violência Política. Portugal de 1834 a 1851*, Lisboa, Tribuna da História, 2009.

<sup>21</sup> Ana Isabel Buescu, *O milagre de Ourique...*, cit., pp. 99-100.

<sup>22</sup> Alexandre Herculano, *A Batalha de Ourique e a Sciencia Arabico-Academica. Carta ao redactor da Semana*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1851, p. 7.

Em 1851, no opúsculo *A Batalha de Ourique e a Sciencia Arabico-Academica*, dirigido a José Diogo da Fonseca Pereira, Herculano refere-se à virulência do ataque do clero, em cuja impreparação e fanatismo o autor julgava encontrar a explicação para o problema que se levantou, e que mais não vinha do que confirmar a sua “*crença na atrophia moral e intellectual da maioria do nosso clero*”<sup>23</sup>. Mas a questão ultrapassava largamente as fronteiras de uma controvérsia nacional para, a seus olhos, se erigir como sintoma da reacção ultramontana na Europa, cuja vaga de fundo era necessário travar. Para Herculano, o grande desafio que a sociedade liberal e o catolicismo enfrentavam na época era sem dúvida, o da reacção religiosa:

*“Trata-se hoje de saber se a Europa catholica se ha de infeudar de novo às corrupções da curia romana com o seu cortejo de jesuítas de todos os formatos, de todas as idades e de todas as mascaras; com os seus titeres inquisitoriaes, com os seus Torquemadas em miniatura”*<sup>24</sup>.

Em 1876, na breve introdução que precede o primeiro Tomo das “Controvérsias e Estudos Historicos” (volume III dos *Opúsculos*), em que reuniu os seus textos sobre a questão de Ourique, Herculano referia-se-lhe em termos que resumem a avaliação feita daquela já distante controvérsia:

*“Contem este volume diversos escriptos sobre duas questões historicas. A primeira, que se refere às tradições fabulosas acerca da batalha de Ourique, quasi que não tem valor algum à luz da sciencia. Expôr semelhantes tradições era, por assim dizer, refutá-las, e perante a historia tal refutação seria de sobra”*<sup>25</sup>.

A sua explicação era tão incisiva em 1876 como o fora no momento do debate: “*Se a religião era extranha ao assumpto, ou antes ganhava na suppressão de uma pia fraude, perdia com isso a maioria do sacerdocio, atarefada, hoje mais que nunca, em tecer a rede de suppostos milagres em que parece querer amortallar o catholicismo*”<sup>26</sup>. Mais de vinte anos passados sobre a célebre contenda, Herculano mantinha o primitivo diagnóstico que fizera sobre as razões que a ela presidiram, agora confirmadas, a seus olhos, pelo próprio caminho que o catolicismo parecia seguir após a instituição do dogma da Imaculada Conceição (1854), a Encíclica *Quanta Cura* e o *Syllabus*, e as resoluções do Vaticano I, em que pontificava a infalibilidade papal.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p.4.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p.5.

<sup>25</sup> Idem, *Opúsculos*, III, p.V.

<sup>26</sup> Idem, *ibidem*, p.VI.

Polémica, por essência, anacrónica? Foi-o de facto para Herculano, não naquilo que, a seus olhos, ela teve de essencial - como sintoma da reacção ultramontana e do que considerava o fanatismo clerical, facto moderno, permanente, actuante - mas no que envolvia, em termos de significado, a sua formulação primitiva - o milagre de Ourique. A este facto fica a dever-se, aliás, certa ambiguidade da sua posição, permanentemente dividida entre a tentação de “deixar cair” uma discussão a seus olhos irrelevante, e a premência obrigatória e inadiável da intervenção cívica. Polémica histórica e cientificamente estéril, como sempre a considerou, foi pela denúncia e pelo ascendente da componente anticlerical que Herculano veio a dar-lhe memória no contexto da sua obra, consagrando os textos da sua intervenção nos *Opúsculos*.<sup>27</sup>

### **Ourique e a representação das origens : os “Sete Sellos” da “arca Santa do Paiz”**

Como já tivemos ocasião de escrever, a leitura de Herculano não esgota a totalidade das implicações desta polémica. A maior perplexidade reside, justamente, na impossibilidade de circunscrevê-la na sua totalidade à “hipocrisia” e à feição reaccionária com que Herculano julgava caracterizá-la em bloco. A polémica de Ourique não é, como tradicionalmente foi vista, na senda de Herculano e como refração da sua leitura, apenas a questão do clero: ela vem também demonstrar que em meados do século XIX a tradição fundadora, longe de se apresentar meramente como pretexto de controvérsia, correspondia ainda a uma representação das origens, sem dúvida fortemente ideologizada e apropriada por círculos políticos bem determinados, por vezes integrada num discurso político retórico, mas ainda operatória. Lembremos, por exemplo, a frase escolhida para epígrafe pelo jornal legitimista *A Nação*, quando iniciou a sua publicação, em 1847, recolhida nas Cortes de Lamego, e a insistência em filiar a sua legitimidade nos campos de Ourique<sup>28</sup>. E não deixa de ser significativo que, mesmo por parte de Herculano, para quem a polémica se definia pela vertente da questão religiosa, Ourique como questão histórica viesse a ser objecto, paradoxalmente, do texto porventura mais marcante, em termos doutrinários, da sua intervenção: os *Solemnia Verba*, que dirige a Maggessi Tavares em 1850.

<sup>27</sup> Com excepção das *Cartas ao muito reverendo em Christo Padre Francisco Recreio...*, opúsculo inserido nas Cartas, Tomo I, todos os restantes textos seriam reunidos em 1876 por Herculano nos *Opúsculos*, Tomo III, I de “Controvérsias e Estudos Históricos”.

<sup>28</sup> O primeiro número de *A Nação* surge a 15 de Setembro de 1847. A filiação em Ourique e nas Cortes de Lamego, tomada como bandeira ideológica, é flagrante nos primeiros números, que constituem a apresentação do jornal e do seu posicionamento no espectro da imprensa, nomeadamente os n.ºs 1, 3, 4 e 6.

Na verdade, para os adversários de Herculano, Ourique continuava a representar, na sua dupla vertente de batalha grandiosa e da aparição de Cristo, como acentua Maggesi Tavares, “a pedra angular em que repouzão os cimentos da Monarchia”. E acrescenta:

“Muito era para desejar que a aparição do Campo d’Ourique, no começo quasi sobrenatural da Monarchia, fosse para nós o livro fechado a sete sellos, de que nos falla o Apocalypse, e não quizera que por forma alguma tentassem abri-lo, he a arca Santa do Paiz, tocar-lhe he mancha-la, porque objectos ha [...] que devem ficar alem da critica dos homens mais instruidos”.<sup>29</sup>

A atitude do historiador, remetendo para discreta nota da *História de Portugal* a “pia fraude” da intervenção divina antes da batalha e reduzindo a sua lendária grandeza como confrontação militar, era afinal para os seus opositores um acto de *iconoclastia*, ou seja, que destruiu uma para eles incontestada e multissecular imagem das origens. Herculano vinha destituir de sentido uma *interpretação comum do passado*, a que a passagem dos séculos, a sua apropriação pela retórica política da monarquia e a sua incorporação no discurso cronístico e historiográfico viera conferir foros de verdade histórica e uma inegável *funcionalidade social*.

Esta questão está bem patente no opúsculo anónimo, publicado em 1850, mas que se sabe ser da autoria do então jovem Camilo Castelo Branco, *O Clero e o Sr. Alexandre Herculano*. Sem crispações e com alguma ironia, Camilo punha, por assim dizer, “o dedo na ferida”. Para Camilo, Ourique e o seu poder taumatúrgico não eram mais do que uma pia tradição perante a qual, no entanto, a sua posição entrava em conflito com a posição estritamente científica de Herculano. Considerando a expressão de Herculano, que no *Eu e o Clero* taxara o “milagre absurdo e inútil do aparecimento do Cristo”, Camilo afirmava que absurdo, ele era talvez, porque historicamente infundado, mas não inútil, porque era funcional, “querido do povo, sempre apaixonado pelo maravilhoso”, pertencendo à sua “herança de crenças” e, em suma, entrando no paradigma dos grandes mitos das nações, como o da “passagem do mar vermelho” ou “a voz do Eterno no alto do Sinai”.

A crença em Ourique significava o conhecimento que o povo, na generalidade, tinha da história pátria, e por isso, concluía, não deveria tocar-se numa convicção amada e que era, afinal, inofensiva:

“Afonso Henriques, prostrado em face de Cristo, recebendo alento do Céu para o desbarate de cinco reis mouros – é tudo o que o povo contava de história de oito séculos”.

---

<sup>29</sup> António Lúcio Maggesi Tavares, *Demonstração histórica e documentada da aparição de Christo nos campos de Ourique, contra a opinião do Sr. Alexandre Herculano*, Lisboa, Imprensa Lusitana, 1846, p.9.



Não faremos aqui a minuciosa e por vezes complexa história textual que, ao longo dos séculos, foi edificando o episódio fundador, num coerente discurso que incorpora na narrativa das origens o aparecimento de Cristo e a vitória sobre os mouros, o “juramento” do primeiro rei, as cortes de Lamego, numa “constelação mítica”<sup>30</sup> relativa à monarquia portuguesa que, em gestação desde o século XV<sup>31</sup>, cristalizada no século XVI em torno do episódio fundador e sacralizador de Ourique<sup>32</sup>, culminaria no século XVII, antes da Restauração de 1640 e depois dela, como demonstram os trabalhos de João Francisco Marques, na utopia, messiânica e profética, do Quinto Império<sup>33</sup>. Segundo esta, caberia à Nação Portuguesa, escolhida por Deus nos campos de Ourique para espalhar universalmente a fé cristã, como testemunhara Afonso Henriques no seu “Juramento”, erguer um império cristão onde para sempre a paz e a concórdia reinariam. Depois dos outros quatro grandes impérios que o mundo conheceu, o Quinto Império, cristão e beatífico, seria português.

No século XVIII encontramos, é certo, a posição crítica de um Luís António Verney, que no *Verdadeiro Método de Estudar*, publicado em 1746, em que o autor põe em causa a veracidade da aparição e a pertinência da tradição de Ourique<sup>34</sup>, assim como casos, embora raros, em que é possível entrever as reservas que o episódio suscitava, para lá da sua legitimação oficial. Por exemplo, a *Verdade das histórias por questões problematicas*

<sup>30</sup> Expressão de Vitorino Magalhães Godinho.

<sup>31</sup> Luís Filipe Lindley Cintra, “Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até à Crónica de 1419)”, *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, tomo XXIII, 3ª série, nº 1, 1957, pp. 168-215; Aires Augusto Nascimento, “O milagre de Ourique num texto latino-medieval de 1416”, *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 4ª série, nº 2, 1978, pp.365-374.

<sup>32</sup> Sobre os itinerários da constituição do episódio “fundador” de Ourique e da sua função ideológica no âmbito da explicação das origens entre os séculos XV e XIX, v. Ana Isabel Buescu, “Um mito das origens da nacionalidade: o milagre de Ourique”, in *A Memória da Nação*, Colóquio do GES, org. por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (1987), Lisboa, Sá da Costa, 1991, pp.49-69; “Vínculos da memória: Ourique e a fundação do reino”, in *Portugal: Mitos Revisitados. Da Fundação à Modernidade*, coord. Yvette K. Centeno, Lisboa, Edições Salamandra, 1993, pp.11-50; “*A profecia que nos deu patria: o milagre de Ourique na cultura portuguesa (séculos XV-XVIII)*”, *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães. D. Afonso Henriques e a sua Época* (Guimarães, Outubro de 1996), vol.3, D. Afonso Henriques na História e na Arte, Guimarães, Câmara Municipal e Universidade do Minho, 1997, pp.195-211.

<sup>33</sup> João Francisco Marques, *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*, 2 vols., Porto, INIC, 1986; *A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640-1668. A Revolta e a Mentalidade*, Pref. de Jean Delumeau, 2 vols., Porto, INIC, 1989; *A Utopia do Quinto Império e os Pregadores da Restauração*, Organização, Introdução e Notas de João Francisco Marques, Vila Nova de Famalicão, Edições Quasi, 2007; V. ainda o nosso estudo “‘Sentimento’ e ‘Esperanças’ de Portugal - da legitimidade de D. João IV”, *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, nºs 9/10, *Actas do Encontro sobre A Restauração e a sua Época*, 1993, pp.169-188. Sobre o enraizamento da ideia do Quinto Império na sua articulação ideológica com o espírito de Cruzada, v. Luís Filipe Thomaz e Jorge Santos Alves, “Da Cruzada ao Quinto Império”, in *A Memória da Nação*, cit., pp. 81-165.

<sup>34</sup> A propósito das obras de carácter profético e messiânico do P. António Vieira. Luís António Verney, *Verdadeiro Método de Estudar*, T. I, Valença, 1746, pp.206-208.

(1701) da autoria de Luís Nunes Tinoco, contador do Tribunal dos Contos do Reino, obra manuscrita de carácter sincrético que inventaria e discorre sobre mais de cem questões objecto de controvérsia entre vários autores, inclui entre elas a aparição de Cristo a Afonso Henriques.<sup>35</sup>

Apesar disso, a tradição mantinha uma apreciável importância ideológica e uma vitalidade talvez surpreendentes. A *Relaçam verdadeira da apariçam de Christo Senhor Nosso, no Campo de Ourique, ao Santo Rey Dom Affonso Henriques, e da Batalha, em que venceo cinco Reis, e quatrocentos mil Mouros*, publicada em 1753, de Dionísio Teixeira de Aguiar, familiar do Santo Officio, é a este respeito significativa. A *Relaçam verdadeira...* sintetizava, por um lado, os elementos essenciais da já secular tradição de Ourique e, por outro, reflectia os parâmetros da sua aceitação no século XVIII. Das três licenças que autorizavam a sua publicação, duas - a do Santo Officio e a do Ordinário - incidiam, naturalmente, no facto de a *Relaçam* não conter “*cousa alguma contra a Fé, ou bons costumes*”. A terceira licença, do Paço, justificava a aprovação no facto de o conteúdo da obra corresponder à celebração de “[...] *hum dos pontos mais certos e infalliveis da nossa Historia*”. Este parecer era da autoria de Filipe José da Gama, membro da Academia Real da História, dos Arcades de Roma e de várias sociedades literárias existentes no país, o que nos parece significativo, bem como o facto de emitir o parecer na sua qualidade de censor régio.

O caso da *Relaçam...* ilustra, aliás, o espaço que a elite erudita setecentista, através de alguns dos seus maiores nomes, concede ao milagre de Ourique na constituição da memória nacional. Apontem-se, como exemplo, os casos de Barbosa Machado na sua monumental *Bibliotheca Lusitana* (1741)<sup>36</sup>, de António Caetano de Sousa no *Agiologio Lusitano* (1744)<sup>37</sup> e, mais significativo ainda, na *Historia Genealogica*, em cujo Tomo I (1735), no capítulo dedicado a Afonso Henriques, se veicula todo o aparelho lendário de Ourique<sup>38</sup>, figurando o texto do “juramento” nas respectivas *Provas* (1739)<sup>39</sup>,

<sup>35</sup> BGUC, cod. 345, Luís Nunes Tinoco, *Verdade das historias por questões problematicas. Em que se apontão as razões, que dão os Autores sobre varias opiniões de algúas cousas, que ou se té por fabulozas, ou não ha de ellas certeza constante*, fols. 157-159.

<sup>36</sup> *Bibliotheca Lusitana*, T. I, artigo relativo a D.Afonso Henriques, Lisboa, 1741, pp.11-15.

<sup>37</sup> O Tomo IV do *Agiologio Lusitano dos Santos, e varões illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquistas*, Lisboa, 1744, continuação da obra iniciada por Jorge Cardoso em 1652 consagra, na efeméride respeitante ao dia 25 de Julho, uma pormenorizadíssima referência ao episódio de Ourique (pp.280-285), e o respectivo “*Commentario*” (pp.289-301), que inclui o texto do juramento em latim e português, é uma sequência cerrada de autores nacionais e estrangeiros que referem o milagre de Ourique. Este conjunto de autoridades veiculado por António Caetano de Sousa seria, aliás, um dos argumentos mais invocados pelos defensores de Ourique na polémica que teria lugar com Herculano no século XIX.

<sup>38</sup> *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 2ª ed. Tomo I, Coimbra, 1946, pp.32-36.

<sup>39</sup> *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I, Coimbra, 1946, pp.7-9.

do próprio Frei Manuel do Cenáculo nos *Cuidados Literários* (1791)<sup>40</sup>, ou ainda de Tomás Caetano de Bem nas *Memorias historicas e chronologicas da sagrada religião dos clerigos regulares...*(1792)<sup>41</sup>”.

“Razão” teria mais tarde o Pe. Francisco Recreio, o mais violento adversário de Herculano na polémica oitocentista quando, carregando “testemunhos” em favor da veracidade da aparição para poder fundamentá-la historicamente, invocava com particular ênfase o século XVIII que, como dizia, com uma acentuada “*tendencia para desmoronar o edificio das velhas crenças historicas*”, não abatera, contudo, a tradição de Ourique...<sup>42</sup>. Uma tradição que deixara também, com alguma abundância, a partir do século XVI e sobretudo no contexto da Restauração, mas prolongando-se até ao próprio século XIX, documentos iconográficos de maior ou menor relevo, como é o caso de uma tela monumental pintada em Roma por Domingos Sequeira entre 1788 e 1795, descoberta já no século XX e hoje guardada, por acaso vários do destino, num castelo da Normandia.<sup>43</sup>

O empenhamento indiscutível da erudição setecentista em sustentar o “monumento” de Ourique deve ser visto em articulação com a importância que a Igreja e o próprio poder político continuaram a conferir ao processo de canonização de Afonso Henriques, iniciado no reinado de D. João III, processo em que, no reinado de D. João V, e ainda no de D. José, D. João de Santa Maria de Jesus, cônego regular de Santa Cruz de Coimbra, assumiu notoriedade na sistematização de materiais tendentes a fundamentar um pedido<sup>44</sup> a que era dado um cunho público e nacional<sup>45</sup>. Ainda no século

<sup>40</sup> *Cuidados Literarios do Prelado de Beja em graça do seu Bispado*, artigo intitulado “Historia Ecclesiastica”, Lisboa, 1791, pp.361-401. Atribuída à sua autoria existe ainda uma obra constituída por uma pequena introdução de exaltação de Ourique e por sete estampas, intitulada *Graças concedidas por Christo no Campo de Ourique*, acontecidas em outros tempos e repetidas no actual, conformes aos desenhos de suas idades, Lisboa, 1813.

<sup>41</sup> Tomás Caetano de Bem, *Memorias historicas e chronologicas da sagrada religião dos clerigos regulares em Portugal e suas conquistas, na India Oriental*, T. I, Lisboa, 1792, p.167.

<sup>42</sup> P. Francisco Recreio, *A Batalha de Ourique e a Historia de Portugal de A.Herculano. Contraposição critico-historica*, Parte I, Lisboa, 1854, p.39.

<sup>43</sup> José Augusto-França, “*O Milagre de Ourique*” de D.A. de Sequeira, Póvoa do Varzim, 1989; a tela e o seu extraordinário percurso até ao Chateau d’Eu foram objecto de uma apresentação no Grémio Literário por José Augusto França, no âmbito das Comemorações dos 200 Anos do Nascimento de Alexandre Herculano promovidas por aquela agremiação cultural cujo sócio nº 1 foi Herculano, em Maio de 2010.

<sup>44</sup> Materiais que constam, nomeadamente, das suas obras *Fama Posthuma do Gloriosissimo Senhor Rey D.Affonso Henriques, primeiro Monarcha do Imperio Lusitano, com a noticia do estado da sua Canonização, e dos Quesitos sobre as acções do Senhor Rey D.Affonso Henriques em ordem à sua canonização* (1752). V. I.F. da Costa Brochado, “Tentativas de canonização de El-Rei D.Afonso Henriques”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, 3ª série, VIII, Lisboa, 1958, pp.307-337.

<sup>45</sup> Em edital público, não datado, publicado provavelmente em 1747, por ocasião da instrução do processo no reinado de D. João V, encimado por uma água-forte representando a aparição de Cristo a Afonso Henriques, pedia-se que “[...] toda a pessoa, q tiver noticia de algumas Imagens do Virtuoso Rey D.Affonso, ou de culto, respeito, veneração pública, ou particular, que se lhe tribute: ou tiver, ou souber de alguns livros não impressos, ou qualquer genero de documentos, e papeis manuscriptos, e ainda livros, e papeis impressos, se forem raros,

XVIII o patriarca D. Tomás de Almeida solicita ao Papa Bento XIV a concessão ao clero português, em virtude da grande devoção em Portugal pelas Cinco Chagas de Cristo, do ofício e missa das Cinco Chagas, existente desde 1733. Requeria-se ainda a concessão de um aditamento ao ofício, na versão especialmente destinada a Portugal, de um texto referente ao aparecimento de Cristo a Afonso Henriques, numa explícita referência à relação que se considerava existir entre o milagre e a inscrição das cinco chagas no brasão nacional. Tanto o ofício como o aditamento referente à aparição foram concedidos por Roma em 1753.<sup>46</sup>

Já nos finais do século, o P.e António Pereira de Figueiredo, da Congregação do Oratório, grande teórico do regalismo no tempo do marquês de Pombal, publica os *Novos Testemunhos da milagrosa aparição de Christo Senhor Nosso a El Rei D.Afonso Henriques antes da famosa Batalha do Campo d'Ourique, e Exemplos paralellos, que nos induzão à pia crença de tão portentoso caso* (1786)<sup>47</sup>. Discurso porventura já defensivo na sua estrutura e na sua articulação, os *Novos Testemunhos...*, da autoria de um homem de grande prestígio intelectual, seriam objecto de ampla divulgação, e a sua importância na fundamentação da veracidade da aparição culminaria, aliás, no lugar de relevo que assumem na polémica oitocentista sobre o milagre.<sup>38</sup>

---

*q faller do Veneravel Rey, queira por serviço de Deos, e de Sua Magestade, por honra da Nação, e pela muita obrigação, q todos os Portuguezes devem ter a este nosso primeiro Libertador, dar parte do q tiver, ou souber: o que cada hum poderá fazer cõmunicando-o por si, por via dos seus Parochos, ou por quem lhe parecer, aos Senhores Ordinarios das suas Dioceses, ou aos Prelados das Casas Professas, e Collegios da Companhia de Jesus, ou de Mosteiros de Conegos Regulares de Santo Agostinho; os quaes todos tem aviso, para remetterem as noticias, q se lhes derem, em ordem a se mandarem para Roma".* O exemplar consultado faz parte do cod.1520 da BGUC, maço contendo três itens: uma cópia dos cento e quarenta quesitos sobre os quais deveria assentar o processo de canonização, em latim, com o título *Conimbricensis canonizationis servi Dei Alphonsi Henrici, seu Henrichij primi Portugallie regis sancti nuncupati*, dos quais há vários outros manuscritos noutras bibliotecas (BNL, cod.572, 573, 742, 883; Biblioteca da Ajuda, 49-II-15, e várias no IAN/TT). O segundo item é uma obra manuscrita, em cuja capa se lê ter pertencido à Livraria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, intitulado *Officiũ propriũ B.Alphonsi primi Lusitaniae regis*, 17 fols. não numerados. O terceiro é constituído pelo edital a que fizemos referência.

<sup>46</sup> Pode ver-se o texto do decreto que fez a concessão do ofício para Portugal em 1753 em Dionizio António de Paiva, *Quintanário Meditativo, e Fervorosa supplica em louvor das cinco Chagas de Nosso Senhor Jesus Christo. Offerecido ao mesmo Senhor, e por Elle dadas, para Braçoens do seu imperio, ao Real Tronco Luitano*, Lisboa, 1797. No século XIX, este aditamento será invocado por alguns defensores da aparição como testemunho coevo do milagre, da autoria de S. Bernardo de Claraval, e nessa medida considerado como uma das provas mais importantes do milagre. Sobre este equívoco, que Alexandre Herculano se apressará a desmontar no opúsculo *Eu e o Clero* (1850), v. Ana Isabel Buescu, *O milagre de Ourique...*, já citado, pp.38-39.

<sup>47</sup> Este texto do P. António Pereira de Figueiredo é reeditado em 1809 com aditamentos, na Impressão Régia, numa conjuntura bem específica e sob o título sugestivo de *Dissertação historica e critica, em que se prova a milagrosa aparição de Christo Senhor Nosso a El Rei D.Afonso Henriques antes da famosa Batalha do Campo de Ourique, publicada em 1786 por seu author o erudito P.Antonio Pereira de Figueiredo, Agora novamente accrescentada com o auto do juramento do mesmo rei em Latim e Portuguez, e com varias anotações e autoridades, que devem persuadir, e convencer a todos os fieis portuguezes da verdade de hum facto tão portentozo. Offerecida à Nação Portuguesa por hum dos seus mais verdadeiros Patriotas, para os animar e esforçar nas presentes circunstancias da guerra contra os inimigos da Religião e do Throno*.

<sup>48</sup> V. Ana Isabel Buescu, *op.cit.*, pp.83-90.

Podemos, portanto, entender porque é que os adversários de Herculano invocavam a autoridade da tradição, de uma tradição que lhe fora legada por uma transmissão multissecular, incorporada na representação da própria edificação e continuidade da monarquia. A tradição chegava, pois, praticamente “incólume” ao século XIX; neste contexto, é possível entender, em toda a sua carga significativa, os conteúdos do opúsculo que, em 1846, inaugurou a polémica: a *Demonstração histórica e documentada da aparição de Cristo nos campos de Ourique, contra a opinião do Sr. Alexandre Herculano*, da autoria de António Lúcio Maggessi Tavares.

Voltando ao “corpo” da polémica, é evidente que as estratégias adoptadas pelos seus antagonistas diferem de caso para caso: da afirmação honesta e sincera de uma crença profundamente vivida, como é o caso de Maggessi Tavares ou de Fonseca Pereira, a quem não por acaso Herculano sempre tratou com urbanidade, ao discurso prolixo e verrinoso do P.e Francisco Recreio, admirador confesso do P.e Agostinho de Macedo, existe uma divergência iniludível na própria concepção da polémica, dos seus enfoques e dos limites em que ela se encerra. Mas o elemento aglutinador subsiste: a aparição de Cristo a Afonso Henriques constitui a pedra angular da monarquia portuguesa. E, mais do que isso, representa a explicitação modelar da intervenção divina no destino dos homens, o reconhecimento de um vínculo inexorável entre Deus e a história. Para eles, de facto, Ourique continua a ser - com base numa tradição que todos eles se empenham em demonstrar ser constante e contínua - o emblema da identidade da nação, identidade derivada do “*pacto feito entre o Rei coevo da Monarchia, e o Rei dos Reis*”.<sup>49</sup>

A procura de uma análise crítica do passado, se é imprescindível ao estabelecimento da veracidade histórica, implica frequentemente a destruição de um passado até aí eficaz, porque “utilizável” como instrumento ideológico. No caso da tradição de Ourique é patente a validade da interpretação de Moses Finley, que enfatiza a tensão por vezes insolúvel entre a história e a funcionalidade social de um passado cuja única “veracidade” reside na sua incorporação no discurso ideológico. Afirma Finley que a reflexão crítica pode destruir uma *interpretação comum* do passado e, nesse sentido, os laços sociais que cimentavam uma identificação comum com um passado que passa a ser *inutilizável*<sup>50</sup>. Era justamente esta interpretação comum do passado que Herculano vinha destituir de sentido.

Se a posição de Herculano é, em termos críticos, obviamente incontestável, seria contudo interessante avaliar até que ponto a representação tradicional

<sup>49</sup> Antonio Lucio Maggessi Tavares, *op.cit.*, p.2.

<sup>50</sup> Moses Finley, “La constitution des ancêtres”, in *Mythe, mémoire, histoire*, Paris, Flammarion, 1981, p.249.

das origens da nacionalidade manteve, para lá do momento da polémica, espaço de circulação. Do empenhamento de nomes cimeiros da erudição setecentista na defesa da veracidade da tradição, legitimando-a como parte integrante da memória nacional, à posição tornada emblemática por Herculano, uma mutação definitiva se operou. Como já foi observado, a questão de Ourique revela um facto incontestável: em termos de questão pública, esta controvérsia não polarizou a atenção nem o empenhamento da *intelligentsia* portuguesa<sup>51</sup>. Com efeito, e ressaltando a intervenção do historiador Rebello da Silva, que em 1850 sustentou a posição do historiador, tudo se jogou entre Herculano e alguns elementos civis e do clero, cujo perfil intelectual e público era pouco mais do que obscuro<sup>52</sup>. E, no entanto, a tradição parece manter uma vitalidade que ultrapassa a sua apropriação por parte de sectores do clero ou de círculos politicamente empenhados.

No monumental *Portugal Antigo e Moderno* por exemplo, obra enciclopédica em doze volumes publicada entre 1873 e 1890<sup>53</sup>, o artigo dedicado a Ourique<sup>54</sup> continuava a contemplar a tradição do milagre, de forma aliás significativa. A sua estrutura, em que é simultaneamente visível uma postura defensiva e o esforço da imparcialidade, apresenta os argumentos contra e a favor da historicidade do milagre, mas termina com uma vibrante “profissão de fé” do autor na veracidade e validade da tradição fundadora:

“*Expuz as opiniões pró e contra a batalha d’Ourique, e o milagre da visão ou aparição. Cada qual siga a que mais lhe agradar - só direi [em tipo maior]: Podem os sabios escrever livros, contra estes dois factos - tentem provar, muito embora que são embusteiros - o povo portuguez sempre fallará d’elles com orgulho; sempre terá por verdadeira e importantissima, a Batalha de Ourique - e por incontestavel a Aparição de Jesus Christo a D. Affonso Henriques*”<sup>55</sup>.

Exemplo cronologicamente anterior, mas não menos sugestivo, encontramos-lo nas palavras que antecedem um pequeno conto de Francisco Duarte de Almeida e Araújo<sup>56</sup> intitulado *A Batalha do Campo de Ourique*, publicado em 1854, na colecção “Livrinhos de ouro”, dirigida por António

<sup>51</sup> Jorge Borges de Macedo, *Alexandre Herculano. Polémica e mensagem*, já citado, p.18.

<sup>52</sup> Luis Augusto Rebello da Silva, *Cartas ao Sr. Ministro da Justiça, sobre o uso que faz do pulpito e da Imprensa uma fracção do Clero portuguez*, Lisboa, Typographia de Manoel José Mendes Leite, 1850.

<sup>53</sup> Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno. Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal*, 12 volumes, Lisboa, 1873-1890.

<sup>54</sup> *Portugal Antigo e Moderno*, vol.VI, Lisboa, 1875, pp.341-349; sobre a batalha e o milagre, pp.345-349.

<sup>55</sup> *Ibidem*, pp.348-349.

<sup>56</sup> Sobre a figura de Almeida e Araújo, v. *Dicc. Bibliographico*, Tomo II, p.371 e Tomo IX, pp.284-286.

Feliciano de Castilho, ele próprio com uma posição de certo modo ambígua, mas discreta, perante o milagre. Trata-se de um breve conto de estrutura romanesca, em que o confronto de Ourique surge essencialmente como cenário de um infeliz romance entre Fátima, jovem moura, e Sancho, “*filho de um lidador do bravo Conde D. Henrique*”. Nas páginas que o antecedem, em que o autor sustenta a necessidade em manter viva a crença em Ourique, é detectável a ressonância da polémica:

*“Penetrar as eras remotas da antiguidade, para rasgar-lhe com temeraria mão os expessos véos que nol-as occultam agora às nosas vistas será talvez de genios; mas acatar as tradições, explicadas nas sagradas quinas da bandeira de Affonso Henriques, é dobrar o joelho ante a piedade dos nossos passados, avivar a fé que arrostou peitos portuguezes e temerarias empresas, é dar, como um santo relevo, ao symbolo que mil vezes nos tem conduzido à victoria”*<sup>57</sup>

Não se trata de um texto que tenha directamente a ver com a polémica, mas os seus conteúdos revelam a identidade de conceitos com todos aqueles que então se manifestavam contra Herculano: a defesa da tradição contínua e constante de Ourique, a um tempo sinónimo de patriotismo e fé, traduz uma concepção particular da pátria e da história - em suma, de um passado que, potenciando o futuro, nele se projecta, o explica e o promete. Crer em Ourique é, pois, manter “*a esperança na infallibilidade das promessas da profecia que nos deu patria*”<sup>58</sup>. É justamente essa função ideológica, mas também afectiva, de legitimação de uma nacionalidade aparentemente “inexplicável”, que pode fazer compreender que, em pleno século XIX e mesmo para além dele, o milagre de Ourique tenha feito parte de um aparelho conceptual e ideológico dificilmente alienável.

É a este respeito significativo recordar o reacender da polémica em torno do episódio de Ourique nos anos vinte do século passado, questão que envolveu figuras como David Lopes, António Cabreira, o general Vitoriano José César, Tomás de Vilhena e Alfredo Pimenta, entre outros. Pela feição de síntese que apresenta, poderemos destacar o livro de António Cabreira, *O milagre de Ourique e as Cortes de Lamego*, Lisboa, 1925, obra cujo texto tem como ponto de partida uma comunicação apresentada a 11 de Junho de 1925 à Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa com o título de “Probabilidade histórica do Milagre de Ourique e das Cortes de Lamego”. E uma análise dos livros de leitura e manuais até aos anos 60 do século XX é também reveladora, para além de uma geral mitificação dos heróis, da permanência e do uso ideológico do “mito das origens” consubstanciado no episódio fundador de Ourique.<sup>59</sup>

<sup>57</sup> Francisco Duarte de Almeida e Araújo, *A Batalha do Campo de Ourique*, 1854, p.7.

<sup>58</sup> *Ibidem*, p.10.

<sup>59</sup> V. Sérgio Campos Matos, *História, Mitologia, Imaginário Nacional. A História nos cursos dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

Concluindo. O envolvimento de Herculano na polémica originada pela publicação, em 1846, do 1º volume da sua *História de Portugal*, contribuiu de forma decisiva para fixar a imagem de um Herculano anti-clerical, a que se associou a de homem “ímpio” e anti-religioso ou, pelo menos, desdenhoso das coisas da religião. Esta identificação foi fomentada quer por adversários, quer por uma leitura mais apressada dos seus textos e intervenções públicas. A sua visão do catolicismo tridentino ou do Iluminismo, a defesa, num quadro ideológico romântico e liberal, da religião como princípio da liberdade, ou a sua distância, mais tarde, perante a “Geração de 70”, demonstram que o anti-clericalismo de Herculano tem como correlato a afirmação inequívoca da crença religiosa, e do catolicismo como “rede de afectos” indispensável à coesão social. Mas o fio condutor explicativo para Herculano, no contexto histórico, político e ideológico em que se jogou este debate foi, sem dúvida, o da instrumentalização ideológica, por parte do clero, da tradição fundadora, com finalidades, do seu ponto de vista, bem precisas.

Ourique e a representação das origens da nacionalidade, o clero e a reacção religiosa na sociedade portuguesa de Oitocentos são os dois pólos que estruturaram esta polémica em que Herculano particularmente se empenhou. Como tantas outras intervenções públicas, também esta deixa transparecer um “modo de estar” que singulariza, em definitivo, a figura de Alexandre Herculano: a aguda percepção da obrigação cívica, a história como mestra do presente, o papel fundamental do uso da imprensa, o exercício da cidadania e da liberdade: questões que são, afinal, inseparáveis da explicitação do seu pensamento e indissociáveis da sua concepção de homem de letras e de cidadão. Valores para recordarmos no momento em que se comemoram os 200 anos do nascimento desta figura singular da vida e da cultura portuguesas.





# Alexandre Herculano e o Antigo Regime: “pontes” de uma ruptura

## 1

Dada a sua natureza de ícone histórico, por excelência representativo da identidade portuguesa contemporânea – ser-lhe-íamos mesmo devedores da «revelação da nossa consciência nacional»<sup>1</sup> –, a tarefa de «revisitação» de Alexandre Herculano impõe-se-nos necessariamente e a cada passo, sobretudo em tempos como os nossos, tão carecidos da sua inspiração e, estranha e paradoxalmente, tão omissos e silenciosos em relação ao culto tradicionalmente prestado à memória do escritor. Mas tal revisitação nunca é tarefa fácil... desde logo, precisamente por essa justa e compreensível dimensão icónica, aureolando de grave e excelsa solenidade a memória de Herculano.

Em grandes celebrações centenárias, o culto cívico, liberal e positivista, prestado nas últimas décadas de oitocentos a grandes personagens da nossa História (Camões, Pombal, Infante D. Henrique), alargou-se, a partir de uma sugestão inicial da Academia de Estudos Livres de Lisboa<sup>2</sup>, com idênticos objectivos e filosofia, a Alexandre Herculano, em momento já de estertor da monarquia constitucional. O governo, as câmaras legislativas, a Academia das Ciências, a Sociedade de Geografia, os executivos dos mais importantes

---

<sup>1</sup> A afirmação é extraída de uma notável peça oratória do celebrado *Águia do Marão*, digna de todos os encômios pelo requinte de forma, beleza e profundidade de conceitos (*Oração Funebre que nas Exequias de Alexandre Herculano, mandadas celebrar pelo Corpo Commercial do Porto recitou na Igreja da Lapa da mesma Cidade no dia 13 de Novembro de 1877 António Candido Ribeiro da Costa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1877, p. 35).

<sup>2</sup> BRITO, J. J. Gomes de – *Dicionário Bibliográfico Português*, tomo 21, Lisboa, Imprensa Nacional, 1914, p. 22.

municípios do país, a mocidade académica, as escolas dos diferentes graus de ensino, a imprensa, as instituições oficiais e as instituições da sociedade civil viram-se envolvidas num vasto e englobante empenhamento comemorativista, de claro signo patriótico de reacção regeneracionista às dificuldades do presente então vivido.<sup>3</sup>

Assim, com algumas especificidades, a cidade do Porto e o meio artístico portuense, deram, como se impunha, importante contributo na «construção do imaginário cívico» português de 1880 a 1910<sup>4</sup>. Também o 4.º centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia não deixou de alvoroçar as forças vivas da cidade, mas os anais cívicos portuenses não poderiam ainda – naturalmente – deixar de honrar duas figuras maiores das nossas letras, fundantes do Romantismo Português, e Almeida Garrett e Alexandre Herculano viram aqui cultuadas as datas centenárias do seu nascimento, respectivamente 4.2.1899 e 28.3.1910. Desde 1908 que o Liceu Central da 1.ª Zona Escolar do Porto passara a designar-se Alexandre Herculano<sup>5</sup>, mas numa cidade onde era viva a sua memória, isso parecia de pouca monta, e não foi difícil ver pulular adesões aos apelos da *Revista Coimbrã*, feitos em Novembro de 1909, em prol de condignas comemorações do centenário do nascimento do historiador.<sup>6</sup> Como é sabido, o 21.º tomo do *Dicionário Bibliográfico Português* reúne todo um conjunto de preciosas informações que hoje nos permitem conhecer o teor de grande parte das iniciativas comemorativas levadas a efeito no país e ao mesmo tempo tomar o pulso às motivações de índole ideopolítica subjacentes, próprias do contexto histórico-cultural então vivido.

Em conferência proferida na aula de física da Escola Politécnica de Lisboa, intitulada *O centenário de Herculano e os estudantes*, algo baldadamente o

<sup>3</sup> Pela sua importância intrínseca, destaquem-se os *Discursos pronunciados na Sessão Solemne de 28 de Março de 1910* [Veiga Beirão, Teixeira de Queiroz, Consiglieri Pedroso, Christovam Ayres], *Centenário do Nascimento de Alexandre Herculano, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1910 (102 pp.)*, e o *Panegyrico de A. Herculano que na Sessão solemne na noite de 4 d'Abril de 1910 celebrada em sua homenagem pela Escola Polytechnica leu o Professor Balthazar Osorio*, Lisboa, Imprensa Libanio da Silva, 1910 (28 pp.).

<sup>4</sup> Cf. ARAÚJO, Agostinho e MONCÓVIO, Susana – *O meio artístico portuense e a construção do imaginário cívico (1880-1910)*, in Porto. *Roteiros Republicanos* (coord. SILVA, Armando Malheiro da, SARAIVA, Arnaldo, e TAVARES, Pedro Vilas-Boas), Porto, QuidNovi, 2010, pp. 105-109.

<sup>5</sup> Cf. PROENÇA, Jorge – *Os Liceus e a República*, in Porto. *Roteiros Republicanos* (coord. SILVA, Armando Malheiro da, SARAIVA, Arnaldo, e TAVARES, Pedro Vilas-Boas), Porto, QuidNovi, 2010, p.100.

<sup>6</sup> Cf. BRITO, J. J. Gomes de – *Dicionário Bibliográfico Português*, tomo 21 cit., p. 22. Entre outras iniciativas, reiram-se, pelo seu particular significado no quadro sócio-cultural da cidade, o *Elogio de Alexandre Herculano proferido no Atheneu Commercial da Cidade do Porto em 13 de Setembro de 1888 por Anselmo de Andrade, Deputado da Nação* (Lisboa, Livraria A. Ferin, 1889, 21 pp.), e de António Augusto Mendes Corrêa (estudante da escola médico-cirúrgica, então com 22 anos, futuro e ilustre antropólogo e professor da Universidade do Porto), *Alexandre Herculano, Conferência promovida pelo Nucleo Central do Norte da Liga Nacional de Instrução e realizada em 29 de Março de 1910 no salão nobre do Centro Commercial do Porto* (Porto, Tip. Porto Médico, 1910, 28 pp.).

Dr. Reis Santos incitava a mole imensa de estudantes que o ouviam a que não vissem nas comemorações uma oportunidade de «apoteose do católico ou do livre pensador, do monarchico ou do republicano», mas «a consagração da obra grande e sagrada» que Herculano tentara fazer, bem como «da sua personalidade», no que tinha «de nobre e de belo».<sup>7</sup>

Os tempos não eram propícios a este distanciamento. E hoje, quem quiser ver os riscos de “politização hagiográfica” das “revisitações” oficiais de há um século, baste ler alguns discursos proferidos em câmara pelos dignos pares do reino e pelos senhores deputados da nação...

Em louvor de Herculano, José de Alpoim invocará toda a sua «fê de democrata» e toda a sua «paixão de liberal», em atitudes se assemelhando muito os parlamentares representantes da minoria republicana e os da minoria progressista dissidente. Não faltarão aí, nas câmaras, profusas referências à «seita negra», às maquinações e «acção pestífera do clericalismo»..., um sagrado pavor que também J. J. Gomes de Brito alimentará em nome dos princípios liberais, à data em que escrevia alegadamente «tão postos de lado, tão esquecidos e tão depreciados pelos que teem desejado viver e teem procurado medrar no meio das trevas, fazendo retrogradar a civilização que é a luz penetrante dos povos!».<sup>8</sup>

Havia então, todavia, numerosas e concorridas sessões públicas e oficiais, vibrantes discursos parlamentares consagrados ao escritor, ...essa pequena / grande diferença em relação ao que vemos suceder em nossos dias. E, sobretudo, havia na sociedade um generalizado e patriótico entusiasmo celebrativo: tratava-se de promover nova «apoteose» à memória do «herói» Herculano, e a sociedade parecia disponível para o efeito.

Na *Revista Coimbrã*, em crónica de 29 de Novembro de 1909, Hipólito Raposo, futuro redactor da *Nação Portuguesa* e fundador do Integralismo Lusitano, então «talentoso estudante de direito», sintetizava bem o pensamento consensual dominante, relativamente à gratidão que a Pátria devia a Herculano pela sua obra e lição de vida, concluindo:

*«Sem a nobre fisionomia moral de Herculano não teria a sua História conquistado a autoridade de um canon religioso, nem os seus ossos estariam nos Jerónimos expostos à veneração pública. Na sua época e no seu país, aquela vida foi um exemplo no meio da desorganização política e na crise de caracteres que nos conduziu ao estado presente».*<sup>9</sup>

<sup>7</sup> Cf. BRITO, J. J. Gomes de – *Dicionário Bibliográfico Português*, tomo 21 cit., p. 36.<sup>2</sup> Este artigo encontra-se inserido no mesmo volume V de *Opúsculos* (ed. cit., pp. 25-45).

<sup>8</sup> Cf. BRITO, J. J. Gomes de – *Dicionário Bibliográfico Português*, tomo 21 cit., pp. 2, 41-62.

<sup>9</sup> Cf. BRITO, J. J. Gomes de – *Dicionário Bibliográfico Português*, tomo 21 cit., p. 23. Aplaudindo o centenário, nem por isso, dissolvido no ar «o último eco do foguetório» celebrativo, o novel escritor deixará de satirizar – com poderosa verve – o teor das manifestações coimbrãs. Leia-se *Carta a Alexandre Herculano. Para os Campos Elíseos, em Livro de Horas escrito por Hippolyto Raposo sendo escolar de Leis na Universidade*, Coimbra, França Amado, pp.145-153.

E todavia, um mês depois da data centenária do nascimento do escritor (28 de Março de 1910), decidido em congresso, em Setúbal, pelo Partido Republicano Português, o assalto ao poder, já o nome do liberal Herculano, anteriormente tão útil pela evocação panfletária da sua autoridade relativamente às reduções “teocráticas” do Paraguai e outras decantadas terribilidades jesuíticas, era pelo propagandista João Chagas exautorado da veneração republicana, como «velho rabujento e egoísta», fundador de uma escola negativa de pessimistas que, alegadamente, tantos estragos teria feito na sociedade portuguesa, na mesma oportunidade condenando o falhanço do patriotismo de «paspalhões contraditórios» como Manuel da Silva Passos e António Rodrigues Sampaio<sup>10</sup>, isto é de todas as correntes do espectro político, do cartismo à esquerda liberal patuleia que, dentro do seu reformismo, não tinham até aí visto necessidade de se dessolidarizarem do regime vigente...

A politização da memória histórica eis pois um perigo inevitável e permanente a que Herculano não poderia nem poderá jamais fugir. Todavia, hoje, por ocasião do bicentenário do nascimento de Herculano, perfilam-se sobretudo outro tipo de escolhos que contribuem, no nosso modesto entender, para afastar o escritor do horizonte habitual das preocupações dos portugueses e, sobretudo, das jovens gerações: a imagem do escritor permanece tão sacralizada, e o alcance e volume da sua obra é tão vasto e variado, tão rica outrossim a bibliografia que lhe foi sendo votada, que o homem comum, frequentemente, com temor reverencial, prefere não se aproximar muito..., pensando, por outro lado, que tais matérias de estudo são couro reservado de especialistas encartados.

Muito pelo contrário deveria acontecer e terá sobretudo de suceder com o universitário. Mesmo o não especialista, como não revisitará *pari passu* a polifacetada obra de Herculano? É pensável que ele não entre frequentemente em dialéctica com o pensamento herculaniano, bebido directamente nos seus textos, ou na hermenêutica que dele fizeram grandes ensaístas consagrados?

É neste modestíssimo âmbito que nos propomos intervir, sabendo que ninguém nos contestará esse direito / dever de reflexão crítica autónoma...

Ninguém como Vitorino Nemésio para, com as ferramentas únicas da sua vasta erudição e detalhado e simpático conhecimento da vida e obra do escritor, dele poder traçar a síntese de um perfil caracterológico (como o fez aqui no Porto, em 1977, na Biblioteca Pública, por ocasião do centenário do seu falecimento) ou para, com grande profusão de reconstituições contextuais, em belíssimas páginas de recorte literário, fazer reviver diante de nós o quadro da formação e mocidade de Herculano<sup>11</sup>. Como também,

<sup>10</sup> Cf. *Cartas Políticas* (n.º 34), p. 218.

<sup>11</sup> Vide *A Mocidade de Herculano (1810-1832)*, 2 vols., Lisboa, Bertrand, 1978 e 1979.

se se quer compreender o pensador e reformador, se torna indispensável a leitura de *As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano*, de Joaquim Barradas de Carvalho<sup>12</sup>, ou, entre outras, as páginas de referência que lhe consagraram Joaquim Veríssimo Serrão, António José Saraiva e Joel Serrão<sup>13</sup>, no conjunto de um vasto elenco de títulos na sua maioria disponíveis na mostra bibliográfica hoje (19.11.2010) patente na biblioteca da nossa Faculdade. Ora, guiando-nos por estudos já “clássicos”, sem termos pessoalmente metido a mão na massa de novas investigações, do que aqui se trata (e nos parece legítimo e salutar) é o desejo de exemplificarmos e darmos oportunidade a uma outra forma de «revisitação» de Herculano, a saber: usando, por boca própria, verbalizar em público novas ou remoçadas hipóteses de trabalho, sem renúncia à problematização crítica de lugares comuns arraigados...

## 2

Quase sempre se faz história das revoluções e das rupturas sociais e políticas com menosprezo da observação do plano das continuidades, e isto apesar da evidência de, para a ciência histórica, tão relevantes serem os aspectos que então mudam como os que permanecem. O mesmo sucede na vida dos indivíduos: nem sempre a personalidade de um notável, promotor identificado com uma ordem nova, é devidamente valorizada e “explicada” nas suas dependências afectivas e culturais relativamente à velha ordem anterior, contra qual se insurgiu mas da qual provém...

Isto nos parece ocorrer com Alexandre Herculano, e daí o algo paradoxal título desta comunicação.

Fundador da nova ordem liberal, antes da grande ruptura com a ordem vigente (implicação directa na revolta do regimento de infantaria 4, em 1831, com 21 anos, clandestino embarque de Lisboa para Inglaterra, roteiro de Belle Isle e da Terceira ao Mindelo), Herculano é criatura / “produto” de um ambiente familiar *Ancien Regime*, bem português e tradicional.

Em *A Mocidade* Vitorino Nemésio ciceroneia-nos nalgumas doces rotinas do *ethos* ambiental da casa de seus pais, de razoável mediania burguesa e capelinha particular, no Pátio do Gil, à Rua de S. Bento, onde aos domingos, um frade franciscano, amigo da família, vinha dizer missa e almoçar.

---

<sup>12</sup> Lisboa, Seara Nova, 1949 (1971, segunda edição, corrigida e aumentada).

<sup>13</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Herculano e a Consciência do Liberalismo Português*, Lisboa, Bertrand, 1977; SARAIVA, António José – *Herculano e o Liberalismo em Portugal*, Lisboa, Bertrand, 1977; SERRÃO, Joel – *Alexandre Herculano*, in *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975, Vol. III, pp. 209-213.

Perdoe-se-nos, mas não terá sido talvez ainda suficientemente relevado o significado social desta criação<sup>14</sup>. O pai, Teodoro Cândido de Araújo, com o cargo público de Fiel da Junta dos Juros, filho de um comerciante de trigos, e a mãe, Maria do Carmo de S. Boaventura, filha de um empreiteiro exercendo ofício na arrastada reconstrução de Lisboa, são bom exemplo duma ascensão social normalmente fornecendo quadros e sólidas fidelidades ao regime vigente. Todavia, Alexandre Herculano, admirando e amando o pai, seu primeiro educador, ao recordar os prantos familiares à morte de D. João VI, há-de dizê-lo «liberal de velha rocha»<sup>15</sup>. Desde a «jornada da poeira» que a vida pública em Portugal se viera a estreimar, e o quadro será talvez eloquente quanto ao brando e quase oficioso teor deste liberalismo familiar, provavelmente de pura identificação com os caminhos de reformismo ilustrado e moderado, trilhados pelo bondoso monarca, que agora viam o fim...

Também a conhecida trajectória formativa de Herculano, com aulas no Oratório para um frustrado ingresso na Universidade (não sabemos até que ponto a cegueira do pai e as vicissitudes políticas do país o obrigaram a mudar de propósitos), passagem pela Academia Real de Marinha, matrícula na cadeira de diplomática, a funcionar na Torre do Tombo, e frequência da Aula do Comércio (a pioneira instituição pombalina, continuava útil passaporte para cargos do estado ou da actividade privada)<sup>16</sup>, ou a sua trajectória de informação e iniciação literária e enceleiramento de experiência nos círculos do Morgado de Assentiz e de Alcipe, Marquesa de Alorna, ostentam as marcas de uma sobrevivência vivaz do passado, e da ponte que das Luzes oficiais conduz ao Liberalismo: é pela mão dos instrumentos dinâmicos de formação e afirmação social de Antigo Regime que se forjam as bases da personalidade intelectual e moral de Alexandre Herculano.<sup>17</sup>

<sup>14</sup> Veja-se nomeadamente como Bulhão Pato, que tanto conviveu com Herculano, valoriza o papel do seu berço, meio e talentos familiares. O autor de *Paqueta* cita o testemunho da irmã do historiador, viúva do general Galhardo, para asseverar que era o pai, «homem ilustrado», quem educava os filhos nos preparatórios, outrossim recordando o «notável talento» de uma avó com quem haviam convivido. Cf. *Memórias*, t. I, Lisboa, 1894, p. 169.

<sup>15</sup> NEMÉSIO, Vitorino – *A Mocidade de Herculano*, Vol. I, ed. cit., p. 226.<sup>14</sup> “Poesia”, in *O Panorama*, I, nº 8, 24-VI-1837, pp. 59-60 (apud *Opúsculos*, vol. V, organização, Introdução e Notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Lisboa, Ed. Presença, 1986, pp. 136-137).

<sup>16</sup> SERRÃO, *Joaquim Veríssimo – História de Portugal*, Vol. VI, Lisboa, Verbo, 1982, p. 249.

<sup>17</sup> Claro que no que aqui fica dito – e é historicamente nítido – nos separamos da velha e quase oficiosa toada de lamentações retóricas liberalengas que, curiosamente, por razões ideológicas, sempre escamotearam a estatura política ilustrada e reformadora de D. João VI e o seu enorme bom senso, tacto político e grande sentido de futuro. Atente-se neste expressivo extracto, do Elogio de Alexandre Herculano, de Anselmo de Andrade, que fala por si da urgente desconstrução a fazer dos enganosos lugares comuns da vulgata historiográfica liberal: «Nasceu Alexandre Herculano em 1810. Foi nos tempos do protectorado britânico. (...) O amor da pátria era um sentimento vago com o seu objectivo quasi perdido. (...) A pobreza espiritual excedia ainda a pobreza material. Dominavam as ordens religiosas. Toda a educação tinha de passar pela feira dos frades. A erudição era theologica e casuista. Aquelles que se não afogavam nas caliginosas profundezas da ignorância ficavam aleijados da alma. Faziam-se então aos espiritos o que nos tempos bárbaros se fazia aos corpos. Desformavam-se as cabeças e preparavam-se artificialmente os anões. Herculano achou-se degradado n'este meio, antes de ter constituído o seu carácter. (...)» – *op. cit.*, p. ix.

Em *A Mocidade de Herculano* Vitorino Nemésio resume uma recorrente e *vexata questio* relativa à vida do seu biografado.

Inocêncio Francisco da Silva, a partir de um impertinente manuscrito, aparentemente concorde com o teor dum sumário de devassa da intendência geral da polícia, revela Herculano participando em refregas de rua, no aceso das paixões políticas que então varriam o país. Tudo apurado, teria participado numa rapaziada em Julho de 1827 (aos 17 anos, portanto), e em novo confronto por ocasião da Festa do Espírito Santo de 1828, na feira anual das Amoreiras, no qual sofreu a navalhada que lhe produziu o conhecido gilvaz na face. A questão verdadeiramente surge apenas pelo facto de o nosso protagonista ser localizado entre um grupo de “apostólicos” antagonizando à cacetada liberais. Mas agrava-se porque, indo mais longe, Inocêncio (tratado na *Mocidade* como um «verbetador» invejoso da glória alheia<sup>18</sup>) apresenta Herculano, nessa fase, como incensador de D. Miguel, com odes e sonetos em algumas interessadas idas a Queluz, uma versão dos factos que Teófilo Braga corroborou e divulgou<sup>19</sup>...

Honradamente, Nemésio não deixa de referir que António de Serpa, próximo e informado biógrafo de Herculano, acreditava em fugaz fase miguelista do biografado. Ele próprio admite que aquele moço ardente, à época, possa não ter sido «dos mais imunizados contra o andaço» ambiental<sup>20</sup>. Mas numa releitura de hoje, mesmo na delicada *suplesse* de Nemésio, impressiona a forma como liminarmente sempre se tenta desvalorizar a credibilidade dos informantes e descartar a todo custo um episódio que, mesmo que tenha ocorrido naqueles precisos termos, não nos parece capaz de afectar a probidade, honradez e coerência futura de todo o admirável edifício do conjunto de vida do nosso homenageado. Como se, da juventude para a idade adulta, fosse imprevisita, interdita e indigna qualquer mudança de orientação ideo-política, sobretudo daquele teor. Como se, entre os partidários de D. Miguel não houvesse também gente inteligente, culta e de princípios, do estofa de um segundo visconde de Santarém ou de um José Acúrcio das Neves, dando-se boas e patrióticas razões para “terçar armas”

<sup>18</sup> «Inocêncio era mais velho que o historiador dois anos; e naturalmente regougão, quezilento, um pouco mesquinho, entretinha-se a debicar na reputação do consagrado», começando «a lançar de mão em mão» aquele «caderno de má língua», logo «que a glória de Herculano entrou no meridiano» - Vol. I, ed. cit., p. 205.

<sup>19</sup> Cf. *A Mocidade de Herculano*, Vol. I, ed. cit., pp. 228-236 e 246. Sabe-se ainda que Pedro Calmón detectou no Brasil *Os Pedreiros*, poema antiliberal dessa fase (LOPES, Óscar – *Reflexões sobre Herculano como polemista*, in *Alexandre Herculano*, Ciclo de Conferências Comemorativas do I Centenário da sua Morte, 1877-1977, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1979, p. 53).

<sup>20</sup> Cf. *A Mocidade de Herculano*, Vol. I, ed. cit., pp. 226 e 230.



pela monarquia antiga, mas apenas uma massa desprezível de energúmenos e caceteiros, e até, finalmente, como se a própria pessoa do infante, tão proverbialmente fácil em atrair simpatias, devoções e fidelidades (na rua ou no palácio, nos templos, nas toiradas, nas paradas militares ou mesmo discursando na Academia das Ciências<sup>21</sup>), não fosse susceptível de electrizar temporariamente um jovem, sobretudo se nado e criado num meio cultural como aquele que evocamos, com os seus naturais ressentimentos políticos e apreensões sobre o futuro...

De resto, ter sofrido uma grave experiência juvenil de violência física, não terá sido elemento decisivo para a forja do Herculano liberal, com adulta e militante aversão à rua, à oclocracia e à demagogia?

O certo é que, diferentemente do que já hoje sucede<sup>22</sup>, a historiografia liberal tratará de negar a pés juntos e de forma indiscreta o miguelismo juvenil de novel poeta, que aos 21 anos se tinha já declarado liberal e entrado, como se sabe, em arriscada fase conspirativa, podendo a *Semana Santa* ser vista como o seu manifesto liberal<sup>23</sup>.

Alinhando por tal diapasão, apesar de admirar a «larga vida de pensador» e a «mentalidade poderosa» de Teófilo Braga, que considera «a primeira da época actual», também no discurso por si proferido a 28 de Abril de 1910, em sessão solene realizada pela Câmara Municipal de Aveiro em homenagem a Alexandre Herculano, Querubim do Valle Guimarães vitupera essa «má

---

<sup>21</sup> Esta última faceta tem o seu interesse como contraposição documental à imagem negra, sistemática, estereotipada, que a historiografia liberal sempre foi dando de D. Miguel. Em 1823, na qualidade de presidente perpétuo da Academia, o infante empenhou-se na obtenção de fundos que permitissem à instituição ultrapassar as graves restrições resultantes do orçamento de estado aprovado (cf. AMARAL, Ilídio do – *Nótulas históricas sobre os primeiros tempos da Academia das Ciências de Lisboa*, Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras, Academia das Ciências, Lisboa, s/d, p. 20). Mais tarde, depois da «jornada da poeira», o infante vai poder triunfantemente declarar em sessão da Academia, em discurso de teor e linguagem assinaláveis a todos os títulos: «A relação dos trabalhos em que os seus membros se ocuparão desde a ultima Sessão Publica nos mostrará que o amor dos bons estudos não pôde nelles ser sufocado pellos esforços da tyrania, que perseguindo de todas as maneiras e subtraindo os meios de subsistência às corporações scientificas mais respeitáveis e dignas de auxilio pelos fins dos seus institutos, procurou fazer retrogradar a Nação a um estado de ignorância e barbaridade que nos riscaria da classe dos povos civilizados e nos faria aparecer no meio da Europa culta como Vândalos e Africanos. Lancemos porém hum veo sobre esses dias de luto e amargura, e voltando os olhos para a agradável perspectiva que nos oferece a nossa actual situação, formemos as mais lisonjeiras esperanças da prosperidade que as circunstâncias permitem à Academia assim como a todos os estabelecimentos destinados à instrução pública e à cultura das Artes e Sciencias. (...) – *História e Memórias da Academia Real das Sciencias*, Tomo IX, P. I, Lisboa, Tip. Da Academia, 1825. O uso e abuso de uma linguagem cara à cultura ilustrada, servia evidentemente a ambos os contendores da refrega em curso...

<sup>22</sup> «É possível que numa primeira fase das suas atitudes políticas se tenha deixado atrair por posições tradicionalistas favoráveis a D. Miguel, mas logo as teria repudiado», como sensatamente afirmam, por exemplo, CUSTÓDIO, Jorge, e GARCIA, José Manuel in HERCULANO, Alexandre – *Opúsculos*, Vol. I, Introdução, Porto, Presença, 1982, p. 11.

<sup>23</sup> Remetendo para valiosíssimo depoimento de António de Serpa Pimentel, cf. NEMÉSIO, Vitorino – *A Mocidade de Herculano*, Vol. I, ed. cit., p. 225.

hora» de ultraje à memória do historiador, sustentando que «nenhuma dessas afirmações é documentada»<sup>24</sup>...

Aparentemente mais matizado, mas não menos categórico e entusiástico, foi o discurso proferido no Porto, na mesma conjuntura, por Mendes Correia, então um jovem e promissor estudante da escola médico-cirúrgica, muito sensível às questões antropológicas de sanidade e degenerescência dos caracteres. Com a «hygidez perfeita d'alguns grandes homens», – nomeadamente «a sua lógica irreductível, a sua coherencia, a sua serena firmeza de principios, a sua ponderação nas luctas mais acesas, a sua admirável systematisação de crenças e de doutrinas, a sua reflexão, a sua segurança de raciocínios, a sua moderação nas expansões affectivas, a sua singeleza de trato, a sua regularidade de viver» –, nem por isso Herculano teria deixado de ter «fraquezas humanas», e «dois factos da sua vida», a «transição um tanto rápida do miguelismo para o liberalismo» e «o seu isolamento em Vale de Lobos» aí estariam para o demonstrar.<sup>25</sup>

O orador não era «um panegirista incondicional», nem Herculano precisava dos seus favores... Para Mendes Correia, parafraseando o Ramalho das *Farpas*, pura e simplesmente Alexandre Herculano não nascera em 1810 e não falecera em 1877. Herculano, «o grande homem», só existira «de 1831 até Vale de Lobos». Mesmo assim, no primeiro caso, não lhe parecia que houvesse «uma contradição intolerável e inexplicável» no que se passara, dada a «muralha» do «meio social» em que o escritor tinha nascido, e, no segundo caso, tratara-se de uma deplorável mas compreensível atitude de voluntário exílio, com valor de denúncia<sup>26</sup>...

#### 4

Quaisquer que tenham sido as anteriores simpatias e a conduta política de Herculano (e as atitudes dos catorze aos dezoito anos valem alguma coisa mas infinitamente menos do que as da idade adulta, sobretudo, como é o caso, se assumidas com rara coerência ao longo de toda uma vida), desse passado, dissolvendo-se em sentidas lágrimas familiares por ocasião da morte do bondoso D. João VI, ou comungando até, eventualmente (admitamo-lo!), da esperançosa ilusão colectiva inicial com que dera entrada no Tejo a fragata *Pérola*<sup>27</sup>, politicamente, o que ficou no liberal Herculano?

<sup>24</sup> GUIMARÃES, Cherubim do Valle – *Herculano Jurisconsulto*, Aveiro, Tip. Minerva Central, pp. 17-18.

<sup>25</sup> *Alexandre Herculano*, conferência citada, p. 8.

<sup>26</sup> *Alexandre Herculano*, conferência citada, pp. 9-11. O enfrentamento de justificação moral a este aspecto de «abdição», auto-exílio e «renúncia», sinal de um «pessimismo» que se queria combater, está muito presente nas comemorações de 1910. Vide v.g. ANDRADE, Anselmo – op. cit., pp. xix-xxi; MACHADO, Ginestal – op. cit., pp. 26-27.

<sup>27</sup> É quase supérfluo evocar esse ambiente de euforia, esperança e de fugaz trégua entre antagonismos ideológicos prontos a explodir. Mero exemplo entre tantas peças de oratória do género, festejando o feliz

Desde logo o apego ao princípio monárquico, à casa reinante, e, particularmente, o afecto e fidelidade aos sucessivos chefes de estado com quem lidou. São por demais conhecidos os seus sentimentos por D. Pedro IV, D. Maria II, D. Fernando e D. Pedro V. Claro que reis liberais, amados por um «liberal dos quatro costados», e sempre com uma altura de alma em que não se vislumbram subserviências.

Como poucos, Herculano podia com verdade dizer: «Nunca enfeudei o meu espírito nem a partidos nem a homens: nunca hei-de enfeudá-lo», e todavia, ao mesmo tempo, com delicadeza, vemo-lo procurando que as suas posições políticas públicas não chocassem com as de D. Fernando, de modo a não parecer ingrato a alguém cujos benefícios não podia esquecer «sem se desonrar»<sup>28</sup>. A índole dos monarcas fazia naturalmente brilhar essas qualidades de independência respeitosa do «súbdito».

De D. Pedro V, «aquela alma tão rica de abnegação de si quanto o era de afectuosa simpatia para com todos os oprimidos», dizia Herculano que se comprazia «em fitar a vista em olhos que se não baixassem diante dos seus, em encontrar na ideia alheia a resistência à própria ideia», e «não tinha ciúme de uma soberania superior à sua, a da razão, nem o humilhava a dignidade humana, que equivale no súbdito à majestade no rei»<sup>29</sup>.

Como quer que seja, sempre fica notória a personalização do vínculo de afecto e fidelidade ao monarca. À pessoa concreta e à instituição monárquica, nomeadamente por via da própria Carta Constitucional à qual Herculano se manterá fiel, e ela própria resultante, ao contrário da Lei Fundamental de 22, de uma concessão do soberano.

D. Pedro, ao ser servido «decretar, dar e mandar jurar» a Carta, e posteriormente, ao aprovar as leis de Mouzinho da Silveira e da guerra civil, que mudariam a face do país, actuava ainda, afinal, na linha doutrinária reformadora cesarista do «despotismo esclarecido», e Herculano, «adorador da energia que fez de D. João II o *Príncipe* Perfeito e de Pombal um herói»<sup>30</sup>, identificava-se com o legado que, como «mindeleiro» abnegado, ajudara a construir, o legado do primogénito de D. João VI e do seu filósofo legislador...

No seu presente, em forma de ponte para o passado, ficara de facto essa fidelidade de Herculano à Carta Constitucional, como que selada com o

---

sucesso, em *Parabens à Nação Portuguesa ou grito de honra sobre a vinda do Senhor Infante D. Miguel* (Lisboa, Impressão Régia, 1828), este, chegado para «governar e reger o Reino em nome do Senhor D. Pedro IV», é apresentado (p. 6) como nova réplica do Infante Regente D. Pedro, «das sete partidas», à sua maneira ilustrado pelas viagens na arte de governar, e capaz de o fazer com mansidão e agrado do povo, porque também ele dotado «de prudencia, de sabedoria, de justiça, de clemência e liberalidade»...

<sup>28</sup> Cf. SARAIVA, António José – *Herculano Desconhecido (1851-1853)*, Porto, Ed. SEM, 1953, p. 254.

<sup>29</sup> *História de Portugal*, Prefácio da Terceira Edição, Lisboa, Bertrand, 1980, p. 12.

<sup>30</sup> MARTINS, Oliveira J. P. – *História de Portugal*, tomo II, Lisboa, Bertrand, 1879, p. 225.

sagrado do juramento. Como é bem sabido, alegando não poder trair essa sua jurada fidelidade à Carta Constitucional, Herculano reagira à revolução de Setembro de 1836, demitindo-se do seu lugar de bibliotecário da Biblioteca Pública do Porto, outrossim dando ao cartismo «o seu mais conhecido manifesto político com *A Voz do Profeta*»<sup>31</sup>.

Ninguém hoje duvidará de que a Carta *doada* em 26 e triunfante em 1834, avaliada, particularmente, pela sua Câmara de Pares, de nomeação vitalícia e hereditária, era, ela própria, em nome de um intentado e em grande parte fracassado pragmatismo de arregimentação da *grandeza* nacional às novas fórmulas políticas<sup>32</sup>, a outorga de um compromisso, em suma: uma ponte lançada entre dois tempos, pretérito e presente.

Embora com independência de espírito, sempre reivindicando-se de inconcussa fidelidade à Carta – «cartista enquanto houve cartismo, da primeira à última hora»<sup>33</sup> –, nem por isso Herculano deixou de ir juntando a sua voz a quem advogava pela reforma das insuficiências e defeitos do regime vigente, nomeadamente pugnando, pessoalmente, por eleições directas e pela abolição da hereditariedade nos pares<sup>34</sup>, atitude de que já fizera prova apoiando o compromisso da Constituição de 38.

Advésário do «radicalismo setembrista» e, seguidamente, do «autoritarismo cabralista»<sup>35</sup>, tendo chorado a intervenção estrangeira culminada na Convenção do Gramido<sup>36</sup>, quando a revolução, latente, regressa, Herculano inspira, como é sabido, a fase inicial da Regeneração e do ministério Saldanha, cujos propósitos de reforma da governação são ideação sua<sup>37</sup>. Passaria, a curto trecho, à oposição ao «rodriguismo-fontismo» e a um intenso activismo cívico-político e polemístico que se repercutiria, não apenas em iniciativas do Partido Histórico, como no caso da revisão do Código Civil, ou na fermentação das ideias dentro das bases sociais do espectro político do regime, mas também nas tomadas de posição de intelectuais situados já nas franjas ou fora desse mesmo espectro: Oliveira Marreca e Henriques Nogueira estarão nesse caso, e também o Partido Republicano não deixará de se considerar tributário de algumas

<sup>31</sup> SARAIVA, António José – *op. cit.*, p. XVIII.

<sup>32</sup> Cf. MARTINS, Oliveira J. P. – *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, António Maria Pereira Editor, 1895, pp. 70-81 (Livro I, III, 3).

<sup>33</sup> Cf. SEABRA, José Augusto – *Alexandre Herculano, o «Político»*, in *Alexandre Herculano*, Ciclo de Conferências cit., p. 29.

<sup>34</sup> Cf. MARTINS, Oliveira J. P. – *Portugal Contemporâneo*, tomo II, Lisboa, Guimaraes Editores, 1979, p. 232.

<sup>35</sup> Cf. RAMOS, Luís A. de Oliveira – *Herculano e a sua obra*, Instituto Cultural do Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, Porto, s/d, p. 82.

<sup>36</sup> PATO, Bulhão – *Memórias*, t. I, Lisboa, 1894, p. 169.

<sup>37</sup> Cf. SERRÃO, Joel – *Alexandre Herculano*, in *Dicionário de História de Portugal*, Vol. III, Porto, Iniciativas Editoriais, 1975, p. 210b.

ideias defendidas por Herculano n’*O Portuguez*<sup>38</sup>, nomeadamente no tocante a poder local e municipalismo.

Como fica evidente, estamos longe de alguém contentando-se com «Carta e nada mais»... E não apenas pela admissão da necessidade de aperfeiçoamento e compromisso político face à lei fundamental.

As intervenções públicas de Herculano são elas mesmas bem expressivas da necessidade advogada de intervenção correctiva dos governos na gestão e regulação do interesse público. E todavia, «nunca deixou de ser o “liberal ferrenho” que não ia além de uma monarquia representativa, e para quem a democracia era o despotismo das maiorias, a tirania das massas ignaras»<sup>39</sup>, pelo que não admira que, por 1867, já sob o signo de Vale de Lobos, reconhecendo embora que o «partido cartista» se tornara palavra vã – de uso e abuso livre desde o seu “suicídio”, cometido aquando do golpe de estado de Costa Cabral de 1842 –, o historiador continue a prestar tributo à valia da Carta, bandeira e código fundador do regime, que «encerrava em si o processo da própria reforma», por «processo aliás prudente, regular [e] exequível»<sup>40</sup>... A Carta, «cujas imperfeições» conhecia, mas que era «o pacto social do país» que havia «obrigação de manter enquanto os poderes legítimos não a alterassem ou substituísem, e que, «apesar dos seus defeitos», assegurava ao país uma «liberdade real, ampla, tranquila» e «fonte de constantes progressos», conforme escreveria em 1875, em polémica com Paulo de Moraes, levando-lhe a mal que, com plena injustiça, o tivesse classificado como cartista da última hora.<sup>41</sup>

De resto, enquanto liberal, Alexandre Herculano, em sistemáticos pruridos de desconfiança anti jacobina, não apenas se vê como «adversário irreduzível da democracia» e do sufrágio universal, como inimigo que é de todas as formas de despotismo e de uma nova, a do «despotismo do número»<sup>42</sup>, como – sem rodeios – professa que «a igualdade civil importa a desigualdade social»<sup>43</sup>.

São conhecidos os desabaços reflexivos de Herculano a Oliveira Martins, relativamente à relutância com que acompanhava a voga «entre os moços» de ideias republicanas e socialistas que «provavelmente» viriam «a

<sup>38</sup> Cf. SARAIVA, António José – *op. cit.*, p. XXXIV.

<sup>39</sup> CARVALHO, Joaquim Barradas de – *As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano*, ed.cit., p. 238.

<sup>40</sup> HERCULANO, Alexandre – *A Voz do Profeta, Introdução (1867)* in *Opúsculos I*, organização introdução e notas de CUSTÓDIO, Jorge, e GARCIA, José Manuel, Porto, Presença, 1982, p. 36.

<sup>41</sup> HERCULANO, Alexandre – *A Emigração (1873-1875)*, in *Opúsculos II*, organização introdução e notas de CUSTÓDIO, Jorge, e GARCIA, José Manuel, Porto, Presença, 1983, p. 127.

<sup>42</sup> CARVALHO, Joaquim Barradas de – *As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano*, ed.cit., pp. 27 e 36.

<sup>43</sup> HERCULANO, Alexandre – *Os Vínculos (1856)*, in *Opúsculos II*, ed. cit., p. 41.

predominar por algum tempo no século XX<sup>44</sup>... A sua explicação ideológica, de «liberdadeiro empedernido», era clara e coerente:

«O socialista vê no indivíduo a coisa da sociedade, o liberal vê na sociedade a coisa do indivíduo. *Fim* para o socialista, ela não é para o liberal senão um *meio*; criação do indivíduo que a precedeu, que lhe estampou o seu selo; porque faça ela o que fizer, nunca poderá manifestar a sua existência e a sua acção senão por actos individuais, unidos ou separados. O colectivo nessas manifestações não passa de uma concepção subjectiva; não existe no mundo real».<sup>45</sup>

Como bem vê Barradas de Carvalho, «o socialismo não parece a Herculano mais do que o último reduto do igualitarismo democrático», enfermando as doutrinas socialistas «num máximo grau, dos erros da democracia».<sup>46</sup>

Nos anos setenta, o socialismo era um «perigo sério» a encarar com «cordura e hombridade», segundo considerava o historiador: a que haveria que responder com violência se recorresse à violência, mas que cumpria saber ouvir «onde e quando» nos agredisse com as armas racionais, dando-lhe mesmo razão se acaso ela estivesse da sua parte<sup>47</sup>. Aqui como em tantos lugares ficava manifesto que, face à «questão social», nos domínios económicos, o liberal Herculano se afastava de uma simples ordem da natureza e do *laissez-faire* da livre concorrência.<sup>48</sup>

Para Herculano, se a igualdade civil era necessária, a desigualdade natural entre os homens, apesar de negada de modo absoluto nos tempos modernos, era facto indestrutível, resistindo a «todas as subtilezas da filosofia e do direito». A desigualdade nascida da igualdade civil, não só «não ofenderia o direito», como «não seria senão justiça»<sup>49</sup>, consequência de diferentes exercícios da liberdade comum.

Não se trata, evidentemente, do elogio da desigualdade «de gerações» e «de linhagens predestinadas», mas da dos indivíduos, cuja capacidade de iniciativa e méritos diferenciados a sociedade consagraria<sup>50</sup>. Mais uma vez não poderemos deixar de ver aqui o braço de uma “ponte”, projectando respeitáveis legados: neste particular, Alexandre Herculano não anda longe de uma concepção ética e utilitária de aristocracia, vigente na

<sup>44</sup> *Portugal Contemporâneo*, tomo II, Lisboa, Guimarães Editores, 1979, p. 246.

<sup>45</sup> *Carta a Oliveira Martins* (Vale de Lobos, 1877), citada em *Portugal Contemporâneo*, tomo II, ed. cit., p. 250.<sup>46</sup> HERCULANO, Alexandre – *A Voz do Profeta, Introdução* (1867) in *Opúsculos I*, organização introdução e notas de CUSTÓDIO, Jorge, e GARCIA, José Manuel, Porto, Presença, 1982, p. 36.

<sup>46</sup> *As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano*, ed. cit., p. 37.

<sup>47</sup> HERCULANO, Alexandre – *A Emigração* (1873-1875), in *Opúsculos II*, ed. cit., p. 72

<sup>48</sup> CARVALHO, Joaquim Barradas de – *As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano*, ed. cit., p. 56.

<sup>49</sup> HERCULANO, Alexandre – *Os Vínculos* (1856), in *Opúsculos II*, ed. cit., pp. 40 e 41.

<sup>50</sup> Cf. HERCULANO, Alexandre – *Os Vínculos* (1856), in *Opúsculos II*, ed. cit., p. 42.

tratadística ibérica de Antigo Regime da época da Ilustração<sup>51</sup>, e assim, ao lê-lo, recordamo-nos de formulações idênticas, outrora proferidas por um Jovellanos ou por um Lima Bezerra.<sup>52</sup>

Repare-se que Herculano não hesita um momento no reconhecimento da «força social» e «influxo moral de um nome ilustre, herdado dos antepassados», lamentando até a incapacidade de discernimento daqueles que não vêem os sentidos ético e estético da nobreza histórica de um país, como «monumento do passado». Aqueles que então, estultamente, pretendiam «expungi-la da lista das manifestações da vida social», pela mesma razão deveriam «mandar destruir os túmulos dos heróis e dos sábios, e dispersar-lhes as cinzas ao vento, quebrar-lhes os bustos e as estátuas, arrasar os templos, os obeliscos, os monumentos», fossem quais fossem, ligando «as glórias do passado ao presente pelas recordações»<sup>53</sup>...

Segundo o historiador, a reprodução de preeminências, ou, por outras palavras, o renascimento de aristocracias, era um facto social, uma lei natural e impreterível, mas facto essencialmente pessoal, móvel, resultante da afirmação da personalidade do indivíduo e da consagração dos seus méritos. E debalde trabalharia quem o não entendesse:

«O erro dos escritores democráticos, que entendem ser possível a destruição efectiva de uma classe aristocrática, procede de confundirem a fidalguia hereditária com a do corpo aristocrático; de tomarem a espécie pelo género. É possível que a espécie chegue a desaparecer temporariamente, ou por degeneração moral dos indivíduos que representam as velhas linhagens, ou pela extinção destas; mas o tempo santificará as novas ilustrações que se alevantam, e enquanto as nações tiverem o sentimento do bom e do belo, isto é, enquanto tiverem uma condição sem a qual não podem existir, a progénie desses homens sumos herdará a força moral dos seus nomes, e só a perderá destruindo-a pela vilania pessoal».<sup>54</sup>

Se, todavia, conforme recordamos, Alexandre Herculano não se contentava com a simples ordem da natureza, engendrando o *laissez-faire*, a livre concorrência e respectivos corolários sociais, as suas propostas visando uma solução para a «questão social» eram derivadas de um sonho fundamental: «fazer de cada trabalhador um proprietário» e «acabar com o proletariado sem sair dos moldes da sociedade» liberal coeva.<sup>55</sup>

<sup>51</sup> Cf. v. g. SARRAILH, Jean – *La España Ilustrada de la segunda mitad del siglo XVIII*, FCE, Madrid, 1979.

<sup>52</sup> Cf. BEZERRA, Manuel Gomes de Lima – *Os Estrangeiros no Lima*, t. II, Real Oficina da Universidade, 1791, pp. 8-24 e 43.

<sup>53</sup> Cf. HERCULANO, Alexandre – *Os Vínculos (1856)*, in *Opúsculos II*, ed. cit., p. 42.

<sup>54</sup> HERCULANO, Alexandre – *Os Vínculos (1856)*, in *Opúsculos II*, ed. cit., p. 43.

<sup>55</sup> CORDEIRO, Joaquim António da Silva – *A Crise em Seus Aspectos Morais*, 2.ª Edição (Estudo introdutório organização e notas de Sérgio Campos Matos), Lisboa, Ed. Cosmos, 1999, p. 23.

Essa independência individual «pelo gozo da propriedade» seria «relativamente fácil de conseguir em Portugal»<sup>56</sup>, beneficiando do atraso da sua indústria e de ser um país essencialmente agrícola, tirando outrossim partido de ele ser «um dos países da Europa onde, graças à nossa antiga organização social e à natureza e condições das nossas indústrias», as fortunas se apresentarem aqui «por via de regra medíocres, a propriedade territorial mui dividida nas províncias mais populosas, e por consequência os capitais raros e os grandes capitais raríssimos»<sup>57</sup>.

Vista como «um baptismo de regeneração» a que eram «principalmente chamados os pequenos e humildes» da sociedade, a instituição de caixas económicas, já anteriormente defendida por António de Oliveira Marreca, permitiria converter os aforros dos depositantes numa «rica sementeira» felicitadora da «terra pátria». O operário, até aí mero vendedor da sua força de trabalho, graças ao pecúlio paulatinamente amealhado, transformava-se «em pequeno capitalista». Realizando velhos sonhos, um abriria uma loja de retalho, outro uma oficina, outro iria plantar uma vinha em «outeiro escalvado», outro arrotear um «chão baldio na planície», todos tendo por horizonte e obtendo a «independência: a independência que nasce da propriedade, e que é o mais fértil elemento da moral, da paz e da prosperidade pública»<sup>58</sup>.

Portugal era «um caso muito diverso» de França e Inglaterra, tanto no concernente «ao modo de ser dos bens de raiz», como à muito menor industrialização e conseqüente proletarização dos obreiros. Ao contrário de Inglaterra, país onde o solo era «por assim dizer, um grande vínculo aristocrático», e de França, onde o solo era como que um «vasto alódio», «ilimitadamente» dividido em parcelas cada vez mais pequenas, aqui, excepção feita à grande propriedade alodial do Alentejo, predominava a enfiteuse como «o modo mais comum de possuir a pequena propriedade», num original meio-termo entre aqueles dois extremos vitandos. O prazo fatusim hereditário – na óptica do historiador – acrescentava a vantagem de conciliar a transmissão dos terrenos indivisos, «sem que por isso deixasse de ser divisível o direito de propriedade sobre eles». No Norte, «rara» era «outra espécie de propriedade» que não a enfiteutica, e, um pouco por todo o país, Herculano via-a radicada nos hábitos nacionais, parecendo-lhe um instituto capaz de resistir à passagem do tempo. Força seria actualizá-la, simplificá-la, pô-la «de acordo com as ideias e costumes das sociedades modernas».<sup>59</sup>

<sup>56</sup> CARVALHO, Joaquim Barradas de – *As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano*, ed.cit., p. 48.  
<sup>57</sup> HERCULANO, Alexandre – *Da Instituição das Caixas Económicas (1844)*, in *Opúsculos I*, ed. cit., p. 113.

<sup>58</sup> Cf. HERCULANO, Alexandre – *Da Instituição das Caixas Económicas (1844)*, in *Opúsculos I*, ed. cit., pp. 108, 113 e 119.

<sup>59</sup> Cf. HERCULANO, Alexandre – *Da Instituição das Caixas Económicas (1844)*, in *Opúsculos I*, ed. cit., pp. 116-117.



Perante a geral escassez de terras para todos, radicando na simples impossibilidade da sua multiplicação, este instituto, com uma vetusta e honrosa história, continuava então disponível e apto a «conduzir rapidamente à associação do trabalho actual com o trabalho consolidado» (a propriedade), a dar «bem procedido acesso à propriedade» ao «trabalhador laborioso», a «generalizar a propriedade rústica», ligando «o salário que se recebe com o domínio que se exercita». De que se tratava? Não de «uma teoria do equilíbrio mais ou menos socialista», mas de «uma praxe conhecida», tendo «por base a liberdade individual e a natureza de puro contrato, simples, compreensível, como são por via de regra todas as concepções fecundas», outrossim não só capaz, socialmente, de privar «doutrinas dissolventes» de adeptos, como de representar um recrutamento de «soldados para a manutenção da paz e da boa ordem». Precisava Herculano: «Desde que o trabalhador rural achar no produto líquido da sua fazendinha um complemento mais ou menos amplo do jornal; ou antes, desde que não considerar o jornal senão um complemento desse produto, a negação da propriedade individual, longe de o lisonjear, há-de irritá-lo, e os apóstolos da demolição social farão bem em não evangelizar diante dele a lei nova, porque o trabalhador do campo é naturalmente rude»<sup>60</sup>. A enfiteuse, chamando «o proletário do campo à propriedade rústica», evitava assim que, «com imprevidência fatal», o chamasse «a comuna ao chuço e ao petróleo, para subverter os dois fundamentos da vida social – a família e a propriedade»<sup>61</sup>.

Na enfiteuse cria Herculano, vendo nela – e bem – a possibilidade de consumação da conquista da propriedade pelo trabalho, ainda que em desfavor dela se levantasse (então, como mais tarde), uma mentalidade contemporânea preconceituosa, desvalorizadora, em termos individualistas, dessa arreigada praxe, postuladora da harmónica posse por vários sujeitos, a títulos diferentes, de uma mesma unidade fundiária. Não viam esses «teóricos modernos», olhando «com científica sobrançeria» a enfiteuse, que aquela «enorme vulgaridade», aquela «tradição dos séculos», constituía «a mais poderosa alavanca para a um tempo afastar da emigração os jornaleiros rurais e alistá-los entre os defensores da propriedade, da paz e da ordem»<sup>62</sup>... Reportando-se à lição de Herculano, Oliveira Martins, em 1887, aquando da apresentação do seu «Projecto de lei de fomento rural», falando de sociedades de colonização interna e arroteamento, recomendará o recurso actualizado a esta instituição, enraizada na tradição portuguesa, moralizadora da terra

<sup>60</sup> HERCULANO, Alexandre – *A Emigração (1873-1875)*, in *Opúsculos II*, ed.cit., pp. 94 e 95.

<sup>61</sup> HERCULANO, Alexandre – *A Emigração (1873-1875)*, in *Opúsculos II*, ed.cit., p. 119.

<sup>62</sup> HERCULANO, Alexandre – *A Emigração (1873-1875)*, in *Opúsculos II*, ed.cit., p. 106.

e viva ainda na alma das nossas populações<sup>63</sup>. Uma recomendação que, curiosamente, não seria seguida por importantes intelectuais republicanos, como Basílio Teles ou Ezequiel de Campos, mas que teria fácil acolhimento no catolicismo social de Lino Neto.<sup>64</sup>

Na verdade, se Herculano reagiu indignadamente à carta de lei de 22 de Junho de 1846, declarando, ampliando e reformando o decreto de 13 de Agosto de 1832, de Mouzinho, que extinguiu os direitos, censos, pensões ou outras prestações impostas pelos donatários ou pelos forais, tornando os respectivos bens possuídos em propriedade absoluta, se outrossim sempre defendeu a divisão dos terrenos concelhios e a extinção dos pastos comuns, numa lógica individualista liberal<sup>65</sup>, é notável como, não obstante, distinguindo bem direitos dominiais realengos e direitos patrimoniais particulares, Herculano defende coerentemente a valia histórica dos emprazamentos particulares e o relevante papel social que continuavam chamados a desempenhar. No terreno relevantíssimo da propriedade, essa tradição herdada de séculos, reformada e racionalizada na Ilustração, constituía uma outra ponte ligando os dois regímenes, antigo e novo...

## 5

Em termos de continuidades de Antigo Regime, nada mais eloquente ainda do que a filiação de Alexandre Herculano na tradição eclesiológica regalista anti-romanista e antiultramontana do iluminismo português, exponenciada sob fêrula pombalina.

Em 1832, no ameaçado mapa do país real e oficial do legitimismo miguelista, empenhado em fomentar a unidade dos fiéis com os seus legítimos pastores e de uns e outros com a suprema cabeça da Igreja, factos políticos recentes e conhecidos tinham tornado oportuna a publicação pela Imprensa da Universidade de Coimbra da tradução para português de *Consulta do Supremo Conselho de Castella sobre a Tentativa Theologica do Padre António Pereira de Figueiredo*, porque, como então reconhecia o tradutor (Padre José Inácio Roquete), as doutrinas expendidas pelo tribunal de maior respeito e consideração de Espanha iriam desarmar «silenciosos jansenistas» e inimigos da Santa Sé que olhavam para a *Tentativa teológica* como o momento mais alto da teologia moderna<sup>66</sup>. Ora, se obras como a *Tentativa teológica* e a *Demonstração teológica* tinham respondido antes

---

<sup>63</sup> SILBERT, Albert, – *O colectivismo agrário em Portugal*, in *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Lisboa, Livros Horizonte, 1972, p. 264.

<sup>64</sup> SILBERT, Albert, – *O colectivismo agrário em Portugal*, op. cit., p. 286.

<sup>65</sup> SILBERT, Albert, – *O colectivismo agrário em Portugal*, op. cit., p. 230.

<sup>66</sup> Cf. TAVARES, Pedro Vilas-Boas – *Missionarismo do interior e doutrinação contra-revolucionária, in Catolicismo e Liberalismo em Portugal (1820-1850)*, Lisboa, INCM / Universidade Católica Portuguesa (CEPP), 2009, p. 601.

de mais, directamente, às necessidades práticas decorrentes da ruptura com a Santa Sé, vigente de 1760 a 1769, a nova e muito mais grave situação de ruptura e «cisma», decorrente dos famigerados decretos eclesiásticos de D. Pedro, sobretudo colocando nas dioceses e na jurisdição eclesiástica pessoas desmunidas das legítimas missão e instituição canónicas (a começar, logo à chegada ao Porto em 1832, pela escandalosa nomeação de Frei Manuel de Santa Inês como governador daquele bispado e, pouco depois, vigário capitular, «bispo eleito» do Porto e governador interino do arcebispado de Braga)<sup>67</sup>, tinha vindo dar renovada actualidade e candência ao teor do magistério daquele «oráculo» da política eclesiástica pombalina. E, devolvida já a concessão de dispensas matrimoniais à Santa Sé, mesmo depois de D. Maria II ter recebido de Gregório XVI a Rosa de Ouro (24.4.1842), ponto simbólico de reconciliação com a Santa Sé e de um ambiente impulsionando à resolução dos diferendos pendentes, traduzindo-se na assinatura da concordata de 1848<sup>68</sup>, nem por isso – naturalmente – se apagou nos arraiais liberais o entusiasmo pelas doutrinas e obra do teólogo oratoriano.

Herculano, que de resto contestou mesmo alguns pontos da negociação, nomeadamente em matéria de padroado do oriente, cuja acesa discussão, transitada para a década seguinte, reanimaria a «questão clerical» num sentido nacionalizante e anti-romano<sup>69</sup>, era, reconhecidamente, um grande admirador de António Pereira de Figueiredo – nas suas próprias palavras «pequeno herege ruivo», «terrível padre» e «grande escriturário, paladino da Igreja Lusitana e inimigo carnal dos jesuítas»<sup>70</sup>.

---

<sup>67</sup> Cf. v.g., DÓRIA, Luís – *Do Cisma ao Convénio: Estado e Igreja de 1831 a 1848*, Lisboa, ICS, 2001, p. 39. Como é sabido, à medida da vitória liberal, essa usurpação de funções alargou-se a todo o território nacional, provocando natural reacção de Roma e dos prelados investidos canonicamente, confrontados com aquele panorama em curso (cf. ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, Vol. III, Porto, Civilização, 1970, pp. 294-324). Neste volume (p. 295) se transcreve parte de uma pastoral de D. Frei Joaquim de Nossa Senhora da Nazaré, bispo de Coimbra, aos seus diocesanos, publicada no *Correio do Porto*, n.º 124, datada de Coimbra, 1.º de Junho de 1833, exemplo eloquente daquilo que estava então em causa: «Ah! Filhos meus! Quem é este que se intitula governador do bispado do Porto, e interinamente do arcebispado de Braga, sem missão canónica, estando vivo e governando ainda o legítimo Pastor de aquele bispado, e achando-se este provido de vigário capitular, na forma das leis da Igreja?... Ignorais, porventura, que é um escandaloso apóstata da nossa santa religião, o qual sem pejo, nem vergonha, ousa fazer bando à parte com os seus e nossos inimigos, romper a túnica inconsútil de Jesus Cristo, e pôr-se à testa de um cisma neste reino, de que não há exemplo nas nossas histórias?... E de quem tem ele a autoridade que pretende exercer? Quem é que o chamou, para se introduzir no governo daquelas duas dioceses? Ah! Ele mesmo o declara, quando diz: *Por nomeação de Sua Majestade Imperial o Senhor Duque de Bragança*. Que descaramento, Filhos Meus, que escândalo!».

<sup>68</sup> Cf. TAVARES, Pedro Vilas-Boas – *Depois da tempestade... D. Jerónimo José da Costa Rebelo, Bispo do Porto, in Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Vol. IV, pp. 271-286.

<sup>69</sup> Cf. HERCULANO, Alexandre – *A reacção ultramontana em Portugal ou a Concordata de 21 de Fevereiro de 1857*, in *Opúsculos III*, organização introdução e notas de CUSTÓDIO, Jorge, e GARCIA, José Manuel, Porto, Presença, 1984, pp. 169-210.

<sup>70</sup> NEMÉSIO, Vitorino – *A Mocidade de Herculano*, Vol. I, ed. cit., p. 156.

Conforme recordado por Vitorino Nemésio, Herculano via no antigo professor de teologia da Congregação do Oratório de Lisboa «uma das rijas colunas» de um catolicismo depurado e «sem modas», e «na *Vulgata* portuguesa do “célebre oratoriano” um texto castiço e puro», aprovado dos «homens, pela maior parte eminentes, que se assentavam nas cadeiras episcopais de Portugal». Em moço, não entrara como escolar na Casa das Necessidades «a tempo de conhecer o velho polemista, há muito sumido no túmulo; mas familiarizara-se, primeiro, com a sua Bíblia e compêndios escritos para as aulas dos padres, e depois com os seus escritos de teologia e história»<sup>71</sup>.

Nada temerário é pois supor que nesses anos iniciais da década de vinte, o meio e o ambiente polémico das experiências políticas em curso, tenham sido o grande incentivador do jovem a frequentar – para além das obrigatórias *Metafísica*, de António Genovesi, e dos *Elementos de Filosofia Moral*, de Heinécio, então com tradução e adopção didáctica em Portugal<sup>72</sup>, e entre o forrageio esparso de outras leituras racionalistas da arejada biblioteca dos Padres –, compêndios jusnaturalistas relativos às «relações do Sacerdócio e do Império» (*up to date* pelo menos desde a sua distante consagração pública nos novos Estatutos da Universidade de Coimbra), quiçá contactando aqui, outrossim, com as teses sobre história eclesiástica, antigos concílios e patrística, no seu tempo promovidas e acompanhadas por Pereira de Figueiredo, como professor, ou defendidas sob sua presidência, com grande ressonância pública<sup>73</sup>.

Bem pode o historiador ter ironizado ou desvalorizado relativamente ao pecúlio de acusações de «jansenismo, de galicanismo e filosofismo» coevamente lançadas contra Figueiredo, alguns seus irmãos de roupeta e outros «homens eminentes» elevados ao fastígio do episcopado luso. A verdade é que estudos recentes mais não têm feito senão confirmar que doutrinalmente, nomeadamente enquanto escriturista, o Padre Pereira era de facto jansenista, negando a vontade salvífica universal de Deus, defendendo a graça eficaz por si mesma e a predestinação gratuita<sup>74</sup>, e que essas posições, bem como os seus galicanismo e regalismo, por demais evidentes e conhecidos, tiveram continuadores no seio do oratório e no grémio episcopal até final de Antigo Regime<sup>75</sup>. Por combater tais princípios sofreu em 1815

<sup>71</sup> A *Mocidade de Herculano*, Vol. I, ed. cit., pp. 156 e 157.

<sup>72</sup> PEREIRA, Esteves – *O pensamento político em Portugal no Século XVIII*. António Ribeiro dos Santos, Lisboa, INCM, 1983, p.187.

<sup>73</sup> SANTOS, Cândido dos – *O Jansenismo em Portugal*, Porto, FLUP, 2007, p. 27. DIAS, José Sebastião da Silva – *Pombalismo e Teoria Política*, in «*Cultura. História e Filosofia*», Vol. I, Lisboa, INIC, 1982, p. 52.

<sup>74</sup> SANTOS, Cândido dos – *O Jansenismo em Portugal*, ed. cit., p. 42.

<sup>75</sup> Cf. SANTOS, Cândido dos – *Jansenismo e antijansenismo nos finais do Antigo Regime*, Porto, Afrontamento, 2011.

duro e conhecido castigo de prisão e desterro o oratoriano José Morato Roma, episódio demonstrativo da orientação política da regência de então e particularmente do seu membro Ricardo Raimundo Nogueira, e de como Pereira de Figueiredo fora doutrinariamente ultrapassado por seu amigo e discípulo, Padre Lucas Tavares, também ex-oratoriano<sup>76</sup>.

Embora cheio de engulhos para explicar a posição de Pereira de Figueiredo relativamente ao milagre de Ourique<sup>77</sup>, a admiração de Herculano pelo teólogo e canonista é de facto enorme e não há a mínima dúvida de que em matéria eclesiástica alinha pelos seus juízos de base, ainda que as vicissitudes próprias do historiador, as da sua pessoa e do seu tempo, o tenham por vezes convertido num ácido polemista anticlerical.

Pereira de Figueiredo, com ideias idênticas às de Justino Febrônio quanto ao primado, à dignidade dos bispos, à autoridade dos concílios e às relações entre os gládios espiritual e temporal, tinha erguido uma obra que os seus hermeneutas comumente consideram um monumento de erudição ao serviço da justificação canónica da política religiosa empreendida por Pombal, política essa premiada com os efeitos apaziguadores da eleição de Clemente XIV, sancionadora da ortodoxia do regalismo luso em curso<sup>78</sup>. Pois, como outrora em nome da defesa das prerrogativas da coroa e do estado, agora em nome da defesa dos valores da liberdade, Herculano vai reeditar a argumentação e a retórica do anti jesuitismo e do anti-romanismo oficiais do pombalismo, acrescentando-lhes a sua aversão a uma evolução centralizadora da Igreja culminada em Trento e, depois de 1870, a sua repulsa por aquilo que ele considera o absolutismo doutrinário do papa<sup>79</sup>.

Um ano após a definição da infalibilidade pontifícia, o reforço eclesial-universal do papado não poderia deixar de irritar Herculano que, em linguagem atrabiliária e virulenta, em nome da não degenerescência dos princípios liberais do regime, pelos quais tinha combatido em 1831-34, critica a desastrosa supressão das *Conferências do Casino*, respaldada no argumento governamental de obrigação de defesa da religião do estado. Nessa bem conhecida e extensa carta a José Fontana, aproveitando para visitar permanentes e candentes temas do antiultramontanismo militante a que consagrara já especial

<sup>76</sup> Cf. TAVARES, Pedro Vilas-Boas – *Missionarismo do interior e doutrinação contra-revolucionária*, in *Catolicismo e Liberalismo em Portugal (1820-1850)*, op. supracit., pp. 599-600; SANTOS, Eugénio – *Os Oratorianos e o Iluminismo: Algumas Reflexões*, in *Actas do Colóquio A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil*, Vol. II, Universidade do Porto, 1992, pp. 359-362.

<sup>77</sup> Cf. NEMÉSIO, Vitorino – *A Mocidade de Herculano*, Vol. I, ed. cit., pp. 156-157.

<sup>78</sup> Cf. CASTRO, Zília Osório de – *O regalismo em Portugal. António Pereira de Figueiredo*, in «*Cultura. História e Filosofia*», Vol. VI, Lisboa, INIC, 1987, pp. 369 e 408

<sup>79</sup> Cf. CLEMENTE, Manuel – *Clericalismo e anticlericalismo na cultura portuguesa*, in *Portugal e os Portugueses*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2008, pp. 24-29.

atenção, Herculano faz da defesa institucional da Carta Constitucional e do seu catolicismo oficial, a condenação das novidades recentes no dogma e na disciplina, com a anatematização liberal do *Syllabus*, do papa e do «beatério neocatólico»:

«Tais são os deploráveis e incríveis sucessos que temos presenciado. O jesuitismo converte o infeliz Pio IX num Libério ou num Honório, induzindo-o a subscrever heresias, e a grande maioria dos bispos, criando na igreja uma situação análoga à dos tempos em que o arianismo dominava por toda a parte, e abandonando a máxima sacrossanta da imutabilidade da fé, tornam-se em arautos e pregoeiros dos desvarios de Roma. As novidades religiosas vêm perturbar as consciências, e o marianismo e o infalibilismo quase levam o cristianismo de vencida na igreja católica. Ninguém vê isso; ninguém sabe disto. É que, em Portugal, os que ainda crêem em Deus e na divina missão de Jesus, sem crerem na conceição imaculada nem na infalibilidade do sumo pontífice, pelo seu diminuto número e pela tibieza que é geral em todas as crenças, não têm nem força nem resolução para arrostar com as iras do beatério neocatólico»<sup>80</sup>.

Neste caso, não é apenas a evocação da necessidade de convocação dos instrumentos tradicionais do regalismo para combater as exorbitâncias romanas; sendo a *Carta* um ponto de chegada, importava não sair da eclesiologia que ela pressupunha e agir de acordo com uma tradição consolidada que associava os bispos ao poder temporal nesse mesmo combate<sup>81</sup>:

«Tem o governo negado o *exequatur* aos documentos emanados, a bem dizer, diariamente da chancelaria apostólica, donde resultam alterações no dogma e na disciplina da religião oficial, ou em que são agredidos os princípios do actual direito português? Tem o governo imposto aos prelados a obrigação de lhe submeterem as suas pastorais antes de serem publicadas, de modo que quaisquer novidades religiosas ou políticas não sejam propagadas pela autoridade do alto clero? Tem o governo advertido este de que os púlpitos dos templos fundados pela nação, em eras mais ou menos remotas, protegidos pelas leis, e mantidos à custa do Estado, não podem servir de instrumento para a ruína do mesmo Estado? Se tem feito isto e não tem sido obedecido, o governo é responsável por não haver coagido os seus funcionários eclesiásticos a respeitarem as instituições e as leis do país. Se não o tem feito é réu de traição contra a Carta»<sup>82</sup>.

Aqui entram manifestamente em jogo os chamados «direitos de suprema inspecção e de vigilância» do soberano em relação à Igreja, princípios enfatizados por Carlo António de Martini, Pereira de Figueiredo e outros

---

<sup>80</sup> HERCULANO, Alexandre – *A supressão das Conferências do Casino* (1871). A J. F., in *Opúsculos* I, ed. cit., p. 159.

<sup>81</sup> HERCULANO, Alexandre – *A supressão das Conferências do Casino* (1871). A J. F., in *Opúsculos* I, ed. cit., p. 157.

<sup>82</sup> HERCULANO, Alexandre – *A supressão das Conferências do Casino* (1871). A J. F., in *Opúsculos* I, ed. cit., p. 163.

autores consagrados no *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, publicado em 1771<sup>83</sup>.

O imperante teria de ser o mantenedor da *Carta* e, como tal, da definição doutrinária coeva da sua promulgação. Consequentemente, imporia «o ensino de há cinquenta ou sessenta anos em matéria religiosa» e vigiaria «pelos seus agentes se alguém exorbitava das doutrinas de então». Assim agindo, ao exercer o seu papel de «bispo externo», faria «o mesmo que nos séculos áureos do cristianismo faziam os imperadores romanos com aplauso dos Padres da primitiva igreja». A toada cesaropista está de acordo com a fixação mental de Herculano na pauta das condições – de resto muito diferenciadas – da época patrística, fazendo-se mais uma vez eco das suas leituras juscanónicas... outrora fundamentadoras da “monarquia pura”. Note-se de passagem que a referência que nesta carta o autor faz ao *Commonitorium* de S. Vicente de Lerins e à sua célebre tríade *Quod ubique, quod sempre, quod ab omnibus creditum est*<sup>84</sup>, vinca a sua incapacidade de perceber o dinamismo histórico-vivencial que antecede e conduz em Igreja à explicitação dogmática magisterial, solene e universal. Vinca ainda, além dessa ideia conservadora e fixista de Tradição, um interessante débito de Herculano à sua formação juvenil, porque se sabe que nas estantes da casa paterna se guardava a tradução do latim do *Defensor do Homem Catholico, ou Communitorio de Vicente Lerinense*, feita por Frei António de Pádua, arrábido, bispo resignatário do Maranhão e hóspede da sua família, um volume in 8.º, de 102 páginas, impresso em Lisboa em 1798<sup>85</sup>.

Nesta mesma carta está um Herculano já conhecido, contestatário das cedências diplomáticas nacionais às «manobras» da cúria romana e da *Propaganda Fide*, fomentador das campanhas contra a introdução das Irmãs da Caridade, defensor do casamento civil, e inimigo em geral de todo o jesuitismo e ultramontanismo. Com o tempo parece ter-se-lhe agravado a impaciência e a rudeza de linguagem. De resto, o jesuitismo agora seria muito mais do que a Companhia ou os Lazaristas. Era um espírito, uma cultura, ameaçadoramente invasora da tranquilidade de alma da sociedade liberal, investindo sobretudo do lado da infância, «daqueles que hão-de receber as primeiras impressões morais e religiosas de mães filiadas nas associações de diversos feitios e nomes, sob qualquer das epígrafes da mulher-deus, da mulher redentora», pelo que se impunha «pôr sérias barreiras» a esse

<sup>83</sup> Cf. DIAS, José Sebastião da Silva – *Pombalismo e Teoria Política*, in «*Cultura. História e Filosofia*», Vol. I cit., pp. 96-97.

<sup>84</sup> HERCULANO, Alexandre – *A supressão das Conferências do Casino* (1871). A J. F., in *Opúsculos* I, p. 166.

<sup>85</sup> NEMÉSIO, Vitorino – *A Mocidade de Herculano*, Vol. I, ed. cit., p. 109; SILVA, Inocêncio Francisco da – *Dicionário Bibliográfico Português*, t. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858, p. 217.

alegado perigo, «a esse imenso labor subterrâneo» que tendia «a converter a Europa latina numa como vasta cópia das Missões do Paraguai»<sup>86</sup>.

Em Portugal—continuava intransigente o látego de Herculano—«os reaccionários hão-de provar até à evidência que o artigo 6.º da Carta [título I, a saber *A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Reino. Todas as outras Religiões serão permitidas aos Estrangeiros com seu culto doméstico, ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo*] não diz o que diz. *Quidquid dixeris, argumentabo*. Hão-de provar que o verbo *continuar* significa em rigor *ser substituído*, substituído o catolicismo de Bíblia e da tradição, o catolicismo dos nossos maiores, pelo neocatolicismo, com os seus dogmas de nova fábrica e matéria velha, com as suas máximas anti-sociais, com as suas pretensões à restauração do papado como o concebiam Gregório VII ou Bonifácio VIII, e com a moral asquerosa dos casuístas do Padre Lainez substituída à do evangelho de Jesus Cristo»<sup>87</sup>.

São por demais evidentes traços da linguagem empolada, do universo de preconceitos e do sestro de denúncia conspirativa caracterizadores da *Dedução cronológica e analítica*... Um fenómeno antigo e recorrente na sua pena, ao serviço do polemismo anticlerical, evocando a «vingança dos regulares, vencidos na guerra civil», ou não recuando mesmo a comparar a cultura do clero português à de islâmicos *khatibs* e *ul-máís*<sup>88</sup>. Na fase final do cabralismo, *Eu e o Clero, Considerações Pacíficas, Solemnia Verba* e *A Ciência Árabe-Académica*, correspondem a esse “ajuste de contas” despoletado pela questão de Ourique, mas a nova conjuntura ideopolítica interna da regeneração fontista e a conjuntura internacional — «II Império, estabilidade vitoriana e inteiramento doutrinário e disciplinar da Igreja Romana»<sup>89</sup>, sobretudo com a promulgação da encíclica *Quanta Cura* e do *Syllabus* anexo, além da definição da infalibilidade pontifícia no Concílio Vaticano I — mais não fizeram do que exacerbar a verrina do ímpeto antiultramontano de Herculano<sup>90</sup>.

Em nosso modesto juízo ninguém sinteticamente caracterizou melhor do que Silva Cordeiro a atitude religiosa e eclesial de Herculano, o seu *catolicismo*

<sup>86</sup> HERCULANO, Alexandre — *A supressão das Conferências do Casino* (1871). A J. F., in *Opúsculos I*, p. 169.

<sup>87</sup> HERCULANO, Alexandre — *A supressão das Conferências do Casino* (1871). A J. F., in *Opúsculos I*, p. 167.

<sup>88</sup> HERCULANO, Alexandre — *A Sciencia Arabico-Academica. Ao Sr. A. J. Da Silva Tullio*, in *Opúsculos III*, Lisboa, Bertrand, 3.ª edição, s/d, p. 181.

<sup>89</sup> Cf. LOPES, Óscar — *Reflexões sobre Herculano como polemista*, in *Alexandre Herculano, Ciclo de Conferências Comemorativas* cit., p. 57.

<sup>90</sup> Vemo-lo, entre tantos exemplos, na forma como o historiador ridiculariza e detrai Pio IX, um papa que, diga-se o que se disser, em longo e atribulado pontificado, logrou dilatar o prestígio moral da Igreja e do papado e beneficiar de uma irradiante e sem precedentes simpatia e solidariedade por parte dos católicos do mundo inteiro. Ao referir-se à grande assembleia eclesiástica, em que verdadeiramente não se discutia já, em termos teológicos, a verdade, mas sim a definibilidade da doutrina da infalibilidade papal em questões de fé e moral (ao nível e enquanto verdade revelada e de fé), o polemista não resistiu à tentação de



*puro*, fórmula na qual se mesclavam fé e racionalismo: «Nem velho católico à Doellinger, nem tradicionalista à Lamennais na primeira fase, céptico ou indiferentista na última, nem tão-pouco Chateaubriand, poeta demais, teólogo a menos. Havia entretanto de tudo isso um pouco no grande historiador, incapaz de se ajustar toda uma fisionomia estranha». Também não era evidentemente protestante – dizia o ilustre filósofo celoricense – porque aceitava as determinações tridentinas, mas na História da Igreja «em chegando a Trento, o cânone do nosso jurisconsulto estacava olhando para Roma, hesitante, desaprumando-se um pouco como Fra Paolo Sarpi, às portas do Vaticano». E o mesmo crítico acrescenta ainda sobre a formação de Herculano:

«Sobre um sedimento orgânico de cristianismo heróico, que a crítica mal notou nesta original biografia, mas que de tantos actos transparece, mais evidente que nos escritos, depositou a educação uma base de conservantismo, que nos revelam os trabalhos do erudito, do canonista e do historiador».<sup>91</sup>

Falta-lhe apenas reconhecer que nesse depósito mental fazem papel primacial a erudição crítica herdada do iluminismo pombalino e as correspondentes doutrinas juscanônicas, sem as quais não se entenderia o próprio antijesuitismo e antiultramontanismo de Herculano. A partir da lição de importantes autores do regalismo ilustrado, como Pereira de Figueiredo, José de Seabra da Silva ou António Ribeiro dos Santos, cedo terá o jovem escolar aprendido o axioma do primado do império nos domínios externo e temporal da igreja, de onde resultava, entre outras consequências, que as congregações religiosas ou escolas eclesiais não poderiam estabelecer-se ou manter-se num reino sem o beneplácito do respectivo monarca, como igualmente a igreja não possuiria por direito próprio o património chamado eclesiástico, uma vez que os bens temporais por ela possuídos o eram sob patrocínio da realeza, a quem competia conhecer da necessidade de os alienar ou converter a outros usos, mesmo seculares.<sup>92</sup>

---

uma carregada e burlesca charge, de efeito fácil: «Ajuntam-se não sei quantos bispos, muitos bispos; uns reais, outros pintados: agremiam-se; e o papa pergunta ao grémio, em vez de o perguntar a si mesmo, se é infalível. Os bispos tornam a encolher os ombros ou a rir-se, dizer-lhe que sim, e vão ceiar. O papa infalível, que não sabia se era fálivel, fica enfim descansado e os bispos ceados, dormidos e desapressados do *visum est Spiritui Sancto et nobis* do concílio apostólico de Jerusalém, transferido definitivamente para a Casa-professa [da S. J.], voltam a anunciar aos respectivos rebanhos essa nova correção das errôneas doutrinas da primitiva igreja» (HERCULANO, Alexandre – *A supressão das Conferências do Casino* (1871). A. J. F., in *Opúsculos I*, org., introd., e notas de CUSTÓDIO, Jorge, e GARCIA, José Manuel, Porto, Presença, 1982, p. 158). Como se sabe, a proclamação do dogma da infalibilidade pontifícia (em que o pontífice é afinal o interprete por excelência do sentir da Igreja), teve efeito a 18 de Julho de 1870, com quinhentos e trinta e três votos a favor e dois contra, e a ausência deliberada de 55 bispos (HERTLING, Ludwig – *Historia de la Iglesia*, Barcelona, Herder, 1972, p. 456).

<sup>91</sup> CORDEIRO, Joaquim António da Silva – *A Crise em Seus Aspectos Morais*, ed. cit., pp. 13-14.

<sup>92</sup> DIAS, José Sebastião da Silva – *Pombalismo e Teoria Política*, in «*Cultura. História e Filosofia*», Vol. I cit., pp.73-74.

O decreto de supressão das ordens religiosas datado de 28 de Maio de 1834, assinado pelo regente D. Pedro e referendado pelo Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, Joaquim António de Aguiar não se afastou manifestamente dessas premissas. E naturalmente, tocando a reunir em nome da abençoada memória e «libérrimas tradições de D. Pedro», impugnadas pelos adeptos do Antigo Regime, que censuravam a usurpação dos bens das corporações regulares, Herculano respondia-lhes, lembrando que tal lei de exclausuração correspondera a um velho direito, já anteriormente posto em uso, de o poder temporal poder recusar a conservação das corporações monásticas...<sup>93</sup>

Claro que, como bem nos lembramos, num outro inesquecível texto anterior, o mesmíssimo Herculano, aparentemente bem longe da aprovação moral e justificação desse transcendente acto régio de “despotismo iluminado”, deixando falar o coração, chorara a lápide em Portugal posta sobre «a última era dos mártires»:

«A arte moderna parece ter achado os mais poderosos meios de excitar a compaixão e o terror: tudo quanto a arte antiga tinha patético e terrível sentimo-lo hoje frouxo e pálido. Se hoje, porém, houvesse engenho capaz de traduzir em palavras humanas o drama horribilíssimo das últimas agonias da vida monástica em Portugal, aquele que lesse uma só vez esse livro monstruoso e incrível poderia depois, ao deitar-se, conciliar o sono com o *Leproso de Aosta*, com o *Fausto*, com o *Manfredo*, ou com os *Últimos dias de um sentenciado*. (...)

Quantos destes factos dolorosos se passaram naquela época por todos os ângulos de Portugal! Poderia contar-vos mil, e cada um deles fora uma nova cena de agonia. Os mártires primitivos morriam nos ecúleos, nas garras das feras, nos leitos de fogo; não eram porém condenados a assentar-se em cima das ruínas de todos os seus afectos, chamando o Senhor durante anos:

*Erue me! Erue me! (...)*

Pão para a velhice desgraçada! Pão para metade dos nossos sábios, dos nossos homens virtuosos, do nosso sacerdócio! Pão para os que foram vítimas das crenças, minhas, vossas, do século, e que morrem de fome e de frio!...».<sup>94</sup>

<sup>93</sup> HERCULANO, Alexandre – *O Paiz e a Nação*. 1851, in *Opúsculos II*, org., introd., e notas de CUSTÓDIO, Jorge, e GARCIA, José Manuel, Porto, Presença, 1983, p. 194.

<sup>94</sup> HERCULANO, Alexandre – *Os Egressos (1842)* in *Opúsculos I*, org., introd., e notas de CUSTÓDIO, Jorge, e GARCIA, José Manuel, Porto, Presença, 1982, pp. 97-99.



## Alexandre Herculano, poeta religioso

### 1

Quando dizemos «poeta religioso» queremos aludir à sua produção poética que, directa ou indirectamente, tem como eixo organizativo a relação do poeta com Deus, o Deus cristão, melhor talvez, católico. Devemos anotar, porém, que deste ângulo de abordagem da sua poesia não decorre que tenhamos de nos ocupar da complexa questão da religiosidade de Alexandre Herculano<sup>1</sup> – não queremos dizer, porque não é o mesmo, apenas as suas ideias religiosas em confronto com grandes questões do seu tempo –, religiosidade que já foi definida como «áspera e funda..., cavada mais tarde com notas de solenidade augusta e de rigorismo implacável»<sup>2</sup>. Nem necessário seria prevenir que não se trata de um poeta que cante os mistérios da fé ou sobre

---

<sup>1</sup> António José Saraiva, *Herculano e o liberalismo em Portugal. Os problemas morais e culturais da instauração do regime (1834-1860)*, Lisboa, 1949, 59-92, tentou, em notável capítulo («Liberalismo e cristianismo»), dar alguma organização à sua apologética de liberal e cristão, se bem que o cruzamento permanente de dados, mesmo se aparentemente constantes, de contextos muito distintos (épocas, obras e finalidades), não permite perceber, mais além da retórica do apologeta, a complexa problemática da religiosidade de Herculano. Por outro lado, parece-nos que haverá também que reflectir sobre o conceito que de liberdade tinha Herculano, tentando defini-lo na sua extensão e compreensão (dimensões metafísicas..., jurídicas..., sociais...).

<sup>2</sup> Vitorino Nemésio, *A mocidade de Herculano até à volta do exílio (1810-1832)*, I, 1934, 69, notas poeticamente certas, mas que sugerem bem a necessidade de um estudo que, sem paixão e sem preconceito, aborde a religiosidade de Herculano. Será violento perguntar por que nunca se terá encarado, quanto mais não fosse por mera hipótese frente ao seu «rigorismo implacável», a questão sob o ângulo da sua «filiação» de defensor de «o velho cristianismo» – ele «um católico a quem repugnava tudo quanto se tinha feito desde o Concílio de Trento» (M. Oliveira Ramos, in *Dicionário bibliográfico português*, XXI, 35) - nesse jansenismo que, sob certos aspectos, parecia ainda vivaz à religiosidade mais tradicional da primeira metade do Oitocentos português? E, depois, até que ponto esse possível jansenismo, sempre tão fácil de conjugar nos modos de oposição política de tintas regalizantes e, à mistura com um anti-jesuitismo herdado dos reformistas do século XVIII, de oposição ao papa, não lhe ditou, como argumento de actualidade, as referências

eles se interrogue com a união teológica<sup>3</sup> ou com a simples devoção afectiva a que estamos habituados quando falamos em poesia religiosa de acordo com o seu paradigma até aos fins do século XVIII, paradigma que Herculano, esporadicamente também cultivou – *Loas ao Menino Jesus* in *Abóbada* – e que ainda não desapareceu dos horizontes literários, como revela alguma poesia do século XX. Não deixa de ser curioso que a sua produção poética de carácter religioso – um «religioso» que, com mais variedade de temas e de tons, ecoará num Guerra Junqueiro ou até no dramatismo de certos versos de José Régio – abre e encerra (pelo menos a que quis e tal como a quis publicar em 1850) por poemas centrados no mistério da redenção significados na cruz (o sacrifício) de Cristo: *A Semana Santa* e *A cruz mutilada*. Sublinhemos, porém, que Herculano, se foi o único dos grandes românticos portugueses a publicar um conjunto de poesia religiosa – uma excepção que, talvez, nos deveria levar a interrogar sobre algumas «ausências» no nosso Romantismo, um romantismo que ele queria tradicionalmente cristão e patriótico<sup>4</sup> –, não foi, porém, como certamente apontou algum crítico aquando do primeiro centenário do seu nascimento, um poeta de arroubos místicos...<sup>5</sup>

## 2

Neste momento apenas nos ocuparemos da obra poética que reuniu e publicou em 1850 e que, depois, reeditou em 1860 e em 1872, não sem antes lhe dispensar um constante labor de que resultaram inúmeras variantes dos textos originais – em um caso, *A Semana Santa*, um notável aumento do texto, e em outro, *A vitória e a piedade*, um quase novo poema – que foram,

---

aos «velhos católicos» de Johann von Döllinger, mesmo se será importante dilucidar o sentido dessas referências? E atrevemo-nos a lembrar quanto o jansenismo, correcta ou incorrectamente perspectivado, atravessa como um fantasma algumas cartas de Alexandre de Almeida Garrett a seu célebre irmão João Baptista como vemos em *Cartas apoloéticas e históricas sobre os sucessos religiosos em Portugal de 1834 até 183... entre os dois irmãos A.J.L.A. Garrett e João Baptista Leitão de Almeida Garrett – Membro da «Comissão Eclesiástica» e Deputado da Nação*, Introdução e notas de Segismundo Spina, São Paulo, 1961, 31, 32, 33, 44, 45, 49. Por algo, como dissemos, assinalou M. Oliveira Ramos ser Herculano «um católico a quem repugnava tudo quanto se tinha feito desde o Concílio de Trento» in *Dicionário bibliográfico português. Estudos de Inocêncio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil continuados por Brito Aranha e com amplo estudo crítico da obra monumental de Alexandre Herculano por J.J. Gomes de Brito*, Tomo XXI, Lisboa, Imprensa nacional, 1914, 35. (Citaremos sempre abreviadamente por *Dicionário bibliográfico português*, XXI, seguida da respectiva paginação).

<sup>3</sup> João Arroio, na sessão de 29.3.1910 da Câmara dos Pares, aproximava-se desta nossa perspectiva ao afirmar que «Na poesia, Alexandre Herculano pintou o cristianismo com a fé, a singeleza da união dos primeiros tempos e dos primeiros crentes» in *Dicionário bibliográfico português*, XXI, 44.

<sup>4</sup> Jacinto do Prado Coelho, «*Herculano Poeta – Uma imagem em negativo*» in *Alexandre Herculano. Ciclo de conferências comemorativas do primeiro centenário da sua morte. 1877-1977*, Porto, Biblioteca Municipal do Porto, 1979, 99-114 (112).

<sup>5</sup> Luis de Magalhães, na *Homenagem da cidade do Porto, realizada por iniciativa da Academia*, opúsculo em que colaboraram «vários escritores e poetas ilustres», in *Dicionário bibliográfico português*, XXI, 242; Gomes de Brito, porém, realçava «a poesia solene e mística de *Semana Santa*» in *Dicionário bibliográfico português*, XXI, 411.

pela primeira vez, notadas sistemática e cuidadosamente pelo seu amigo Joaquim José Gomes de Brito<sup>6</sup> que, como confessa, não tendo podido ver a edição de 1872, se limitou ao confronto das três primeiras (1838, 1850, 1860), trabalho que, minuciosamente, completou António C. Lucas, na edição global da poesia herculaniana nos dois volumes correspondentes das *Obras completas* sob a direcção de V. Nemésio (1978).

Convém, entanto, recordar alguns dados a ter em conta quando abordamos A. Herculano do ponto de vista do poeta religioso:

1º – O que o poeta oferecia em 1850 era um conjunto de poemas seus divididos em dois livros: o primeiro, *A harpa do crente*, e *Poesias várias*, o segundo. Só o primeiro nos interessa directamente aqui, pois o outro é um conjunto de poesias de temas vários, ainda que alguma, mesmo se «apaixonadamente política» como *O mosteiro deserto*, por exemplo<sup>7</sup>, pudesse, pela data (1832) e pelo assunto, ter figurado no primeiro livro, isto é, em *A harpa do crente*.

2º – Como aludimos já, *A harpa do crente* de 1850 não corresponde exactamente nem em texto nem em número ao conjunto de poemas que, em três séries e com o mesmo título, fora publicado em 1838. Com efeito, além de publicar algum poema então inédito, da reescrita de outros e da alteração de algum título, em 1850, Herculano, por razões que não explicou, mas que o seu amigo Serpa Pimentel tentou explicar<sup>8</sup> com razões atinentes à política daquele momento – razões que, à falta de melhor, a crítica tem repetido – não voltou a publicar o poema *D. Pedro* que constava da primeira edição de *A harpa do crente* (1838) e com o qual chorava a morte do Rei-Soldado em 1834.

3º – Nessa edição de *A harpa do crente* de 1850 e nas outras duas que se seguiram em sua vida, o poeta eliminou toda a cronologia e dedicatórias com que tinha feito acompanhar os poemas da edição de 1838, decisão que, já em 1914, deplorava, e com razão, Gomes de Brito<sup>9</sup>. Partindo de uma

---

<sup>6</sup> Gomes de Brito, «Alexandre Herculano. Segunda parte. Estudos crítico-bibliográficos» in *Dicionário bibliográfico português*, XXI, 345-474.

<sup>7</sup> Jacinto do Prado Coelho, «*Herculano Poeta – Uma imagem em negativo*», ed. cit., 103. Note-se que, segundo nos parece, muitos dos versos mais «políticos» de *O mosteiro deserto* não deixam de fortemente ecoar em *A vitória e a piedade*..., que Herculano recolheu, desde a primeira hora, em *A harpa do crente*.

<sup>8</sup> Citado por Gomes de Brito, «Alexandre Herculano. Segunda parte. Estudos crítico-bibliográficos» in *Dicionário bibliográfico português*, XXI, 400.

<sup>9</sup> Gomes de Brito, «Alexandre Herculano. Segunda parte. Estudos crítico-bibliográficos» in *Dicionário bibliográfico português*, XXI, 410-411. A falta de atenção às datas parece ter levado, em páginas com juízos ainda válidos, Fidelino de Figueiredo, *Historia da literatura romântica portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1913, 94, a escrever: «*A Semana santa*, de 1838, é a cada momento cortada de divagações...». O poema é de 1829 e, apesar do labor poético a que Herculano o submeteu, cremos que o que Fidelino de Figueiredo considerava «divagações» se manteve em 1850... e seguramente na edição de *Poesias* (1903) que utilizou o Mestre...

poesia datada, o poeta oferecia, desse modo, uma *A harpa do crente* quase a-histórica e digo quase, porque, em nota final, deixou-nos a indicação de que *A Semana Santa*, de 1829, era o «poema da sua mocidade»..., isto é, dos seus 19 anos..., e a *A vitória e a piedade* datou-a, também em nota, do cerco do Porto nas lutas de 1832-1833.<sup>10</sup>

4º – As edições seguintes do século XX, ora reproduziram a edição de 1850-1872 (quase sempre a de 1872), ora editaram a de 1872 juntando-lhe o poema *D. Pedro*. Ainda que com a respectiva advertência, também assim procedeu António C. Lucas e, sem qualquer advertência, o anónimo, mas correcto, editor de *A harpa do crente* pela editora Europa-América (s. l., s. d.).

5º – Assim estando as coisas, ao estudar hoje *A harpa do crente* deveremos ou não levar em consideração esse poema excluído (*D. Pedro*)? Deveremos ou não considerar os poemas (*Mocidade e morte* e *A cruz mutilada*) que Herculano publicou em 1850 e que não constavam da edição de 1838? A consideração das diversas etapas da proposta de 1850 (1829-1838, 1839-1850) permitiria talvez compreender melhor não só a noção de exílio (não é exactamente a mesma em 1829-30, e depois em 1832-1834) – o que não quer, evidentemente, dizer que as duas noções, por vezes, não se contaminem –, mas também o porquê de inserir, em 1850, um poema como *Mocidade e morte* e encerrar a colecção com *A cruz mutilada*, poema que acabara de publicar avulsamente em 1849...

6º – Pessoalmente, e tendo em consideração que não iria focar o desenvolvimento histórico do itinerário religioso do poeta, porque, embora não rectilíneo, é um verdadeiro itinerário puramente interior (talvez, por isso o terá despido de todas as referências históricas) o que ele quis oferecer em 1850 – de *A Semana Santa* a *A cruz mutilada* –, mas, sim, a sua cartilha de «crente» – tão importante e tão esquecida à hora de estudar algumas perspectivas sobre temas como «o padre em Herculano», por exemplo –, com atenção especial à sua concepção de Deus..., Cristo..., o homem..., o exílio..., a oração e a solidão... e as respectivas consequências na sua concepção de liberdade, optei por ter em consideração todos os poemas publicados até 1850. Esquecer *D. Pedro* em qualquer abordagem, mesmo em uma muito sumária como esta, da poesia religiosa de Herculano – uma poesia onde não há lugar nem para a Virgem Maria..., nem para os santos – seria esquecer o único santo (e, para mais, santo protector) do seu Olimpo – «Alma gentil, que assim nos hás deixado, / Entregues à alta dor, / Anjo

<sup>10</sup> Para a relação da produção poética de Herculano com as circunstâncias da sua biografia são preciosas, além das notas e dedicatórias das três séries de *A Harpa do crente* (1838), a apaixonante exploração que faz Vitorino Nemésio, *A mocidade de Herculano até à volta do exílio (1810-1832)*, ed. cit, II, 67, 78, 85, 182, 242, 243-245, 249, 281, 302 et passim.

das preces nos serás, perante / O trono do Senhor» (101)<sup>11</sup> – e esquecer as *Loas ao Menino Jesus* seria esquecer não só o seu único poema em que o mistério da Encarnação é celebrado por ocasião da visita dos Reis Magos (só dois...) ao presépio. O que, cremos, já é dizer algo do trovador (assim se definiu tantas vezes), das notas (bíblicas, tanto que, em alguns versos, lhes anotou a matriz e destacou o género: salmo..., lamentação) e dos tons (alguma vez apocalípticos) da sua harpa («Eleitos, vinde! Ide, precitos!»... «Tremei! Do altar à sombra/Também há mau dormir de sono extremo!»)..., ampla orquestração de contrapontos quer melódicos (os diferentes metros que emprega, muitas vezes até no mesmo poema numa evidente intenção contrapontística), quer temáticos (eu/outros, crente/ímpio, solidão/mundo, livre/escravo, pátria terrestre/Pátria Celeste, etc.) que, pelo que se refere a este último aspecto que remete para o exílio, parece redutor exemplificar apenas com algum extracto de *O mosteiro deserto*<sup>12</sup>...

7º – Postos estes condicionalismos, devemos ainda prevenir que não nos demoraremos em perspectivas genéticas e comparativistas, pois, além da ignorância atinente à mais recente bibliografia sobre tais perspectivas da obra de Herculano, pensamos que o leitor poliglota que ele foi, é, provavelmente, desde este ponto de vista, uma «floresta de enganos»... *L'air du temps* deve ser mais que suficiente para justificar aproximações de leituras e até de pistas que o próprio autor alguma vez gostou de evocar... Baste recordar aqui, como exemplo, quantos títulos das *Méditations poétiques* (1820) de A. Lamartine não poderiam evocar-nos outros tantos do poeta português.<sup>13</sup>

### 3

A. Herculano que se proclama o vate..., o profeta..., o cantor..., o trovador dos tempos de agora, igualmente se proclama o crente de todos os tempos. Por isso, Deus pôde atravessar, como memória actuante, toda a sua poesia. Desde os tempos do Génesis (*Deus*) e dos tempos atribulados do «povo querido» de Jerusalém (*A Semana Santa*) e do aparecimento do «Herói», «o Justo»..., Cristo que sofreu na cruz, até aos da «pátria acabrunhada» que, depois da tribulação, pode e deve, à semelhança de Deus e do soldado-poeta («E, do vencido consolando a sombra, /Por vós eu perdoei»), saber perdoar (*Vitória e piedade*), passando pelo desespero e conversão do jovem moribundo minado pela doença (*Mocidade e morte*).

---

<sup>11</sup> Por simples comodidade de trabalho, as referências entre ( ) remetem para as páginas da edição de *A harpa do crente*, Lisboa, Europa-América, s.d.; as indicadas por ( PI ) e (PII) estão tomadas da edição de *Poesias I e II*, Lisboa, Bertrand, 1978.

<sup>12</sup> António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da literatura portuguesa*, Porto, Porto Editora, s.d. (4ª ed.), 715-716.

<sup>13</sup> Para este e outros autores em quem Herculano «aprendeu» algumas notas da sua *Harpa*, serão sempre de ter em conta Jacinto do Prado Coelho, «Herculano Poeta – Uma imagem em negativo», ed. cit., 111, 112, 113 e ainda as que sugere Fidelino de Figueiredo, *Historia da literatura romântica portuguesa*, ed. cit., 93, 94, 98.



Deus é, antes de mais, o criador onnipotente – «Em cada pedra, em cada flor, se escuta / Do Sempiterno a voz, e vê-se impressa / A dextra sua em multiforme quadro» (58) – que o poeta adora e louva («Nas horas do silêncio, à meia noite, / Eu louvarei o Eterno... E a lua, resplendente / Pare em seu giro, ao ressoar nest’harpa / o hino do Onnipotente»), um cântico com que ele acompanha o hino de toda a criação, ele que, como homem e como indivíduo, sabe que, desde sempre, existia «no tipo imenso / Das gerações futuras / mente do meu Deus». Daqui tanto o «Louvor a Ele / Na Terra e nas alturas!», como a consideração da mão providente de Deus que do nascimento à morte cuida da sua criação: aves («a avezinha...», «o flamingo nos paúis)...», animais («a gazela» nos «desertos», «o cervo» na «selva amena»...», «o tigre» «no antro»...», «o touro» na «relva» )...», cearas...», «o velho pinheiro»... e, como «o medonho crocodilo» que, «se Deus mandou / Qual do norte a nuvem impelida / assim ele passou», todos passam... É «à sombra [desta] Providência posto» que, «tranquilo, e sem temor», se coloca o poeta com os seus, ainda que «frouxos hinos», «hinos de amor». (84) Ele canta (é, como veremos, um dos modos da sua oração) um Deus onnipotente, criador, cuidadosamente atento às suas criaturas e que contrasta com o Deus «bárbaro tirano» que pintam «os vis hipócritas» para, mentindo, «dominar com o férreo ceptro / O vulgo cego e insano». Estes não amam Deus, recebem Deus..., maldizem Deus... e tudo para «O trono dos déspotas da terra / Ir colocar nos céus». «Quem os crê é um ímpio» (84) e o seu mundo (que para Herculano é, tantas vezes, *o mundo*), como, sem violência, será fácil de perceber, é um mundo às avessas... onde, em lugar de um Deus criador, poderoso, atento e, como vamos ver, justo, consolador, misericordioso, reina um Deus «tirano» que serve para justificar a «tirania». Ao conceber Deus como «tirano»...», «déspota» o ímpio opõe-se a Deus tanto enquanto liberdade criadora como enquanto providência, esse cuidado de Deus para com a sua criação em que, atentemos, o poeta não só sente «Das variegadas flores, derramadas / Na sinuosa encosta da montanha, / Do altar da solidão subindo aos ares, / ... digno incenso ao Criador erguido» (58), como também reflectir-se essa própria liberdade criadora: «Livres aves, vós filhas da espessura, / Que só teceis da natureza os hinos» (58)...», «Como é livre / A vaga do oceano, é livre no ermo / A bonina rasteira ou freixo altivo. / Não lhes diz: “Nasce aqui, ou lá não cresças” / Voz humana...», como acontece em qualquer «pomposo jardim de verme ilustre, / Chamado rei ou nobre» (62). O nascer...», o crescer...», tal como o baquear e o murchar é decisão de «da vida o Senhor». «Céu livre, Terra livre...» (63). A liberdade é, consequentemente, algo inerente ao ser criado e que há que admirar e defender.

Deus, porém, é também juiz – «Ao Deus nosso juiz, ao que distingue / culpados de inocentes»...» (108) – e a sua justiça é tal como a sua vingança, «terrível» (40), pois não só pode conduzir os «fortes» ao cativeiro – «Eles

em Babilônia, aos punhos ferros, / Passam de escravos miseranda vida» (37) – , como também separando «o joio do bom grão» «arroja» / Para os abismos a ruim semente...» (34). É o juízo final que, em *A Semana Santa*, o poeta, «o suor do pavor na fronte» (35), vê e, indeciso se em visão ou sonho, evoca com tons de *Apocalipse* (32-35). A este Deus «terrível» (40,76) que não perdoa crimes, mas perdoa erros – «Reclinar-me-ei à sombra / Do amplo perdão do Eterno; / Que não conheço o crime / E erros não pune o inferno» (98), medita *O Soldado* – não temem «os espíritos radiosos» que já não são da Terra (33), «o virtuoso» que, morrendo, logo é chamado «ao gozo eterno», mas teme-o «o ímpio» – «A quem não perdoa Deus? Somente ao ímpio / No dia da aflição, / Quando pesa sobre ele, por seus crimes, / Do crime a punição» (83) – que, saciado de «crimes», é sumido «no inferno» (101). E já aludimos a quem são, antes de mais, os ímpios..., os que maldizem Deus..., os blasfemos... A estes junta o poeta aquele «para quem a morte ou a vida é forma, / Forma somente de mais puro barro» que «nada [crê], e em nada [espera], isto é, «o ateu» (43-44). Confrontando-o, «no dia da aflição» (44), com «o conforto do cristão», aponta-lhe, diante do silêncio dos elementos, o suicídio que mais não «promete rica messe de gozo, a paz do nada», «a solidão das dores», / Onde maldigas teu primeiro alento, / Onde maldigas teu extremo arranco, / Onde maldigas a existência e a morte» (44).

No entanto, o poeta pensa que se «o que não crê» contemplasse, à noite, numa solidão como a da Arrábida – «E aqui neste vale, ao qual não chega, / Humana voz e o tumultuar das turbas» (61), principalmente, arrisquemos, «Desse vulgo, que ao som de infernais hinos / Cava fundo da pátria a sepultura» (66) –, a natureza (a brisa..., a lua..., o mar), «ele chorara, / Qual eu chorei, as lágrimas de gozo, / E adorando o Senhor, detestaria / De uma ciência vã seu vão orgulho» (61). Independentemente o que esta, como outras passagens da sua obra, possa representar, no seu quadro cultural de condenação do racionalismo ateu dos seus dias a cavalo entre os fins do século XVIII e os começos do século XIX, o que importará aqui destacar é que, embora lhes anteveja a mesma condenação final, Herculano não lhe atribui o mesmo «crime» que a «os vis hipócritas» – alguma vez, Herculano defini-los-á melhor (107) – que, com «lábios de impostor, que engana os homens / Com seu meneio hipócrita, calando / Na alma lodosa da blasfêmia o grito» (30)..., ou a esse « hipócrita vil» «Que escarnece do Eterno, e a si se engana», ou a «os que nunca ao infeliz disseram / De consolo palavra ou de esperança» (29). Apesar de negar a existência de Deus, talvez porque o que «os lábios negam, / e o coração confessa» (43), não «foi da ciência incrédula o sectário» que «na face [da cruz] / Afrontas gravou com mão profusa». (113). Negar a existência de Deus, em boa filosofia, não sei se em boa teologia, não será o mesmo que escarnecer do Eterno (69)..., pintá-lo como tirano..., em

seu nome enganar os tristes...(107). Para estes e para os que, tão ímpios como eles, os seguem, porque «Além do limiar da eternidade / O mundo não tem réus, / O que legou à terra o pó da terra / Julgá-lo cabe a Deus» (108; P.II230), pedirá Herculano, em 1833 (*A Vitória e a piedade*), a misericórdia dos vencedores para com os vencidos na luta pela liberdade.

Compreende-se que em *A harpa do crente* Deus não seja reduzido a esse Omnipotente «terrível» que domina a perspectiva dessa *A Semana Santa* celebrada em quarta-feira santa – «Trevas da quarta-feira, eu vos saúdo!» (26) – «Entre as tristezas / E os terrores e angústias, que resume / Neste dia [...] a avita crença» (34), e não em sexta-feira santa, como poderia esperar-se, tendo em conta o tradicional horizonte das glosas do *Ad sexta autem hora tenebrae facta sunt super universam terrae usque ad horam nonam* (Matth., 27, 45; Marc., 15, 33)<sup>14</sup>. Deus, porque «é bom», está disposto a receber aqueles que, como o ateu, negam a sua existência – «Ateu, entra no templo;/ Não temas esse Deus que os lábios negam/ E o coração confessa. A corda do arco / Da vingança, em que a morte se debruça, / Frouxa está; Deus é bom: entra no templo» (43) –, como atesta o poeta comovido, tal como os outros que assistem na noite das cerimónias, a quem «correm dos olhos lágrimas suaves / De compunção» (43). E mesmo se alguma vez a alma foi assaltada por «blasfémia ideia» que lhe «Calou, à luz do raio, / Seu hino à natureza», «voz» interior lhe diz que «Se ergueste a Deus um hino / Em dias de amargura; / Se te amostraste grato/ Nos dias de ventura, // Seu nome não maldigas/ Quando se turba o mar: / No Deus, que é pai, confia, / Do raio ao cintilar» (55). Mas Herculano, explicitando que o perdão não é apenas um atributo de um Deus desincarnado, mas de um Deus que morreu na cruz – Cristo –, diante de «a cruz que se eleva, / Como um farol de vida em mar de escolhos», contempla os todos aqueles que, monges ou não, «passaram / Acurvados na dor , as mãos ergueram / Para o Deus que perdoa, e que é conforto / Dos que aos pés deste símbolo da esp'rança /Vêm derramar seu coração aflito».(69) Esta noção de um Deus que é conforto..., consolo – «Se o cálix / Da amargura a provar os céus lhe deram, / Ele se consolou: bálsamo santo / Piedosa fé no coração lhe verte» (43)..., «A paz de Deus do mundo me consola» (66) – é essencial na compreensão do Deus de Alexandre Herculano e, por isso, consolo..., consolar..., consolação..., conforto..., confortar... e outros de possível conotação com eles (piedade..., piedoso) são dos lexemas mais utilizados, senão mesmo os mais utilizados, em *A Harpa do crente*, o que tem como consequência olhar a «Religião!

<sup>14</sup> Para referir dois exemplos, recordem-se de Lope de Vega, o romance *A la muerte de Cristo nuestro Señor* e a canção *A la tormenta de la pasión de Cristo (Rimas sacras*, ed. facsimilada, Madrid, C.S.I.C. 1963, 109r, 116v, respectivamente) e Francisco Manuel de Melo, o *Las tinieblas de la muerte de Cristo* («La cítara de Erato», Romance XXVIII, *Obras métricas*, Braga, 2006, I, 157 ).

Do mísero conforto, / Abrigo extremo de alma, que há mirrado / O longo agonizar de uma saudade, / Da desonra, do exílio, ou da injustiça, / Tu consolas aquele, que ouve o Verbo, / Que renovou o corrompido mundo / E que mil povos pouco a pouco ouviram...».(67; PII213, 214-215)

Estas últimas referências podem introduzir à presença de Cristo na poesia religiosa do poeta. De um Cristo que é «o Herói»..., «o Verbo»..., «o Amigo do povo»..., «o Justo», mas, curiosamente, nunca Jesus, nome que, talvez, lhe parecesse demasiadamente afectivo em contraste com o tom trágico de quase toda a sua *harpa*, que, mesmo se compreensível pela pose de trovador bíblico do poeta, não é propriamente o instrumento que esperaríamos. Nem sequer nesse delicado poema em que, como dissemos, celebra a encarnação de Cristo o nome de Jesus é referido (o título do poema é uma feliz atribuição do editor moderno, mas em prosa poderíamos considerar uma *Meditação de Jesus*, publicada em *O Panorama*, 1841, que, aliás, nos remeteria para *A Semana Santa*...), preferindo-lhe as perífrases de «Santo Filho de David / divinal / Salvador da raça humanal»..., «alto infante, Redentor »..., «Real tronco de Jessé / Mui formoso»... (II, 194-196), epítetos que, com facilidade, poderiam encontrar-se na poesia do mesmo tema dos séculos XVI e XVII. De qualquer modo, Cristo é uma constante da sua poesia, muitas vezes apenas traduzida pela presença do seu símbolo redentor: a cruz («a redentora cruz») (116).

E, porque a «loucura da cruz» – *Paulus dixit* anota o autor que, aqui como em outros momentos, não se cansou de prodigar os seus conhecimentos de erudito leitor da Bíblia – «não morreu toda / Após dezoito séculos» (27) – como pensavam aqueles «homens de alto esforço, / Que nos rimos da herança [de fê], e que insultamos / A Cruz e o templo e a crença de outras eras» (25) – «Quem chore / Do sofrimento o Herói ainda existe». E, como já tinha prevenido logo na abertura de *A Semana Santa* ao reivindicar o seu «eu» de crente – «Creio que Deus é Deus e os homens livres» – face a esse «nós» que mais não será que a colectividade pátria que, de diversos modos (hipocrisias ou ateísmos de diferentes linhagens), escarnecia (retomemos um verbo que já encontramos) da fê cristã herdada, o poeta é um dos que chora «Pelo Amigo do povo, assassinado / Por tiranos, e hipócritas, e turbas / Envilecidas, bárbaras e servas». (27) O poeta sabe, como cristão – «Eu, o cristão, trovador do exílio» (107) – que esse sofrimento do «Amigo do povo» foi o sacrifício da redenção do homem caído pelo pecado e, assim, lembrou, uma única vez (se bem li), explicitamente, a «cruz da redenção» que, gravada na «pedra tumular», protege a espera da ressurreição final e que «na hóstia / Do sacrifício o sacerdote [eleva] sobre as vizinhas aras» (27), renovando esse sacrifício redentor. A redenção do homem implicava a sua renovação – «o Verbo, / Que renovou o corrompido mundo» (67), renovação

que Herculano, num subtil jogo com a compreensão do lexema «Verbo», conota imediatamente com a expansão da palavra renovadora «que mil povos pouco a pouco ouviram». E se atentarmos que, logo antes, a renovação pela religião é o «abrigo» dos que sofrem saudade..., desonra..., exílio..., injustiça e que, logo depois, «O nobre, plebeu, dominador, ou servo, / o rico, o pobre, o valoroso, o fraco, / Da desgraça no dia ajoelharam / No limiar do solitário templo», não será violento acentuar desde já que para o poeta a redenção-renovação foi, antes de mais – não estou a dizer exclusivamente –, uma renovação moral, logo social. Compreende-se melhor, creio, que ao contemplar *A cruz mutilada* à luz do «estremo / Raio de sol, passando fugitivo / na tangente do orbe» lembre que, precisamente foi a cruz-Cristo que trouxe ao mundo «Liberdade e progresso», um mundo que, como lembrou já, «Com a injúria e o desprezo, e que te inveja / Até na solidão, o esquecimento». (113) Mas o poeta é ainda, se é possível, um pouco mais explícito ao imaginar o dramático diálogo «acusador» da cruz mutilada e votada ao abandono pelos «[seus] remidos» com o próprio redentor-renovador: «E do seu Cristo, do divino mártir, / Que a ti, suplício e afronta, a ti maldita / Ergueu, purificou, clamando ao servo: “Ergue-te, escravo! / És livre, como é pura a cruz da infâmia./ Ela vil e tu vil, santos, sublimes / Sereis ante meu Pai. Ergue-te, escravo! Abraça tua irmã: segue-a sem susto/ no caminho dos séculos. Da Terra / Pertence-lhe o porvir, e o seu triunfo / Trará da tua liberdade o dia» (117). Cristo é, assim, um redentor-renovador-libertador, o que, se é teologicamente correcto, não tinha, escusado seria lembrá-lo, como conclusão obrigatória na moldura cultural dos tempos de Herculano, que combater pela liberdade seja combater por Deus-Cristo.

Herculano, porém, apontou mais alguma consequência, de ampla ressonância social, da sua contemplação do sacrificio de Cristo. Se «a piedade de Deus» é, como vimos, «o amplo manto» com que «o coração busca ir abrigar-se / No futuro » (61), pois Deus é bom, pai e, por tal, perdoa, também Cristo é o exemplar do ser aviltado, afrontado, que «Perdoou, expirando.../ Aos seus perseguidores» (108, 67) E Herculano, uma vez mais com subtilidade, não diz que quem perdoou era o «Herói», «o Verbo», «o Justo», mas, sim, sublinhando a sua humanidade, «o Filho do Homem». Por isso, pode apelar, em 1833, nesse comovente *A vitória e a piedade* para a imitação desse «Filho do Homem» por parte dos vencedores da luta pela liberdade, para o perdão aos vencidos: «É tempo de olvidar ódios profundos / de guerra deplorável» (108). Por isso também, se, consequentemente, apela a que «Piedoso o livre seja» (107), ele, por sua parte, «o cristão, trovador do exílio, / Contrário em guerra crua, / Mas que não [sabe] verter o fel da afronta / Sobre uma campa nua», murmurou «sobre a jazida» do «infeliz» «um hino» «E, do vencido, consolando a sombra», em nome dos seus companheiros

dessa «triste vitória», lhe perdoou.(109) A este propósito de perdoar aos que, estando errados, afrontaram ao combater contra a liberdade – essa «guerra ímpia» (105), notemos o adjectivo –, permita-se-nos sugerir que, com um pouco mais de saber e paciência, talvez fosse mesmo possível ler largos momentos da orquestração temática de *A harpa do crente* como modelações das chamadas «Obras de misericórdia» da cartilha tradicional – Dar de comer a quem tem fome..., vestir os nus..., dar pousada aos peregrinos..., assistir aos enfermos..., visitar os presos..., enterrar os mortos..., ensinar os ignorantes..., corrigir os que erram..., consolar os tristes..., perdoar as injúrias..., rogar por vivos e defuntos... –, dessa cartilha tradicional de renovado impacto no cristianismo da primeira metade do século XIX que romanticamente fez do pobre – do mendigo..., do infeliz..., do desterrado... – um alvo não só da sua harpa como também da sua acção caritativa, embora naturalmente longe de qualquer «socialismo cristão»<sup>15</sup>. Cremos que alguns textos que, a outros propósitos, fomos citando, poderiam permitir a nossa sugestão.

Herculano, que, sobretudo a partir de 1850, foi tão severo para com o clero – talvez fosse melhor dizer para com certo clero, tal como a inversa é verdadeira –, em *A harpa do crente*, se o podemos ouvir troar contra os «fariseus» que «De um Deus de paz, hipócritas ministros / os tristes enganaram»..., esse «monstro do inferno, / Que do Senhor no templo, / Junto da eterna cruz ao crime incitas» (107, *A vitória e a piedade*; conf. *O mosteiro deserto*), há igualmente algum momento em que a figura do sacerdote e do eremita, também sacerdote em *A Arrábida*, é certamente focado como mediador e depois defendido contra os seus detractores. O que, como lembrámos inicialmente, nos devia levar a reconsiderar na justeza da proposta de Herculano de nos fazer ouvir os sons da sua *harpa* sem datas. Os sons de 1829-1830, não são os de 1833 e menos ainda os de 1849... De qualquer modo, se o poeta lembra que a celebração eucarística, a renovação do sacrifício de Cristo pelo sacerdote – «a hóstia / Do sacrifício o sacerdote [eleva] sobre as vizinhas aras» (34) – não exime os mortos da «justiça de Deus», também lembra que esse papel mediador sacerdotal tem outra dimensão: o de, pela confissão penitencial, ouvir «Dos remorsos as amarguras» e de perdoar e consolar «em nome / Do que expirando perdoava, o Justo / Que entre os humanos não achou piedade». (67) E um bom exemplo das consequências tanto do arrependimento do pecador como do perdão e consolo ministrado pelo sacerdote é a evocação, em retrospectiva, dos

---

<sup>15</sup> Baste aqui remeter para uma ampla visão de conjunto, embora mais precisa para depois de 1875, que oferece Baldomero Jiménez Duque, *La espiritualidad en el siglo XIX español*, Madrid, Universidad Pontificia de Salamanca, F.U.E., 1974.

que, «Da desgraça no dia ajoelharam/No limiar do solitário templo» da Arrábida e que «Encontrou[...] chorando o sacerdote / Que da serra descia à meia noite, / Pelo sino das preces convocado».(67) Eram «miseros» que o poeta «vê» converter-se em ermitãos vivendo, como os que ao longo dos séculos habitaram esse «conventinho» que um «homem piedoso» fundou, em «tugúrios de humildes eremitas» e aos quais «o burel grosseiro, / O leito de cortiça, e a fervorosa / E contínua oração foram cerrando / Nos corações [...] as chagas, / Que o mundo sabe abrir, mas que não cura».

Não nos interesse aqui seguir o poeta na sua visão de «Quantos nomes mimosos da ventura, / Convertidos em fábula das gentes, / Despertariam o eco das montanhas» – poderosos..., amantes traídos..., dissipadores... – que hoje ninguém sabe quem foram. O que importa é que «Deus os viu» e «as lágrimas do triste / Ele contou para as pagar com glória» (68). A Arrábida, visionada como um «locus amoenus» romântico – «Suspira o vento no álamo frondoso; / As aves soltam matutino canto; / Late o lebréu na encosta, e o mar sussurra / Dos alcantis na base carcomida» (56) – com a sua natureza – evocada com cuidados de um Fr. Agostinho da Cruz – é um lugar – «belo ermo» – em que o poeta, agora «cantor da solidão», «sentado num penhasco, e perto / Das águas, então, quedas do oceano» (60) ou «junto do verde cêspede do vale» (66), à visão de um «bom velho» que dormia «Sob as asas de Deus, à luz dos astros» (63), «[lê] a bela história dos passados anos»: a do velho «justo solitário» arrábido (57), desses arrábidos que desde a infância conheceu Herculano<sup>16</sup>, e a do seu «conventinho». E essa «bela história» é a da fuga ao mundo, história que lhe resulta mais evidente quando comparado «o solitário obscuro / Ao inquieto filho das cidades» (64). Seria um bom exercício examinar esta comparação à luz da tradição do *contemptus mundi* – creio não errar se digo que Herculano bem pode ter sido um leitor da obra de T. de Kempis cuja velha tradução portuguesa por Diogo Vaz Carrilho foi corrigida por Fr. António de Pádua, bispo do Maranhão, que «morreu hóspede da [sua] família»<sup>17</sup> – focalizada na cidade – «Oh cidade, cidade, que transbordas/ De vícios, de paixões e de amarguras» –, «Branqueado sepulcro, que misturas a opulência, a miséria, a dor e o gozo», onde, talvez até sobretudo, vive «esse povo, que refluí / Das moradas à rua, à praça, ao templo; Que ri, e chora, e folga, e geme, e morre, / Que adora Deus e o teme; / Absurdo misto de baixeza extrema / E de extrema ousadia...» e que «rico de opróbrio» vai «sentar-se / Em joelhos nos átrios dos tiranos» e que, caídos os seus ídolos, os torna a erguer com o seu «ceptro dos terrores», cavando, assim, «da Pátria a sepultura» (64-66). No ermo que abraçou o

<sup>16</sup> Vitorino Nemésio, *A mocidade de Herculano*, ed. cit., I, 63-69.

<sup>17</sup> Vitorino Nemésio, *A mocidade de Herculano*, ed. cit., I, 66.

solitário – e, momentaneamente, o poeta – a própria natureza, como vimos, manifestação da livre criação de Deus, não só é um símbolo da liberdade, mas, por oposição ao mundo, a mesma liberdade – «Céu livre, Terra livre, e livre a mente, / Paz íntima, e saudade, mas saudade / Que não dói, que não mirra, e que consola, / São as riquezas do ermo, onde sorriem / Das procelas do mundo os que o deixaram...» (63) –, o que parece ir um pouco mais além de uma simples variante do romântico tópico da natureza como «expressão do visível do Absoluto»<sup>18</sup>. E em um eco da abertura de *A Semana Santa* – «nós, seus netos, homens de alto esforço, / Que nos rimos da herança e que insultamos / A Cruz e o templo e a crença de outras eras» – o poeta reitera: «Feliz da Terra, os monges não maldigas; / Do que em Deus confiou não escarneças! / Folgando segue a trilha, que há juncado, / Para teus pés, de flores a fortuna, / E sobre a morta crença em paz descansa. / Que mal te faz, que gozo vai roubar-te / O que ensanguenta os pés no tojo agreste / E sobre a fria pedra encosta a fronte? / Que mal te faz uma oração erguida, / Nas solidões, por voz sumida e frouxa, / E que subindo aos céus, só Deus escuta? / Oh, não insultes lágrimas alheias, / E deixa a fé ao que não tem mais nada» (69). Dir-se-ia que tal apelo de 1830 – então o mundo ainda lhe parecia um mundo reconciliável –, se apagou em 1832, quando, em pleno cerco do Porto, se podia ouvir: «Caia em pó o mosteiro, e maldicto / O que erguê-lo outra vez intentar, / Se não treme entre as nuas caveiras, / Que insepultas verá branquejar» (*O mosteiro deserto*). No entanto, convirá sempre recordar que, tal como em *A Arrábida*, o que o impressionou foi a figura desse velho eremita que lhe evocava a longa história dos que, deixando o mundo, na solidão perdoavam e consolavam, também diante do mosteiro deserto desejava que «Pudessem / dessas campas geladas que vejo / Os bons monges antigos / Surgir vivos à voz de um desejo» // E que ao longo das vastas arcadas / Se escutassem seus passos serenos, / Como se ouve o tranquilo regato / Sussurrar nestes campos amenos» (PI, 226). Um desejo que agora, contas feitas, não parece projectar senão a construção imaginária de um mundo reconciliado que não chegará.<sup>19</sup> Com efeito, neste evocar dos habitantes do deserto, os antigos eremitas e os antigos monges, o que se diria ressaltar é uma história de homens que, por razões várias, fugiram do mundo e das suas procelas, sem a ele regressar. Eles já não pertenciam ao mundo e o mundo, e sobretudo o mundo que se enfrentava nesses primeiros trinta e tal anos de 1800, não lhes pertencia. Foi, cremos, esta a razão mais funda

<sup>18</sup> António José Saraiva, *Herculano e o liberalismo em Portugal*, ed. cit., 52-53.

<sup>19</sup> Aproveitamos as conclusões de Jean Starobinski, *L'invention de la liberté -1700-1789- suivi de 1789- Les emblèmes de la raison* (Nouvelle édition revue et corrigée), Paris, Gallimard, 2006, 143-144, no parágrafo «Nostalgies et utopies».



por que Herculano, «cantor da solidão», venerou, em 1829, esses antigos eremitãos e monges na moldura oniricamente patinada que era a deles: «Oh, sim! – rude amator de antigos sonhos, / Irei pedir aos túmulos dos velhos / Religiosos entusiasmo e canto novo» (26). Eles representavam-se-lhe, no meio da natureza silente e bela em que viviam – nem tudo seriam Arrábidas, mas, enfim... –, não só um elemento estético da paisagem, mas também, na sua acção de perdoar e consolar – vimo-lo em *A Arrábida* –, a dimensão mais autenticamente cristã de uma religião que, contemplasse ele o Onnipotente ou contemplasse Cristo, ele concebia, antes de mais, como «abrigo extremo da alma» e «do mísero conforto». (Conf.64) Com alguma razão, já se anotou que em Herculano «há a firme relutância contra tudo o que não seja o velho cristianismo»<sup>20</sup>...

Poderíamos agora examinar a sua concepção do homem, mas baste lembrar que, embora «capaz» de «[fazer] sair as moles seculares / Que por [ele], morto, falem», transmitindo, assim, «na ideia / eterna duração às obras [suas]» que são «prova» da imortalidade da sua alma (29) – uma imortalidade em que diríamos perviver uma das dimensões da clássica concepção da Fama – é, em dramático contraste, um ser «cujo alento / Se esvai, como da cerva a leve pista / No pó se apaga ao respirar da tarde» (28). E o poeta pode mesmo, meditando, impressionado, no silêncio que envolve o templo depois das cerimónias dessa noite da semana santa, «ver» – Herculano é, muitas vezes, um poeta de «visões» – nesse calar dos monges..., órgãos..., coros uma «imagem da existência» que não foi mais que «som, que, o ar ferindo, / Murmurou, esqueceu, passou no espaço» (28). Compreende-se que o homem é não só «nada», como vive mergulhado «nas trevas do [seu] nada» (45) em que assiste à transitividade e evanescência dos outros seres, desde vento que «no órgão do coro / Veio, enfim, murmurar e esvaecer-se» (26) e «a brisa [que] se esvai / Pelos rosmaninhais» (57) até às «margens do Jordão, país formoso / Que fostes e não sois» e que, como «um sonho», «existe só nos ecos do tempo que já foi, que há passado / Como hora de prazer entre desditas» (40, 41). Um destino este que, lido agora não no passado, mas num futuro que rapidamente pode tornar-se passado – «se em breve, / Qual jaz Sião, jazer deve Ulisseia» – e, temido para uma «nação que se dissolve» e que igualmente nem sequer parece existir na sua própria memória – «Oh, lembrança da Pátria acabrunhada // «A minha triste pátria era tão bela, / E forte, e virtuosa!» –, pois nada sabe «Da antiga honra e pudor e eternos feitos» que brotaram à sombra do «arbusto» pelos antigos portugueses «plantado à liberdade» (42), quer o poeta que seja, se «O Eterno» não escutar

<sup>20</sup> José Agostinho, *Os nossos escritores*, citado por Brito Aranha, in *Dicionário bibliográfico português*, XXI,210.

«[suas] preces e lágrimas», também o seu: «Risque também meu nome, e não me deixe / Na Terra vaguear, órfão da pátria» (43). Não interessa para estas notas desenvolver a íntima conexão da noção de transitividade deste apontamento de 1829 com a ideia de decadência que, presente, aliás, em alguns momentos de *A harpa do crente*, será uma obsessão de tanto século XIX. Convirá, porém, lembrar que em *A Arrábida*, diante da «Imensa imagem / da eternidade e do infinito», sentida como um símbolo nesse «vale, ao qual não chega / Humana voz e o tumultuar das turbas», o poeta conclui, meditando, como e quanto «o nada da vida sonda livre / O coração», (61) esse coração que, emotivamente, sabe que «o sepulcro» só será «plácido» para o inocente..., para o «justo» – outra recorrência, definido em tons diversos, da sua poesia: é piedoso (107)..., crente (113, 114)..., não teme a morte (61) – que nele vê «o repouso do que em Deus confia» (61): «No teu seio, reclinado / Dormirei, Senhor, um dia, / Quando for na terra fria / meu repouso procurar» (80). A própria morte, a «caluniada morte» (87), igualadora, com consequências diferentes, é certo, do «justo» e do «malvado» (29), de «o solitário obscuro» e de «o cortesão soberbo» (64), «das portas dos senhores» e do «limiar do servo» (87), mas só temida pelo ímpio (100) – «Oh plácido sepulcro! / Junto das tuas bordas pavorosas / O perverso recua horrorizado» (61) – e libertadora – estaríamos quase em dizer paulinamente libertadora – «dos dias aborridos» e das «duras prisões, que a natureza / Lançou nesta alma ardente...» (86), assim, mais não é que um momento de trânsito – «Que ela possa voar por entre os orbes / Aos pés do Omnipotente» – entre uma vida que «é um ermo de espinhais cortado, / Onde foge o prazer» (100) e outra vida de amor e paz que apenas «para o justo existe além da campa»: «No teu seio, de pesares / O existir não se entretece; / Lá o eterno amor floresce; / lá floresce a eterna paz» (80). Assim, esse voo «por entre dos orbes», se pode traduzir um romântico «anseio de altura»<sup>21</sup>, não é mais que uma aspiração do justo, mais veementemente em situações de tribulação – e *A tempestade*, a que pertencem os versos citados, evoca tanto a tribulação física como a moral em condições de guerra e desterro –, por se passar «aos pés do Omnipotente» ou, reiterando, no final do poema, o mesmo anseio, por «subir à pátria do repouso / onde não há morrer» (88). Metáfora por metáfora...

E se é certo que, alguma vez – uma única vez... –, frente à natureza – neste caso a natureza arrábida que o extasia – que cada ano parece renovar-se, o poeta sente-a mais «feliz» do que ele nesse aparente reviver anual – «quando eu no vale dos túmulos cair; quando uma pedra / Os ossos me esconder, se me for dada / Não mais reviverei...» (59) –, velha e tópica ilusão, paradoxal

<sup>21</sup> Jacinto do Prado Coelho, «*Herculano Poeta – Uma imagem em negativo*», ed. cit., 112.

como sempre, de quem sabe e diz que tanto «o velho pinheiro» como o abeto e «o medonho crocodilo» «Qual do norte impelida a nuvem passa, / Assim ele passou» (84). Por isso, o poeta, resumindo, podia perguntar e responder em bíblica consequência: «Homem, ente imortal, que és tu perante / A face do Senhor? / És a junça do brejo, harpa quebrada / Nas mãos do trovador!». (83)

A noção de transitividade do homem – «o trânsito chamado o viver do homem» (56) – e de toda a criação pode permitir compreender a noção de exílio na poesia de *A harpa do crente*, uma noção tão importante para o cristão e, sobretudo no contexto da sua biografia e, logo do seu contexto cultural, do cristão desterrado que foi o Herculano poeta.

As próprias citações e alusões bíblicas que ministra o poeta, dispensam qualquer consideração acerca da raigambre escriturística da concepção do mundo como lugar de desterro e peregrinação e, por isso, é fácil perceber que, quando no começo de *A Semana Santa* (1829), alude à «época mesquinha, / Em que vim peregrino a ver o mundo, / E chegar a meu termo, e reclinar-me / À branda sombra de cipreste amigo» (26) está a conceber-se como um caminhante em trânsito numa «terra em que [é] estranho» (28). E ao acabar do caminho – «a meta extrema, / Que separa de nós a eternidade» (62) –, «o trovador mesquinho, / Que peregrino vagueou na Terra, / Sem encontrar um coração ardente / Que o entendesse, a pátria de seus sonhos, / Ignota, por lá busca...». (62) E se o trovador terá de procurar essa feliz, porque sonhada, «terra ignota» que fica para além da Terra, pois até «os tardios louros que escondera a inveja» só lhe virão a ser colocados «junto às cinzas», o velho eremita da Arrábida, mais «feliz», no «raio / Da Lua» que «pálida as faces lhe banhava», talvez recebia já do «Pai celeste» «da pátria eterna [...] a imagem», imagem que «Como [...] um sonho de ventura e glória / Na Terra de antemão o [consolava]». (64) De qualquer modo, nesse seu peregrinar «esta alma / aspirando o futuro além da vida» «[geme] atada à coluna do exílio, a que se chama / Em língua vil e mentirosa o mundo», (62) sabendo, sobretudo o «cristão infeliz», que, estrangeiro («estranho») na terra, «a pátria [sua] é lá no céu» (69). Resignado, o moribundo de *Mocidade e morte* glosará este mesmo axioma cristão<sup>22</sup> – «é o céu a pátria nossa; / é o mundo exílio breve; / o morrer é cousa leve; / é princípio e não é fim» (81), tal como o fará, a morte iminente, o «pobre velador» em *A tempestade* (1832), este, sim, a sofrer o desterro da sua pátria terrena iluminado apenas pela recordação de uma «doce amizade e amor»: «Passarei minha noite a luz tão meiga, / Até o amanhecer; / Até que suba à pátria do repouso, / Onde não há morrer». (88)

Se mundo é exílio para o cristão e, como vimos, onde se «geme» e, como estaremos recordados, o lugar do «ímpio» – os tiranos e seus seguidores,

<sup>22</sup> S. Paulo, *Ad Phillip.* 3, 20: *Nostra autem conversatio in coelis est.*

indivíduos ou turbas – que nega Deus e a Cruz, uma das modalidades dessa iniquidade opressora é o obrigar (moral ou fisicamente) o outro ao desterro da terrestre pátria comum. O trovador pode, assim, explorando, agora, conotações de léxico e de circunstâncias biográficas – «Eu, cristão, o trovador do exílio, / Contrário em guerra crua» (107) –, recordar os tempos em que foi um desterrado: «Eu, vagabundo e pobre, e aos pés calcado / De quanto há vil no mundo...» (87). Foram tempos não só de «santas inspirações morrer sentindo / Do coração no fundo» – não gritou ele, soldado velador, «eu rei da morte / Erguera meu clamor, E dissera: “Sou livre e tenho império; / Aqui sou eu senhor!» (86) –, mas também de «saudades [curtir] em longes terras / Da [sua] terra ausente» (103), traduzidas em lembranças – «memórias tristes» (92) – de seres e coisas passados e presentes por que um «pobre soldado» pode suspirar na iminência de os perder: «Terra da minha infância, / Tecto de meus maiores, / meu breve jardimzinho, / minhas pendidas flores, // harmonioso e santo / Sino do presbitério, / Cruzeiro venerando / Do humilde cemitério, // Onde os avós dormiram, / E dormirão os pais; / Onde eu talvez não durma, / Nem reze, talvez, mais» (89). E por mais que a lembrança dessa «Terra infame! – de servos aprisco»..., de «escravo/ que pugna com ferro» o amargure ao ponto de recusar o nome de filho e de irmão, o leve, num arranque de estoicismo cosmopolita de velha cepa, a proclamar «onde é livre tem a pátria o poeta, / Que ao exílio condena ímpia sorte. / Sobre os plainos gelados do Norte / Luz do sol também desce do céu», (95) ele, «foragido errante», que tem de «pousar à sombra / Do tecto do estrangeiro», (92) sabe que «para o que a pátria perde / É o universo mudo...» (91).

Como sabe qualquer leitor de *A harpa do crente* ou mesmo um leitor desse admirável *A mocidade de Herculano até à volta do exílio*, era possível continuar a explorar esta memória dolorosa do desterro do «cantor» do exílio – título que ele reivindicou para si nessa preciosa nota a *A vitória e a piedade*, que pouco mais é que um «fragmento» de um projectada obra *Da minha mocidade – Poesias e meditação* que há que ler a par das também fragmentárias *Cenas de um ano da minha vida*, texto para que teria sido igualmente possível remeter em muitos momentos deste nosso esboço de leitura –, mas atrevo-me a crer que estas notas permitem sugerir quanto «as dores da emigração»<sup>23</sup>, isto é, o desterro sofrido na sua carne de português, se tornava mais dramático pela vívida dimensão do seu desterro de cristão, de um cristão que ele sempre se proclamou, pese a polémicas, injustiças e até a possíveis desvios de ortodoxias.

<sup>23</sup> Maria de Lourdes Belchior, «Herculano, “trovador do exílio”» in *Os homens e os livros –II–*, Lisboa, Editorial Verbo, 1980, 199-215 (214) em que se estuda o tema desde as perspectivas de tristezas do desterro na tradição da «poesia do desterro como “constante” da poesia portuguesa».

Mas este rápido exame ficaria ainda mais sumário se não tivéssemos em conta que, como qualquer antiga cartilha, *A harpa do crente* é uma obra com algumas notas sobre a oração e até com orações.

Deixando de lado qualquer alusão à oração da liturgia de quarta-feira santa a que assiste – «Negras paredes, mudos monumentos / De todas essas orações de mágoa, de susto ou de esperança» (26) – o poeta não se exime de, em muitas ocasiões, fornecer indicações de como a oração tem que ser – ou se espera que seja – para se tornar um modo eficaz da relação do crente com Deus. Se para bem cantar essas cerimónias invoca o «Anjo do Senhor» para que «lance em [sua] alma / A harmonia celeste e o fogo e o génio, / Que dêem vida e vigor a um carne pio» (27), mais adiante, em *A Arrábida*, um «lugar que é santo» e, além de belo, «o último abrigo / Da crença viva, da oração piedosa, / Que se ergue a Deus de lábios inocentes» (57) que são, se bem interpretamos, os dos eremitas que povoam a serra. E estes mesmos, tal como «o justo», na «paz da noite», «[erguem] ao Senhor um hino harmonioso». (60) A oração do «justo» – piedosa e harmoniosa e, por «religiosa» no sentido etimológico de *pius*, em consonância com Deus – pode ser tanto de petição – «as preces puras / De um coração que espera» (30) – como de louvor. A primeira é a dos que, «cristão infeliz», «miseros e oprimos» demandam «justiça / Contra os fortes do mundo, os seus tiranos» (64), ou doentes como o de *Mocidade e morte* (80), «aos pés deste símbolo da espr'ança [Cruz] / Vêm derramar seu coração aflito» (69), clamando, como o que roga pela pátria que se dissolve, «Eterno, escuta / Minhas preces e lágrimas» (43). A segunda, como a do próprio poeta que, confessando não ser um «justo», diante do oceano, louvou Deus e, então, como consequência, não só meditou e «a mente extasiada / [Deixou] correr pela amplidão das ondas», mas também, comovido pelas «harmonias da criação» que lhe chegavam no «rugido» do mar e do «ulmeiro do deserto» «gemendo e murmurando / Ante o sopro do oeste», «ali dos olhos / O pranto [lhe] correu, sem que o sentisse, / E aos pés de Deus se derramou [sua] alma». (60) Petição ou louvor é, ao parecer, sob o signo da pressão da aflição (das «pressas») e da emotividade que em *A harpa do crente* se actualiza a oração. Compreende-se, assim, que as orações que encontramos nessa poesia de Herculano cubram esses dois aspectos. Seja «O salmo» que se entoa em *A Semana Santa* em que se celebra a onipotência de Deus – «Se pensou no universo, ei-lo patente / Ante a face do Eterno: / Se o quis, o firmamento os seios abre, / Abre os seios o Inferno» – e a sua omnipresença – «Dos olhos do Senhor, homem, se podes, / Esconde-te um momento: / Vê onde encontrarás lugar que fique / Da sua vista isento: / Sobe aos céus, transpõe os mares, busca o abismo, / Lá teu Deus há-de achar» (36) –, seja, no mesmo poema, «A lamentação» em que, imprecando Deus – «Acaso serás tu sempre inflexível? / Esqueceste de

todo a nação tua?» – , se lhe pede a misericórdia – «Tem dó de nossos males» – para com Sião, essa «cidade outrora populosa» «jaz e solitária e queda», (38-39) situação de ruína que se projecta, actualizada, na imagem da pátria do poeta («Ulisseia»).

Em outras orações, como nessa que o moribundo de *Mocidade e morte* eleva ao anjo da guarda, figura de profunda tradição devota, que o confortara – «Anjo bom, não me abandones / neste trance dilatado; / Contrito, resignado, / Me acharás na hora fatal. // E depois...perdoa, ó anjo, Ao amor do moribundo, / Que só deixa neste mundo / Pouco pó, muito gemer. // Oh, depois... dize à mesquinha [a amada] / Um segredo de doçura; / Que na pátria o amor se apura, / Que o desterro viu nascer», (81) é ainda a prece derradeira, envolvendo resignação de convertido e saudade de quem, amado, se tem de abandonar, tal como em outras – *A cruz mutilada* – é a adoração, modalidade do louvor, que se manifesta – «Amo-te, ó cruz, no vértice firmada / De esplêndidas igrejas; / Amo-te quando à noite, sobre a campa, / Junto ao cipreste alvejas...». São autênticos versículos de um hino, diríamos uma quase litania, em que a reiteração da adoração amorosa – novamente a emoção – prepara a última parte do poema em que, também face à natureza em que, como em *A Arrábida*, vê a manifestação do Criador – «Montanha do oriente»... «Rochedo, que descansas / no promontório»... «Sobros, robles frondentes»... «mato variado / De rosmaninho e murta entretecido»... «Mar, que vais quebrando / Rolo após rolo pela praia fria»... – , o poeta, uma vez mais, clama de reiteração em reiteração, por oposição a um mundo também ele mutilado, porque esquecido de que a cruz «Da liberdade anunciara a vinda» (114): «Em ti minha alma a eterna cruz adora» (118). E nesta saudação – «É a voz do poeta a saudar-te» – que é «uma toada» «do cântico futuro» num «porvir que [...] proclame eterna» essa cruz de que, como do templo e da «crença de outras eras», quer dizer, dessa «herança de fé» legada por gerações de «avós», se riem e que insultam os «homens de alto esforço» a quem, porque não crêem em Deus e na liberdade, se opõe o poeta – «Eu não! [...] Creio que Deus é Deus e os homens livres»<sup>24</sup> (25).

E talvez, algum dia, seja possível defender que é desta oposição ao mundo – e antes de mais, ao mundo-cidade, a *civitas*, do seu tempo (hipócritas..., perversos..., opressores..., caluniadores..., traidores..., descrentes...) – que,

---

<sup>24</sup> Gomes de Brito, «Alexandre Herculano. Segunda parte. Estudos crítico-bibliográficos» in *Dicionário bibliográfico português*, XXI, 495, embora seja necessário evitar outras conclusões das suas palavras, viu que os «grandes ideais [Eterna Justiça e Eterna Liberdade] aliados à sua veneração indefessa pelo símbolo sacrossanto do cristianismo redentor, ligam, com efeito, aqueles dois poemas [*Semana santa* e *A cruz mutilada*] num anel, em cuja circunferência se encerra quase toda a vida poética de Herculano...». Apesar da verdade que possa existir na proposta, convirá, atrevemo-nos a pensar, não confundir a crítica à descrença racionalista do primeiro poema, com a crítica à ingratidão do povo libertado do último.

bem documentada na sua poesia, brota e se vai sustentando o seu estoicismo de «justo»<sup>25</sup>, parente do estoicismo cristão do verdadeiro, porque antigo, eremita que, como o poeta, se sentia «Tranquilo e sem temor, à sombra posto / Da [...] Providência» (84).

De qualquer modo, conseqüentemente, talvez poderá vir a ter algum interesse perguntarmo-nos aqui se essa oposição mais de uma vez assinalada – Mundo / Providência –, não poderá ter-lhe sugerido um providencialismo organizador da História – em detrimento das chamadas «causas segundas» (racionalis) – e, logo, da sua visão do mundo, o que, a ser verdade, poderia contribuir para melhor compreender ou simplesmente matizar aparentes paradoxos, bem românticos, aliás, do cristão liberal – não esqueçamos de contextualizar o termo – que, tendo sempre a *Traditio* como um referente imperdível, Herculano sempre disse querer ser.<sup>26</sup>

#### 4

Talvez estas muito esquemáticas notas sobre a sua cartilha em verso – e, como assinalámos, pensadas com dúvidas sobre a legitimidade dos resultados de um tal exercício sobre a proposta poética de Alexandre Herculano desde 1850 – possam servir para chamar a atenção de quanto é urgente reler o poeta Herculano<sup>27</sup> – e relê-lo cronológica e contextualmente – e, através dele, conhecer algo mais da sua crença de sempre<sup>28</sup>, antes de, atendendo apenas aos seus escritos de ocasião, à sua obra de ficção e às suas polémicas – e toda a polémica tem sempre algo de ficção –, sermos tentados a preocupar-nos em discuti-la como fizeram os que, por razões diversas e com matizes diversos,

---

<sup>25</sup> Jaime de Magalhães Lima, *Alexandre Herculano*: «Sem dúvida, pela firmeza de ânimo e mais pelo exemplo do que por qualquer tentativa de sistematização filosófica ou defesa intencional de doutrina, a vida de Alexandre Herculano abunda em conformidade com os preceitos do estoicismo. Em grande extensão poderia Séneca descobrir nele um discípulo», citado por Brito Aranha in *Dicionário bibliográfico português*, XXI, 228.

<sup>26</sup> Note-se, para o que servir a este propósito, que, na já citada conferência, Manuel de Oliveira Ramos insistia em que «Herculano desde os primeiros artigos do “Panorama” mostrou-se irreconciliável com o voltairianismo» (*Dicionário bibliográfico português*, XXI, 35).

<sup>27</sup> Não deixa de ser curioso que António Borges Coelho, numa ainda útil obra, *Alexandre Herculano*, Lisboa, Editorial Presença, 1965, na antologia herculaniana que encerra o seu estudo, apenas tenha da sua poesia recolhido *O soldado*...

<sup>28</sup> Bernardino Barros-Gomes, célebre personalidade de devoto e apologeta dos anos finais de Herculano com quem, aliás, manteve, como se sabe, um interessante e, para os seus propósitos, infrutífero diálogo epistolar, confessava ao seu autor dever «à *Harpa do crente* e ao *Pároco da aldeia* horas de fortalecimento do espírito religioso que a seu tempo frutificaram» in Bráulio Guimarães, *Padre Barros-Gomes. Biografia do padre, biólogo e engenheiro florestal assassinado no Palácio de Arroios em Lisboa na noite da implantação da República (1910)*, Lisboa, Alêtheia Editores, 2006, 178. (Note-se, como esclarecem os organizadores da edição, que esta inteligente e documentada biografia foi inicialmente publicada em fascículos na Revista da Congregação da Missão a partir de 1941).

em seus dias<sup>29</sup>, e ainda não há muito, punham em causa a ortodoxia do crente... Um crente que, como em tantas outras dimensões conotáveis da sua biografia, parece ter querido, sabido e apreciado cultivar, esfingicamente, a sua pose de profeta... E talvez se pudesse vir a verificar que algo ou muito da «invenção da [sua] liberdade» passou por aqui...

Por mim, continuarei a ouvir a sua harpa..., tal como gostaria que, algum dia, se pudessem ouvir de novo, para comparar sons e temas difundidos, essa *Harpa do livre* que um admirador do poeta e do historiador, Inácio Francisco Silveira da Mota (Barão de Vila Franca), publicou, sendo estudante, em 1852... Como sempre, não podemos prescindir das datas...

---

<sup>29</sup> A título de exemplo: José Agostinho, *Os nossos escritores*, citado por Brito Aranha, in *Dicionário bibliográfico português*, XXI, 210; Bernardino Barros-Gomes in Bráulio Guimarães, *Padre Barros-Gomes*, ed. cit., 174-189; Padre J. J. de Sena Freitas, *Os nossos bispos do continente. A propósito das exéquias da Lapa em honra de Alexandre Herculano*, Porto, Machado & Ribeiro, Lda., 1878 (citamos pela edição de Vanda Anastácio na sua tão cuidada e cuidadosa *Antologia Padre José Joaquim de Sena Freitas*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2008, 153-157), sendo de anotar um depoimento do mesmo P. Sena Freitas – também ele lazarista, embora «intermitente» –, que não nos foi possível datar, sobre alguma versão dos últimos momentos do historiador – «expirou abraçado com a cruz, munido com os Sacramentos da Igreja» – no qual, sem os desdizer, matiza os seus juízos em nome da «tolerância [...] do Evangelho», depoimento que, por sua vez, deu azo a alguma polémica (in *Dicionário bibliográfico português*, XXI, 96-98). E não deixa de ser curioso que, como um elogio, Borges Grainha, depois de o ter dito «um liberal à inglesa», tenha proposto Herculano como «um verdadeiro cristão, à maneira de Lutero» in *Dicionário bibliográfico português*, XXI, 160.





## Alexandre Herculano e o Clero ou o Clero de Alexandre Herculano

NO 2º CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO ESCRITOR

Não é unívoca a relação de Alexandre Herculano (1810-1877) com o clero. Com o clero em geral e com o clero português do seu tempo, tal como o via<sup>1</sup>. Como, aliás, não era unívoca a relação do clero com o liberalismo (constitucionalismo), que Herculano ajudou a implantar e sempre defendeu.

Começemos por aqui, pois não foram, de facto, lineares nem simples as atitudes e convicções dos eclesiásticos portugueses em relação ao novo regime. Houve reacção, certamente, como a houve na generalidade das classes e grupos. Teoricamente, a crítica ao primeiro liberalismo é contundente e radical na pena de padres como José Agostinho de Macedo ou Fortunato de São Boaventura (frade o primeiro e monge o segundo), para não citar tantos mais, com menos “teoria”, mas atitude convergente.

Mas é nas fileiras do mesmo clero – regular ou secular – que também não é difícil encontrar paladinos confessos e consequentes do sistema constitucional. E logo no topo da hierarquia católica: se o cardeal-patriarca de Lisboa, D. Carlos da Cunha, é exilado por rejeitar algumas disposições das *Bases* do que seria a *Constituição* de 1822 – insistia na manutenção do catolicismo como religião nacional, tal como sempre fora, e na censura prévia em matérias religiosas –, o beneditino Frei Francisco de S. Luís Saraiva acompanhou o movimento liberal desde o início e seria bispo de Coimbra durante o vintismo e cardeal-patriarca no cabralismo (como tal confirmado por Gregório XVI em 1843).

---

<sup>1</sup> Cf. TRINDADE, Manuel - *O Padre em Herculano*. Prefácio de Vitorino Nemésio. Lisboa: Editorial Verbo, 1965.

Do topo à base, nunca faltaram eclesiásticos “liberais”, inclusivamente nas casas religiosas, onde havia boas razões para se prever que a consolidação do novo regime acarretaria a redução ou extinção das congregações. Nem faltaram nomes para “preencher” as sés portuguesas quando, entre 1832 e 1841, os novos governantes quiseram à frente delas sacerdotes seus afectos, sendo alguns destes nomeados canonicamente para outros cargos, depois do restabelecimento das relações entre Lisboa e Roma, nesse último ano.

Herculano sabia-o muito bem. Conhecia eclesiásticos liberais e ele próprio se sentia devedor da lição dos Oratorianos, que seguira quando novo. Quando chegou a extinção das “Ordens” em 1834, acompanhou o arrolamento das respectivas livrarias, aí mesmo se apiedando de tantos exclaustrados, ou “egressos”, que de repente ficavam sem agasalho nem conforto material e espiritual. Saiu em defesa deles com um dos escritos mais sentidos da sua pena – *Os egressos*, 1843 –, onde, manifestando grande humanidade, nem por isso defendia a restauração das congregações. Importante, porém, é o facto de Herculano reconhecer, no mesmo escrito, o grave débito que a sua extinção trouxera à vida cultural portuguesa. Na verdade, o que aí pede é “pão para metade dos nossos sábios”, essa mesma metade que tanto tardaria a recompor-se, se é que alguma vez o conseguiu.

Assim estávamos nos anos quarenta. Mais difícil seria na década seguinte, sempre no respeitante à relação de Herculano com o clero português, nisto influyendo realidades nacionais e internacionais.

Começando por estas últimas, recordemos o que se passava então em torno do papado. Até 1846, desenrolara-se o pontificado de Gregório XVI – o último papa provindo duma Ordem religiosa (camaldulense) –, caracterizado pela rejeição quase liminar das formulações teóricas e das medidas práticas do liberalismo latino, este mesmo em que Herculano, a seu modo, participava.

São de Gregório XVI as encíclicas *Mirari Vos* (1832) e *Singulari Nos* (1834), recusando o “liberalismo católico” de Lamennais e do seu grupo, que, genericamente, advogava as vantagens do novo regime sobre o “antigo”, uma vez que a liberdade de consciência e o afastamento da Igreja em relação ao Estado traria àquela uma liberdade interna que a ligação Trono – Altar nunca permitira. Para Gregório XVI, tais propostas traduziam uma posição “indiferentista” face à verdade religiosa objectiva, que deixaria de obrigar os sujeitos particulares ou públicos.

Na prática, Gregório XVI aceitou o regime de separação em países como os Estados Unidos da América ou a Bélgica, onde se mostrou tão inevitável como até benéfico para a minoria católica. Sem deixarmos de recordar que, concomitantemente, são do mesmo Gregório XVI quer a insistência na criação dum clero indígena em terras de missão (Instrução *Neminem*

*profecto*, 1845) – insistência que os europeus, políticos e missionários, não aceitariam rapidamente –, quer o reconhecimento de alguma autonomia da realidade política enquanto tal, declarando, em 1831, que a Santa Sé não legitimava nenhum governo ou regime, quando com ele se entendesse para a melhor resolução das necessidades das Igrejas locais (Encíclica *Sollicitudo Ecclesiarum*, 1831) – o que se aplicava especificamente a Portugal, com bispos propostos por D. Miguel e não aprovados por D. Pedro.

Fosse como fosse, o pontificado de Gregório XVI ficou conotado com a teoria e a prática do Antigo Regime<sup>2</sup>. Mas, em 1846, foi eleito Pio IX, prelado romano que na altura gozava de grande simpatia na cidade e além dela, sendo rapidamente saudado – inclusive em Portugal – como “papa liberal”. Era, do seu natural, afável e próximo da população romana e os dois primeiros anos do seu pontificado quase pareciam ligá-lo ao *Risorgimento* italiano, então em crescendo.

Mas *Risorgimento* significava a unificação italiana, implicando o fim dos Estados Pontifícios e a luta contra a presença austríaca na península, ou seja, a luta contra uma grande potência “católica”, somando assim duas razões mais do que suficientes para refrear qualquer simpatia que o novo papa tivesse para com o movimento. Em 1848, de facto, Pio IX distancia-se claramente da causa e resiste à liberalização dos Estados Pontifícios, acabando por sair de Roma para o reino de Nápoles, para não ficar à mercê dos revolucionários da urbe. Voltará em 1850, graças ao apoio de Luís Napoleão e já claramente conotado com a reacção anti-liberal<sup>3</sup>.

Obviamente, Herculano não ficou insensível a estes acontecimentos e a sua posição face ao clero, em especial na respectiva ligação a Roma, ressentiu-se deles. Tanto mais quanto o “movimento católico” oitocentista – integrando, aliás, clérigos e leigos de diversas simpatias políticas – se redefiniu em torno de três tópicos fundamentais: a devoção eucarística, a devoção mariana e a ligação ao papa (as “três devoções brancas”, ou “as três rosas dos escolhidos”, segundo um título muito em voga de Mons. Ségur). Herculano olhará tudo isto como um conjunto, ligando as congregações religiosas, o reforço do papado que as tutelava supranacionalmente e alguma crítica provinda de clérigos – como a que suscitou a sua *História de Portugal* (1º volume em 1846), omitindo o “milagre de Ourique” – num todo negativo, que achava necessário combater.

Não é este o lugar para desenvolvermos o assunto. Digamos, entretanto, que, neste último ponto, se tratava de muito mais do que duma questão

<sup>2</sup> Sobre Gregório XVI, cf. BOUTRY, Ph. – Grégoire XVI. In *DICTIONNAIRE Historique de la Papauté [DHP]*. Dir. Ph. Levillain. Paris: Fayard, 1994, p. 767-773.

<sup>3</sup> Sobre Pio IX, cf. MARTINA, G. – Pio IX. In *Ibidem*, p. 1343-1349.

historiográfica. As ressalvas ao pretenso milagre não eram novas e já um século antes tinham sido feitas por Luís António Verney. Mas o debate cultural que agora surgiu encobre mal, com a referência a Ourique, um grande confronto sobre o próprio país, o seu significado e as respectivas consequências: - Que era Portugal? Um país a refazer como a actualidade queria, ou um destino consagrado e providencialmente determinado?

A alternativa traduzir-se-ia também, de diferente modo, na relação devida entre o país e o seu clero. E Herculano reagiu fortemente, alargando a parte ao todo ou quase todo do clero português, divisando nos seus detractores a guarda-avançada duma vasta cabala anti-liberal, que o tomava como primeiro alvo. Assim na carta *Eu e o clero*, que endereçou em Junho de 1850 ao cardeal-patriarca de Lisboa, D. Guilherme Henriques de Carvalho, aliás pessoa afectada ao regime constitucional<sup>4</sup>.

A partir daqui, Herculano reagirá sempre ao que considerava a desfiguração hierocrática e anti-liberal do catolicismo<sup>5</sup>. Escreverá *A História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal* (1853-1859), para esconjurar com o passado o que julgava ser a ameaça presente. Sem cortar formalmente com o catolicismo, aproximar-se-á da posição “vetero-católica” de Döllinger e afasta-se do que foi a eclesiologia do Concílio Vaticano I (1869-1870), em torno do primado e da infalibilidade do pontífice romano<sup>6</sup>.

<sup>4</sup> Sobre toda a questão, cf. BUESCU, Ana Isabel Carvalho – *O milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano: uma polémica oitocentista*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987. Cf. também SARAIVA, António José – *A cultura em Portugal. Teoria e História*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1982, p. 121: “À visão mundial da história que o mito da Cruzada supõe, [Herculano] quis substituir uma visão interna, tentando apreender o gérmen a partir do qual a nação se constituiu. [...] A semente eram os concelhos, células populares que se teriam desenvolvido harmoniosamente, se não fossem circunstâncias externas e espúrias que se lhe opuseram. A monarquia absoluta, o clero (identificado com a Inquisição) e a mercantilização causada pelos Descobrimientos foram estas circunstâncias”.

<sup>5</sup> Cf. HERCULANO, Alexandre – Considerações pacíficas sobre o opúsculo “Eu e o clero”. Ao redactor da Nação [Julho de 1850]. In IDEM – *Opúsculos*. Org. Jorge Custódio e José Manuel Garcia. Porto: Presença, 1985, vol. 4, p. 52: “A maioria do clero português não é a maioria do clero católico: a maioria do clero católico não constitui só por si a igreja de Deus. Bem infeliz eu se me visse em oposição com esta; mas confio em que a Providência me livrará de cair nesse abismo, não só agora, mas sempre”. Cf. também MACHADO, Álvaro Manuel – *Les romantismes au Portugal. Modèles étrangers et orientations nationales*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian. Centre Culturel Portugais, 1986, p. 199: “[...] l'idéalisme philosophique de Herculano, de source germanique, dominé par l'éthique chrétienne, l'amène à faire du christianisme un élément essentiel de toutes ses idées, qu'elles soient littéraires, politiques ou sociales”. Ou ainda: “Au lieu de la métaphysique, il y a toujours chez Herculano la morale chrétienne confondue avec la morale politique libérale” (*ibidem*, p. 214).

<sup>6</sup> Cf. LABOA, Juan María – *Historia de la Iglesia Católica. V Edad Contemporanea*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004, p. 234: “Döllinger no quiso reconocer el nuevo dogma y fue excomulgado el 17 de Abril de 1871. El arzobispo Scherr, aunque se había opuesto a la definición, una vez aprobada, la aceptó, y dijo a Döllinger: ‘pongámonos a trabajar por la Santa Iglesia’. ‘Sí, por la vieja Iglesia’, replicó Döllinger. A esto respondió el arzobispo: ‘Hay solo una Iglesia, no una vieja y una nueva’; pero Döllinger insistió en que se había creado una nueva. El historiador alemán y los que pensaban como el vieron en el dogma una revolución de la constitución tradicional de la Iglesia, y se negaron a someter por motivos de conciencia. [...] En cierto sentido, fueron los continuadores de las ideas conciliaristas, galicanas, febronianas y jansenistas”. As mesmas que tinham influenciado o Padre António Pereira de Figueiredo (+ 1797),

Cabe agora precisar tudo isto com as próprias palavras de Herculano. Dizendo, antes de mais, que a sua crítica veemente ao que considerava a deriva ultramontana do catolicismo e da generalidade do clero, não o desiluiu dum clero que podia ser, apesar de tudo.

Mas não admitia que o movimento católico em Portugal pudesse incluir simultaneamente o apego à liberdade política e a adesão ao papado, bem como o reforço deste no interior e no exterior da Igreja. Diga-se, aliás, que, para muitos católicos legitimistas, tal junção também parecia impossível, pois uniam sempre catolicismo e anti-liberalismo. A luta persistente dos nossos católicos “liberais” será precisamente a de manifestar tanto a adesão aos “princípios de 89” como ao papado de Pio IX ou de Leão XIII, que lhe sucedeu em 1878, distinguindo campos e vendo nos pontífices a melhor garantia da “liberdade da Igreja”, face ao regalismo persistente dos governos nacionais: assim com Saldanha, assim com Samodães, assim com Abúndio da Silva, etc.<sup>7</sup>

Vejamos mais de perto. Vejamos o clero católico como Herculano o idealizava em 1846 n’ *O pároco da aldeia*. É o padre próximo e condoído, que nem a chuva nem o vento impedem de socorrer espiritualmente quem o chamasse a desoras: “A natureza debate-se consigo mesma: tudo dorme, entretanto, nos casais e na aldeia, salvo o velho pároco e a família daquele que em trances mortais espera o representante de Cristo, que lhe traz as derradeiras consolações e esperanças. Entre a filantropia humana e as agonias extremas dos pequenos e humildes a noite e a tempestade ergueram barreira quase insuperável: esta barreira desaparece, porém, diante de caridade que a todos nos ensina o Evangelho e que ao pároco impõem, como dever imprescritível, a sua missão sacerdotal e o seu carácter de pai dos pobres e afligidos”<sup>8</sup>.

---

tão apreciado por Herculano. Cf. HERCULANO, A supressão das Conferências do Casino [1871]. In *Opúsculos*, 1982, vol. 1, p. 166: “Estávamos, pois [à data da outorga da Carta Constitucional, 1826], pelas nossas tradições e doutrinas perfeitamente no seio da Igreja. Mantendo exclusivamente o dogma católico, nem mais, nem menos, como a igreja no-lo ensinou a nós os velhos, e conservando-nos, em relação à disciplina, onde estávamos, estamos indubitavelmente no grémio dessa igreja; porque a religião é imutável, a religião não se aperfeiçoa. O critério supremo do catolicismo está resumido na célebre máxima: *Quod ubique, quod semper, quod ab omnibus creditum est*. Diga o governo isto aos bispos, aos cabidos, às escolas de teologia e de cânones, aos párocos, aos comissários de estudos, aos mestres primários [...]. O imperante dará nisto não só o papel de mantenedor da carta, mas também de bispo externo; fará o mesmo que nos séculos áureos do cristianismo faziam os imperadores romanos com aplausos dos Padres da primitiva Igreja. O tumulto que há-de levantar este procedimento, aliás tão simples e razoável, sei eu. [...] Verá o que sucede ao clero regular que foi, aos beneditinos, aos agustinianos, aos oratorianos. Referindo-me à congregação do Oratório, não falo do pequeno hereje ruivo, o terrível padre Pereira de Figueiredo. Esse tem de há muito recebido o seu quinhão de anátemas maranatas”.

<sup>7</sup> Sobre os “católicos liberais” portugueses a sua acção e teoria, cf. CLEMENTE, Manuel – *Igreja e sociedade portuguesa do liberalismo à república*, Lisboa: Grifo, 2002, passim.

<sup>8</sup> HERCULANO, Alexandre – *Lendas e Narrativas*. Mem Martins: Europa-América, s.d., vol. 2, p. 93-94.

Trata-se, antes de mais, do “pároco”, ou seja do clérigo secular – não monge nem frade – que está directamente ao serviço dos fiéis, como “pai dos pobres e afligidos”. Este sim – e quase só este –, superando a própria filantropia pela caridade evangélica. Este mesmo, que Herculano prefere absolutamente aos ministros protestantes, que não teriam o mesmo significado religioso, nem idêntica expressão humana.

Lamenta – lamentará sempre e cada vez mais! – as deficiências de formação do clero português, mas recusa ainda mais a pouca consistência de outros tipos de clero. Oíçamo-lo, mais à frente: “Por certo que no culto católico se têm introduzido abusos, e para isso contribui muitas vezes o próprio clero, menos instruído, menos bem educado, moralmente, que o clero anglicano. Mas, em que é culpado o culto da pouca instrução dos seus ministros e dessa falta de educação moral que diversas causas, alheias à religião, têm trazido e trazem ainda? É a igreja que recomenda a ignorância? São os abusos consequências lógicas das doutrinas católicas? Eis o que cumpriria se provasse, como não é dificultoso mostrar que o protestantismo, querendo anular as pompas e os espectáculos, as fórmulas externas e brilhantes do catolicismo, matou tudo o que a crença do Calvário tinha de unção, de consolações, de afectos para o comum dos seus sectários e converteu a religião numa certa metafísica nevoenta, que foge à compreensão das almas rudes e vulgares, quebrando todos os esteios a que, nesta vida de tristezas e dores, elas se encostavam para confiarem no Céu e consolarem-se na esperança [...]. O protestantismo foi só feito para os ditosos e abastados da Terra!”<sup>9</sup>.

Porém, nesse mesmo ano de 1846, Herculano publicava o 1º volume da sua *História de Portugal* – sem incluir o “milagre de Ourique” – e a polémica que se seguiu fê-lo encarar mais negativamente a “pouca instrução” do clero português. Quando reagir às críticas, quatro anos depois, subirá o tom.

Tanto mais que se considerava injustamente atacado por uma classe que defendera – e quase só ele defendera –, anos antes, ao escrever *Os egressos* (1842), pedindo consideração e apoio para com os religiosos violentamente excludados em 1834. E recorda: “Na imprensa liberal, revolucionária,

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 129. Cf. SARAIVA, António José – *Herculano e o liberalismo em Portugal*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977, p. 74: “‘O Pároco de Aldeia’ oferece-nos a síntese mais acabada das teses religiosas de Herculano”. E ainda: “A Igreja, mais do que uma hierarquia, é para ele uma fraternidade espiritual, ligando os vizinhos da aldeia; e o pastor, sem intermediários, liga a Deus esta comunidade espiritual. [...] A classe média dos párocos de aldeia não é economicamente solidária com o antigo regime, vive, como qualquer trabalhador, das missas, baptizados ou casamentos que celebra, e, por menor que Herculano salienta, nada lucra com os dízimos. Julgava-se possível um entendimento entre a burguesia clerical e a burguesia económica, política e intelectual” (*ibidem*, p. 75-76). Dentro desta consideração funcional e alinhada do clero, mais facilmente se suprimiria o celibato, que lhe parecia uma “espécie de amputação espiritual, em que para o sacerdote morre a esperança de completar a sua existência na terra”, como escreveu em Novembro de 1843, a abrir o seu *Eurico o presbítero* (Lisboa: Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, s.d., p. 29).

ímpia, como quiserem chamar-lhe, eu, só eu, tive por muito tempo palavras de afeição e consolo para a desgraça; só eu tive ânimo para acusar os homens do meu partido de espoliadores e de insensatos; para tentar revocá-los à poesia do cristianismo, do eterno aliado da liberdade”<sup>10</sup>.

Sem deixar de assinalar que se seguiram tempos mais pacíficos, no que ao clero dizia respeito: “Depois, pouco a pouco, foi-se estabelecendo nos ânimos uma reacção salutar: começou-se a sentir que o templo e o sacerdote eram importantes elementos de paz, e que podiam ser instrumentos de liberdade”<sup>11</sup>.

Poderão juntar-se aqui os elementos pessoais com o panorama internacional acima indicado. *Os egressos* são de 1842 e o tempo seguinte é o dos primeiros anos do pontificado de Pio IX, suposto “papa liberal”. Como serão da nova e breve república francesa (1848 ss), onde o catolicismo de Lacordaire – frade e deputado – simbolizava a reconciliação da liberdade com o catolicismo, também para Portugal. O que aconteceu depois, com Pio IX fugindo da revolução romana, abria um período bem diferente. Este mesmo, em que Herculano carregará as críticas aos seus críticos, eclesiásticos ou outros.

Mas, por enquanto, ainda é a ignorância que sobretudo reverbera, concluindo deste modo a sua carta ao cardeal-patriarca, D. Guilherme Henriques de Carvalho: “Permita-me vossa eminência que conclua fazendo um voto, ao qual sei que vossa eminência se associa, bem como os outros prelados de Portugal: - Oxalá venha em breve o dia em que o clero deste país possa receber uma educação digna do seu elevado destino, e conhecer, por estudos severos e bem dirigidos, que o ser cristão não é ser hipócrita nem fanático”<sup>12</sup>.

Duas décadas depois, o panorama era outro, certamente mais grave aos olhos de Herculano. Reforço do papado, rejeição do liberalismo por Pio IX (*Syllabus*, 1864), regresso “ilegal” de jesuítas e outros religiosos a Portugal, tudo lhe configurava uma ofensiva sistemática contra o regime que ajudara a instaurar na sua juventude, com tanto envolvimento e risco pessoal.

Em 1871, reagiu ao encerramento governamental das Conferências do Casino, sintetizando um pensamento – discutido e discutível, aliás – que tanto marcaria o “antijesuitismo” de monárquicos e republicanos, entre os séculos XIX e XX: “Os princípios que são hoje condições essenciais da existência política da nação portuguesa apontam-se ao povo ignorante como invenções do diabo. Missões dos agentes do jesuitismo, umas ineptas, outras

<sup>10</sup> IDEM – Eu e o clero. Carta ao Em.mo Cardeal-Patriarca [1850]. In *Opúsculos*. 1985, vol. 4, p. 48.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 49.

<sup>12</sup> *Ibidem*.



astutas, instilam por toda a parte o veneno do ultramontanismo extremo [...]. É uma conspiração permanente, implacável contra a sociedade. As resistências nascidas no seio do próprio clero são difícilísimas, senão impossíveis. O que tentasse levantá-las seria esmagado. Os antigos institutos monásticos, que pela emulação, e pela seriedade e profundidade dos seus estudos, se contrapunham ao jesuitismo e à sua ciência facciosa e dolosa, desapareceram, e se hoje se restaurassem entre nós, sucederia o que sucede quase por toda a parte: ir-se-lhes-ia encontrar a roupeta de S. Inácio debaixo da cogula beneditina ou augustinana”<sup>13</sup>.

Não deixa de ser significativo, muito significativo mesmo, que o antídoto para o que considerava um grande perigo, fosse ainda um novo tipo de clero, que configurasse na Igreja o espírito decidido e autónomo que Herculano escolhera e incarnara na sociedade e na política nacional: “O presbiterado, que é como a burguesia da igreja, e no seio do qual se encontram já muitos sacerdotes moços, ao mesmo tempo crentes e ilustrados, não tem força para readquirir nos negócios da sociedade cristã o quinhão de influência que a disciplina primitiva lhe dava. E, todavia, só uma espécie de presbiterianismo ortodoxo e simplesmente disciplinar tornaria agora possível dar-se algum remédio à ruína da igreja; porque talvez esses homens novos quisessem e soubessem congraçá-la com a sociedade moderna”<sup>14</sup>.

Mas não era essa a orientação prevalecente no catolicismo militante do século XIX, redefinido em torno do papa e da internacionalização da Igreja. Fosse como fosse, Herculano nunca deixaria de encarar o protagonismo dum clero que estivesse evangelicamente perto do povo e ilustradamente activo na sociedade e na cultura.

---

<sup>13</sup> IDEM – A supressão das Conferências do Casino [1871]. In *Opúsculos*. 1982, vol. 1, p. 161-162.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 162.

## Do liberalismo à república ou um tempo de oportunidades perdidas:

PARA UM PERFIL DO “HISTORIADOR PORTUGUÊS”  
DE OITOCENTOS

Não é propriamente coisa rara ouvir qualificar Oitocentos como «o século da História», século do pleno tirar de consequências de uma recém-adquirida cientificidade da nossa área de Saber, num processo radicando nas Luzes mas plenamente consumado no cenário cultural do Romantismo. Cientificidade de uma disciplina que, como tal, é passível de ensino, dos níveis mais elementares às Universidades; cientificidade que comporta, por outro lado, a profissionalização dos criadores respectivos, no quadro liberal do Estado-Nação, seja como arquivistas, bibliotecários, museólogos ou participantes de missões arqueológicas, seja, **aspecto essencial para o que de momento nos interessará**, como professores do Ensino Superior desse tempo.

Ora, e como é também sabido, este último ponto conhecerá entre nós um assinalável atraso em relação à Europa de além-Pirenéus. O Portugal do século XIX conheceu indubitavelmente grandes Mestres de Clio; mas só muito limitadamente conheceu ESCOLA, no sentido de pronta transmissão didáctica das aquisições investigativas, com as naturais consequências ‘reprodutoras’.

E porquê? É tempo de recuarmos um pouco ao século anterior, a tempos josefinos e marianos. Um conjunto de iniciativas institucionalizantes ou reformadoras processado ao longo do último terço de Setecentos permitiria, à partida, pensar num futuro promissor em termos de plena configuração de Clio entre nós:

- Estou a pensar na circunstância de a reforma pombalina do Estudo Geral (1772) ter introduzido a *História do Direito* no quadro das disciplinas da então Faculdade de Leis;

- estou também a pensar na criação da Real Academia das Ciências (1779) e na importância da pesquisa erudita no quadro da respectiva classe de Letras;

- estou finalmente a pensar na criação, também em Coimbra, da *Aula de Diplomática* (1796), provida fundacionalmente na pessoa do português João Pedro Ribeiro (1758-1839), lente de Cânones – que a leccionaria até *circa* 1825 –, mas entretanto transferida para a Torre do Tombo, em 1801.

Só que tais auspícios acabaram por não ter a sequência que seria legítimo esperar.

A *História do Direito* estreou-se com brilho e assim prosseguiu até meados de Oitocentos: bastará elencar alguns dos primeiros titulares, nomes como Pascoal de Melo Freire (1738-1798), Ricardo Raimundo Nogueira (1746-1827), Francisco Coelho de Sousa e São Payo (? -1828) ou Manuel António Coelho da Rocha (1793-1850), todos eles produtores de bibliografia jus-histórica. Mas a morte prematura do último mencionado, justamente a meio do século, irá abrir uma prolongada *crise sucessória* – quase meio século: o seu conhecido *Ensaio sobre a História do Governo e da Legislação de Portugal para servir de Introdução ao Estudo do Direito Patrio*, com origens na década de 1830 e 1.<sup>a</sup> edição impressa em 1841, compreenderá seis reedições até 1896, sinal óbvio da sua utilização como *manual base* ao longo de mais 50 anos, período durante o qual a cadeira foi preleccionada por *Mestres de circunstância*, com inclinações outras que não a História do Direito. E só mesmo a partir do limite da centúria se esboçaria uma situação outra, por influência directa dos 2 primeiros volumes da *Historia da Administração Publica* de Henrique da Gama Barros (1832-1925) – publicados respectivamente em 1885 e em 1896 –, e pela mão de *Mestres ao tempo jovens e não necessariamente jus-historiadores*: Guilherme Moreira (1861-1922), José Ferreira Marnoco e Sousa (1860-1916), José Alberto dos Reis (1875-1955), Joaquim Pedro Martins (1875-1939) e Artur de Miranda Montenegro (1871-1941); do seu magistério irão sair Manoel Paulo Merêa (1888-1977) e Luís Cabral de Moncada (1888-1974). Mas não nos antecipemos...

Quanto à Academia das Ciências, trilhou inegavelmente, no «fazer História», um percurso com brilho nas suas primeiras cinco / seis décadas. É o tempo do envio de académicos em deslocações aos principais arquivos do Reino, como tempo é ainda de extensa e sólida produção memorialística, num processo onde se destacam o já mencionado João Pedro Ribeiro, António Caetano do Amaral (1747-1819), José Anastásio de Figueiredo (1776-1805), José António de Sá (? -1819), Francisco Aragão Morato (1777-1838) ou Sebastião Mendo Trigozo (1785- ?). E aproveito para lembrar que tais figuras mereceram em tempos passados a atenção de *Mestres desta Casa*, um dos quais já desaparecido, António Cruz (1911-1989), e outros três

actualmente aposentados, Luís de Oliveira Ramos<sup>1</sup>, Fernando de Sousa<sup>2</sup> e Aníbal Barreira<sup>3</sup>. Salientarei também que parte da memorialística da classe de Letras está aqui actualmente em análise, no âmbito de um projecto *post-doutoral*.

Mas, e avançando, a Academia e parte significativa dos seus membros não terá inicialmente *convivido* com o Liberalismo em termos propriamente *idillicos*, uma problemática que bem mereceria a atenção dos estudiosos. Não será pois de surpreender que a partir de meados de Oitocentos decaia o ritmo da produção memorialística e que o próprio ‘paradigma’ de uma erudição de *nouveau style*, como seriam os *Portugaliae Monumenta Historica* (1856 ss.), tenha em diversos momentos sofrido atrasos de edição de que Herculano, como é sabido, repetidamente se queixará.

Quanto à *Aula de Diplomática*, pode dizer-se que viveu e brilhou no tempo do fundador: parece poder afirmar-se com segurança que João Pedro Ribeiro gostava de ensinar e gostava de iniciar os seus estudantes na pesquisa erudita: daí que o que hoje chamaríamos a «ficha técnica» de mais do que uma publicação sua da segunda década de Oitocentos as refira como coligidas pelos discípulos da Aula e corrigidas pelo lente respectivo. Mas o fundador não teria sequência á altura: o elenco dos seus continuadores – até à integração da Aula no Curso Superior de Letras, em 1901, e sua transformação em Curso de Bibliotecário-Arquivista – o elenco, repito, estabelecido por António Cruz em trabalho de há 40 e poucos anos<sup>4</sup>, mostra-nos uma sucessão de «ilustres desconhecidos», sem qualquer lugar significativo na Historiografia de então. Mais: nenhum nome de destaque mínimo no nosso panorama *cliológico* de Oitocentos parece dever o essencial da sua formação – quando escolar – à *Aula* do tempo *post*-João Pedro Ribeiro...

Ou seja, e de certo modo sintetizando quanto disse até este momento, três brilhantes arranques seguidos de outras tantas decepcionantes estagnações: História jurídica na Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra, Academia das Sciencias, *Aula de Diplomática*... Três oportunidades perdidas, em suma, na edificação de um mínimo de *Escola* no nosso «fazer História» oitocentista. Será por isso de admirar que a maioria dos historiadores portugueses de então haja chegado ao ofício na base, essencialmente, do que chamarei um *autodidactismo esclarecido*? As incompletas formações escolares de um Herculano ou de um Oliveira Martins, a par do extenso e bem seleccionado cabedal

---

<sup>1</sup> Ramos, 1984.

<sup>2</sup> Sousa, 1974-1975.

<sup>3</sup> Barreira, 1970; Barreira, 1971; Barreira, 1979.

<sup>4</sup> Cruz, 1966: 209-210.

de leituras formativas, aí estarão a dar-nos um primeiro ensaio de resposta... O que nos retransporta a uma dicotomia proposta por Pierre Nora há pouco mais de 20 anos: na «Conclusão» ao clássico volume *Essais d'ego-histoire* (1987), o autor distingue dois modos possíveis de *chegar ao ofício* entre os historiadores franceses de meados de Novecentos:

- O historiador que faz do estudo das sociedades humanas no tempo uma apaixonante actividade do espírito, entre outras possíveis;
- e o que faz da *História* uma curiosidade nativa e a exploração de um imaginário íntimo;
- a primeira atitude corresponderá a vocações de certo modo tardias, plenamente intelectuais e (porventura) desinteressadas, reconhecendo as influências essenciais nos estudos avançados;
- a segunda, pelo contrário, virá da infância, do meio familiar, dos bons Mestres dos Ensinos primário e secundário.<sup>5</sup>

Ora nós dificilmente encontraremos situações do primeiro tipo entre os historiadores do século XIX português: uma vez mais, as escolaridades irregulares ou mesmo incompletas de um Herculano ou de um Oliveira Martins justificarão este ponto de vista.

Um caso singular, entretanto, e numa geração ainda próxima da de Herculano, é o de Luiz Augusto Rebello da Silva (1822-1871). Autodidacta, também ele – frequentou Direito sem concluir –, passado pelo Jornalismo e pela Política (foi deputado, secretário do Conselho de Estado, membro do Conselho Superior de Instrução pública e ministro da Marinha e Ultramar num dos Executivos do duque de Loulé [1869-1870]), a edição, a partir de 1860, dos cinco sucessivos volumes da sua *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*<sup>6</sup> consagrará-lo-ia como um dos possíveis sucessores de Herculano. A consequência directa passou pela efectiva alternativa ao Mestre enquanto primeiro titular da cátedra de *História Universal e Nacional* do Curso Superior de Letras, que ocupará de facto de 1861 até ao fim da vida, 10 anos mais tarde. Rebello da Silva configura-se assim como caso quase único no seu tempo: o historiador que é professor de *História (sublinhe-se)* no Ensino Superior.

Curso Superior de Letras, referi eu há momentos... Criado em 1859, com particular empenhamento de D. Pedro V em tal processo, como é

<sup>5</sup> NORA, Pierre – «Conclusion», in NORA [Ed.], 1987: 351-369, *maxime* 363-364.

<sup>6</sup> SILVA, 1971.

sabido, talvez nele se tenham depositado excessivas esperanças... E, em termos de Clío, acabou por constituir mais uma *oportunidade perdida*, porquanto os sucessores de Rebello da Silva foram essencialmente expositores e compendiadores, nunca produzindo obra erudita significativa: que dizer, a tal respeito, de Augusto Seromenho (1833-1878), de Zófimo Consiglieri Pedroso (1851-1910) ou, mesmo no limite do período considerado, de Manoel Maria de Oliveira Ramos (1862-1931), de Agostinho José Fortes (1869-1940) ou mesmo do Queirós Veloso (1860-1952) anterior a 1930 ?...

Mas, uma vez mais, detenhamo-nos por instantes.

A singularidade do caso de Rebello da Silva levar-nos-á entretanto a enunciar duas questões de fundo:

- Em termos de formação, de onde vêm os historiadores com obra iniciada entre os meados do século XIX e a República ?

- E, tendo em conta que só excepcionalmente terão sido historiadores profissionais, o que fizeram afinal na vida?

Visando uma resposta, erigi em campo de análise os 33 nomes com obra começada a publicar entre *ca.* 1845 e *ca.* 1910, seleccionados por A. H. de Oliveira Marques (1933-2007) para a conhecida *Antologia da Historiografia Portuguesa*. Com que resultados?<sup>7</sup>

A listagem das habilitações académicas deste *corpus* de «sacerdotes de Clío» revela-nos à partida – e não é propriamente surpreendente – os não titulares de qualquer habilitação significativa: de Herculano a Oliveira Martins, de José Ramos Coelho (1822-1914) a Rebello da Silva, a Anselmo Braamcamp Freire (1849-1921) ou a João Lúcio de Azevedo (1855-1933), os exemplos vão surgindo. Mas no mesmo plano se encontram as formações jurídicas, e logo abaixo a Medicina e a formação militar:

- Assim, entre os juristas deparam-se-nos Henrique da Gama Barros (1833-1925), António Costa Lobo (1840-1913), Alberto Sampaio (1841-1908), Teófilo Braga (1843-1924) ou Fortunato de Almeida (1869-1933); médicos foram-no Augusto Teixeira de Aragão (1823-1903), Francisco de Sousa Viterbo (1845-1910), José Leite de Vasconcelos (1858-1941), Maximiano Lemos (1860-1923) ou Queirós Veloso; e militares foram-no José Maria Latino Coelho (1825-1891), Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895) e Francisco Esteves Pereira (1854-1924).

- Num plano quantitativamente inferior, mencionem-se os filólogos com formação haurida além-fronteiras (caso de Carolina Michaëlis [1851-1925]), os matemáticos

---

<sup>7</sup> MARQUES [Ed.], 1983, II: 15 ss.

(foram-no Luciano Pereira da Silva [1864-1926], Francisco da Costa Lobo [1864-1945] e Duarte Leite [1864-1950]) e os diplomados pelo Curso Superior de Letras (casos de Luciano Cordeiro [1844-1900] e de David Lopes [1867-1942]).

É evidente que os ‘nossos’ 33 historiadores exerceram profissões ou protagonizaram situações plurais e diversificadas (em número de 69), ainda que, obviamente, em momentos diversos das respectivas existências:

1. A segunda listagem, que se lhes reporta, evidencia à cabeça as actividades políticas: a situação é trivial e arqui-conhecida, pelo que julgo desnecessário concretizá-la. Mas o mesmo já não direi de algumas das subsequentes:

2. As situações de criador literário estão igualmente bem recenseadas: Herculano, Rebelo da Silva, Pinheiro Chagas, Teófilo, Oliveira Martins *and so on...*

3. Professores liceais (como Luciano Cordeiro, Fortunato de Almeida ou António Baião [1878-1861]), jornalistas (como Rebelo da Silva ou Sousa Viterbo) e bibliotecários-arquivistas (como Ramos Coelho, Gabriel Pereira ou Leite de Vasconcelos) ocupam o patamar subsequente; o que em nada é de estranhar, até em termos europeus do tempo.

4. O montante dos professores do Ensino Superior (doze) acaba por revelar-se, porventura, surpreendente. Mas haverá aqui algumas prevenções a fazer:

- Professores propriamente de *História* foram-no somente três: o mencionado Rebelo da Silva e, já mesmo no limite temporal, Queirós Velloso e o teólogo coimbrão António Garcia Ribeiro de Vasconcelos (1860-1941), que a partir de 1911 se configurará como o «fundador» da *Escola Histórica* da novel Faculdade de Letras.

- Os 3 restantes lentes do Curso Superior de Letras (Teófilo, Pinheiro Chagas e David Lopes) foram-no de cadeiras várias de Língua e Literatura; e o mesmo se diga de Leite de Vasconcelos, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa na fase inicial. Quanto aos 3 lentes da Universidade de Coimbra, deparam-se-nos – todos eles já mencionados – dois matemáticos Francisco da Costa Lobo e Luciano Pereira da Silva – e uma filóloga – Carolina Michaëlis. A Academia Politécnica do Porto e a Escola Politécnica de Lisboa revelam-nos dois lentes de Matemática – Duarte Leite e Latino Coelho, o segundo com formação militar – enquanto que a Escola Médico-Cirúrgica do Porto nos revela alguém que entre outras coisas foi um Historiador da Medicina e do Ensino Médico-Cirúrgico – Maximiano Lemos (1863-1923).

- Ou seja, a *Escola* não forma historiadores e aqueles historiadores que exercem no Ensino Superior leccionam matérias outras que não a História.

5. Os 4 militares e os outros tantos médicos – todos eles já mencionados – prolongam aqui a formação obtida nas Escolas respectivas.

6. E mencionem-se ainda dois conservadores de Museu (Teixeira de Aragão e Vitor Ribeiro [1862-1930]) e dois engenheiros (Esteves Pereira e Joaquim Bensaúde [1859-1952]).

Em jeito de balanço, direi que a Historiografia Portuguesa não entrou propriamente o século XX sob maus auspícios: a continuada influência de Herculano e de Oliveira Martins e, a partir da década de 1880, a entrada em cena de nomes como os de Gama Barros, Alberto Sampaio, Costa Lobo, Braamcamp Freire ou Pedro de Azevedo afiguram-se iam circunstâncias animadoras. Faltava no entanto, repito, *Escola*.

Quando na Primavera de 1911 o Governo Provisório da República transforma a preexistente Faculdade de Teologia e o preexistente Curso Superior de Letras em Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e de Lisboa, respectivamente, ambas com um 4.º Grupo disciplinar votado à *História*, talvez não fosse ilegítimo pensar que finalmente iríamos ter aquilo que faltava. Só que, e como diriam *nuestros hermanos*, «no hay tortillas sin huevos»: era o problema do arranque do Ensino Universitário em áreas com escassa tradição investigativa dentro do *claustr*. Ainda que em situações diferenciáveis:

- Coimbra ainda pareceria poder beneficiar das prévias tradições da Faculdade de Teologia em matéria de «erudição profana» (Vitorino Nemésio)<sup>8</sup>. E, de facto, o já mencionado António de Vasconcelos bem cedo começou a criar *Escola*, laureando doutoralmente, ainda nos anos 10, dois dos seus primeiros discípulos: Joaquim de Carvalho (1892-1958) e Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977). Mas o segundo teria uma carreira académica relativamente efémera, e em contrapartida as décadas subsequentes iriam ser marcadas pelo *cinzentismo* daquilo a que João Paulo Avelãs Nunes chamaria «historicismo neo-metódico»<sup>9</sup>.
- Lisboa, por seu turno, prolongaria durante décadas a tradição compendiantes e enciclopédica vinda do Curso Superior de Letras.

Afinal, as reformas republicanas do nosso Ensino Superior acabariam por constituir também uma *oportunidade perdida*, mais uma... E o verdadeiro *take-off* da Historiografia só viria bem mais tarde, dobrada já a primeira metade de Novecentos.

Mas isso seria já outra *estória*, bem longa também de contar...

<sup>8</sup> Nemésio, Vitorino – «Última Lição», in GOUVEIA [Ed.], 1986: *passim*.

<sup>9</sup> Nunes, 1995.



# HABILITAÇÕES LITERÁRIAS E ACTIVIDADES PROFISSIONAIS DE 33 HISTORIADORES PORTUGUESES (ca. 1845-ca. 1910)

## 1. Habilitações académicas

a) Sem qualificação académica	6
b) Direito	6
c) Medicina	4
d) Formação militar	4
e) Est. Sup. no estrangeiro (Filologia)	3
f) Matemática	2
g) Cº Superior de Letras (CSL)	2
h) Teologia	1
i) Philosophia Natural	1
j) Est.os Sup. no estrangeiro (Eng. Civil)	1
k) Curso de Bibliotecário-Arquivista	1

## 2. Profissão/Actividade

a) Político	13
b) Criador literário	7
c) Professor liceal	6
d) Jornalista	6
e) Bibliotecário-Arquivista	5
f) Prof. Curso Sup. de Letras	5
g) Militar	4
h) Médico	4
i) Professor da UC	3
j) Funcionário público	3
k) Conservador de Museu	2
l) Engenheiro	2
m) Actividades comerciais	1
n) Diplomata	1
o) Magistrado	1
p) Prof. Academia Pol. do Porto	1
q) Prof. Esc. Méd.-Cirúrg. e FM/UP	1
r) Prof. Esc. Politécn. Lisboa	1
s) Prof. da UL	1
t) Proprietário rural	1
u) Sacerdote	1

## BIBLIOGRAFIA

BARREIRA, Aníbal, 1971 – «José Anastácio de Figueiredo: sua contribuição para a cientificação da História em Portugal», *Revista da Faculdade de Letras* [UP], sér. de *História*, II: 189-199.

BARREIRA, Aníbal, 1979 – «João Pedro Ribeiro, sua posição na Historiografia Portuguesa», *Revista de História* [Centro de História da Universidade do Porto], II: 51-63

BARREIRA, Aníbal José de Barros, 1970 – *Aspectos do pensamento histórico em Portugal no século XIX*, tese de licenciatura / UP, policop., Porto, s.e.

CRUZ, António, 1966 – «Observações sobre o estudo da Paleografia em Portugal», *Cale. Revista da Faculdade de Letras do Porto*, I (1966): 173-232.

DUMOULIN, Olivier, 2003 – *Rôle (Le) social de l'historien. De la chaire au prétoire*, Paris, Albin Michel.

GOUVEIA, Maria Margarida Maia [Ed.], 1986 – *Vitorino Nemésio. Estudo e Antologia*, Lisboa, ICALP.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho, 1985 – «Gama Barros, historiador das instituições administrativas (No I Centenário do início da publicação da “Historia da Administração Publica em Portugal nos seculos XII a XV”», *Revista da Faculdade de Letras* [UP]. *História*, II sér., II (1985): 235-248. Reed. in HOMEM, 1990: 35-47.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho, 1990 – *Portugal nos Finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*, Lisboa, Horizonte.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho, 1994 – «Historiadores (Os), esses desconhecidos», *Revista Portuguesa de História*, XXIX (1994), pp. 33-53. Versão adaptada e aumentada, com o título «Ser historiador em Portugal, hoje», in *Atas do I Encontro Internacional de Estudos Medievais*, São Paulo, USP/UNICAMP/UNESP, 1995, pp. 2-17.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho, 2005 – «Diplomática e História do Direito, raízes da “nova” História política», in *Direito Natural, Justiça e Política. II Colóquio Internacional do Instituto Jurídico Interdisciplinar / Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, vol. I, org. Paulo Ferreira da CUNHA, Coimbra, Coimbra Editora: 87-101.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho, 2009 – «Mário de Albuquerque e António Sérgio: revisitação de uma polémica», in *Estudos em memória do Prof. Doutor Mário de Albuquerque*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – Instituto Histórico Infante D. Henrique: 177-235.

MAGALHÃES, Joaquim Antero Romero, 1988 – «De Victorini Magalhães Godinho vita, scriptis et in adversis animi fortitudine», in *Estudos e Ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Sá da Costa: 1-41.

MAGALHÃES, Joaquim Antero Romero, 2009 – «Oração de Sapiência proferida na abertura solene do ano lectivo: 16 de Setembro de 2009», sep. de *Notas Económicas. Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*, 30 (2009, Dez.): 1-16.

MARQUES, A. H. de Oliveira [Ed.], 1983 – *Antologia da Historiografia Portuguesa*, II. *De Herculano aos Nossos Dias*, reed., Mem Martins, Europa-América.

MARQUES, A. H. de Oliveira, 1988 – *Ensaio de Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Palas.

MAURÍCIO, Carlos, 2005 – *Invenção (A) de Oliveira Martins. Política, Historiografia e Identidade Nacional no Portugal Contemporâneo (1867-1960)*, Lisboa, IN-CM.

NORA, Pierre (Ed.), 1987 – *Essais d'ego-histoire*, Paris, Gallimard.

NUNES, João Paulo Avelãs, 1995 – *História (A) Económica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O Historicismo Neo-Metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico: 1911-1974*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.

RAMOS, Luís A. de Oliveira, 1984 – «António Caetano do Amaral e a Historiografia Portuguesa», sep. da *Revista da Universidade de Coimbra*, 30, Coimbra.

RODRIGUES, Manuel Augusto (Coord.), 1992 – *Memoria Professorvm Vniuersitatis Conimbrigensis: 1772-1937*, Coimbra, Arquivo da Universidade.

SALES, Véronique [Coord.], 2003 – *Historiens (Les)*, Paris, Armand Colin.

SILVA, Luiz Augusto Rebello da, 1971 – *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*, fac-simile da ed. de 1860, Lisboa, Imprensa Nacional (com estudo prévio de Jorge Borges de MACEDO a pp. 7-130 do vol. I).

SOUSA, Fernando de, 1973-1974 – «Memória (A) dos abusos praticados na comarca de Moncorvo de José António de Sá», sep. de *Revista da Faculdade de Letras [UP]*. História, IV-V, Porto.

TORGAL, Luís Reis; MENDES, José M. Amado; CATROGA, Fernando, 1996 – *História da História em Portugal (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Círculo de Leitores.

# Alexandre Herculano e a Real Biblioteca Pública do Porto: um caso exemplar

*Cidadão de todas as repúblicas, membro de qualquer sociedade, contemporâneo de qualquer século, só o homem dado à leitura pode com verdade dizer que para ele foi o Universo criado.*

A. Herculano, *O Panorama*, n. ° 1, 1837.

## 1. Limiar

O convite que a Faculdade de Letras da Universidade do Porto me endereçou para estar aqui hoje, no âmbito do 2º Centenário do Nascimento de Alexandre Herculano, muito me honra. Sei que, mais do que por méritos que não tenho, ele surgiu devido à circunstância, para mim feliz, de ter servido, por muitos anos, a Biblioteca Pública Municipal (BPMP) e o Porto, cidade do meu berço. A apresentação de um trabalho, ainda que breve, sobre um tema que há anos, por razões que são visíveis, suscita o meu interesse, constitui, nesta oportunidade, também um tributo àquela que é a minha Escola, herdeira da primeira Faculdade de Letras do Porto e continuadora do espírito inovador do Centro de Estudos Humanísticos, que, como sabemos, representou um expressivo momento de cooperação interinstitucional, envolvendo a Universidade, a Câmara Municipal e o Estado. Eram tempos difíceis, mas em que parecia haver uma noção clara do que é ser um Homem de Letras e do que são as Humanidades. Não se esperem grandes novidades a respeito do assunto de que me propus falar mas, tão-só, uma tentativa despreziosa de enquadrar a vida e a ação de um grande Homem, admirando a sua multifacetada obra, os valores que personificou e, de um modo especial, as marcas indeléveis que deixou na Real



Alexandre Herculano

Biblioteca Pública do Porto (RBPP), que então despontava, marcas essas que, geração após geração, nos foram sendo transmitidas.

## 2. Continuar Herculano

Momentos como este são propícios a lembrar – pois fazer memória é também um imperativo ético dos homens – outras pessoas que, naquela mesma casa, deram à Cidade e à Cultura a melhor parte das suas vidas, todo o seu saber, uma dedicação sem limites.

Poderiam citar-se muitos nomes, mas o tempo autoriza-nos a dizer só alguns. A Diogo de Góis Lara de Andrade, o primeiro 1.º bibliotecário – par de Alexandre Herculano – seguiram-se personalidades como Francisco Veloso da Cruz, Pedro da Fonseca Serrão Veloso e João Nogueira Gandra. Foi este último quem, logo em 1844, escreveu um texto de fundo sobre a História da Biblioteca. Na segunda metade de oitocentos, destacam-se Antero Albano da Silveira Pinto e Eduardo Augusto Allen, que foi também diretor do Museu Municipal, ambos protagonistas de um longo período de estabilidade e de crescimento da Biblioteca. No séc. XX, na transição para a República, surgem Rocha Peixoto e Sampaio Bruno, sucedendo-lhes João Grave e Joaquim Costa. Finalmente, na segunda metade

do século passado, lembremos, já nossos contemporâneos, António Cruz, professor e diretor desta Faculdade, e Maria Fernanda de Brito.

### 3. O Centenário da Morte – Porto, 1977

Nesta circunstância é de sublinhar que foi por iniciativa justamente de Maria Fernanda de Brito que se realizou – em tempo de dificuldades financeiras para o Município e para o País, e no início de grandes obras de remodelação da BPMP – um programa comemorativo do Centenário da Morte de Alexandre Herculano, traçado com linhas sóbrias, digno e de elevado nível científico. Um ciclo de conferências reuniu o escol da Universidade Portuguesa. Vitorino Nemésio, além de ter prefaciado o catálogo da exposição do Porto, proferiu uma notável conferência, que se julga ter constituído a sua última lição pública – “Alexandre Herculano: perfil de um escritor”. Este ciclo prosseguiu com as intervenções de José Augusto Seabra (“Alexandre Herculano, o político”), Óscar Lopes (“Reflexões sobre Herculano como polemista”), Vitorino Magalhães Godinho (“Alexandre Herculano, historiador”), Joaquim Veríssimo Serrão (“Alexandre Herculano e a fundamentação da História de Portugal”) e Jacinto do Prado Coelho (“Herculano, poeta: uma imagem em negativo”). Quer da exposição, quer das conferências foram editados, na melhor tradição do Município, os correspondentes registos.

### 4. Uma questão de imagem

Antes de entrar propriamente no tema, ser-me-á, por certo, permitida uma breve nota pessoal, pois tive, se calhar como muitas outras pessoas, uma espécie de problema de desacerto inicial face à imagem de Alexandre Herculano. Quando, nos meus vinte anos, ingressei na BPMP, o ícone herculaniano dominante naquele espaço era o de um homem com algum recorte rústico, hirto, granítico mesmo, com uma estatura moral e cívica que parecia traduzir-se também nos seus traços fisionómicos, solitário, sobre o envelhecido, rosto franzido (ou zangado?), dando força ao que Vitorino Nemésio chamou “a lenda do Herculano intratável, bisonho, bonzo”<sup>1</sup>. Mostrava-o, mais ou menos assim, aquela fotografia que hoje se encontra junto à Sala de Leitura de Manuscritos e Reservados, a imagem que, pelo menos desde 1900, tutelara a mesa de trabalho de sucessivos diretores.

Só passado algum tempo, à medida que fui reunindo dados sobre a História da Biblioteca, é que, não sem alguma surpresa, verifiquei não ser esse o Alexandre Herculano que combatera no Cerco do Porto e ajudara a fundar a Real Biblioteca Pública. Ele era, afinal, um jovem de vinte e três anos! A energia revelada naquele pouco tempo de trabalho terá irradiado, em boa medida, da sua juventu-

---

<sup>1</sup> HERCULANO, Alexandre – *Scenas de um anno da minha vida*. Lisboa: Bertrand, 1934, p. XLIII.

de, mas também dos conhecimentos cedo adquiridos (há muito que Herculano começara a enfrentar as realidades da vida).

A aura daquele que se pode considerar como o paradigma dos bibliotecários e arquivistas portugueses protege, ainda hoje, as pedras do velho Convento de Santo António da Cidade. O nome de Alexandre Herculano confunde-se com o da Biblioteca do Porto.

## 5. Uma geração notável

Para compreendermos sobretudo os primeiros anos do percurso de Alexandre Herculano, não podemos desligá-lo de toda uma geração, a começar pela figura tutelar de D. Pedro, Duque de Bragança, Regente em nome de D. Maria II. Como, por várias vezes, tem sido sublinhado, o empenhamento do Monarca foi decisivo na criação e instalação da RBPP. Era uma intenção já com algum tempo de gestação e que foi, passo a passo, concretizada. Exemplo do acompanhamento direto e pessoal que D. Pedro prestava à “sua” Biblioteca é a audiência que, em 4 de agosto de 1834, concedeu, no Paço do Porto, ao 1.º Bibliotecário, Diogo de Góis Lara de Andrade, quando este lhe foi apresentar o plano de classificação e a lista de obras a adquirir para a RBPP<sup>2</sup>.

Grande figura contemporânea de Herculano no período do Porto foi Almeida Garrett: o Largo dos Lóios era o seu lugar de tertúlia<sup>3</sup>. Ambos assumiram o papel do escritor “romântico” que às letras associa as armas. Os dois se alistaram como voluntários. Garrett pertencia ao Batalhão Académico e entregava-se, ao mesmo tempo, à escrita do romance, enquanto Herculano, dos Voluntários da Rainha, pendia mais para a História, vindo a ser dispensado do serviço militar ativo, para fazer face à tarefa urgente de cuidar da biblioteca entretanto sequestrada ao Bispo do Porto.

De entre políticos e governantes refiram-se Cândido José Xavier<sup>4</sup>, professor de Humanidades, secretário particular de D. Pedro IV, Ministro do Reino, Agostinho José Freire<sup>5</sup>, homem de grande cultura e responsável por relevan-

<sup>2</sup> “Periódico dos Pobres no Porto”, N.º 172, 5 ago. 1834.

<sup>3</sup> *Herculano e o Porto*. “O Tripeiro”, Porto, 2.º Anno, n.º 64, 1, 1910, p. 446.

<sup>4</sup> Ministro que referendou o decreto de criação da Biblioteca, homem culto, emigrado em França e Inglaterra, foi um dos fundadores dos “Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras”, Paris, 1818-1822. Encarregou Alexandre Herculano, em 1832, de trabalhar na *livraria* sequestrada a D. João de Magalhães e Avelar, Bispo do Porto.

<sup>5</sup> Bacharel formado em Matemática, foi ministro de diversas pastas. Contribuiu, entre outras, para reformas na Biblioteca Nacional e no Conservatório. Sobre o seu papel no processo de fundação da RBPP escreveu José Silvestre Ribeiro: “Sob a influencia destas considerações [necessidade de criar bibliotecas públicas] propoz o illustre ministro Agostinho José Freire, ao Senhor Dom Pedro, Duque de Bragança, e este decretou o estabelecimento da Real Bibliotheca Publica da Cidade do Porto.” O manuscrito que contém o esquema inicial de classificação da Biblioteca provém do seu arquivo pessoal.

te legislação no âmbito do património, Manuel Gonçalves de Miranda<sup>6</sup>, personalidade às vezes um pouco esquecida, mas que teve um papel decisivo nos primeiros tempos da Biblioteca.

De profissões diversificadas encontramos figuras como João Baptista Ribeiro, Diretor da Academia Politécnica e encarregado de formar o Museu Portuense, o Arquiteto da Cidade, Joaquim da Costa Lima Sampaio, elemento central na vistoria e projeto do edifício de São Lázaro, o conceituado livreiro António Alves da Costa Paiva, participante em processos de avaliação de bibliotecas objeto de sequestro. E também Diogo Kopke, Capitão do Exército e Lente da Academia Politécnica, que elaborou um primeiro catálogo dos manuscritos da RBPP e que, com o futuro Barão de Castelo de Paiva, preparou para publicação alguns manuscritos. É justamente no prefácio de uma dessas edições (1841) que Kopke pormenoriza a ajuda que Herculano lhe presta: "... aproveitamos a ocasião para publicamente reconhecermos o quanto lhe somos devidôres pelos valiosos socorros que nos prestou na edição do Roteiro de D. Vasco da Gama, e mui principalmente nas elucidaçoens geographicas."<sup>7</sup>

Se falamos da sociedade portuense contemporânea de Alexandre Herculano não podemos deixar de referir as pessoas escolhidas para exercer a importante função de encarregado do arranjo das livrarias dos conventos extintos



D. Pedro IV e D. Maria II

<sup>6</sup> Personalidade próxima de D. Pedro IV, teve uma influência decisiva na instalação da Biblioteca, ocupando, na altura, o cargo de Prefeito da Província do Douro. Bacharel formado em Matemática, foi presidente da Comissão de Emigrados em Londres e Ministro do Governo da Terceira e de vários outros, bem como deputado, par do Reino e conselheiro de Estado. Foi também grão-mestre da Maçonaria.

<sup>7</sup> ALMADA, André Alvares de – *Tratado breve dos rios Guiné do Cabo Verde*... Publicado por Diogo Köpke... Porto: Typographia Commercial Portuense, 1841, p. v.



ou abandonados: José Eleutério Barbosa de Lima, Manuel Joaquim Duarte Sousa, Henrique Daniel Wenck e José Balbino Barbosa de Araújo, todos eles lentes de Língua Inglesa da Academia Real de Marinha e Comércio do Porto. Note-se como, ainda antes da criação da RBPP, o Governo tinha a preocupação de nomear para esta missão específicos colaboradores à altura. Devem também salientar-se os elementos que formavam a Comissão Administrativa dos Conventos Extintos ou Abandonados<sup>8</sup>, tal como os membros da Comissão Municipal, pessoas, em geral, influentes na sociedade portuguesa do tempo.<sup>9</sup>

Por último, refira-se a Sociedade das Ciências Médicas e de Literatura do Porto, associação onde se encontrava reunida a nata cultural da Cidade e do País<sup>10</sup>. Os grupos profissionais presentes eram médicos e farmacêuticos, lentes, advogados e magistrados, ministros e deputados, etc. Juntamente com Alexandre Herculano, vamos ali encontrar diversas figuras conhecidas: Diogo de Góis Lara de Andrade, José Eleutério Barbosa de Lima, Agostinho José Freire, Manuel Gonçalves de Miranda e outros. Foi na revista da Sociedade – *Repositório Literário* – que Herculano publicou (1834) as suas primeiras produções poéticas, de crítica literária e traduções, bem como artigos sobre manuscritos existentes na Biblioteca.

## 6. A mocidade de Herculano

Consideremos o período da infância e da juventude de Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo, nascido, lembra-se, em Lisboa, em 28 de março de 1810, filho de Teodoro Cândido de Araújo e de Maria do Carmo de São Boaventura.

Com base no monumento erguido pelo Prof. Vitorino Nemésio, e a quem, por momentos e em homenagem, tomámos o título, tentemos isolar as linhas de formação que marcaram a ação de Herculano ao longo da vida, principalmente enquanto homem das bibliotecas e dos arquivos.

<sup>8</sup> A Comissão dos Conventos, nomeada por portaria de Mouzinho da Silveira, recebida a 17 de julho de 1832, era composta pelos seguintes membros: Joaquim José Duarte Sousa, Domingos Joaquim d'Almeida e Manuel José Ferreira Sampaio. Logo em dezembro seguinte, é nomeada, por decreto de Joaquim António de Magalhães, uma nova comissão assim constituída: Prior Marcos Pinto Soares Vaz Preto, Abade Manuel Lopes Vieira de Castro, Joaquim José de Sá Passos, Narciso António de Araújo Guimarães, Francisco da Rocha Soares, António Maria de Magalhães e Jerónimo José de Faria. Note-se que J. J. Sá Passos, F. da Rocha Soares e J. J. Faria viriam a fazer parte da Comissão Municipal.

<sup>9</sup> No período entre 1832 e 1835, foram presidentes das sucessivas comissões municipais do Porto: João Félix de Brito e Sousa (após 13 de julho de 1832), José Pimentel Freire (1833), António Alexandre Rodrigues de Oliveira (até 10 de março de 1834), José da Silva Passos (entre 12 de março e 17 de julho de 1834), novamente António Alexandre Rodrigues de Oliveira (após 17 de julho de 1834), Vicente Ferreira de Novais (1835). Cf. Os *“Homens da Governança” do Município do Porto desde 1428 até 1949*. “Boletim Cultural. Câmara Municipal do Porto”, v. 12 (1949), p. 324-325.

<sup>10</sup> Ver a introdução de Sampaio Bruno a *O Livro da Corte Imperial*. Porto: RBPPM, 1910 (*Collecção de Manuscritos Ineditos* agora dados à estampa; I).

As primeiras letras aprendeu-as ele na casa paterna, logo continuando os estudos secundários nos Oratorianos, em Lisboa. A Congregação do Oratório era, à época, no nosso país, uma instituição de excelência para a preparação dos jovens, fossem eles destinados à carreira eclesiástica ou a profissões seculares – os “padres das Necessidades ministravam à mocidade uma educação sólida e isenta”. As casas da Congregação distinguiam-se, por outro lado, por possuírem excelentes bibliotecas. No caso da Capital, que é o que ora nos interessa, a livraria ascendia a uns 30 000 volumes.

Das disciplinas que formavam o plano de estudos constavam a Gramática Latina, a Retórica, a Filosofia e a Teologia Moral. Às Humanidades acrescia alguma formação na área das Ciências. Conclui Nemésio: “Em geral, os rapazes saíam dali bem formados e com excelentes recordações”.

Note-se a importância que era dada às línguas e cultura clássicas, em especial ao Latim, mas também às línguas vivas como o Francês, a que o jovem Herculano virá depois a acrescentar o Italiano e o Castelhana. Mais tarde, virá o tempo de fazer a sua iniciação germanística, sob a égide da Marquesa de Alorna.

De 1825 a 1826, cursou o 1.º ano de Matemática da Academia Real de Marinha, mas, em 1827, estava Alexandre Herculano nos seus dezassete anos, a cegueira do pai vem interromper-lhe, abruptamente, os estudos.

Frequentará ainda, em 1830, na Torre do Tombo, a Aula de Diplomática, sob a regência de João Pedro Ribeiro e a efetiva docência de Francisco Ribeiro Dosguimarães [sic], o que lhe proporcionará bases teóricas e práticas para os futuros trabalhos nas livrarias e cartórios do Reino. É de salientar que este curso o habilitaria para o exercício do cargo de oficial do Arquivo da Torre do Tombo e, também, de tabelião ou cartorário.

Finalmente, lembremos aquilo que Vitorino Nemésio designou por “autodidactismo complementar”, escrevendo: “Se o saber clássico de Herculano, pelo menos no aspecto linguístico, vinha basilarmente dos tempos em que foi ouvinte do Oratório, já as suas luzes de lógica, de psicologia, de dialética e mais disciplinas filosóficas deviam ter sido aumentadas com a cultura posterior”.<sup>11</sup>

## 7. Tempo de exílio

Os anos que precedem a vinda de Herculano para o Porto são dedicados à luta pela Liberdade. No decurso deles, o exílio, longo e penoso, teve um lugar central, primeiro em Inglaterra, depois em França e, por fim, na Ilha

---

<sup>11</sup> Vitorino Nemésio – *A mocidade de Herculano até à volta do exílio (1810-1832)*. Lisboa : IN-CM, 2003, p. 175.



*Convento de Santo António, hoje completamente transformado. Edifício da Bibliotheca Publica.*

Terceira. Aí o valoroso soldado voluntário participava nos preparativos da expedição dos “sete mil e quinhentos bravos de Mindelo”.<sup>12</sup>

Neste período de grande adversidade não deixou Herculano de se entregar a atividades como a leitura, a escrita, o estudo das principais línguas, bem como a execução de algumas traduções.

Das bibliotecas estrangeiras que terá frequentado é, geralmente, referida a Biblioteca Pública de Rennes, tendo-se dedicado a leituras que só conjeturalmente se podem determinar, como bem diz Nemésio.

Como é óbvio, todo esse labor intelectual foi acrescer às bases da formação que Herculano já possuía, preparando-o para as exigentes missões que o esperavam na Pátria.

## **8. Herculano no Porto**

### **8.1 O Cerco**

Tomando como exemplo simbólico o Convento de Santo António da Cidade, sigamos uma brevíssima “reportagem”<sup>13</sup> do Cerco do Porto, até ao final do ano de 1832:

<sup>12</sup> Vitorino Nemésio – *A mocidade de Herculano até à volta do exílio* (1810-1832). Lisboa : IN-CM, 2003, p. 575 e segs.

<sup>13</sup> Baseada na cronologia elaborada por Maria Adelaide Meireles em *O Convento de Santo António da Cidade*. Porto: BPMP, 1992, p.11-17.

9 de julho – No dia da entrada do Exército Libertador na Cidade, os Religiosos abandonam o Convento, ficando nele apenas Frei Joaquim da Assunção.

14 de julho – Tropas inglesas, que combatem pela facção liberal, ocupam o Convento, furtando móveis, alfaías religiosas e livros.

26 de julho – São fuzilados pelos liberais dois religiosos, que se encontravam refugiados na Quinta do Fojo.

30 de agosto – São inventariados os bens do Convento, em presença de Frei Joaquim da Assunção.

25 de setembro e 3 de outubro – É retirada a “livraria” e entregue ao bibliotecário da Comissão.

Novembro – O Batalhão Francês, que estava aquartelado no Convento, abandona-o, depois de ter nele feito grandes estragos.

13 de novembro – A Comissão compra um livro de coro, pertencente ao Convento, que estava na posse de um soldado francês.

Nós, Portuenses, que, de certa maneira, guardamos memória viva do que foram as Lutas Liberais e, em especial, o Cerco do Porto, esquecemo-nos, por vezes, de como o ambiente em que se vivia era adverso a trabalhos de natureza intelectual e organizativa, como são os de cuidar do património bibliográfico e arquivístico.<sup>14</sup>

Os próprios documentos de cunho administrativo refletem todo esse clima. Vejam-se as palavras escritas em 21 de maio de 1833, escassas semanas antes da publicação do decreto de fundação da RBPP, numa exposição a respeito das condições em que se encontrava a biblioteca do Bispo, elaborada pelo encarregado da arrecadação e arranjo das bibliotecas sequestradas, José Balbino Barbosa de Araújo: “... he comtudo o melhor [sítio] que encontrei para pôr a dita Livraria a abrigo do incendio, a que estava exposta, desde que as baterias estabelecidas n’aquelle edificio provocarão hum fogo vivissimo sobre elle, da parte do inimigo...”<sup>15</sup> Por seu turno, Diogo de Góis, dirigindo-se ao Ministro do Reino, Cândido José Xavier, diz: “Espero que a retirada do inimigo facilite a importação da madeira de carvalho, de que precizo” (11 ago. 1833).<sup>16</sup> No mês seguinte (7 set. 1833), queixa-se de as obras

---

<sup>14</sup> Como já anteriores ocasiões referimos, quem percorrer os livros da Comissão Administrativa dos Conventos Extintos ou Abandonados, preciosa coleção que hoje se encontra no Arquivo Distrital do Porto, apercebe-se, rapidamente, do que foi o enorme e continuado trabalho de recolha, de transporte e, por vezes também, de inventariação de algumas dezenas de bibliotecas e cartórios. Em pleno Cerco, paralelamente a providências urgentes, como procurar instalações para aquartelamento de tropas ou proceder ao tratamento dos feridos em hospitais improvisados, sob os duros efeitos dos combates e bombardeamentos, procedia-se à busca de sítios onde se pudesse guardar tão elevada quantidade de livros e ao seu acondicionamento. Todo esse trabalho era feito juntamente com outras tarefas, que à mesma Comissão competiam, de recolha, inventariação e avaliação de alfaías litúrgicas, quadros e outras obras de arte, de um modo geral de controlo dos bens móveis e imóveis das ordens religiosas.

<sup>15</sup> BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO – *Documentos para a sua História*. Porto: BPPM, 1933, p. 24.

<sup>16</sup> *Tesouros da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, p.5-6.

no Hospício da Cordoaria não poderem ter o necessário andamento “em consequência do chamamento dos operarios para guarnecer as linhas” e, fazendo o balanço do relacionamento e remoção das livrarias, observa quanto à do médico Joaquim José de Almeida: “esta era cobiçada em rasão dos livros de Medicina que nella se encontrarão, e como eu visse, encarreguei o 2.º Bibliothecario de estar constantemente ahi emquanto durasse aquella opperação”.<sup>17</sup> Este tempo de serviço militar, em que Herculano esteve aboletado em casa de Narciso José de Oliveira, na rua do Largo da Fábrica, 120 a 130<sup>18</sup>, foi tomado em consideração, como veremos, na escolha para a RBPP: “emigrado, voluntario do Regimento da Senhora D. Maria 2.<sup>a</sup>; entrou já em algumas acçoens...”.<sup>19</sup> Era o Soldado n.º 35 da 3.<sup>a</sup> Companhia.

## 8.2 Primeiros trabalhos

Os documentos que conduziram à nomeação de Herculano declaram: “começou a servir espontaneamente no arranjo de varias livrarias abandonadas em novembro [de 1832], e por ordem de V. M. I. em Março [de 1833]”, por conseguinte, antes da fundação da RBPP, oito e quatro meses, respectivamente.

Às “livrarias abandonadas” acrescentaremos a biblioteca sequestrada a D. João de Magalhães e Avelar, Bispo do Porto<sup>20</sup>. Estão, aliás, bem documentadas as preocupações da Câmara e do Governo quanto à guarda dessa preciosíssima coleção, que alcançara fama muito para além dos limites da Cidade.

Lembremos que, para além de Herculano, havia outro bibliotecário encarregado da custódia e tratamento da biblioteca pessoal do Bispo: Diogo de Góis Lara de Andrade. Em breve, ambos irão transitar para a nova Biblioteca Portuense, da qual os livros do erudito prelado serão um dos núcleos fundadores.

<sup>17</sup> *Tesouros da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, p. 6.

<sup>18</sup> No AHMP, livro do “Recenseamento do Bairro de Santo Ovidio” (1833), Narciso José de Oliveira, Escrivão do Eclesiástico, aparece como morador da casa nº 12-13 do Largo do Correio. Nessa data e neste local foram recenseadas apenas sete casas. É possível que a informação corresponda ao Largo da Fábrica, nºs 120-130, mencionado em “O Tripeiro”, a. 2, n. 64 (1 abr.1910), p. 446.

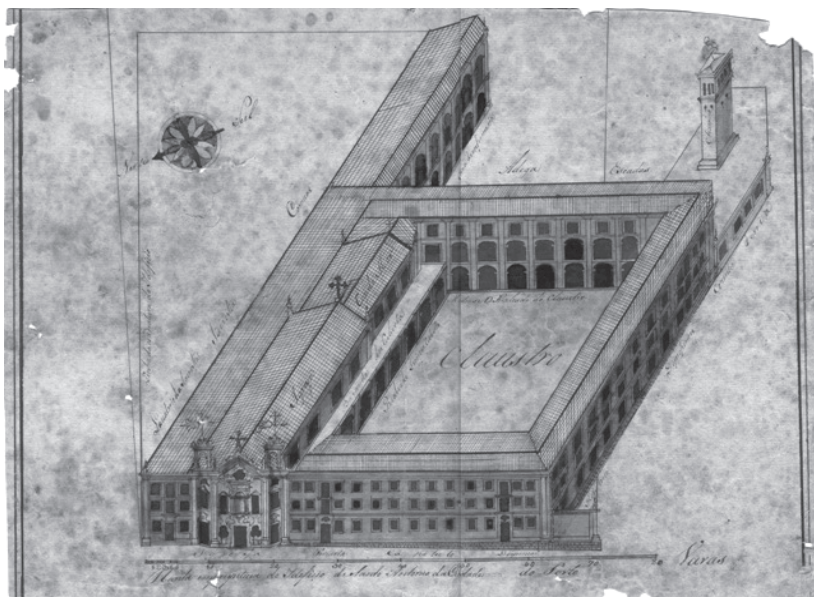
<sup>19</sup> ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DO PORTO – Sessão de 16 de julho de 1833, Copiador 18 Avulsos 1833-1838, f.113 novo, antigo 108. A-PUB-2172.

<sup>20</sup> Logo em 9 de janeiro de 1837, residia já em Lisboa, “em casa de seu Pay Theodoro Cândido Araujo, morador na Travessa do Pombal, numero oitenta e um”, Herculano, é chamado a depor como testemunha no processo que resultará na aquisição pelo Estado da livraria aos herdeiros de D. João Magalhães e Avelar. Cf. *Memoria ácerca da livraria...*, p. 53-54.

### 8.3 Razões de uma escolha

Importante é, quanto mais não seja por nos encontrarmos numa universidade que forma bibliotecários, o livro de sessões da Câmara hoje aqui presente<sup>21</sup>, que contém a indicação dos três candidatos ao lugar de 2.º Bibliotecário.

Vejamos, então, as razões que sustentaram a indicação do nome de Alexandre Herculano por parte da Comissão Municipal. Segundo determinava o decreto de 9 de julho de 1833, competia à Câmara, em conjunto com o 1º Bibliotecário, que era de nomeação direta do Governo, apresentar ao Ministro do Reino e Inspetor da Biblioteca, uma lista tríplice, a partir da qual o Governo tomaria a decisão final. A Comissão Municipal reuniu a 16 de julho de 1833, na rua da Torrinha, onde provisoriamente realizava as suas



*Planta e perspectiva do edifício do Convento de S.º Ant.º da Cidade*

<sup>21</sup> ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DO PORTO – Sessão de 16 de julho de 1833, Copiador 18 Avulsos 1833-1838, f.113 novo, antigo 108. A-PUB-2172. Ver tb. Ata da vereação de 16 de julho de 1833, f. 168 v.-169 v. A-PUB-00107.

O modo como “chegámos” ao apuramento das habilitações dos três candidatos ao lugar de 2º Bibliotecário é paradigmático. Os diversos arquivos devem sempre articular-se entre si, como redes, ou melhor, como sistemas organizados com base na complementaridade de fundos e colecções. Foi este o caso, por ordem de pesquisa: BPMP (Arquivo Histórico) – Arquivo Histórico Municipal do Porto – Arquivo Distrital do Porto – Arquivo Nacional da Torre do Tombo – e novamente AHMP – BPMP. O mesmo se poderia dizer quanto à interligação essencial que caracteriza as bibliotecas, os museus e outras organizações que igualmente lidam com o património cultural.

sessões. Estiveram presentes José Pimentel Freire, Presidente, Arnaldo Vanzeler, Vice-Presidente, Joaquim José de Sá Passos, José Joaquim Vieira de Sá, Cristóvão da Cunha Lima Sampaio e Jerónimo José de Faria.

Dessa lista constavam três nomes, com a indicação sumária da respetiva fundamentação:

1.º – Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo, de 23 anos de idade, Voluntário da Rainha, por ser conhecedor das principais línguas e de Diplomática e também por ter já trabalhado voluntariamente em várias bibliotecas “abandonadas”;

2.º – José Rodrigo Passos por, há mais de 25 anos, ser Professor Régio de Gramática Latina. [Virá a ocupar o cargo de Comissário dos Estudos (Reitor) e Professor de Latinidade do Liceu Nacional do Porto];

3.º – José Augusto Salgado, de 24 anos de idade, Voluntário do 3.º Batalhão Móvel, bacharel formado em Cânones, por ser conhecedor das línguas francesa e inglesa e de Matemática e Desenho. [Virá a ser Secretário da Academia Politécnica do Porto].

A nomeação de Alexandre Herculano, em 17 de julho de 1833<sup>22</sup>, expressa o reconhecimento de um certo grau de especificidade quanto às habilitações literárias requeridas para o preenchimento do lugar de 2.º bibliotecário da RBPP. Com efeito, os critérios que presidiram à feitura da lista tríplice davam relevo ao domínio das línguas vivas e mortas, à formação em Diplomática e à experiência anterior de trabalho em bibliotecas, tendo por base uma formação fosse em Letras (1.º e 2.º elementos), fosse em Ciências (3.º elemento). Como era natural nesse tempo, contava também o passado liberal dos candidatos.

É nesta mesma linha que, quase dois anos mais tarde, através da Portaria de 5 de maio de 1835<sup>23</sup>, assinada por Agostinho José Freire, as habilitações necessárias para os concursos de seleção do pessoal superior da Biblioteca Real da Corte (Biblioteca Nacional) foram adequadas, desta feita e à semelhança do que sucedia nas bibliotecas estrangeiras congêneres, às características próprias de cada um dos serviços: línguas mortas e/ou línguas modernas, Paleografia e Numismática, conhecimentos bibliográficos, Geografia, etc., sendo adotada também a figura do concurso público com provas teóricas e práticas.

<sup>22</sup> Repare-se na celeridade com que decorreu o processo de escolha e nomeação de Alexandre Herculano. O 1.º bibliotecário, Diogo de Góis Lara de Andrade, que fora nomeado em 10 de Julho de 1833, um dia após a instituição da Real Biblioteca, é convocado pela Câmara, a 13 de Julho, sendo Alexandre Herculano nomeado logo a 17 do mesmo mês.

<sup>23</sup> *Collecção de leis e outros documentos officiaes...*, 4.ª série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837, p. 147-148.

## 8.4 Ao serviço da Real Biblioteca

Podemos identificar diversas áreas de atuação de Alexandre Herculano, a nível da RBPP<sup>24</sup>:

a) Colaboração nos procedimentos não só de incorporação de livrarias de ordens religiosas, como de sequestro de bibliotecas particulares.

b) Seleção das peças mais importantes para a RBPP (ex. Tibães<sup>25</sup> e Santa Cruz de Coimbra<sup>26</sup>).

c) Inventariação dos manuscritos, tarefa esta partilhada com o 1.º Bibliotecário, como atestam a numeração e rubricas “And.<sup>o</sup>” [Andrade] e “Ar.<sup>o</sup>” [Araújo]. Terá sido, provavelmente, este estudo que permitiu a Herculano, passados vinte anos, fazer a seleção dos manuscritos que foram chamados à Academia.

d) Catalogação, não só de impressos como sobretudo de manuscritos, feita em verbetes. Em outubro de 1835, a Biblioteca vai solicitar à Câmara livros em branco para, de acordo com as grandes classes, se passarem a limpo “os catálogos alfabéticos, que estão promptos na sua 1ª forma de bilhetes”<sup>27</sup>.

e) Classificação que permitiu organizar a nova biblioteca de acordo com o sistema de Brunet, como consta do documento inédito aqui hoje exposto. Também neste particular houve a preocupação de compaginar o Porto com o que de melhor se praticava lá fora<sup>28</sup>.

f) A vitória, efetuada no final do ano de 1832<sup>29</sup>, por ordem do Prefeito do Douro, Manuel Gonçalves de Miranda, ao edifício do Convento de Santo António da Cidade, revestiu-se de grande importância. A comissão era

---

<sup>24</sup> Diz o texto introdutório ao livro do centenário da BPPM: “Os primeiros trabalhos de ordenação das espécies bibliográficas foram confiados a uma Comissão, de que faziam parte, além dos referidos funcionários [o 1º Bibliotecário, Diogo de Góis Lara de Andrade e o 2º Bibliotecário, Alexandre Herculano], João Baptista Ribeiro, o Padre Marcos, António José da Costa Lobo e Joaquim da Costa Lima.” Cf. *Biblioteca Pública Municipal do Porto: Documentos para a sua História*. Porto: BPPM, 1933, p. [9].

<sup>25</sup> Veja-se a conferência *Alexandre Herculano e o património cultural: palavras “entre Douro e Minho”*, Braga, Universidade do Minho/ Casa-Museu Nogueira da Silva, 25 de novembro de 2010.

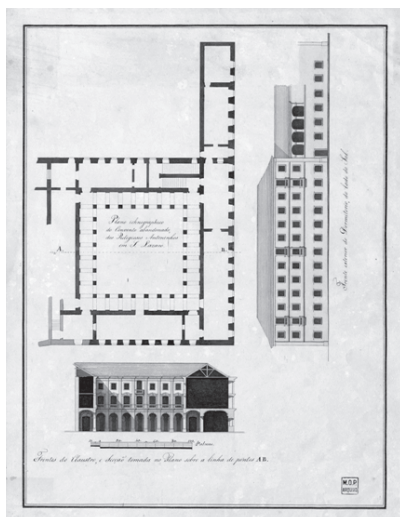
<sup>26</sup> Herculano realizou a escolha ou selecção na livraria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra desde 19 de maio até 25 de junho de 1834, dia em que despachou para o Porto “vinte e oito caixões com livros e papeis” (Vejam-se o conhecimento de embarque da Figueira da Foz para o Porto, o respectivo recibo e a conta existentes no Arquivo Distrital do Porto).

<sup>27</sup> Trata-se dos catálogos chamados de Alexandre Herculano, hoje na casa-forte da BPPM, e que, em 1836, serviram para o acto de transmissão da Biblioteca entre Diogo de Góis e o seu sucessor, Francisco Veloso da Cruz.

<sup>28</sup> *Organização da Real Bibliotheca Publica da Cidade do Porto*, [s. d.], colecção particular.

<sup>29</sup> BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO – *Documentos para a sua História*. Porto: BPPM, 1933, p. 30 e segs.





*Plano ichnographico do Convento Abandonado dos Religiosos Antoninhos em S. Lazaro.*

composta por Diogo de Góis Lara de Andrade, por Alexandre Herculano e pelo Arquitecto da Cidade, Joaquim da Costa Lima Sampaio. Desse trabalho resultou a decisão, de larga visão de futuro, de instalar, definitivamente, mas não sem alguma oposição da Câmara, no convento franciscano a Biblioteca Pública e o Museu<sup>30</sup>.

## 9. A demissão

É bem conhecido o facto de Alexandre Herculano, em 17 de setembro de 1836, pedir ao Presidente da Câmara a demissão do lugar de 2.º Bibliotecário da RBPP, por, na sequência da Revolução de Setembro, ter sido chamado a jurar a Constituição de 1822, o que contrariava idêntico ato face à Carta Constitucional, três semanas antes.

<sup>30</sup> À semelhança do que de maior qualidade havia no estrangeiro, deste projeto constava, no espaço fronteiro, um passeio público e um jardim que deveria servir não só ao recreio, como também à instrução na Agricultura, Artes e Farmácia. Completaria o conjunto uma Sociedade Promotora da Indústria. O desenho agora apresentado ao público – *Perspectiva do edificio do Convento de Santo Antonio da Cidade* – é uma representação pormenorizada do tempo em que a casa foi visitada pela comissão que Herculano integrava. Aquisição muito recente da Câmara para a Biblioteca Pública Municipal do Porto, vem permitir não só obter uma visão de conjunto do edificio, como também conhecer a distribuição funcional dos espaços da Igreja e do Convento. Constitui um excelente complemento das imagens até agora conhecidas: o desenho da fachada do Convento, por Joaquim Cardoso Vitória Vilanova, 1833, e a planta e o alçado enviados ao Governo, em março de 1834.

### 1ª carta de Alexandre Herculano

*Ill.mo Snr. Persuadido pela voz da intima consciencia de que não devo prestar o juramento p.a que V. S.a me convida no seu Officio de hoje, julguei também me cumpria comunicar-lhe immediatamente a minha resolução. A fé que prometti guardar à Carta Constitucional da Monarquia sellei-a com as miserias do desterro e com os padecimentos e riscos de soldado, que passei na emancipação da Patria; – para a conservação de um cargo publico não sacrificarei, portanto, nem a religião do juramento, nem o orgulho que me inspiram as minhas acções passadas. Pode, assim, V. S.ª declarar a essa Ill.ma Camara que o meu lugar de Segundo Bibliothecario está vago, para que ella proponha ao Governo actual, para o preencher, qualquer outra pessoa, que por certo, melhor do que eu desempenhará as obrigações a elleannexas. – Deos guarde a V. S.ª – Porto 17 de Setembro de 1836. – Ill.mo Snr. Manoel Pereira G.es – Alexandre Herculano de Carv.º e Araújo.<sup>31</sup>*

### 2ª carta de Alexandre Herculano

*Ex.mo Snr. Manuel da Silva Passos.*

*Ha um mez que o 1.º bibliothecario da Bibliotheca Publica d'esta cidade e eu fomos convocados para prestar juramento á Constituição de 1822, que então e hoje, de futuro alterada, felizmente nos regia e rege. Ambos recusamos praticar esse acto: procedimento a que, pela minha parte, me levaram as rasões que V. Ex.ª verá da resposta que dei, e que remetto inclusa. Foi logo demittido o meu collega, e eu ainda aqui estou esquecido.*

*Não attribuo isto a falta de equidade de V. Ex.ª porque reconheço a rectidão da sua alma e que nem odio nem affeição seriam capazes de torcer os principios de V. Ex.ª, antes o lanço á conta dos muitos cuidados e negocios que cercam a V. Ex.ª no alto cargo em que o collocou o voto unanime da Nação, e a livre escolha de S. M. a Rainha. Só da minha insignificancia me dão, que fez não ser eu lembrado de V. Ex.ª, que a tantos, com mão profusa, tem liberalizado a honra da demissão. Não creia V. Ex.ª que por este modo a peço; porque nem uma demissão pedira eu ao Governo actual: esta minha carta é apenas um memorial que levo á presença de V. Ex.ª como se eu fosse alheio ao caso, porém não indifferente á boa fama e gloria de V. Ex.ª.*

*A Providencia se não esqueça de V. Ex.ª, nem de nós, como todos precisamos para que Portugal seja salvo.*

*Porto 19 de Outubro de 1836.*

*(a) Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo.<sup>32</sup>*

<sup>31</sup> BPMP – Copiador 1833-1841

<sup>32</sup> Bessa, Alberto – *Herculano no Porto: uma carta pouco conhecida*. “O Tripeiro”, Porto, ano 2, n.º 66, 20 Abr. 1910, 471-472

Carta de Diogo de Góis Lara de Andrade

*Illm.º Snr. – Em resposta ao officio de V. S.ª em data de hoje, pelo qual me convida a apresentar-me no Paço do Concelho, a fim de ahi prestar juramento à Constituição de 1822, tenho a honra de participar a V. S.ª que, não consentindo a minha consciencia que eu perjure o juramento que á três semanas / pela segunda ou / prestei – de fidelidade á Carta e á Rainha – não me é dado faze-lo.*

*E pois que preferi andar arrastado de masmorra em masmorra, a faltar à fé jurada, e que depois de tantos sufrimentos, vim voluntariamente expôr a minha vida, na defesa de tão caros objectos, não será avançado em meus cançados dias, que farei um acto em opposição com antecedentes que me hão valido a estimação geral. A vista do que levo exposto V. S.ª se servirá convocar, para o fim indicado, os Empregados que me são subordinados. Deos guarde a V. S.ª – Porto 17 de Setembro de 1836.*

*Ill.mo Snr. Manoel Pereira Guimarães. Presidente da Camara Municipal – Diogo de Goes Lara d'Andrade<sup>33</sup>*

Dois ou três pontos deverão frisar-se a respeito da demissão de Herculano:

- a) Várias outras personalidades de relevo na Cidade se afastaram, como, por exemplo, José Ferreira Borges ou juizes da Relação, lentes da Academia e outros altos funcionários;
- b) É muito menos conhecida a segunda carta de Herculano, desta feita dirigida a Passos Manuel<sup>34</sup>;
- c) Na data, Diogo de Góis assumiu idêntica posição, mantendo-se, no entanto, a aguardar (“preferi, ficar como GUARDA deste Estabelecimento, até que o meu sucessor tomasse conta delle, e dess’arte facilitar ao publico as mesmas vantagens que dantes gosava”<sup>35</sup>) a nomeação do seu sucessor, Francisco Veloso da Cruz, a quem transmitiu a direção da instituição, procedendo ambos à “conferência” do património.

Diogo de Góis foi demitido a 1 de outubro de 1836 e Alexandre Herculano exonerado a 22 do mesmo mês. O primeiro residia, na altura, na rua da Boavista, n.º 2, e o segundo na viela dos Gatos, n.º 13 ou 63<sup>36</sup>.

<sup>33</sup> BPMP – Copiador 1833-1841.

<sup>34</sup> CABRAL, Luís; MEIRELES, Maria Adelaide – *Tesouros da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Lisboa: Inapa, 1998.

<sup>35</sup> VALENTE, Vasco – *Biblioteca Pública Municipal do Pôrto: novas achêgas para a sua História*. “Boletim Cultural. Câmara Municipal do Porto”, v.1, n. 3 (Set. 1938).

<sup>36</sup> Em 1834, Herculano morou na Rua de Trás da Sé, n.º 7.



Catálogos de Alexandre Herculano.

## 10. Na Biblioteca da Ajuda

Tendo deixado o Porto, Alexandre Herculano é nomeado, por D. Fernando II, bibliotecário das Bibliotecas Reais da Ajuda<sup>37</sup> e das Necessidades. O centro da sua vida passava, então, para Lisboa, continuando naquele mesmo ambiente de livros e documentos que lhe era tão caro, desde a juventude. São os anos dos *Portugaliae Monumenta Historica* (PMH) e da sua *História de Portugal*...

Uma nota especial merece o ambiente da casa do “Mestre” – “Eremitério” era o nome que, segundo Bulhão Pato<sup>38</sup>, os amigos davam à residência de Herculano na Ajuda, onde passava ou se reunia gente como Rebelo da Silva, Oliveira Marreca, o Marquês de Sabugosa, Caldas Aulete, Rodrigo Felner, o Duque de Saldanha, D. José e D. João da Câmara, o Duque de Palmela, João Pedro da Costa Basto<sup>39</sup> e Bulhão Pato, é claro.

---

<sup>37</sup> Mariana Machado Santos – *Alexandre Herculano e a Biblioteca da Ajuda*. Coimbra, 1965.

<sup>38</sup> Bulhão Pato – *Memórias*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1986.

<sup>39</sup> João Pedro da Costa Basto, amigo íntimo de Herculano, seu colega em Diplomática, era funcionário da Torre do Tombo e colaborador dos PMH, tendo-o acompanhado nas suas viagens em 1853-1854.

Mais tarde e já longe da capital, Herculano porá a sua casa da Ajuda ao dispor de Carolina Michaëlis, viabilizando-lhe condições para o trabalho no Cancioneiro da Ajuda – “Meses felizes e saudosos (de Maio a Setembro de 1877) gastei na empresa de decifrar e copiar, com paixão e paciência, essas paginas seis vezes seculares (...). Não devo esquecer os manes de Alexandre Herculano, que jentilmente nos cedeu em 1877 durante o verão a sua casa contigua á Biblioteca”<sup>40</sup>.

## 11. Outra vez o Norte

1853 - 1854

É agora o tempo do serviço à Academia Real das Ciências, na preparação dos *Portugaliae Monumenta Historica* (PMH). Em 1853 e 1854, o Historiador percorre o que de mais importante havia na Estremadura, Beiras e Entre-Douro-e-Minho, desde conventos até à biblioteca e cartório da Universidade, passando por arquivos de cartórios de mitras e cabidos, até alguns paroquiais<sup>41</sup>.

A 21 de outubro de 1854, foram requeridos pela Academia à RBPP, a fim de seguirem para a Torre do Tombo, catorze códices, na sua maioria medievais e oriundos de Santa Cruz de Coimbra, com vista aos PMH. Notemos o extremo cuidado posto pelo Presidente da Câmara, então o Visconde da Trindade, dando instruções ao bibliotecário João Nogueira Gandra, quanto às condições de cedência e às garantias de devolução desse preciosíssimo património<sup>42</sup>.

Recorde-se que, nessa mesma ocasião, para além das espécies escolhidas na Biblioteca seguiram também dos arquivos do Porto: “os documentos, que o socio commissario da Academia Real das Sciencias o Snr. Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo encontrou no Cartorio da Fazenda do Governo Civil, na Bibliotheca Publica do Porto, nos Archivos da Sé, e Mitra da mesma cidade”<sup>43</sup>.

1858

Herculano cruza-se, de novo, com aquela que fora a sua Biblioteca, pressionando a Câmara no sentido de propor ao Governo o nome de Camilo Castelo Branco para o lugar de 2.º bibliotecário, deixado vago por morte de João Nogueira Gandra.

<sup>40</sup> Introdução ao *Cancioneiro da Ajuda*.

<sup>41</sup> *Apontamentos de Alexandre Herculano pelo país em 1853 e 1854*. “Arquivo Histórico Português”, vol.9,1914,p.402-403.

<sup>42</sup> BPMP – Ofício de 1854.11.09. Como se sabe, nunca regressaram ao Porto os códices 884 e 854 (*Memórias de Paço de Sousa*).

<sup>43</sup> No livro 3.º de Próprias do Arquivo da BPMP, encontra-se uma cópia autenticada de um ofício dirigido ao Conde de Azevedo, em 30 de novembro de 1854, em que é referida a urgência desta documentação seguir para Lisboa.

Num célebre artigo publicado no *Jornal do Comércio* (Lisboa) e transcrito pela *Aurora do Lima* (Viana do Castelo), escreveu palavras duras, no seu estilo próprio e assumindo a conhecida postura. Eis algumas passagens do artigo “A Bibliotheca do Porto”, de Alexandre Herculano (que, aliás, nesse mesmo ano de 1858, propõe Camilo para sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa):

*“Conferir a uma camara a designação de um individuo proprio para funções litterarias é o mesmo que encarregar um conselho de administração regimental da escolha de um bispo, ou a faculdade de theologia da escolha de um commandante em chefe (...).*

*Consta-nos que entre os concorrentes se apresenta o Sr. Camillo Castello Branco. Se no Porto ha um vislumbre de respeito ao talento, nem a camara pode deixar de o apresentar ao governo como candidato, nem o governo de o revestir das funções que sollicita (...).*

*A rejeição do Sr. Camillo Castello Branco seria um verdadeiro abuso, uma prevaricação municipal (...).*

*Recomendamos ao governo a vigilancia n’este negocio, por honra sua, da segunda cidade do reino, e d’este paiz, que conforme o que geralmente se crê, pertence ao gremio das nações civilisadas.”<sup>44</sup>*

O resultado, porém, foi nulo e o escolhido acabou por ser Eduardo Augusto Allen, a quem Camilo, como se sabe, não mais perdoaria.

## 12. Solitário em Vale de Lobos

Em 1859, Herculano, aos quarenta e nove anos de idade, volta-se para Vale de Lobos, aí comprando uma quinta, dando corpo a gostos e aspirações antigas.

Bulhão Pato testemunha a continuidade do seu labor intelectual: “além da revisão de provas, escrevia sempre”, “lia traduções francesas, alemãs, inglesas e italianas”<sup>45</sup>. Ao mesmo tempo, dedicava-se, com grande paixão, à Agricultura, atingindo, também nessa área, uma posição de excelência.

É esse para ele o lugar predileto de repouso, uma espécie de templo de solidão, remanso inclinado à reflexão e ao encontro com a consciência. Aí morre, ao cair do Verão, em 13 de setembro de 1877, o exilado de Vale de Lobos. E a leitura, a escrita, as memórias, mais uma vez a sua postura cívica, num fechar de ciclo, talvez confirmando a tal figura hirta, de antes quebrar que torcer...

<sup>44</sup> BAIÃO, António – *Homenagem a Camilo no seu centenário: (1825-1925)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 47-50.

<sup>45</sup> Bulhão Pato – *Memórias*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1986.



Registo da RBPP

Coincidência, por certo, no início desse ano, a Câmara Municipal de Belém, de que Herculano fora efêmero presidente, pede à do Porto a doação de livros. E assim, na melhor tradição da RBPP, para lá seguem algumas escolhidas obras dos séculos XVI até princípio de XIX, das muitas que, no princípio da sua vida, lhe passaram pelas mãos e até, quem sabe, lhe despertaram o interesse.

### 13. Final

O triênio em que o jovem Herculano esteve ao serviço da Real Biblioteca Pública do Porto vincou para sempre esta instituição cultural. Mais não fizemos, agora, do que cumprir o dever de lhe prestar homenagem, no completo e medieval sentido que o termo transporta – o ato pelo qual um senhor se torna vassalo de um outro senhor, o seu suserano, estabelecendo-se, assim, uma rede de palavras, de direitos e de obrigações, aqui e hoje as palavras, os direitos e as obrigações do respeito e da memória de Alexandre Herculano. Portela das Cabras, fev. 2010 – Porto, nov. 2010.

Nota: Durante este Colóquio, graças à colaboração da Câmara Municipal do Porto (BPMP e AHMP) e do Arquivo Distrital do Porto, estiveram expostos, no átrio da Biblioteca Central da Faculdade de Letras, alguns importantes documentos de interesse herculaniano: a recém-adquirida “Perspectiva do Convento de Santo António da Cidade”, o livro de atas de sessões camarárias que contém a proposta de nomeação de Alexandre Herculano e o conhecimento de embarque, recibo e conta referentes ao transporte dos livros do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, aos quais se juntou o documento “Organização da Real Bibliotheca da Cidade do Porto” (coleção particular).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARATA, Paulo J. S. – *As bibliotecas no liberalismo: definição de uma política cultural de regime*. “Análise Social”, Lisboa, v. 11, n. 174 (2005), p. 37-63.
- BARATA, Paulo J. S. – *Os livros e o Liberalismo: da biblioteca conventual à biblioteca pública: uma alteração de paradigma*. Lisboa, BN, 2003.
- BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO – *Alexandre Herculano: ciclo de conferências comemorativas do I centenário da sua morte. 1877-1977*. Porto: BPMP, GHC, 1979.
- BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO – *Alexandre Herculano: exposição bibliográfica comemorativa do I centenário da sua morte, 1877-1977*. Porto: BPMP, 1977.
- BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO – *Alexandre Herculano, 1810-1877: Por “Amor da Instrução”: exposição bibliográfica e documental*. Porto: BPMP, 2010.
- BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO – *O Convento de Santo António da cidade: Exposição no 150º aniversário da instalação definitiva e da abertura oficial da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Porto: BPMP, 1992.
- BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO – *Documentos para a sua História*. Porto: BPMP, 1933.
- BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO – *Exposição no 150º aniversário da sua fundação, 1833-1983*. Porto: BPMP, 1984.
- BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO – *Santa Cruz de Coimbra: a Cultura Portuguesa aberta à Europa na Idade Média =The Portuguese Culture opened to Europe in the Middle Ages*. Porto: BPMP, 2001.
- BRUNO, Sampaio – *A Bibliotheca Publica do Porto*. “Serões”, Lisboa, 2ª s. v. 3, n.16 (out. 1906) – v. 4, n. 20 ( fev. 1907).
- CABRAL, Luís – *Alexandre Herculano e o património cultural: palavras “entre Douro e Minho”*. “Forum”, 46, 2011, p. 37-60.
- CABRAL, Luís – *A Real Biblioteca Pública do Porto: um projecto liberal*. Sep. “Páginas a & b”, s. 2, n.º 3 (2009), p. 29-38.
- CABRAL, Luís; MEIRELES, Maria Adelaide – *Tesouros da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Lisboa: Inapa, 1998.
- Herculano e o Porto*. “O Tripeiro”, Porto, a. 2, n. 64, 1, 1910, p. 446.
- MADAHIL, António Gomes da Rocha – *Inventário do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra à data da sua extinção*. Sep. “O Instituto”, Coimbra, v.101, 1943.
- Memoria ácerca da livraria dos herdeiros do Bispo do Porto, D. João de Magalhães e Avelar ...* Lisboa: Typ .deAntonio José da Rocha, 1846.



NASCIMENTO, Aires Augusto do; MEIRINHOS, José Francisco – *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Porto: BPMP, 1997.

NEMÉSIO, Vitorino – *A mocidade de Herculano até à volta do exílio (1810-1832)*. Lisboa: In-CM, 2003.

PEIXOTO, Jorge – *Alexandre Herculano, bibliotecário*. “Ocidente”, Lisboa, v.70, n. 336 (abr. 1966), p. 163-166.

PEIXOTO, Jorge – *Para a História dos bibliotecários portugueses: Alexandre Herculano na Biblioteca Pública do Porto (1833-1836)*. “O Comércio do Porto”, 27 jun. 1967; 11 jul. 1967.

RAMOS, Luís A. Oliveira – *A extinção das ordens religiosas: consequências culturais*. “*BibliothecaPortucalensis*”, Porto, II série, n.º 7, 1992, p. 7-25.

RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: FCG, FCT, 2003, 2 vols.

VALENTE, Vasco – *Biblioteca Pública Municipal do Pôrto: novas achêgas para a sua História*. “Boletim Cultural. Câmara Municipal do Porto”, v.1, n. 3 (Set. 1938).

## Herculano v/s Barros Gomes

O itinerário de Alexandre Herculano é marcado desde cedo por um voluntarismo interventivo à sombra das convicções que musculam o carácter de uma personalidade intrinsecamente moral. Miguel Unamuno considera-o « montanha espiritual de la eterna roca ibérica »;<sup>1</sup> António Sérgio, « símbolo dos mais profundos sentimentos da consciência nacional »;<sup>2</sup> e Alves Mendes, « um homem exorbitante, um homem privilegiado, um talento de raça e um verbo à altura do talento ».<sup>3</sup> A passagem pelos bancos dos oratorianos permitiu-lhe adquirir uma formação humanística em que erudição e rigor primavam, assimilando as regras da disciplina do espírito.<sup>4</sup> Da crença cristã, recebida no lar e ali alicerçada, nunca se desligou por mais fortes que foram os problemas e as dúvidas a enfrentar. Razão teve Vitorino Nemésio ao sublinhar que « o meio é, pois, não só envolvimento, mas herança ».<sup>5</sup> Seria o autodidatismo a barca em que sulcou as marés várias da *noite escura* que lhe robusteceu o orgulho a ponto de lhe endurecer o ânimo «de antes quebrar que, torcer», persistindo até à morte em veredas racionalmente assumidas em que se manteve incólume aos convites de mudança? O que Herculano disse, em 1850, do economista Oliveira Marreca, aplica-se-lhe como uma luva: «carácter grave e austero, digno dos tempos antigos e que a Providência

---

<sup>1</sup> Miguel Unamuno, in *O Instituto*, vol. 85, p. 505, cit. por Vitorino Nemésio, *A Mocidade de Herculano*, I, 2ª ed., Lisboa, Livraria Bertrand, 1978, p. 57.

<sup>2</sup> António Sérgio, *Ensaio*, III, edição crítica, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1972, p. 119.

<sup>3</sup> Alves Mendes, « Herculano. No Templo de Belém, 28.6.88 », in *Discursos*, vol. I, 4ª edição, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1916, p. 129.

<sup>4</sup> Vitorino Nemésio, *op. cit.*, pp. 154-155.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 43.

colocou em meio de uma sociedade gasta e definhada por muitos géneros de corrupção ».<sup>6</sup>

Em inúmeros debates conjunturais e estruturais entrou, e os não menos acesos incidiram sobre questões religiosas. Explicou-se, a propósito, no declinar da vida: « As ideias do século, recalçadas por uma compressão violenta, a que, força é confessá-lo, a maioria do sacerdócio se havia associado, tinham reagido violentamente e assentavam-se triunfantes sobre as ruínas do passado quando eu entrei no campo da imprensa, no campo das batalhas do espírito ».<sup>7</sup> A essência da controvérsia ou da polémica, esclareceu Vitorino Nemésio, é o predomínio da discussão de ideias.<sup>8</sup> E nesse debate, a roçar não raro o extremo da paixão, Herculano era fiel a si mesmo, utilizando, como verdadeiro *maître à penser*, o seu prodigioso arcaboço cultural e consumada garra dialéctica.

Dessas variadas pugnas intelectuais em que interveio, arrastado pela intransigente defesa da verdade histórica ou pelo que entendia ser a justa visão da realidade, serão de recordar: a que sustentou acerca do milagre de Ourique; a do casamento civil; a da presença das irmãs de caridade francesas em solo português, a despeito da lei de banimento das ordens religiosas, arquitectada em 1834 por Mousinho da Silveira e que se lhe afigurava ser o submergível que trazia no bojo o revivalismo das mesmas; a, aliás de forte impacto, que travou com Rodrigues Sampaio em defesa de seu ideário municipalista e anti-centralismo. A menos conhecida, por não haver ocupado lugar na imprensa do tempo, foi a celeuma epistolar que sustentou com o engenheiro sivicultor Bernardino Barros Gomes, católico de arreigada fidelidade ao magistério da igreja hierárquica.<sup>9</sup> Segundo António José Saraiva, nascera a controvérsia da « ilusão de converter Herculano ao que este chamava “neocatolicismo”, consagrado pelo Concílio do Vaticano de 1869-1870 ».<sup>10</sup> Se tal fora, de facto, a intenção, o resultado acabara por ser, na opinião do ensaísta, contraproducente, como expressa: « Apesar da boa intenção e do esgrimir apologético de Barros Gomes, este não mais consegue que acordar o anticlericalismo que a solidão rústica não enfraquecera no velho “lobo do Vale” (como alguém lhe chamava), e se manifestou em cartas vigorosas onde não são poupados ao sarcasmo nem os homens, nem as doutrinas, nem as instituições ».<sup>11</sup>

<sup>7</sup> Alexandre Herculano, *Opúsculos*, III. P. 29, cit. in António José Saraiva, *op. cit.*, p.55.

<sup>8</sup> Vitorino Nemésio « Prefácio », in *As Grandes Polémicas Portuguesas*, I, Lisboa, Editorial Verbo, 1964, p. 1.

<sup>9</sup> Ver textos in Alexandre Herculano, *Cartas*, t. I, Lisboa, Livraria Bertrand, s/d, pp. 3-129. e in Bráulio Guimarães, «Alma de Apóstolo», *Padre Barros – Gomes. Vítima da República*, Lisboa, Aletheia, 2006, pp. 174-189.

<sup>10</sup> António José Saraiva, *op. cit.*, p. 27.

<sup>11</sup> *Ibidem*.

A circunstância desta correspondência – datada de 1876, mas só postumamente ao falecimento de Alexandre Herculano que apenas um ano lhe sobreviveu – haver sido publicada decorridas quase quatro décadas, por certo justificará que os biógrafos do grande escritor seus contemporâneos a não tenham mencionado. A celebração do primeiro centenário do nascimento do autor de *A Harpa do Crente* foi, com efeito, o pretexto para ser inserida, em 1911, pela Bertrand na edição de cartas suas que, na altura, fez sair.<sup>12</sup> Pena que a colectânea não incluía as missivas de Barros Gomes de que apenas conhecemos excertos transcritos pelo lazarista P<sup>o</sup>. Bráulio Guimarães, no *Mensageiros de São Vicente de Paulo*, de 1945,<sup>13</sup> que informa havê-los encontrado no espólio do confrade, de quem traçou um edificante perfil biográfico, dado à luz, em volume, há quatro anos.<sup>14</sup>

Quase três decénios separavam em idade os dois intervenientes, ambos lisboetas de berço, ao ocorrer a que seria, e sem palco público, a última controvérsia de Alexandre Herculano, nascido em 1810, enquanto Bernardino Barros Gomes o fora, a 30 de Setembro de 1839, no seio de uma família da alta burguesia.<sup>15</sup> Se em 1876, o futuro lazarista, pois entrara na congregação em 29 de Setembro de 1885,<sup>16</sup> estava no auge de uma carreira profissional coberta de prestígio, para que se preparara cientificamente na Alemanha,<sup>17</sup> o autor de *O Monge de Cister*, em resignado desabafo para Oliveira Martins, reconhecia estar prestes a « dar um passeio até ao outro mundo sem tenção de voltar », <sup>18</sup> como veio a suceder, a 13 de Setembro de 1877, em que partiu a repousar eternamente sob o « amplo manto da piedade de Deus »<sup>19</sup>. Fora franco o debate que Herculano aceitou ao responder-lhe em quatro extensíssimas cartas. Ante a primeira, de Julho de 1876, « escrita do coração e ao correr da

---

<sup>12</sup> Na anotação prévia do editor (p.2) dá-se a seguinte explicação: « as cartas que formam este volume foram textualmente copiadas das minutas deixadas pelo autor. Fazemos esta advertência por prevermos a hipótese de que, na sua redacção definitiva, Alexandre Herculano tivesse, numa ou noutra, introduzido qualquer alteração. São 4 estas cartas, embora só a primeira datada: “Val de Lobos, Julho de 76”, vindo esta a 5-24 p., a 2<sup>a</sup>, 25-61 p., a 3<sup>a</sup>, 67-96 p., e a 4<sup>a</sup>, 97-129 p.. O coordenador juntou a 2<sup>a</sup> um pequeno excerto da primitiva versão (pp.62-66), que Herculano poria de parte antes de concluí-la.

<sup>13</sup> Os excertos das cartas de Barros Gomes, recolhidos pelo Pe Bráulio Guimarães, que fazem parte da biografia ultimamente editada em livro, foram de início publicados nos números seguintes do mensário da congregação lazarista, *Mensageiro de S. Vicente de Paulo*, ano VIII de 1945: Março, nº 3, pp. 75-77; Abril, nº 4, pp. 108-111; Maio, nº 5, pp.138-142; Julho, nº 7, pp. 204-208; Agosto-Setembro, nº 8-9, pp. 235-236.

<sup>14</sup> Bráulio Guimarães, *op. cit.*, pp. 174-175.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 19.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 199. A sua exoneração dos cargos oficiais foi publicada no “Diário do Governo”, de 20 de Janeiro de 1883.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 195.

<sup>18</sup> Carta a Oliveira Martins, datada de Vale de Lobos, em Fevereiro de 1877. Cf. Alexandre Herculano, *Cartas*, I, p. 240.

<sup>19</sup> De « A Arrábida », cit. in Vitorino Nemésio, *op. cit.*, I, p. 61.

pena » que lhe foi remetida por Barros Gomes, confessa haver ficado maravilhado ao percebê-la redigida, « numa destas horas de exaltação de espírito », fruto de uma « exaltação religiosa », surpreendente « num homem de ciência, em quem, parece, os sentimentos desta ordem deveriam ser tranquilos e desassombrados ».<sup>20</sup> Não se afigura, porém, muito crível estar, no íntimo, o engenheiro apostado na tentativa de «reconduzir aos sentimentos de um verdadeiro filho da Igreja o grande espírito de Herculano»,<sup>21</sup> às avessas com o papado pelas posições doutrinárias anti-liberais de Pio IX e pelas definições dogmáticas da Imaculada Conceição e infalibilidade pontifícia.<sup>22</sup> Nem de igual forma é a opinião de Oliveira Martins ao afirmar, depreciativo, que « a morte veio achá-lo [Herculano] ocupado na empresa de converter um rapaz místico e católico».<sup>23</sup> Como não era honesto considerar moço quem, na altura, andava perto da quarentena e revelava matura informação religiosa sobre o vetero-catolicismo em que se postara o mestre-pensador cuja orgulhosa altivez era de sobejo patenteada. Ao referir-se-lhe, acentua o autor do *Portugal Contemporâneo*: «ódios ao papado, e a paixão do sectário, quando se erguia contra os desvarios dos seus contemporâneos, cegava-o até ao ponto de desconhecer o passado e de aplicar as fórmulas da nossa era a todas as idades».<sup>24</sup> Em semelhante anacronismo resvalara a análise histórica de Alexandre Herculano reflectida nos juízos que fazia acerca dos factos religiosos que testemunhava. Da gravidade do terreno que pisava, ele próprio tinha consciência, pois dizia: « a Santa Madre Igreja, de há muito me trás de olho».<sup>25</sup> Mas, frontal, isso não lhe parecia causar preocupação de maior, como desassombradamente afirma a propósito da supressão das Conferências do Casino, em 1873, bem prestes a pisar o derradeiro degrau da existência: « Nem ambiciono, nem temo que as opiniões, neste como em qualquer outro assunto, sejam sabidas».<sup>26</sup>

Cientista, católico e homem de cultura, a par da vida pública, interna e externa, na época assaz trepidante, o engenheiro Barros Gomes acompanharia interessado o debate que se travava na imprensa e nos cenáculos lisboetas, onde as questões religiosas eram das actualidades cimeiras a discutir, tais como: o revivalismo crescente das congregações conventuais, e em especial a notória influência da Companhia de Jesus; a difusão da mentalidade católica ultramontana; as tomadas de posição de Pio IX face ao laicismo

<sup>20</sup> Alexandre Herculano, *Cartas*, I, p. 5.

<sup>21</sup> Bráulio Guimarães, *op. cit.*, p. 174.

<sup>22</sup> Pode dizer-se ter aqui residido o pólo polémico mais aceso entre ultramontanos e liberais.

<sup>23</sup> Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, II, 8 edição, Lisboa, Guimarães Editores, 1977, p. 253.

<sup>24</sup> *Ibidem*.

<sup>25</sup> Cit. in Vitorino Nemésio, *op. cit.*, I, p. 68.

<sup>26</sup> Alexandre Herculano, *Opúsculos*, I, edição crítica, Lisboa, Editorial Presença, 1982, p. 169.

liberal. Neste âmbito, o dogma imaculatista,<sup>27</sup> a encíclica *Quanta Cura*,<sup>28</sup> a publicação do *Syllabus*,<sup>29</sup> a definição dogmática da infalibilidade pontifícia no concílio Vaticano I (1869-1870),<sup>30</sup> a ofensiva accionada pela carbonária e movimento independentista para o assalto aos Estados Pontifícios<sup>31</sup> – tudo isto constituía um elenco bastante de factos e temas que alimentavam dois frentismos em que a tolerância e a conciliação se iam tornando cada vez mais remotas. Solitário, na sua tebaida agrícola de Vale de Lobos, seguia Alexandre Herculano o que se passava, com descidas à capital, e, quando solicitado, não se furtava a intervir.<sup>32</sup> O parecer que lhe pedira José Fontana – ao enviar-lhe, fresco do prelo, o discurso de Antero de Quental, *Causas da decadência dos Povos Peninsulares* –, acerca da suspensão pelo governo das « conferências democráticas » do Casino Lisbonense, a 26 de Junho de 1871, era uma longa e amadurecida exposição, com evidente relevância, sobre o denominado neocatolicismo ou vaticianismo, que o escritor recusava

---

<sup>27</sup> O Papa Pio IX (1792-1878), cardeal Giovanni Maria Mastai Ferreti, eleito no conclave de 16 de Junho de 1846, proclamou, apesar das reservas de alguns membros do episcopado, o dogma da Imaculada Conceição, em 1854, que reavivou a piedade mariana, muito contribuindo para sua difusão as aparições da Virgem Maria, em Lourdes, a Bernardette Soubirous, no ano de 1858.

<sup>28</sup> Em 1864, na festa da Imaculada Conceição, com inteiro aplauso da maioria do catolicismo ultramontano, Pio IX, decidido a condenar a sociedade moderna, publicou a encíclica *Quanta Cura* que representou um formal ataque doutrinar a qualquer alternativa de conciliação entre liberalismo e catolicismo.

<sup>29</sup> O *Syllabus*, complemento da *Quanta Cura*, constitui o elenco das proposições condenadas pela encíclica, derivadas dos erros modernos contidos nos conceitos formulados pelo ideário do século XIX, e à volta do liberalismo, racionalismo, nacionalismo, socialismo e outros mais.

<sup>30</sup> A tentativa de democratização dos Estados Pontifícios que, bem intencionado, Pio IX procurara conseguir no início do seu governo, conheceu em duas décadas rotundo fracasso. A proclamação por Mazzini da República romana (1849), na esteira de um generalizado levantamento popular, amedrontou o Papa que, impotente, começou a sofrer os efeitos do liberalismo, carbonária e anti-clericalismo, no interior de seus domínios temporais italianos. Com a partida de Roma, em 1870, dos militares franceses de Napoleão III, envolvido na guerra franco-prussiana, Pio IX veio a perder a soberania dos Estados Pontifícios, facto consumado que recusou reconhecer. Passou, a partir de então, a considerar-se prisioneiro do Vaticano, abrindo assim lugar à denominada questão romana, só resolvida em tempos de Pio XI e Mussolini, com a assinatura dos acordos de Latrão (1929).

<sup>31</sup> O atribulado governo de Pio IX suscitou na Europa católica uma inequívoca onda de simpatia que provocou a inequívoca afirmação do movimento ultramontano, a ponto de conhecer a sua idade áurea com uma punjante restauração da vida religiosa e o crescente apoio à iniciativa da definição da infalibilidade pontifícia. O concílio Vaticano I (8.12.1869 – 20.10.1870), que desde 1865 vinha a ser cuidadosamente preparado, era o primeiro depois de Trento (1545-1563), tendo toda a pressão recaído sobre o debate da infalibilidade pontifícia. Era, afinal, o reflexo da forte influência ultramontana no episcopado conciliar que, em 535 votantes, se inclinou, por 533, a favor da proclamação dogmática da infalibilidade, tendo a constituição apostólica *Pastor aeternus*, de 13 de Julho de 1870, afirmado o primado do Papa e definido a infalibilidade *ex cathedra*, ié, que o Sumo Pontífice, por força da sua autoridade apostólica, como pastor da cristandade, podia impor a toda a Igreja uma doutrina no tocante à fé e costumes. Sobre o pontificado de Pio IX, encíclicas e Concílio Vaticano I, ver, entre muitas outras, as seguintes referências bibliográficas: Fernand Hayward, *Pie IX et son temps*, Paris, Librairie Plon, 1948; Giacomo Martina, « Pie IX », in *Dictionnaire Historique de la Papauté*, dir. de Philippe Levillain, Paris, Librairie Arthème Fayard, 2003, pp. 1343-1349.

<sup>32</sup> Ver, por exemplo, cartas a Oliveira Martins, de 25 de Dezembro de 1872 e Novembro de 73. Cf. Alexandre Herculano, *Cartas*, pp. 214, 228. Acerca do problema da emigração veja-se a polémica com o periodista e agrónomo Paulo de Morais, in *Opúsculos*, II, edição crítica, Lisboa, Editorial Presença, 1983, pp. 61-128.

desdenhosamente aceitar, e as consequências políticas que se poderiam deduzir da interpretação e prática do artigo 6º da Carta Constitucional de 1826 que promulgara o catolicismo romano como a religião do estado.<sup>33</sup> Incluída por sua escolha no primeiro tomo dos *Opúsculos*, saído em 1873, a resposta de Herculano consistia numa réplica provocatória de assinalável dureza, cuja publicidade não temia, deixando-a ao arbítrio do peticionário.<sup>34</sup>

Entregue à direcção da sicultura do Pinhal de Leiria, funcionário público e, em 1874, chefe de divisão das matas do sul do país, Barros Gomes era um perito altamente credenciado sobre a problemática da ruralidade portuguesa da sua especialidade.<sup>35</sup> Colaborador da *Revista Agrícola e Arquivo Rural*, assinara já artigos vários sobre as matas do Algarve e áreas florestais nortenhas.<sup>36</sup> Razão para Herculano não lhe ignorar a actividade e competência científica. Na sua correspondência de 1874, escreve o seu biógrafo P<sup>c</sup>. Bráulio Guimarães, vemos, « juntamente com preocupações religiosas cada vez mais acentuadas, um espírito de apostolado, um desejo de fazer bem que foi sempre uma dominante e simpática manifestação do seu espírito cristão ».<sup>37</sup> E, nas notas intimistas traçadas em 1875, perfazia então 35 anos, pode ler-se algo da marcha espiritual que ia fazendo no sentido de: « Despertar do sentimento religioso... Sincero regresso a Deus... Óptimas Leituras ».<sup>38</sup> Aqui reside o âmago da « exaltação religiosa » que o autor de *Eurico, o presbítero* descobriu na carta primeira que dele recebeu. Ao determo-nos sobre quem lhe abriria a porta para se aproximar de Herculano, pode aventar-se haver sido seu irmão Henrique Barros Gomes, futuro ministro dos estrangeiros ao tempo do Ultimatum, político progressista<sup>39</sup> e amigo de Anselmo Bramcamp, chefe de fila do partido e investigador histórico reputado.<sup>40</sup> A referida missiva, redigida sem lisonjas nem hipocrisias, mas com sincera transparência, como se

<sup>33</sup> O texto de 43 páginas foi publicado, pela primeira vez, no volume 1º de *Opúsculos*, 1873, pp. 253-297.

<sup>34</sup> Cf. Alexandre Herculano, *Opúsculos*, I, pp. 155-169.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 161. Em 31 de Março de 1862, tendo recebido Bernardino Barros Gomes o diploma de engenheiro sicultor pela Real Academia de Tharandt, na Alemanha, logo no *Arquivo Rural*, em 1863, menciona o seu interesse pelo estudo das matas e arborização florestal. É colocado como adido na Repartição de Agricultura, a 7 de Abril de 1863, e incumbido da administração e exploração dos pinhais de Vale de Zebro e da Machada, na zona de Azeitão. Por despacho ministerial de 25 de Outubro de 1866, passa a ser encarregado do estudo e ordenamento dos pinhais de Leiria.

<sup>36</sup> Publica, pelo tempo adiante, artigos de sua especialidade no *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, na *Revista Agrícola* e na imprensa da capital. Ver Bráulio Guimarães, *op.cit.*, pp. 59-129.

<sup>37</sup> Bráulio Guimarães, *op. cit.*, pp. 129-130.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 130.

<sup>39</sup> Henrique Barros Gomes (1843-1898), formado pela Escola Politécnica de Lisboa, foi deputado progressista aos 25 anos, economista e financeiro, com funções directivas no Banco de Portugal. Sobraçou a pasta da Fazenda de 1879 e 1881 e a do Ultramar e dos Negócios Estrangeiros de 1886 a 1890. Manteve com Oliveira Martins laços de amizade, e é mencionado entre os fundadores da Sociedade de Geografia.

<sup>40</sup> Anselmo Braacamp Freire (1849-1921), par do reino, político, historiador e escritor, cedo aderiu ao ideário e militância republicanos. Presidente da Academia de Ciências e investigador que via em Herculano um mestre a seguir no rigor e crítica histórica, elaborou, em 3 volumes, *Brasões da Sala de Sintra* (1899-1903) e fundou o *Arquivo Histórico Portuguez* (1905-1916).

verifica pelo texto da parte que resta na cópia arquivada, no espólio à guarda da Congregação de São Vicente de Paulo da província portuguesa, principia por salvar a boa fé de Herculano na doutrina que professa e defende.<sup>41</sup> Justificando a decisão de escrever-lhe, declara serem três as reflexões que o moveram: 1º - o isolamento em que ele se coloca; 2º - a diferença, por certo muito grande, entre a sua posição e a de Döllinger, mentor dos velhos católicos germânicos;<sup>42</sup> 3º - « o excesso da sua indignação contra os que abusam da Igreja, por mais de uma forma, do poder que Deus lhes deu »<sup>43</sup>. E passa, de imediato, a explicar-se: a prova do isolamento está em que não houve em 1854 um só protesto de bispos contrário à definição dogmática da Imaculada Conceição,<sup>44</sup> nem apoio às ideias de Döllinger que explicitou a sua discordância face à infalibilidade pontifícia solenemente proclamada em 1870, no Concílio Vaticano.<sup>45</sup> Reputa também exagerada a indignação

<sup>41</sup> Bráulio Guimarães, *op. cit.*, p. 175.<sup>34</sup> Cf. Alexandre Herculano, *Opúsculos*, I, pp. 155-169.

<sup>42</sup> Johann-Josef-Ignaz von Döllinger (1799-1890), sacerdote católico e teólogo alemão, ao tempo, e, segundo Herculano, « o mais notável historiador das origens da igreja », membro da Academia das Ciências de Munich, com quem o escritor português mantinha assídua correspondência. Ver: Alexandre Herculano, *Cartas*, I, p. 98; António Leitão de Figueiredo, *Herculano e Döllinger, Contributo para o estudo das Relações Literárias Luso-Alemãs*, Coimbra, Instituto Alemão da Universidade, 1938. À morte de Herculano, pronunciou Döllinger, na Real Academia das Ciências da Babiera, a 28 de Março de 1878, o seu elogio fúnebre, que viria a ser traduzido em português, por Sampaio Bruno, e editado no Porto em 1910. A propósito das razões pelas quais Herculano recusava aceitar o dogma da infalibilidade pontifícia, Döllinger escreve: « [...] antes de aparecerem os decretos do Vaticano de 1870, muitas causas concorreram para tornar Herculano inimigo declarado da hierarquia romana e nacional, tanto mais temível por isso que era havido em todo o país por homem sinceramente religioso e longe do indiferentismo e cepticismo francês. [...] Quem conhecia os sentimentos de Herculano, sabia de antemão como receberia os decretos do concílio Vaticano. Ele, o cristão sincero e historiador profundo, julgou-os um crime atroz; um rompimento formal com a doutrina tradicional; uma alteração do depósito da fé, enquanto que antes a imutabilidade do dogma era proclamada como carácter essencial do catolicismo. Alguns meses depois de concluído o concílio, escreveu num folheto que tinha por grande escândalo aquela fábrica de artigos de fé, tal qual Pio IX a estabelecera sob a influência dos jesuítas. Solicitou do governo [português] que se negasse a reconhecer aqueles decretos e doutrinas, porque destruíam a continuidade da Igreja, exigida pelo texto do artigo da Carta, que declara a religião católica religião do Estado ». Cf. Johann-Josef-Ignaz von Döllinger, *Elogio Histórico de Alexandre Herculano*, versão directa do alemão, Porto, Editora Empresa da História de Portugal de Schaefer, 1910, pp. 35,37. Sobre a repercussão em Portugal do problema da infalibilidade no Concílio Vaticano, ver: Manuel da Rocha Felício, *Portugal e a Definição Dogmática da Infalibilidade Pontifícia*, tese de doutoramento policopiada, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa / Faculdade de Teologia, 2000, pp. 381-429. Acerca do Concílio Vaticano I e o Estado Português, ver David Sampaio, «O Concílio Vaticano I e o Governo Português (18769-1870)», in *Lusitania Sacra*. Revista do Centro de Estudos da Universidade Católica, 2ª série, tomo I, (Lisboa, 1989), pp. 11-40.

<sup>43</sup> Bráulio Guimarães, *op. cit.*, p. 175.

<sup>44</sup> Ver, supra, n. 27.

<sup>45</sup> Em redor dos que, como Döllinger, se recusaram a aceitar o dogma da infalibilidade se constituiu uma pequena igreja, sem cabeça episcopal, porque os bispos que a princípio se recusaram aceitar o novo dogma acabaram por se submeter a Roma. Denominados de velhos católicos, estes cristãos separados uniram-se à antiga igreja jansenista holandesa de Utrecht que, hoje, faz parte da seita cristã Balladur. Cf. Stéphane Arthur Michel Bonnet, *Encyclopédie des Papes*. Paris, Editions Patrick Banon, 1996, p. 301. Alexandre Herculano incluía-se, ex-professo, entre esses “velhos católicos”, sendo que, acerca do objecto doutrinar da infalibilidade, o escritor defendia: «Os dogmas religiosos, que exclusivamente se referem a relações puras entre Deus e a nossa vida interior, são imutáveis; mas a moral cristã, imutável também nos seus princípios revelados, devendo forçosamente manifestar-se no objectivo, no mundo real, tem de se acomodar às fases por que vai passando a civilização, e cumpre que aproveite as condições desta mesma civilização para exercer a sua acção benéfica». Alexandre Herculano, *Cartas*, I, pp. 34 e 55.



que manifesta, porque, se alinhamos «com os nossos bispos apesar dos seus defeitos», não faz sentido declarar que «o corpo episcopal todo com o papa à frente está herege há 22 anos, e cada vez mais herege».<sup>46</sup> Aliás, não lhe custa reconhecer que «todos estamos sujeitos a ser Renans, tipos de ciência cega, e de muito lidar em vão».<sup>47</sup> Tendo a Igreja a sua autoridade tutelar, está certo que Herculano a ela se queira acolher, como ele próprio também a ela recorre. Deus, acentua o engenheiro a finalizar, não «faltarão com o seu auxílio, na medida da sinceridade e também da humildade dos nossos esforços».<sup>48</sup>

Seria de esperar que Alexandre Herculano, como veio a acontecer, trouxesse a resposta para um âmbito mais lato, onde a sua vastíssima cultura dominaria. Abriu, por conseguinte, as portas ao arsenal da sua erudição histórica, teológica e literária, polvilhando a réplica de ironias e sarcasmos, de que, nas polémicas, quando a propósito, não se coibia.<sup>49</sup> À exaltação religiosa do interpelante, opõe-lhe a razão em que, para si, o catolicismo se estriba. É nessa base que se afasta do marianismo e infalibilismo, «heresias recentes, heresias de especulação», que acredita se extinguirão, como aconteceu a outras surgidas ao longo dos séculos.<sup>50</sup> E desafia-o a que lhe mostre um só catecismo onde venham mencionados tais dogmas. Aponta, ironicamente, o silêncio dos bispos não publicando «novos compêndios onde se engastem» estas «duas preciosidades», pelo que arriscariam a «ir de roldão para o inferno os respectivos rebanhos» por não crerem no que «crê e ensina a santa madre igreja, frase absoluta e um tanto cismática dos antigos catecismos, o padre Becky, geral dos jesuitas, e o seu secretário João Mastai, por apelido Pio IX».<sup>51</sup> A tecla do anti-jesuitismo, de resto sem surpresa por então na moda, é, pois, ferida como o inimigo maior anti-liberal e símbolo da infabilidade neo-católica a abater.<sup>52</sup> A infabilidade, sublinha Herculano, reside «na unanimidade moral de todos os fiéis» e dos bispos, cujo ministério é afirmar a tradição.<sup>53</sup> O Papa, no concílio, manipulou-os ao usar: os cento e muitos prelados *in partibus*, que representam «pontos incertos do mapa-mundi»; os 48 cardeais presentes, «presbíteros e diáconos»; os 46 chefes das «Congregações da Fradaria»; os dignitários dos Estados Pontifícios, «espécie de curas sagrados em bispos para engrossar as fileiras

<sup>46</sup> Cf. Bráulio Guimarães, *op. cit.*, pp. 175-176.

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 176.

<sup>48</sup> *Ibidem*.

<sup>49</sup> Carta de Herculano, a primeira, datada de Julho de 1876. Ver *Cartas*, I, pp. 24-61.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 6.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>52</sup> *Ibidem*, pp. 14-15, 20-24.

<sup>53</sup> *Ibidem*, pp. 9-10

do episcopado ultramontano».<sup>54</sup> Na mesma toada cáustica, acusa Pio IX de ter ignorado o significado dos 88 que votaram contra a infalibilidade, e os 70 que virtualmente fizeram o mesmo, e os 62 que não ousaram falar claro, e os não sei quantos que fugiram».<sup>55</sup> De resto, não contestaram, como deviam, a composição da assembleia contra a validade jurídica das suas resoluções.<sup>56</sup> A outros reparos feitos, Herculano responde: desde a novela *O Pároco de Aldeia*, que lhe aponta como espelho fiel da identidade com o catolicismo da tradição, aceita ter havido mudança, pois o que pensava aos 25 anos é diferente do que hoje, aos 66, sente;<sup>57</sup> o entendimento para Barros Gomes de definição conciliar é o de *inventar*, de *invenção*, quando devia « exprimir com clareza uma proposição, uma concepção », i é, « aperfeiçoar e mudar a fórmula sem que por isso mude a doutrina » sobre um objecto já existente; a antipatia pelos bispos, que lhe aponta, explica-se por achá-los sem zelo apostólico e movidos por « interesses e considerações mundanas ».<sup>58</sup> O inciso sobre o que chega de França permite-lhe a autodefesa da posição que tomou, aquando da questão das irmãs da caridade daquela nação – freiras de “toucas extravagantes” e “baldraus” a acompanhar nas carruagens « fidalgas velhas e feias, e por consequência tementes a Deus » –, fora por afigurar-se-lhe que « eram instrumento da reacção ultramontana », obedecendo « a um superior estrangeiro, contra a letra expressa do nosso pacto social ».<sup>59</sup> Foi, porém, a « opinião pública que pôs na rua as franceses »; e, se o beatério as meteu de novo, « hão-de sair outra vez », afiança.<sup>60</sup> A terminar, agradece que se lhe relevem estas « tontices de velho, que soube noutro tempo alguma coisa da história da igreja e das suas doutrinas, mas que hoje quase só pensa em melhorar os produtos agrícolas de seu conchouso », e se reconhece « já muito duro para mudar de religião » e fazer-se « adepto do beatério de carruagem ».<sup>61</sup>

Bernardino Barros Gomes agradece polidamente a carta de Herculano, cujas obras literárias, com destaque para *A Harpa do Crente*<sup>62</sup> e *O Pároco de Aldeia*, proporcionaram, a si e aos seus, « horas de fortalecimento do espírito religioso que a seu tempo frutificaram », como sublinha pelo que se rastreia no borrão deixado.<sup>63</sup> A primeira objecção que faz ao historiador,

---

<sup>54</sup> *Ibidem*, pp. 16-17,70.

<sup>55</sup> *Ibidem*. p. 16.

<sup>56</sup> *Ibidem*. p. 17.

<sup>57</sup> *Ibidem*. p. 6.

<sup>58</sup> *Ibidem*. p. 13,17.

<sup>59</sup> *Ibidem*. p. 11

<sup>60</sup> *Ibidem*.

<sup>61</sup> *Ibidem*. p. 24.

<sup>62</sup> Colectânea de poesias publicada em 1838 e depois incluída no volume *Poesias* (1850).

<sup>63</sup> *Ibidem*. p. 178

segundo se deduz do remanescente do texto original, de modo a provocar-lhe réplica, é a referência à narrativa do “velho pároco”, que recorda «não para ter o prazer cruel de esquadrihar contradições», mas como quem recorre «a um velho amigo que alegra relembrar» e o «ajuda a esperar boa harmonia» que bem deseja se reconstrua.<sup>64</sup> Intuito semelhante o levou a citar o *Catecismo* de D. Frei Bartolomeu dos Mártires,<sup>65</sup> «onde se encontra, e nesses livrinhos tão singelos e eficazes», o melhor do ensino episcopal de então até hoje.<sup>66</sup> Se tivera a ousadia de querer reconciliá-lo com os «últimos concílios» fora por ainda o considerar «membro daquela família histórica» que Herculano «tão bem sabe definir e compreender», a igreja de sempre.<sup>67</sup> A recusa que do escritor recebeu, atribuída a imperativos da razão, assenta na obrigação, que lhe é recomendada, de não a «pôr de banda» no exame das questões religiosas.<sup>68</sup> Os motivos, porém, que aduz concretamente são: o estado actual da igreja; o papel pernicioso dos jesuítas; as consequências que prevê pelos erros entretanto cometidos, e as frases que entende carecerem de correcção.<sup>69</sup> Retorquiu Barros Gomes que, primeiro, tudo leu com atenção e a sós, boa vontade e respeito.<sup>70</sup> E, depois de recorrer aos seus livros, passa a responder-lhe, só a modo de «desabafo e expansão natural».<sup>71</sup> Principia pelo «espectro negro», ou seja, o jesuitismo em que o liberalismo concentra os seus preconceitos para com a Igreja, mas «apesar do qual» Herculano «quer ser católico».<sup>72</sup> Confessa Barros Gomes que igualmente o conheceu pelos efeitos sentidos na casa paterna.<sup>73</sup> Esse «pesadelo» arrastou-o depois «por terras de hereges», a Alemanha, e se bem que «a braços com ele» começou a vê-lo «por nova forma».<sup>74</sup> Aconteceu mesmo vir a substituí-lo pela influência benfazeja do lazarista P<sup>e</sup>. Estêvão Miel que lhe pôs na mão o livro *Invitation de St. Vincent de Paul* (1860), do professor de teologia de Bordéus, P<sup>e</sup>. Delaporte,<sup>75</sup> que o «fez subir escadas de pobres» e juntar-se aos «carolas» que nos domingos «vão lavar a cara» aos pobres doentes do Hospital de S. José, pensando até fazer-se membro das conferências vicentinas.<sup>76</sup>

<sup>64</sup> *Ibidem*. p. 179

<sup>65</sup> D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, *Catecismo ou Doutrina Cristã*, Braga, Oficina de António de Morais, 1564. Até 1785 contou 15 edições. Depois desta data, a impressão seguinte apareceu apenas no século XX (1962).

<sup>66</sup> Cf. Bráulio Guimarães, *op. cit.*, p. 179.

<sup>67</sup> *Ibidem*.

<sup>68</sup> *Ibidem*.

<sup>69</sup> *Ibidem*. pp. 178-179.

<sup>70</sup> *Ibidem*. p. 179

<sup>71</sup> *Ibidem*.

<sup>72</sup> *Ibidem*.

<sup>73</sup> *Ibidem*.

<sup>74</sup> *Ibidem*.

<sup>75</sup> *Ibidem*. p. 382 n. 219.

<sup>76</sup> *Ibidem*.

Acompanhado da mulher, além de confissão protestante, passou a visitar, o colégio das irmãs francesas que se dedicam à educação de crianças.<sup>77</sup> Dali, deslocou-se ao Instituto das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras, fundado pelo P. Raimundo Beirão, egresso da ordem seráfica.<sup>78</sup> Tem sido o continuar neste humilde caminho vicentino, que o tal «espectro negro mais ou menos jesuítico» lhe não deixava ver, a levá-lo a afirmar ser ele que o desvia das crenças de Herculano, «porque o orgulho é um defeito que se alimenta de nobres qualidades», que reconhece não possuir.<sup>79</sup> Assegure-lhe, adiante, que, se não *protesta*, como ele, «contra os bispos que apoiaram ou se submeteram às últimas decisões conciliares», é porque não viu ainda nenhum deles protestar.<sup>80</sup> Mais: não encontra fundamento para valorizar os votos dos bispos por «representarem dioceses mais ou menos antigas, mais ou menos esclarecidas».<sup>81</sup> Na verdade, «em todos os tempos cristãos, os bispos representam não a quem vem ensinar, mas quem os manda ensinar». Lembra que sempre se falou das opiniões dos bispos «antes das definições dogmáticas e que estas seriam inúteis se não fosse preciso suprimir algumas opiniões».<sup>82</sup> Sugere, pois, para se aguardar «que os bispos protestem para nós protestarmos ». No prosseguimento ainda da resposta a Herculano, refere que os livros sobre os jesuítas, de que dispõe, a saber: obras do bispo de Orleães, Mons. Dupanloup,<sup>83</sup> de Santo Afonso Maria de Liguori,<sup>84</sup>

---

<sup>77</sup> *Ibidem*.

<sup>78</sup> *Ibidem*.

<sup>79</sup> *Ibidem*, p. 181.

<sup>80</sup> *Ibidem*.

<sup>81</sup> *Ibidem*.

<sup>82</sup> *Ibidem*.

<sup>83</sup> Mons. Félix Dupanloup, bispo de Orleans, era um acérrimo opositor da definição dogmática da infalibilidade pontifícia, até por uma questão de oportunidade, dada a perda dos Estados Pontifícios, sobre os quais o Papa exercia plena soberania temporal. O documento que publicara a exprimir com desassombro a sua opinião apareceu, em tradução portuguesa, logo no início do Concílio Vaticano: *Carta sobre o futuro concílio ecuménico dirigida por Mons. Bispo de Orleães ao clero da sua diocese*, trad. de Francisco António Fernandes, Porto, Tipografia da Livraria Nacional, 1869. Pensava-se que o seu voto contra a infalibilidade arrastaria, pelo menos, o grupo dos bispos franceses de simpatia liberal. Pertencia a este grupo o arcebispo de Paris, Mons. Darboy, que, na aula conciliar de 11 de Novembro de 1869, pronunciou uma intervenção a ponto de afirmar que a definição da infalibilidade acarretaria a ruína e desaparecimento do poder temporal, conforme se podia ler na secção «O Concílio», do *Diário de Notícias*, de 02.06.1870. Contrário à aceitação desse dogma, Alexandre Herculano estava por inteiro ao corrente destas posições. Ver *Cartas*, I, pp. 7-8.

<sup>84</sup> S. Afonso Maria de Liguori, canonizado em 1839 por Clemente XIII, nasceu em Mariannella, a norte de Nápoles, em 1696 e faleceu em 1787. Tendo abandonado a advocacia, foi ordenado sacerdote em 1726 e em 1732 fundou a congregação do Santíssimo Redentor (redentoristas). Bispo de Santa Águeda da dos Godos, pequena diocese do reino de Nápoles, em 1762, escreveu numerosas obras, sendo a *Theologia Moralis* (1748), a mais importante. Ocorreu, no declínio da sua vida, a expulsão dos jesuítas, cujo trabalho pastoral tinha em grande apreço.

<sup>85</sup> P. João Loureiro (1710-1791), sacerdote jesuíta, natural de Lisboa onde faleceu, foi missionário no Oriente, passando por Goa, Macau, Cambodja, Sião. Recolheu, nestas andanças asiáticas, elementos para elaborar a *Flora Cochinchinensis* (1790).

do P. Loureiro,<sup>85</sup> botânico, astrónomo e missionário português, mostram que a opinião da Igreja sobre os inacianos é «a melhor e a mais segura».<sup>86</sup> Insiste, por isso, na submissão à autoridade da igreja, proclamada desde S. Jerónimo a S. Vicente de Paulo, e lembra, a propósito, que «o cristianismo é o inventor de duas maravilhas» que nas frases lapidares de Fr. Luís de Sousa, autor da *Vida do Arcebispo*, se chamam “liberdade humilde” e “humildade magnânima”.<sup>87</sup> Discorda, também, de Herculano por atribuir o aparecimento do protestantismo à corrupção de Roma, quando, como está convicto, ela se deveu à corrupção humana que, como se sabe, nunca acaba, a começar pela própria, com a qual forçoso é mais nos preocuparmos.<sup>88</sup> Parece-lhe, assim, que a submissão é uma « bênção de Deus », desejando que Herculano «lhe dê maior lugar, exactamente naquela época da vida onde mais podemos descrever dos nossos próprios esforços e recursos, por grandes que eles ainda sejam ou tenham sido».<sup>89</sup> Barros Gomes acrescenta que a isso persuade o quadro traçado pelo historiador acerca «do estado da Igreja, entregue a uma espécie de anticristo – o geral dos jesuítas», quadro esse que nem um protestante engendraria melhor.<sup>90</sup> Estas as razões que levam o engenheiro a achar mais prudente e sábio acatar a regra de submissão aos bispos.<sup>91</sup> As insinuações e a acutilância da clareza das conclusões finais da missiva eram, de facto, demasiado directas para Alexandre Herculano as não sentir.

Ao replicar-lhe, alonga o historiador algumas das reflexões já feitas, principiando pela acentuada insistência de Barros Gomes em exaltar «a humildade como o grande meio de não errarmos na fé».<sup>92</sup> Procura, por isso, alargar o horizonte da polémica. Faz-lhe notar, assim, que se não segue, embora respeite, essa atitude cuja exigência, segundo o que induz, é não indagar «se é bom, se é mau, se é verdade, se é mentira o que nos ensina o bispo», o motivo reside na circunstância de que isso o conduziria a ter de renunciar por completo à razão e à consciência do homem perante outro homem.<sup>93</sup> Nesta lógica, contrapõe que a virtude cristã, celebrada pelos pontífices dos « séculos primitivos » e não inferior à humildade, é a tolerância, ou seja, o respeito pelo modo de pensar do outro.<sup>94</sup> Foi isso que Barros Gomes, na carta anterior, não compreendeu, como se percebe ao falar-lhe do *nosso mundo religioso liberal*.<sup>95</sup> Por este, entende Herculano ser «a conciliação da sociedade religiosa

<sup>86</sup> Cf. Bráulio Guimarães, *op. cit.*, p. 182.

<sup>87</sup> *Ibidem*.

<sup>88</sup> *Ibidem*, p. 183.

<sup>89</sup> *Ibidem*.

<sup>90</sup> *Ibidem*.

<sup>91</sup> *Ibidem*, p. 184.

<sup>92</sup> Alexandre Herculano, *Cartas*, I, p. 25.

<sup>93</sup> *Ibidem*.

<sup>94</sup> *Ibidem*.

<sup>95</sup> *Ibidem*, p. 26

com a sociedade liberal moderna, com o liberalismo; conciliação que foi o sonho dourado de tantos católicos, mais ou menos ilustres, mais ou menos obscuros; que foi o sincero empenho de Gilberti», Montalembert, Lamartine e o seu próprio, mas «de cuja possibilidade, por enquanto» se desenganou, «expulso como está o verdadeiro catolicismo da igreja oficial».<sup>96</sup> Atesta-o a declaração de Pio IX, na alocução *Jam dudum cernimus*, de 18 de Março de 1861, ao constituir um « erro doutrinal a proposição de que o pontificado devia transigir com o progresso e conciliar-se com o liberalismo ».<sup>97</sup> Mais: « no Syllabus inteiro está a condenação expressa de todos ou quase todos os axiomas liberais».<sup>98</sup> Eis por que, conclui Alexandre Herculano, sem abdicar da razão, se «não pode ser ao mesmo tempo liberal e católico da moda».<sup>99</sup> Daqui, ser impossível decidir converter-se às ideias de Barros Gomes, o que só aconteceria se, em consciência, lhe fosse lícito aceitar dois incentivos; 1º – a comodidade que tais doutrinas seriam para o espírito, pois « ver, examinar, reflectir, julgar, mói, devora a vida; 2º – « a enorme vantagem de seguir o padre Étienne [ Miel ]», homem prático de reputação colossal que conhece bem a superioridade dos negócios rentáveis ».<sup>100</sup> Só que ele, Herculano, foi « muito mal educado», aprendendo « a ler letra redonda pela versão bíblica do padre Pereira [ Figueiredo], refinado herege, como quase todos os oratorianos de quem fui depois discípulo».<sup>101</sup> E acrescenta, ainda, ter aprendido a ler «letra de mão» por uma «história evangélica do bispo do Maranhão, D. Frei António de Pádua» que morreu hóspede de sua família.<sup>102</sup> Maus princípios esses, comenta com irónico acento. Esta referência motiva uma desenvolvida explanação, através da qual ataca os lazaristas e as «trevas», espalhadas pelas recentes heresias do Vaticano, e exalta o catolicismo. com fundamento na tradição «que consiste na doutrina aceite e professada em todo o tempo, por toda a parte e por todos os membros dessa sociedade», e que faz, «de em vez de se curvar diante da infalibilidade de um homem, se curvasse diante

---

<sup>96</sup> *Ibidem*.

<sup>97</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>98</sup> *Ibidem*.

<sup>99</sup> *Ibidem*.

<sup>100</sup> *Ibidem*, pp. 27-28.

<sup>101</sup> *Ibidem*, p. 29. O P. António Pereira de Figueiredo (1725-1797) foi um célebre religioso da Congregação do Oratório, teólogo, gramático, exegeta e historiógrafo, teorizador do regalismo português e ideólogo do pomalismo, deixando numerosa bibliografia e uma vernacular tradução da vulgata latina da Bíblia Sagrada, em 17 volumes (1783-1790).

<sup>102</sup> D. Fr. António de Pádua e Belas (1732-1808), da ordem dos franciscanos observantes reformados da Província de Arrábida, foi bispo do Maranhão (1783-1787) e, após haver resignado, regressou à Metrópole onde faleceu. Escreveu a *Arte de viver em paz com os homens* (1783) e corrigiu e aumentou a tradução da *Imitação de Cristo* que na época circulava. Ver Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, p. 217; XX II, pp. 335-337.

<sup>103</sup> Alexandre Herculano, *Cartas*, I, p. 36.

da infalibilidade da igreja». <sup>103</sup> Não perde, de resto, o ensejo de renovar o preconceituoso ataque ao jesuitismo; <sup>104</sup> ao *Syllabus*; aos bispos conciliares, «grandes velhacos» <sup>105</sup> como lhes chama; aos milagres de Lourdes que, para si, não eram mais do que «orgias reaccionárias»; <sup>106</sup> e ao culto das imagens da Virgem Maria. <sup>107</sup> Acredita que, se ressurgir « a antiga tradição e a antiga disciplina, o marianismo e o fariseísmo irão juntar-se às outras obscenidades que mancham a espaços os anais da sociedade cristã ». <sup>108</sup> De resto, condição para o cristianismo e a liberdade se unirem. <sup>109</sup> Nos incisos de análise histórica e nos exemplos evocados, a coerência do liberal militante, que até ao extremo esgrima pela sua “dama” nas ideias e convicções, ressalta sem esforço.

A 17 de Agosto, Barros Gomes volta a retorquir a Herculano com «liberdade humilde», acentua, grato pela condescendência do historiador em permitir fazer chegar-lhe a sua « pobre opinião », sem quebrar « um só momento da afeição » que ele e todos lhe devem. <sup>110</sup> Fá-lo, como confessa, « com uma ousadia de criança que alguns cabelos brancos nem perturbam nem desanimam ». <sup>111</sup> Principia por dizer que Alexandre Herculano, tão « cheio de ciência e de consciência, é vítima da própria ciência ». Não doente de heresia, qualquer português, com um « bocado de coração e inteligência, sentirá tanto mais crescer a afeição e o respeito », por ele, « quanto melhor se aperceber das causas do seu erro ». <sup>112</sup> Segundo pensa, com franqueza o afirma, o autor de *A Harpa do Crente* « está um herege: 1º - porque *não tem um só bispo a seu lado*; 2º - porque *desconhece um pedaço de velho catolicismo* que consiste em todos se voltarem sempre para o papa como árbitro supremo das questões religiosas, como presidente nato dos concílios e da Igreja universal, como verdadeiro confirmador da fé ». <sup>113</sup> Discorda da interpretação, « liberal de mais », que o escritor dá à passagem do evangelho de Lucas (22,32) que manda Pedro confirmar os irmãos, sendo que, para isso, « será preciso errar primeiro e humilhar-se depois ». <sup>114</sup> Por sua vez, a Igreja oficial entende, hoje, que, « para exercer esta suprema função eclesiástica, é preciso nunca errar nesse exercício, que não é emprego de todas as horas e de

<sup>104</sup> *Ibidem*, pp. 47-88.

<sup>105</sup> *Ibidem*, p. 56.

<sup>106</sup> *Ibidem*, p. 51.

<sup>107</sup> *Ibidem*, pp. 51-53.

<sup>108</sup> *Ibidem*, pp. 60-61.

<sup>109</sup> *Ibidem*, p. 61.

<sup>110</sup> Cf. Bráulio Guimarães, *op. cit.*, p. 185.

<sup>111</sup> *Ibidem*.

<sup>112</sup> *Ibidem*.

<sup>113</sup> *Ibidem*, p. 186. Em itálico, como na página citada.

<sup>114</sup> *Ibidem*.

<sup>115</sup> *Ibidem*.

todos os momentos, mas que necessariamente tem de se exercer e tem sido exercido de tempos a tempos com solenidade». <sup>115</sup> Por isso, o *confirma fratres tuos* do velho catolicismo « reveste a fórmula *Summus Pontifex ex cathedra dicens infalibilis* que soa o mesmo que o dito de S. Agostinho *Roma locuta est, causa finita est* ». <sup>116</sup> As opiniões discordantes dos bispos, acrescenta, « só têm de passar geralmente por dois períodos: um de submissão por humildade e fé, à Fénelon; outro é o de submissão, por convicção, conseguida afinal pelo *estudo e reflexão cristã* ». <sup>117</sup> Daí, a necessidade absoluta da humildade. Ora o que está a agitar-se no coração de Herculano é o orgulho, «fatalíssima erva daninha das nossas searas cristãs». Eis por que elogiou a humildade. <sup>118</sup> E porque, acentua Barros Gomes, se lhe « meteu na cabeça que o homem que escreveu o *Pároco*, que soube fazer uma figa a toda a filosofia do seu tempo, que soube ser liberal e, apesar de liberal, reconhecer as imperfeições da sua própria obra naquela frase que lhe ouvi: “essa cacaborrada que nós por aí fizemos ...”, que soube justificar o culto dos séculos e as capelinhas e as devoções a Nossa Senhora e, sobretudo, que soube e sabe ocupar o primeiro lugar no mundo literário da nossa bela língua, não pode ser indefinidamente vítima do espectro negro e ficar reduzido a chamar hipócrita a todo o mundo eclesiástico, como o *sábio* Renan *conclui*, na sua *prodigiosa sabedoria*, que *Nosso Senhor mesmo o devia ter sido!* ». <sup>119</sup> Melancólico saudosismo e elogio aberto com a tolerante desculpa de que desvios tais, se são descuidos próprios da inteligência humana, eram porta aberta ao apelativo atrevimento para o regresso cristão do pródigo: a reconciliação com a marcha presente da igreja. <sup>120</sup>

Não o deixa Alexandre Herculano sem resposta, até porque não provocou a discussão. <sup>121</sup> Insiste este que «os dogmas devem ser hoje os que eram no tempo dos apóstolos»; e, para ele refutar a sua argumentação, seria preciso provar: que «em qualquer dos séculos cristãos se acrescentou um único dogma novo à tradição apostólica, ou que a imaculada conceição e a infalibilidade do papa foram dogmas recebidos unanimemente pelos fiéis e fizeram sempre parte da tradição desde o primeiro século da igreja». <sup>122</sup> Prova feita, ou se converte ou fica herege. Repisa, então, as declarações justificativas da sua posição, anteriormente expostas, fundadas na carência de uma maioria moral na assembleia conciliar e « na falta de seriedade

---

<sup>116</sup> *Ibidem*, pp. 186-187.

<sup>117</sup> *Ibidem*, p. 187.

<sup>118</sup> *Ibidem*, p. 187.

<sup>119</sup> *Ibidem*. Em itálico, como na página citada.

<sup>120</sup> *Ibidem*, pp. 187-188.

<sup>121</sup> Alexandre Herculano, *Cartas*, I, p. 67.

<sup>122</sup> *Ibidem*, p. 68

<sup>123</sup> *Ibidem*, p. 71



católica dos bispos actuais ».<sup>123</sup> Dedicar um maior desenvolvimento ao texto de S. Lucas, *confirma frates tuos*, « pedra angular do infalibilismo » e de tanta importância para o ultramontanismo,<sup>124</sup> bem como à afirmação de S. Agostinho – *Causa finita est; Utinam finiatur error* –, cuja exactidão é esta, assim o reafirma, evocando a circunstância histórica em que foi proferida. Mas isso daria aso a fazer um livro, e ele ganha medo a fazer livros.<sup>125</sup>

Completaria ainda, naquela última carta, também sem data, os esclarecimentos a observações que Barros Gomes lhe fizera, como, por exemplo, à de que Döllinger, «o célebre heresiarca de Munich », e o mais distinto teólogo católico alemão, «não protestou contra a blasfémia do imaculatismo».<sup>126</sup> Esse «dogma neo-católico» é, para si, «uma das piores heresias [...] que têm vindo ao mundo», não passando de «grosseira superstição, combatida energicamente pelas maiores inteligências da igreja».<sup>127</sup> Mas, se Döllinger não protestou contra o dogma imaculatista, ele também não. Pois, se qualquer «cristão tem o direito de protestar contra a heresia, não tem *obrigação* de o fazer, não sendo provocado».<sup>128</sup> Bastaria não aceitá-lo e conservar «intacta a tradição dos maiores». Ora esta e «o neo-catolicismo são inimigos irreconciliáveis».<sup>129</sup> Em um mais directo ataque *ad hominem*, permite-se dizer que Barros Gomes «é um triste exemplo da ilusão em que o jesuitismo ou o lazarismo (lojas da mesma mercadoria com diversidade de taboetas) sabe envolver as almas cândidas que pode uma vez atrair».<sup>130</sup> Adverte que a expressão *ex-cathedra* teve um sentido «perfeitamente contrário» ao que lhe é dado na constituição *Pastor aeternus* que leva a abraçar autênticas heresias, como seja: «O testemunho de um homem, que pode ser mau ou inepto, dispensa e inutiliza o testemunho irrefragável da igreja».<sup>131</sup> E este «é o dogma neo-católico», sendo a *Pastor aeternus* «o manifesto de uma conspiração que progride há séculos, que rebenta em revolução e que se afirma solenemente, revolução contraditória com as revoluções sociais da nossa época, e que, portanto, as abomina a amaldiçoar».<sup>132</sup> Disserta, de novo, acerca da infalibilidade pontifícia, procurando desconstruir a interpretação teológica do neo-catolicismo como a apresentam alguns de seus mais reputados defensores.<sup>133</sup> Reserva a parte

<sup>124</sup> *Ibidem*, pp. 79-80.

<sup>125</sup> *Ibidem*, p. 96.

<sup>126</sup> *Ibidem*, p. 97.

<sup>127</sup> *Ibidem*, p. 98.

<sup>128</sup> *Ibidem*, p. 99.

<sup>129</sup> *Ibidem*, p. 105.

<sup>130</sup> *Ibidem*.

<sup>131</sup> *Ibidem*, p. 112.

<sup>132</sup> *Ibidem*, pp. 113-114.

<sup>133</sup> *Ibidem*, pp. 114-122.

<sup>134</sup> *Ibidem*, p. 123.

final da carta aos milagres de Lourdes, que julga atestados «por uma imensa hipocrisia que está gangrenando e dissolvendo a hierarquia da igreja».<sup>134</sup> E desafia Barros Gomes a que lhe demonstre ser a sua indignação, a esse respeito, «anti-evangélica», rematando de pronto: «Desde que V. Ex<sup>a</sup> me certifica que acredita nos milagres de Lourdes, deve ser esta a minha última carta sobre matérias de crença. A discussão entre nós, se não se tornou impossível, tornou-se inútil».<sup>135</sup> Ora, se as posições são inconciliáveis, acrescenta: «Pondo de parte a questão desta espécie de arianismo do século XIX, a que podemos chamar o Vaticanoismo, complexo de infalibilismo e de marianismo, em tudo mais V. Ex<sup>a</sup>. achará em mim um ânimo pronto para obedecer aos seus preceitos».<sup>136</sup>

Constitui esta controvérsia a derradeira amostra do fôlego polêmico de Alexandre Herculano que, nos inúmeros debates em que se envolveu de ânimo próprio ou provocado, jamais deixou ferida a autenticidade do homem de cultura e convicções que sempre teve e aqui se mostra, uma vez ainda, de corpo inteiro: coerente, altivo, exímio no manejar dialéctico e na inteligência com que usava a erudição enciclopédica adquirida no seu excepcional labor de autodidacta genialmente dotado. A controvérsia com Bernardino Barros Gomes, muito pouco conhecida e por alguns contemporâneos, como o jacobino Gomes de Brito,<sup>137</sup> ridicularizada, é um documento curioso e revelador das temáticas conjunturais que amimaram as controvérsias entre ultramontanos e liberais na segunda metade de novecentos, período de tão apaixonante interesse.

---

<sup>135</sup> *Ibidem*, p. 124.

<sup>136</sup> *Ibidem*, p. 129.

<sup>137</sup> Ver Inocêncio Francisco da Silva, *op. cit.*, XXI, p. 80.



## A falsa ingenuidade de Herculano

As debilidades e incoerências do romance histórico romântico não são novidade para quem se habituou a ler Walter Scott, Víctor Hugo, Garrett, Camilo ou Herculano. A insistência dos autores de oitocentos na veracidade do narrado (de que são exemplos as inúmeras notas de rodapé ou de fim de texto, os prefácios ou posfácios), bem como o detalhe excessivo, a hiperpormenorização de descrições de cidades, indumentárias e costumes escondem a incapacidade real de reproduzir o passado, de conseguir aquilo a que, aparentemente, os escritores se propunham: a recriação de outras eras, a fim de ensinar História à burguesia saída das mudanças provocadas pela alteração da conjuntura sócio-política europeia. São vários os estudiosos que, de uma forma ou de outra, se debruçaram sobre este modo de utilizar os dados históricos, ressaltando anacronias várias (Fernández Prieto 1998), de entre as quais a mais flagrante é, sem dúvida, a da falta de correspondência entre o ambiente minuciosamente trabalhado e as personagens, definitivamente românticas. Abundam nos textos de Herculano, como aliás, nos de Garrett ou Camilo, as mulheres-anjo, os heróis impolutos ou os caracteres malditos, excluídos de espaços morais aceitáveis. A história de costumes, de que fala Isabelle Durand-Le Guern (Durand-Le Guern 2005), ou a ressurreição de tempos idos são perseguidas pelos romancistas que se estribam numa veracidade que, por vezes, nem chega a ser verosímil. Certas inconsistências no tratamento do material histórico e nas afirmações contidas em paratextos revelam-se mais significativas do que os seus autores gostariam. A tendência crescente

para o romanesco (Ansel 2000: 110-117), a tentação de ceder ao gosto da época e de o aliar à seriedade do historiador, como se nota nos deslizos de características góticas ou de romance negro ou de terror (Durand-Le Gurn 2005; Belhadjin 2008: 205-219), impedem escritores como Alexandre Herculano de criarem um discurso objectivo e científico, cujas exigências, com certeza, lesariam a componente expressamente literária.

São várias as referências, de sinal contraditório, que encontramos nos três romances de Herculano que nos propusemos estudar. Numa obra já antiga (Marinho 1999), demonstrámos como, apesar das atestações contínuas de veracidade, Herculano tinha consciência da sua impossibilidade, desculpando-se, de forma elegante e convincente, de pequenas incongruências ou faltas de rigor. No entanto, e apesar da estudada desculpabilização na reconstituição de ambientes, de que é exemplo *Eurico o Presbítero*, dado o escasso conhecimento que se tem da história peninsular do século VIII, a verdade é que nunca Herculano admitiu, de forma clara, a transformação operada em episódios que envolvessem personagens referenciais. Os comentários tecidos sobre a prisão de D. Teresa em «O Bispo Negro» (*Lendas e Narrativas*) mais não fazem do que deixar entrever o aproveitamento possível de eventos referenciados, acrescentando pequenos detalhes que os aproximam de passagens de romances de terror.

A cautela em atribuir a personagens referenciais atitudes e protagonismos que não corresponderiam às versões consideradas históricas, já levou Walter Scott e advertir, em *The Monastery*, para a necessidade de se acautelar a caracterização e funcionalidade dessas personagens.

Mistakes of place or inanimate things referred to, are of very little moment; but the ingenious author ought to have been more cautious of attaching real names to fictitious characters (Scott 1868: 389)

É esta questão que leva, frequentemente, os autores a evitarem colocar as personagens históricas em primeiro plano, relegando-as para um papel que não implique grandes envolvimento em enredos fictícios. Regra geral, Alexandre Herculano, nos romances, não foge à regra, embora em *O Monge de Cister*, haja algum predomínio do Mestre de Avis, como teremos ocasião de demonstrar.

No entanto, nem sempre o autor de *O Bobo* consegue escapar à tentação de unir o estritamente histórico com interesses directamente

relacionados com a trama que pretende desenvolver. Na pretensa ilusão de reiterar a verdade do narrado, através da existência de manuscritos ou documentos encontrados no pó das bibliotecas, Herculano, ao tratar de personagens, embora históricas, menos proeminentes e, logo, menos conhecidas do leitor, não se coíbe de modificar os factos ou de os tratar com uma precisão menor do que a tão repetidamente alegada. Será este o pecado que Camilo tantas vezes cometerá, quando não se abstém de inventar comportamentos, sucessos ou sentimentos diferentes dos historicamente comprováveis – poderíamos falar de Brás Luís de Abreu (*O Olho de Vidro*), de Domingos Leite Pereira (*O Regicida*), de António José da Silva (*O Judeu*) e de muitos outros que seria fastidioso enumerar.

Em Herculano, verdade seja dita, este procedimento é mais moderado e percebemos que há a preocupação de não se afastar muito dos dados históricos. Em *O Monge de Cister*, porém, e além de uma falsa ingenuidade, que tentaremos demonstrar, há um caso flagrante de atropelo da verdade: falamos de Fernando Afonso, dos seus amores com a irmã do protagonista, Beatriz, e, posteriormente, com a antiga namorada e prometida do primeiro, Leonor. A coexistência de personagens inventadas, como as femininas, com o camareiro de el-rei, deu azo a liberdades que, com certeza, passarão despercebidas ao leitor menos preocupado em detectar anomalias. A epígrafe do capítulo XXIX, «Conclusão», tirada da *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes, parece querer reiterar mais uma vez ao leitor a veracidade dos acontecimentos constantes no manuscrito que «só [ele] viu» (Herculano s/d c II: 380). Uma consulta, mesmo rápida, à referida Crónica e ao seu capítulo CXXXVIII, «Como el rei casou algumas domzellas e mamdou queimar hum seu camareiro moor» (Lopes 1949 II: 300-303) revela-nos, sem sombra de dúvida, o embuste de Herculano. Com efeito, a semelhança dos eventos não consegue esconder a diferença de nomes e de circunstâncias. Se Fernando Afonso é realmente castigado com a morte pelo fogo e a sua amada (Beatriz) vai exilada para Castela (também Leonor, no romance, tem sorte idêntica), a verdade é que, e pelo que sabemos, a história de Beatriz em nada se compara à de Leonor, nem traz consigo a maldição que pesa sobre esta. Apesar das semelhanças das frases, percebemos a liberdade de Herculano e o aproveitamento que faz de um episódio com muito menos ingredientes românticos. A comparação entre a Crónica e o romance será duplamente esclarecedora – a veracidade e semelhança do facto e a disparidade nos detalhes:

Pedio FernamdAfonso a el Rei licença pèra hir de pee a Samta Maria de Guoadeloupe, e os dias que emtemdeo que podia poer na hida e vimda, aquelles jouve em casa de dona Briatiz, e huu seraom que vinha da romaria que nã fizeera. (...) El Rei como foi na câmara, mamdou chamar o corregedor [Gill Annes], o quall como veio, dise el Rei que tomase FernamdAfonso e o levaase a cadeia. (...) E decemdo do paço e himdo direito da porta dAlfoffa, deu aos pees triguosamente e meteose em Samto Eloi, que he [hi] acerqua, çarrando as portas sobre sy, elle e alguus que com elles foram. (...) E batemdo a porta nã queriam abrir; e como souberam que era el Rei, FeramdoAfonso se deceo do coro, e sobio a preesa no altar maior, abraçamdose com a imagem de Nosa Senhora que ali estava. E el Rei tanto que emtrou, e o vio estar, mamdou que o tirasem dali; e nam pode ser tirado que nam deese com a imagem em teerra, que loguo quebrou, a quall el Rei depois mamdou correger, e deu hu callez e outras cousas. (...) E el Rei sospeitou porque se detinham, e mādou a presa que se despachasem, e deram lhe o fogo e asy morreo. A qual morte poos grande espanto em todollos da casa del Rei que esto viram, damdo sobre ello desvairadas semtemças. E dona Briatiz cuidou de ser morte, e trabalhouse de saber del Rei que vomtade era a sua. El Rei dise que nã queria della outra vimgũaça senam seer elle doestada, e a linhagem de que rera, e vella a barreguam de FernamdAfonso. Emtam há lamçou de sua mercê, e ffoise pèra Castella vivemdo com emcitada ffama. (Lopes 1949: 301-303)

e

“Sim, Fernando. A galeria estará deserta como agora. A rainha dispensou-me de acompanhar três dias. D. Philippa é indulgente quando se tracta de actos de devoção. Foi esse o pretexto com que me encubri.”

“E o meu será entretanto o mal que hoje inventei. Elrei julga-me gravemente enfermo. Amanhan a ventura não me fugirá como hoje... amanhan, senhora... Oh, quanto serei feliz!” (Herculano s/d c II: 164-165);

“Mandae levar este homem aos sótãos da alcáçova. Depois, um poste sobre uma pilha de lenha no rocio de Valverde prompto ao romper d'alva. Perecerá pelo fogo o servo infame que affrontou seu senhor...” (Herculano s/d c II: 290-291);

(...) o murmúrio dos que seguiam o rei, sem saberem ao certo que tenções eram as suas, despertaram no mancebo, com a idéa vaga de imminente perigo, os instinctos da salvação. Trepando machinalmente ao altar, foi abraçar-se a uma imagem da Virgem ahi collocada. (...) Precipitado por cima do altar, veio bater de bruços na borda do suppedaneo, e a imagem da Mãe de Deus baqueiou d'envolta com elle. A um signal de D. João I, os besteiros conduziram ou antes

arrastaram para fora da igreja o malaventurado, que, reduzido a uma espécie de paralytia moral, perdera, até, a consciência do seu tremendo destino. (Herculano s/d c II: 349-350);

(...) o escudeiro, voltando a cara ao crucifixo, morreu impenitente e derramado. (Herculano s/d c II: 358);

Leonor, logo que soube ter-se cumprido a horrível sentença, que ella própria ouvira proferir contra o seu amante, mandou perguntar a elrei se devia também dispôr-se para morrer. O monarcha respondeu que não; que della, tão illustre por sangue e estado, era vingança sobrja o haver sido barregan de um obscuro escudeiro. Expulsa do paço, a formosa viúva retirou-se para Castella, levando escripto na fronte um nome envilecido e deshonorado. (Herculano s/d c II: 361-362).

Foram longas as citações mas esclarecedoras. Em *O Monge de Cister*, o episódio enlaça-se com uma trama mais vasta e que pretende demonstrar a inevitabilidade da maldição de Vasco, irmão desonrado e noivo traído – a figura de Fernando Afonso, culpado dos dois crimes, não pode atrair a simpatia do leitor, que é levado a assumir o ponto de vista de Vasco, manipulado por uma focalização e um discurso que lhe condiciona a opinião.

O exercício comparativo que levámos a cabo destina-se exactamente a demonstrar que o rigor de Herculano pode falhar, ou antes, pode também inflectir a leitura e manipular a opinião. Assumindo uma falsa ingenuidade, isto é, reiterando objectividade e precisão, ele pode dar-se ao luxo de, através de procedimentos vários, como a adjectivação, criar a sua própria interpretação de factos e personagens históricos e forçar uma visão interpretativa que deixa pouca margem a discussão.

Neste estudo, consideramos dois aspectos que se interligam para atingir os propósitos pré-definidos: os modos e estratégias de legitimação da nacionalidade e os modos e estratégias de manipulação da opinião.

Os primeiros destinam-se a criar a ideia de nação (Sauer e Wright 2010), legitimando, no caso português, a reconstituição nacional depois das invasões napoleónicas e da devastadora guerra civil. Procurando os seus motivos na Idade Média e em momentos-chave (invasão dos árabes e início da Reconquista cristã, luta de D. Afonso Henriques e D. Teresa, consolidação da independência depois da batalha de Aljubarrota), Herculano personifica os símbolos portugueses (Duran-Le Guern 2005) em figuras incontestáveis e facilmente reconhecidas. O seu modo de



encontrar motivos de legitimação vai-se estruturando em pequenos pormenores que marcam a diferença entre os dois tempos («ainda não existia a individualidade do homem de guerra, hoje completamente annullada pelo valor fictício a que chamamos disciplina», Herculano s/d a: 76), acentuando, por vezes, a superioridade do passado: «modificações necessárias nas leis do império romano, que se derramavam então a esmo sobre Portugal, como hoje os nossos legisladores de agua morna nos affogam em leis francesas.» (Herculano s/d c II: 7).

A caracterização dos legisladores modernos já implica uma tomada de posição e a aceitação da supremacia antiga. O mesmo se passa com a construção do herói que, longe de possuir características inerentes ao universo ambíguo e tortuoso de oitocentos, tem, antes, valores e actuações dignas do maniqueísmo medieval e do semi-deus. Eurico ou D. Afonso Henriques, como, aliás, muitas outras personagens (as freiras do mosteiro, por exemplo) possuem, embora de modo diferente, essa aura de infalibilidade mística, bem presente nos feitos do cavaleiro negro, máscara e simulacro de Eurico. A tónica posta em feitos heróicos, sublinhando-se o papel do padre godo, bem como do primeiro rei, de Gonçalo Mendes da Maia e de outros, transforma-os em símbolos da nacionalidade e em exemplos para os dirigentes do liberalismo. De igual forma, as heroínas, sobretudo Hermengarda e Dulce, constituem-se como heroínas românticas *sui generis*. E porquê? Porque, apesar da inegável pertença a esse universo de paixões e procedimentos, ambas, mulheres-anjo, se pautam por valores que se aproximam da fronteira entre o humano e o divino: Hermengarda, ao correr o risco de ser vendida para um harém muçulmano, pretende desfigurar-se, num acto de heroísmo, digno de qualquer mártir medieval; Dulce casa com um homem de quem não gosta para salvar o bem-amado e, perante a falência do seu intento, morre.

A semelhança entre alguns destes actos e os presentes no romance negro (Durand-Le Guern 2005) devem ser considerados numa dupla perspectiva: se, indubitavelmente, o romance gótico ou negro é do agrado dos românticos, também não deixa de ser verdade que os factos narrados nestas obras de Herculano se destinam a realçar a faceta heróica e impoluta das personagens em jogo.

Na galeria dos actores que, directa ou indirectamente, se desenhavam como modelos de legitimação, estão os marginais e o povo em geral, dilacerado por guerras civis: entre godos (*Eurico o Presbítero*) e entre portugueses (*O Bobo*). O paralelismo com o presente do século XIX é tão

evidente que dispensa explicações supérfluas:

Uma longa paz com as outras nações tinha convertido a antiga energia dos godos em alimento das dissensões intestinas, e a guerra civil, gastando essa energia, havia posto em lugar della o habito das traições covardes, das vinganças mesquinhas, dos enredos infames e das abjecções ambiciosas. (Herculano s/d b: 5)

e

(...) a cruel necessidade de serem inimigos e perseguidores de compatricios e irmãos, com grande e interior magua sua, como nós e o leitor perfeitamente sabemos costuma acontecer em taes casos! (Herculano s/d a: 86)

De entre os marginais destacam-se os truões de dois dos romances: Dom Bibas de *O Bobo* e Alle de *O Monge de Cister*. Em ambas as obras, estas personagens têm um papel que ultrapassa o de simples embraiadoras, como poderia, aparentemente, ser o caso. O código de honra por que os dois se regem não é, evidentemente, inocente e não pode ser só explicado na linha romântica de reabilitação dos extractos sociais mais desfavorecidos. É Alle quem recolhe Beatriz, quando esta, desesperada, pensa no suicídio e que favorece o reconhecimento com o irmão, Vasco; é Dom Bibas, quem detém o poder de entregar Guimarães ao filho de D. Teresa:

e era elle villão humilde, elle jogral, elle verme desprezível que o mui nobre conde crera esmagar num momento de cólera, quem podia entregar Guimarães ao infante, e despedaçar nas mãos do ambicioso e altivo barão não só o poder mas a vida (Herculano s/d a: 194).

É, aliás, neste mesmo romance que Herculano transfere para a figura do bobo as prerrogativas decorrentes da Revolução Francesa e do liberalismo:

Tal era o aspecto grandioso e poetico daquella entidade social exclusivamente própria da idade média, padrão levantado á memoria da liberdade e igualdade, e ás tradições da civilização antiga, no meio dos séculos da jerarchia e da gradação infinita entre homens e homens. (Herculano s/d a: 31)

Pelos exemplos acima transcritos já percebemos que Herculano se serve do passado como um ecrã ideológico para o presente (Shaw 1983) condicionando a leitura que dele pudéssemos fazer, ao usar e abusar de

pequenos detalhes discursivos. A verdadeira manipulação reside, porém, na focalização, por vezes, voluntariamente, externa, ou na ironia presente em adjectivações que estão longe de ser ingénuas. Sob a capa de uma objectividade feroz, o autor impõe a sua leitura, interpretando factos e caracteres, mediando a apresentação das personagens com um discurso altamente indutor de opinião. Vejamos um primeiro exemplo, que nos ajudará a perceber o que pretendemos significar:

Eram, de feito, os recém-chegados Gonçalo Vasques Coutinho, Egas Coelho, filho de um dos matadores d'Ignez de Castro, e os dous Pachecos, filhos de outro assassino seu (Herculano s/d c I: 168, sublinhados nossos)

O mesmo se passa quando se fala do povo e dos nobres e da relação de ambos com a coroa. A tradicional aliança entre os primeiros e a última parece imbuir-se de segundos sentidos quando se lê que

Ahi, a grande voz do homem de trabalho fazia-se, muitas vezes sem elle o saber, interprete dos desejos da coroa, que parecia ceder ás petições populares e que na realidade só cedia ao instinto do próprio interesse. (Herculano s/d c I: 193).

No entanto, a manipulação mais subtil, mas também a mais conseguida, verifica-se no tratamento dado a personagens referenciais cuja imagem o leitor já tem mais ou menos estruturada: D. Teresa, Fernão Peres de Trava, D. João de Ornelas, abade de Alcobaça, D. João I, Fernando Afonso, João das Regras e Mem Bugalho, que funcionará como personagem referencial enquanto representante de um tipo social.

Enquanto Fernão Peres de Trava é claramente vilipendiado, a D. Teresa concede-se sempre o benefício da dúvida, conveniente para não descrever demasiado negativamente, a mãe do primeiro rei, fundador e legitimador da nacionalidade.

Fernão Peres de Trava é «o malvado» (Herculano s/d a: 249), tem a «alma dura e orgulhosa» (Herculano s/d a: 235) e é «o soberbo estrangeiro» (Herculano s/d a: 277); já as atitudes de D. Teresa oscilam entre a submissão ao Conde de Trava e o amor reprimido pelo filho – a ambiguidade de que se reveste esta personagem destina-se a retirar-lhe o ferrete da ignomínia que o Conde terá de suportar sozinho.

Aliás, Herculano não deixa lugar a dúvidas quando explica a importância de crenças legitimadoras:

Devemos crer, ao menos piamente, que o conde Henrique, na época em que alevantou o castello de Guimarães, não lançou nos fundamentos do seu edificio suberbo um cárcere seguro e vasto com os intuitos de rapina que guiavam o commum dos senhores nestas tristes edificações. Ainda que algum documentinho de má morte provasse o contrario cumprir-nos-hia pô-lo no escuro, ou contestar-lhe francamente a autenticidade, porque o conde foi o fundador da monarchia, e a monarchia desfunda-se uma vez que tal cousa se admitta. (Herculano s/d a: 252-253).

Perante tal afirmação, resta-nos admitir que os processos de Herculano se destinam também a formar a opinião e, em última análise, a interferir no presente.

Se nos detivermos em *O Monge de Cister*, apreenderemos a importância de pequenos comentários, de adjectivos colocados com propriedade, de apreciações quase escondidas no meio da trama.

A classificação do abade de Alcobaça como «aranha venenosa» (Herculano s/d c II: 133) tem paralelismos evidentes nos epítetos que caracterizam o Dr. João das Regras e que demonstram a complexidade da personagem, que Herculano não se atreve a denegrir completamente, optando por referir-se-lhe de forma irónica: «Era um sancto e pacato homem aquelle João das Regras!» (Herculano s/d c I: 210); «o sancto-homem de João das Regras» (Herculano s/d c II: 72); «porque, bem como todos os ministros velhos e novos (sabemo-lo por experiencia quotidiana), o doutor João das Regras ardia em sancto amor da pátria.» (Herculano s/d c II: 337); «Os destinos fizeram uma das suas, mettendo brutalmente cem annos de distancia entre essas duas almas cândidas [D. João II e o Dr. João das Regras], que tinham nascido para se comprehenderem e amarem. (Herculano s/d c II: 363). Outras vezes, a ironia cai e aparece «o coração frio e arido» (Herculano s/d c II: 41) e a «alma tenebrosa» (Herculano s/d c II: 341). No entanto e, apesar das evidentes reservas, o narrador (e Herculano) reconhece a importância da estratégia do magistrado quando escreve que

João das Regras era o nó da triplíce alliança; era o homem da idéa juvenil. Nunalvares, chefe da nobreza, o homem da idéa gasta e decadente. (Herculano s/d c II: 81).

Embora de modo mais subtil, a figura do rei D. João I vai também sendo construída de molde a criar uma personagem que não se afaste do cânone («príncipe geralmente amado por suas bondades e cavallarias.», Herculano s/d c I: 115), mas que deixe entrever uma outra faceta de carácter que melhor se adapte às exigências do enredo, servindo, simultaneamente, de indicador da opinião do sujeito:

A elrei sentiam-se-lhe ranger os dentes convulsamente, nos cantos da boca alvejava-lhe a espuma, e nos olhos pequenos e vivos lampejavam-lhe aquellas chipas brilhantes, que, a dizer a verdade inteira, faziam estremecer o próprio João das Regras. (Herculano s/d c II: 290)

Em relação a Fernando Afonso, personagem menos conhecida do leitor e, por isso, menos condicionada a um modelo pré-estabelecido, todos os elementos do discurso concorrem para o tornar odioso: «Fernando seguira inteiramente os instintos da sua casta, casta opressora e damninha» (Herculano s/d c I: 170); «índole má e perversa», «sentimentos ignóbeis» (Herculano s/d c I: 171); «Incapaz de affectos puros» (Herculano s/d c I: 173).

Um caso também interessante é o de Mem Bugalho, burguês encarregado de fazer valer nas cortes as petições dos concelhos, e que se deixa iludir por um nobre, acabando por trair os da sua classe, enganado por lisonjas hipócritas. O ridículo, associado a esta personagem, tem como consequência a impossibilidade de comunhão perfeita com ele, mesmo percebendo a justeza de alguns dos seus pontos de vista. Se quisermos compreender o sentido da estratégia de Herculano, teremos de ter em conta a ambiguidade e a dificuldade em aderir completamente ao paradigma incarnado pelo procurador popular, o que resulta numa atitude crítica e desassombada, que permite distanciamento e análise das várias forças sociais em jogo.

Para terminar, gostaria apenas de salientar a técnica usada pelo autor de *Eurico o Presbítero* para, através de uma narração pretensamente preocupada em recriar os tempos passados e em ensinar História ao povo inculto, conseguir incluir todos os ingredientes necessários para inflectir a opinião no sentido que mais lhe convém. A subjectividade não reside

apenas no enredo romântico que se destina a amenizar os rigores do estudo histórico, ela reside também, e sobretudo, nos interstícios de um discurso que insinua ao leitor a interpretação correcta e lhe deixa pouca margem de especulação.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

ANSEL, Yves (2000), «L'Irrésistible Ascension du Romanesque dans le Roman Historique», PEYRACHE-LEBORGNE, Dominique e COUÉGNAS, Daniel, *Le Roman Historique – Récit et Histoire*, Nantes, Collection «Horizons Comparatistes», Université de Nantes, 110-117.

BELHADJIN, Anissa (2008), «Le Roman Noir, un espace privilégié pour le Romanesque de l'Histoire?», REFFAIT, Christophe, direcção de, *Romanesque et Histoire*, Centre d'Études du Roman et du Romanesque de l'Université de Picardie – Jules Verne, Encreage Université

DURAND-LE GUERN, Isabelle (2005), *Le Moyen Âge des Romantiques*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes

FERNÁNDEZ PRIETO, Celia (1998), *Historia y Novela: Poética de la Novela Histórica*, Pamplona, Ediciones Universida de Navarra, S.A.

FLEISHMAN, Avrom (1971), *The English Historical Novel – Walter Scott to Virginia Woolf*, Baltimore e Londres, The John Hopkins Press

HERCULANO, Alexandre (s/d a), *O Bobo*, edição definitiva conforme as edições de vida do autor, dirigida por David Lopes, Lisboa, Livr. Bertrand [1843]

HERCULANO, Alexandre (s/d b), *Eurico o Presbítero*, edição definitiva conforme as edições de vida do autor, dirigida por David Lopes, Lisboa, Livr. Bertrand e Rio de Janeiro, Livr. Francisco Alves [1844]

HERCULANO, Alexandre (s/d c), *O Monge de Cister*, Lisboa, Livr. Bertrand, 2 volumes [1848]

LOPES, Fernão (1949), *Crónica de D. João I*, edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto, Porto, Livraria Civilização Editora, Biblioteca Histórica – Série Régia

MAIGRON, Louis (1912), *Le Roman Historique à l'Époque Romantique – Essai sur l'influence de Walter Scott*, Paris, Librairie Ancienne Honoré Champion, Editeur [1898]

MARINHO, Maria de Fátima (1999), *O Romance Histórico em Portugal*, Porto, Campo das Letras

OREL, Harold (1995), *The Historical Novel from Scott to Sabatini*, Nova Iorque, St. Martin's Press

PEYRACHE-LEBORGNE, Dominique e COUÉGNAS, Daniel (2000), *Le Roman Historique – Récit et Histoire*, Nantes, Collection «Horizons Comparatistes», Université de Nantes

REFFAIT, Christophe, direcção de (2008), *Romanesque et Histoire*, Centre d'Études du Roman et du Romanesque de l'Université de Picardie – Jules Verne, Encrage Université

SAUER, Elizabeth e WRIGHT, Julia M., edited by (2010), *Reading the Nation in English Literature: A Critical Reader*, Londres e Nova Iorque, Routledge

SCOTT, Walter (1868) *The Monastery*, Edinburgh, Adam and Charles Black, [1820]

SÉGINGER, Gisèle, textos reunidos por (2005), *Écriture(s) de l'Histoire*, Estrasburgo, Presses Universitaires de Strasbourg

SHAW, Harry (1983), *The Forms of Historical Fiction – Sir Walter Scott and His Successors*, Ithaca and London, Cornell University Press

VV.AA (2009), *Cinco Miradas sobre la Novela Historica*, Madrid, Ediciones EVOHÉ